



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

A Oposição nas Eleições Presidenciais Portuguesas de 1958: protagonistas, estratégias e balanço

Vitor Manuel Ferrinho Pinho

Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Ciência Política
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Alexandre António da Costa Luís

Covilhã, outubro 2013

Dedicatória

Ao meu tio José António*, eterno defensor da democracia, que sentiu no corpo a força brutal dos carcereiros da PIDE - Polícia de Intervenção e Defesa do Estado - e da intolerância do regime fascista de Salazar, sendo que muito cedo me soube transmitir os princípios da justiça, da ética, da moral e da democracia pelos quais continua ainda hoje a lutar.

* José António Gabriel Pinho, candidato da oposição, por Castelo Branco, a deputado na Assembleia Nacional em 1973, pela CDE (LEMOS 2012: 318).

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos, sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais estarei eternamente grato. O espaço limitado desta secção, seguramente, não me permite agradecer, como devia, a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Ciência Política, me ajudaram, direta ou indiretamente, a cumprir os meus objetivos e a realizar mais esta etapa da minha formação académica. Não quero, contudo, de deixar apenas algumas palavras, poucas, mas com enorme sentido e profundo sentimento de reconhecido agradecimento.

Ao meu orientador de Mestrado, Professor Doutor Alexandre António da Costa Luís, pela sua enorme capacidade de orientação, total apoio, disponibilidade, compreensão, pelo saber que transmitiu, pelas opiniões, críticas, recomendações e total colaboração no esclarecimento de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho, por todas as palavras de incentivo e pela cordialidade com que sempre me tratou e recebeu.

À minha amiga, Professora Doutora Maria da Graça Sardinha, por toda a ajuda prestada, pela horas perdidas nas correções e todo o apoio concedido, pela disponibilidade demonstrada para o mais pequeno esclarecimento, já para não falar da motivação por ela exaltada, sem qual a concretização desta dissertação seria dificultada.

Um agradecimento muito especial à minha família e em especial à Antónia, minha mulher, pelo apoio e incentivos dados desde o primeiro dia deste empreendimento; ao Hugo meu filho, agradeço igualmente. A ambos posso ter demonstrado, por vezes, uma certa falta de paciência, irascibilidade e privado da minha atenção. Por terem contribuído para o sucesso desta fase da minha vida, vai a minha eterna gratidão.

Um agradecimento sentido ao Professor Doutor Adriano José Alves Moreira; ao Coronel na Reserva Mário António Batista Tomé; ao Professor Doutor Sérgio José Ferreira Ribeiro e ao Edmundo Pedro, que prontamente se disponibilizaram em prestar o seus preciosos testemunhos, sem os quais este trabalho não alcançaria as metas por nós definidas.

Finalmente, um agradecimento à minha outra família, os amigos, em especial ao meu amigo Júlio Fazendeiro que sempre me acompanhou, incentivou e ajudou com a sua disponibilidade e a quem devo muito do entusiasmo; a ele retribuo, igualmente, o seu encorajamento. Bem-haja a todos!

Citação

(...) cúpido, avarento e sabendo espremer uma esponja até à última gota; um coração duro como uma pedra, um velho pecador astuto, retorcido, discreto, misterioso e fechado sobre si próprio como a ostra na rocha. Adivinhava-se toda a frieza na alma pela estatura rígida, pelo nariz adunco, pelas faces secas (...), pelo queixo pontiagudo, pelos lábios finos e azulados, pelo som azedo da sua voz. Havia no rosto, na sua pessoa, em seu redor, todos os indícios da atmosfera glacial em que vivia (...)

Charles Dickens, *A Christmas Carol*

Resumo

O trabalho de investigação apresentado versa sobre a Oposição nas Eleições Presidenciais Portuguesas de 1958: protagonistas, estratégias e balanço. Assim, o estudo está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro diz respeito ao enquadramento teórico e concetual do estudo, tendo como matriz a caracterização do regime do Estado Novo. No segundo capítulo abordamos o processo eleitoral, os seus atores e estratégias, destacando a candidatura do general Humberto Delgado e as consequências do resultado do ato eleitoral. O capítulo terceiro, intitulado “memórias políticas”, diz respeito ao trabalho de carácter empírico da dissertação, onde damos conta do protocolo metodológico utilizado (entrevista semiestruturada e análise de conteúdo). Tendo como meta principal o estabelecimento de pontes entre quatro entrevistas feitas a figuras relevantes da sociedade portuguesa - Adriano Moreira, Sérgio Ribeiro, Mário Tomé e Edmundo Pedro - e a contextualização teórica apresentada, foram posteriormente elaboradas grelhas de análise de conteúdo que nos proporcionaram atingir os objetivos previamente estabelecidos. Nesta perspetiva, concluímos que as opiniões dos entrevistados não divergem, de forma significativa, do modo como a história nos tem sido apresentada. No entanto, devemos realçar que encontrámos algumas divergências profundas na forma como eles, enquanto espectadores e atores, sentem a mesma história.

Palavras-chave

Fascismo; Eleições; Oposição; Democracia; Delgado; Salazar

Abstract

This research work deals with the Opposition in the Portuguese Presidential Elections of 1958: protagonists, strategies and balance. It is divided into in three chapters and the top two are related to the theoretical and conceptual framework of the study and have, as matrix, the characterization of the regime of the *Estado Novo*, of the oppositions, as well as the characterization of the political system of the referred period. Here we also discuss the electoral process, its actors and strategies, highlighting the candidacy of General Humberto Delgado and the consequences of the elections' outcome. The Third Chapter, entitled political memories, concerns the empirical nature of the dissertation, where we realize the use of the methodological protocol (semi-structured interview and content analysis). Having as main goal the establishment of bridges between four interviews made to relevant figures of the Portuguese society - Adriano Moreira, Sérgio Ribeiro, Mário Tomé and Edmundo Pedro- and the theoretical contextualization presented, content analysis charts were subsequently drawn up which allowed us to achieve the objectives that were previously proposed. In this perspective, we conclude that the opinions of the interviewed do not differ significantly from the way in which History has been presented to us. However, we must stress that we have found some meaningful differences in the way each one of them feels, as spectator and player the same History.

Keywords

Fascism; Elections; Opposition; Democracy; Delgado; Salazar

Resumen

El trabajo de investigación presentado trata sobre la Oposición en las Elecciones Presidenciales Portuguesas de 1958: protagonistas, estrategias y equilibrio, el estudio está dividido en tres capítulos, los dos primeros capítulos hablan sobre el encuadramiento teórico conceptual del estudio, teniendo como matriz la caracterización del régimen del *Estado Novo*, de las Oposiciones, bien como la caracterización del sistema político de la época referida. También discutimos el proceso electoral, sus actores y estrategias, destacando la candidatura del General Humberto Delgado y las consecuencias de los resultados del acto Electoral. El capítulo tercero, titulado memorias políticas, tiene relación con el trabajo de carácter empírico de la disertación, donde nos damos cuenta del protocolo metodológico utilizado (entrevista semiestructurada y análisis de contenido). Teniendo como meta principal el establecimiento de puentes entre cuatro entrevistas hechas a figuras relevantes de la sociedad portuguesa - Adriano Moreira, Sérgio Ribeiro, Mário Tomé y Edmundo Pedro - y la contextualización teórica presentada, fueron posteriormente elaboradas unas cuadrículas de análisis de contenido que nos proporcionan alcanzar los objetivos previamente propuestos. En esta perspectiva, concluimos que las opiniones de los entrevistados no divergen, de forma significativa, de modo como la historia nos ha sido presentada. No obstante, debemos señalar que encontramos algunas divergencias profundas en la forma de ellos, aunque espectadores y actores, sienten la misma historia.

Palabras clave

Fascismo; Elecciones; Oposición; Democracia; Delgado; Salazar

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Citação	iv
Resumo	v
Palavras-chave	v
Abstract	vi
Keywords	vi
Resumen	vii
Palabras clave	vii
Lista de Siglas e Acrónimos	xi
Introdução	1
Capítulo I - O regime do Estado Novo	4
1. Enquadramento teórico e concetual	4
1.1. Aproximações a alguns conceitos chave	4
1.2. Breve caracterização do regime estado-novista	8
1.3. As oposições	12
1.4. A situação económica e social	17
1.4.1. A situação económica	19
1.4.2. A situação social	20
1.5. A conjuntura internacional	21
Capítulo II - O processo eleitoral	24
2. Os atores	24
2.1. Apresentação de candidaturas e respetivas estratégias	24
2.1.1. Do regime	24
2.1.2. Da oposição	26
2.2. A origem do fenómeno Delgado: do regime à oposição	32
2.3. As eleições como ponto de viragem: um regime intimidado	34
2.3.1. Breves apontamentos sobre o ato eleitoral	34
2.3.2. A resposta do regime	40
Capítulo III - Memórias políticas	44
3. Entrevistas	44
3.1. Método de entrevista	44
3.2. Escolha dos entrevistados	45
3.3. Guião da entrevista semiestruturada	47
3.4. Análise de conteúdo	50

3.5. Grelha de análise de conteúdos - redução de dados	51
3.5.1. Professor Doutor Adriano José Alves Moreira	51
3.5.2. Coronel na reserva Mário António Baptista Tomé	54
3.5.3. Professor Doutor Sérgio José Ferreira Ribeiro	56
3.5.4. Edmundo Pedro	60
3.6. Leitura da grelha de análise de conteúdo	63
Considerações finais	67
Bibliografia	72
Webgrafia	77
Anexos	80
Anexo I - Fotografias de Salazar	81
Foto 1 - Saudação Nazi de Salazar junto ao Gen. Óscar Carmona	81
Foto 2 - Fotografia de Mussolini na secretária de Salazar.....	81
Anexo II - A assinatura do pacto do Atlântico	82
Anexo III - Portugal membro da ONU	83
Anexo IV - Eisenhower em Portugal	84
Anexo V - Conferência Franco-Salazar	85
Anexo VI - Isabel II de Inglaterra em Portugal	86
Anexo VII - Diário de Lisboa de 10 de maio de 1958	87
Anexo VIII - Panfletos de propaganda do regime	92
Anexo IX - Circular confidencial	97
Anexo X - Fim da campanha eleitoral	98
Anexo XI - Discurso de encerramento de Salazar	101
Anexo XII - Circular dos serviços de candidatura de Delgado	104
Anexo XIII - Proclamação do Gen. Humberto Delgado	108
Anexo XIV - Pontos básicos da candidatura de Delgado	112
Anexo XV - Reunião do Comité Central do PCP	113
Anexo XVI - Discurso de Delgado no Liceu Camões	115
Anexo XVII - Carta de Delgado a Craveiro Lopes	119
Anexo XVIII - Declaração da união de candidaturas	127
Anexo XIX - Texto publicado na Newsweek	128
Anexo XX - O início da Legião Portuguesa	129
Anexo XXI - A candidatura de Delgado vista pelo PCP	130
Anexo XXII - O presidente da Câmara da Covilhã	133
Anexo XXIII - Carta a Américo Tomás	134
Anexo XXIV - Carta ao Cardeal Cerejeira	135
Anexo XXV - Américo Tomás foi eleito	136
Anexo XXVI - Carta aos Ministros de Salazar	138

Anexo XXVII - Texto publicado no New York Times	142
Anexo de ilustrações	143
Anexo A	144
Foto 1 - Lisboa - Rossio	144
Foto 2 - Lisboa - Sta. Apolónia	144
Anexo B	145
Foto 3 - Porto	145
Foto 4 - Porto	145
Anexo C	146
Foto 5 - Humberto Delgado com Henrique Galvão	146
Foto 6 - Humberto Delgado com Álvaro Cunhal	146
Anexo D	147
Foto 7 - Humberto Delgado com Mário Soares	147
Foto 8 - Humberto Delgado com Arlindo Vicente	147
Anexo E	148
Foto 9 - Covilhã, Pelourinho em 30 de maio 1958	148
Foto 10 - Covilhã, Teatro Cine em 30 de maio 1958	148
Anexo F	149
Foto 11 - Covilhã, junto ao Hotel Solneve	149
Foto 12 - Coimbra	149
Anexo G	150
Foto 13 - Chaves	150
Foto 14 - Aveiro	150

Lista de Siglas e Acrónimos

AN - Assembleia Nacional
APSA - American Political Science Association
CC - Câmara Corporativa
CUF- Companhia União Fabril
DGS - Direção Geral de Segurança
EUA - Estados Unidos da América
FNAT - Federação Nacional para a Alegria no Trabalho
GNR - Guarda Nacional Republicana
JUC- Juventude Universitária Católica
LP - Legião Portuguesa
MND - Movimento nacional Democrático
MP - Mocidade Portuguesa
MUD - Movimento de Unidade Democrática
MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
MUNAF - Movimento de Unidade Nacional Antifascista
OECE - Organização para a Cooperação Económica
OMEN - Obra das Mães pela Educação Nacional
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC - Partido Comunista
PCP - Partido Comunista Português
PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP - Polícia de Segurança Pública
PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SPN - Secretariado de Propaganda Nacional
SS- Schutzstaffel
UBI - Universidade da Beira Interior
UN - União Nacional
RTP - Rádio Televisão Portuguesa

Introdução

O título da presente dissertação, *A Oposição nas Eleições Presidenciais Portuguesas de 1958: protagonistas, estratégias e balanço*, deixa, desde logo, adivinhar a problemática que norteou o estudo agora exposto. Sabendo, *a priori*, que a temática em análise, fruto de uma certa proximidade temporal ainda existente, é, invariavelmente, geradora de sentimentos divergentes, controvérsia e polémica versus entusiasmo e euforia, despertando, ainda hoje, muitas paixões e muitos arrebatamentos, cegando uma opinião clara que pode distorcer os acontecimentos e, concomitantemente, a própria história, tentaremos agir de forma inteligível e isenta, contribuindo, deste modo, para uma visão mais esclarecida do mundo de então, mais particularmente do de Portugal, onde ainda permanecem alguns recantos algo dúbios. Deste modo, propomo-nos distinguir factos de opiniões que são, muitas vezes, entendidos da mesma forma, a fim de retirarmos as conotações de parcialidade, inimigas, por certo, de um labor científico sério.

Assim, e como forma de minorarmos, por assim dizer, os efeitos nocivos da insuficiência de estudos profundos, apesar da recente melhoria da situação, entendemos que, após lançados os fundamentos teóricos e definidos os conceitos operativos com os quais trabalhamos, a entrevista a algumas figuras de relevo da sociedade atual poderia fornecer um contributo relevante para levarmos a bom porto o desiderato traçado inicialmente. Naturalmente, tivemos a preocupação de escolher pessoas com um determinado perfil e que fossem figuras de reconhecido mérito e prestígio nacional, premissas que caracterizamos na segunda parte do estudo. Ademais, convém ainda explicitar que tivemos, igualmente, a preocupação de escolher indivíduos que não mostrassem relutância em ser objeto de gravações. De facto, a nossa escolha recaiu em homens que se foram destacando na sociedade portuguesa e que deram, de maneiras diferentes, o seu contributo para que a História tomasse um certo rumo, desembocando naquilo que é hoje. Acreditamos, por conseguinte, que o método da entrevista proporciona uma recolha de dados que permite ainda o estabelecimento de comunicação entre o entrevistador e os sujeitos entrevistados. Neste caso, enquanto entrevistador, senti que foi um privilégio poder ouvir, *in loco*, homens desta envergadura, atores intervenientes num período da história que pode ser considerado de total viragem, na medida em que, de um período não democrático, se passou para um período de Democracia representativa. Explícite-se que o género de entrevista efetuada foi a semiestruturada, por nos parecer a mais adequada, quer no que respeita à audição da mesma quer no que respeita ao tratamento de dados, que se consubstanciou nas grelhas de análise de conteúdo. Também devemos referir que a entrevista semiestruturada nos permitiu um relacionamento mais informal, evitando alguns constrangimentos.

Feitos estes esclarecimentos prévios, apresentamos, de seguida, os nomes escolhidos para o exercício enunciado, a saber: Senhor Professor Doutor Adriano José Alves Moreira, Senhor Coronel na Reserva Mário António Batista Tomé, Senhor Professor Doutor Sérgio José Ferreira Ribeiro e Senhor Edmundo Pedro. O Senhor Professor Doutor Adriano Moreira é, ainda

hoje, um conceituado comentador político que, graças a um discurso coerente, continua a granjear a simpatia das audiências (foi recentemente agraciado com o título de *Honoris Causa* pela Universidade da Beira Interior); o Senhor Coronel na Reserva Mário Tomé continua a fazer parte das manifestações e festividades que comemoram o 25 de Abril, tornando-o conhecido no seio de todas as gerações; o Senhor Professor Doutor Sérgio Ribeiro tornou-se conhecido como um dos históricos do Partido Comunista Português (PCP) e, por isso mesmo, é uma figura carismática do-pós 25 de Abril; o Senhor Edmundo Pedro é um homem de esquerda, conhecido, fundamentalmente, pelas várias perseguições que sofreu às mãos da Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE) e pela passagem e permanência nas prisões do fascismo, nomeadamente no Tarrafal, conhecido Campo de Concentração em Cabo Verde. Naturalmente, traçamos, ao longo deste trabalho, o perfil mais alargado de cada entrevistado, mas, destacamos, desde já, a ideia de que todos eles viveram intensamente os acontecimentos relativos à oposição a Salazar, então Presidente do Conselho de Ministros do nosso país. Destacamos Adriano Moreira, tido, à época, como defensor do regime, bem como o período eleitoral de 1958 que, de algum modo, marcou o início do fim do regime de António Oliveira Salazar. Por conseguinte, a problemática que nos propomos tratar remete para o desmistificar de crenças, atitudes e comportamentos, no que concerne à oposição e ao regime de Salazar.

Como já afirmámos, as entrevistas devidamente tratadas ao longo do estudo, a par de uma bibliografia relativamente extensa, composta por estudos e fontes de referência, de onde destacamos alguns jornais daquela época e os preciosos testemunhos de Marcello Caetano, de Álvaro Cunhal e do próprio Humberto Delgado, entre outros, serviram a investigação referente a um tempo cronológico que vai da I República até ao início da Guerra Colonial. Ademais, além da entrevista, convém ainda referir que usámos os métodos indutivo-dedutivo, comparativo e analítico no cometimento deste labor académico. Tendo em conta que esta Dissertação se insere na área científica da Ciência Política, decidimos usar, para as nossas citações e referências bibliográficas, as normas da *American Political Science Association* (APSA) através do Software Mendeley - 1.9.2.

É ainda de referir que o nosso objeto de estudo implica uma espécie de abordagem interdisciplinar entre, por exemplo, as áreas científicas da História e da Sociologia, com fortes *nuances* políticas, sendo que a sua combinatória confere sentido à Ciência Política¹ (designação do Mestrado que frequentamos). Como qualquer trabalho de investigação, também o nosso é composto por alguns objetivos que passamos a assinalar: caracterizar o regime que vigorou durante o Estado Novo; compreender o modo como foi feita a oposição nas eleições presidenciais portuguesas de 1958; refletir sobre a tomada de decisões de alguns

¹ A *Ciência Política* é hoje em dia indispensável à compreensão da realidade política, num determinado meio social. Esta distingue-se da *Filosofia Política* por excluir do seu âmbito juízos morais, prestando, assim, atenção à recolha e análise de dados empíricos. Podemos definir *Ciência Política* como a que se ocupa da política como ela é e não como deveria ser, concentrando-se em processos reais e não nos formais. Na verdade, a ciência foi definida como *o estudo ou pesquisa, com a metodologia das ciências empíricas, de diversos aspetos da realidade política, a fim de a explicar o mais completamente possível* (MORLINO apud PORTA 2003: 14)

protagonistas; relacionar a opinião dos entrevistados com a bibliografia consultada; contribuir para a clarificação da História daquele tempo - da I República até ao começo da Guerra Colonial; aprofundar o entendimento da democracia.

Quanto à estrutura do presente trabalho, podemos referir que, além da dedicatória, dos agradecimentos, do resumo, das palavras-chave, do índice, das considerações finais, da bibliografia e webgrafia, dos anexos, este estudo está dividido em três capítulos e, por seu turno, em subcapítulos e pontos temáticos. Assim, no capítulo primeiro, tratámos de efetuar o enquadramento teórico e concetual composto pelos subcapítulos relativos à caracterização do Estado Novo; às oposições; à situação económica; à situação social e, por fim, à conjuntura internacional. Relativamente ao capítulo segundo, dissertámos sobre o Processo Eleitoral, mais particularmente sobre a apresentação de candidaturas e respetivos comportamentos, quer do Regime quer da Oposição, bem como sobre a origem do fenómeno Delgado: do Regime à Oposição, abordámos ainda, as eleições como ponto de viragem, onde explanamos a emergência de uma ameaça para o Regime implantado e a resposta deste à mesma. Relativamente ao capítulo terceiro, que intitulámos "Memórias políticas", abordámos o método de entrevista; o método da escolha dos entrevistados, o guião da entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo das mesmas, através da construção de uma grelha, a qual apelidamos de "Grelha de análise de conteúdos - redução de dados". Por fim, surgem as considerações finais onde, procurando responder aos objetivos traçados, tentámos articular as ideias contidas na análise do conteúdo com outras defendidas anteriormente no quadro bibliográfico. No final, colocámos a bibliografia, a webgrafia, bem como, em anexo, as cópias das páginas dos jornais consultadas, outros documentos considerados pertinentes e reproduções de fotos da campanha de Humberto Delgado em várias cidades de Portugal.

Capítulo I - O regime do Estado Novo

1. Enquadramento teórico e concetual

1.1. Aproximações a alguns conceitos chave

A definição de Regime político afigura-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, daí a importância em responder à questão: o que se pretende dizer com *Regime político*? A resposta, contudo, pode tornar-se bastante complexa, uma vez que interessará também saber *como surge um Regime político*, ou mesmo *qual seria o melhor regime político*. É nossa convicção que as civilizações, ao longo da história, necessitaram dessas, e de outras, respostas para a realização de um *Ethos*, ou seja, um conjunto de normas de conduta e ética característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, grupo ou comunidade, que marca as realizações ou manifestações culturais capazes de gerar a melhor convivência entre todos os membros constituintes. Pensar sobre o que é um *Regime*, é estar entre aquilo que se é na prática social com aquilo que poderá *vir-a-ser*. Tomemos como exemplo o *patriotismo*. Segundo Tocqueville (1972) ser patriota é estar vinculado a uma ideia como a *liberdade*, mas, ao mesmo tempo, é estar vinculado a um conjunto de regras e instituições, como a *Constituição*.

O regime político nasce das características gerais de um povo. O modo como o regime se irá desenvolver está diretamente ligado à conceção dos que controlam ou possuem o poder dentro do regime, ou seja, o comportamento dos governantes. O governante, segundo a filosofia política, pode seguir uma linha Maquiavélica, aceitando os conflitos sociais como insuperáveis, porém administráveis, ou, então, uma linha Aristotélica, sendo que a experiência vivida se torna importante para o bom comando, ou mesmo Platónica, cujo principal elemento é o culto do governante. O Regime político, seja ele democrático ou autoritário, teocrático, republicano ou monárquico, ou de qualquer outro tipo, exprime a necessidade da busca de sentido entre os parâmetros que guiam a vida individual e os que orientam a vida em sociedade.

Assim, a abordagem sociológica, feita ao longo da história, contribuiu para a justificação, assente em bases científicas sólidas, na classificação dos Regimes Políticos. O processo ideal para distinguir as principais diferenças entre estes reside na sua forma de luta política, sendo a sua fundamentação desta maneira imputada aos diferentes modos de conquista, bem como da manutenção do poder, das condições políticas e sociais na luta pelo poder decorrentes das transformações quer internas ou externas da luta política (BOBBIO *et al.* 1998: 1081-1082).

Poderemos, assim, dizer, de uma forma minimalista, que *regime político* é o envolvimento, a organização das relações entre governados e governantes (entre estes e

aqueles). Seguindo esta definição, podemos encontrar regimes melhores, ou mais eficientes que outros, legítimos ou ilegítimos. Segundo Aristóteles, existem três boas formas de regime: a monarquia, a oligarquia e a república (politeia); regimes em que o poder político se preocupava com o bem comum, sendo, por esse ponto de vista, legítimos. Por outro lado, ele também diferencia três maus regimes: tirania, oligarquia e a democracia (dêmos), em que quem detém o poder apenas se preocupa com o seu, ou seus próprios interesses, sendo, por isso, considerados por este como despóticos ou ilegítimos. Para este pensador da antiguidade, a fim de bem governar, seriam necessárias qualidades que só alguns possuiriam, bem como a opinião dos governados. Assim, para este, a pior forma de regime seria a democracia, considerando a república como um dos melhores regimes (ARISTÓTELES 1998: livro III e IV)².

Os valores que sustentam os vários tipos de regime como liberdade, equidade, solidariedade, justiça e soberania popular têm sido tema de inspiração, desde os tempos do pensamento clássico até aos dias de hoje. Contudo, o termo democracia usado na Grécia antiga³, difere do conceito de hoje⁴. Para os gregos, a noção de democracia era bastante diferente da que na atualidade experimentamos e acreditamos ser *universal*, uma vez que a condição de cidadania era estabelecida por pressupostos que excluía boa parte da população. Ainda assim, tal opção não envolvia qualquer tipo de interesse político, mas sim um comportamento da própria cultura ateniense. Na atualidade, entende-se democracia como a regra da maioria, ou seja, a vontade de todos nas resoluções coletivas e vinculatórias.

Neste contexto, convém definir minimamente a democracia e os conceitos genéricos que a distinguem, como sendo a melhor forma de regime, tendo em conta as relações entre eleitos e eleitores, uma vez que a base da democracia moderna é, sem dúvida, o instituto de uma constituição da representação e do seu adequado governo representativo, organizado em decorrência do amplo exercício das liberdades individuais.

Estamos, por conseguinte, perante uma das palavras mais ambíguas e que mais interpretações tem suscitado ao longo dos tempos, quer por filósofos, quer por políticos, como Giorgio Agamben, a quem o termo democracia soa algo distorcido e, que, segundo ele, pode provocar mal entendidos, ao remeter para dois parâmetros diferentes: uma forma de composição do corpo político, ou uma técnica de governo (AGAMBEN *et al.* 2010).

Segundo Donatella Della Porta, numa definição minimalista, democracia é *o poder pelo povo (demos)*⁵, *do povo e para o povo: deriva do povo, pertence ao povo e deve ser*

² No mesmo sentido, ver FERNANDES 2008: 143-150.

³ O termo democracia provém dos vocábulos gregos *demos*, que significa gente ou povo e *kratos* que significa autoridade ou poder. Segundo Aristóteles, a democracia era sinónimo de povo e estes eram muitos, sendo então um governo democrático governado pelos cidadãos. A democracia grega teve o seu apogeu nos séculos V e IV a. C. Acabou sendo suplantada pela Macedónia e, mais tarde, pelo domínio romano.

⁴ Durante muito tempo, a palavra democracia ficou esquecida, pelo menos até à independência dos Estados Unidos da sua antiga colonizadora, a Inglaterra, onde se assistiu à necessidade de se criar um poder local, culminando na disputa pela ratificação da Constituição dos Estados Unidos da América, inovando esta nas suas contribuições e proclamando, para a posterioridade, a democracia representativa.

⁵ Povo (*demos*) são os cidadãos.

usado pelo povo (2003: 50)⁶. Esta tem como característica principal *a capacidade dos governos para satisfazer, de forma continuada, as preferências dos cidadãos, num cenário de igualdade política* (Robert Dahl, apud PORTA, 2003: 50), ou seja, os eleitos devem ter em conta os anseios do povo que os elegeu, pois, em última análise, estes são os representantes dos seus interesses.

Na atualidade, a democracia, embora partilhando ainda algumas semelhanças com a democracia grega ateniense, tem, de qualquer maneira, sabido adaptar-se aos tempos modernos, mantendo-se em constante processo de adaptação e evolução. Na democracia direta ateniense, onde era o povo⁷ em peso quem tomava todas decisões executivas e legislativas, tendo como principal preocupação o interesse geral, conforme refere Péricles na oração fúnebre que faz pronunciar pelo chefe do partido democrático, Tucídides, *e reza o seguinte: Porque o Estado foi criado no interesse geral e não no de apenas um grupo, a nossa política pôde tomar o nome de democracia* (VANOYEKE 2001: 141). Esta evoluiu para uma democracia liberal representativa, onde o povo, por meio de votação popular, escolhe os diferentes deputados, eleitos por sufrágio universal, agindo estes apoiados em constituições em nome do povo, como diria Lincoln, *governo do povo, pelo povo, e para o povo*⁸. A democracia de hoje assenta, assim, em duas premissas fundamentais: no constitucionalismo e na representatividade, ou seja, na representação por agentes políticos, escolhidos livremente com o propósito de ocuparem os cargos políticos, de tomarem as melhores decisões políticas, conforme a lei constitucional, que legislem e administrem a coisa pública, tendo em conta o bem comum dos cidadãos.

Porém, a história mundial recente dá-nos a conhecer períodos e tipos de governo que, de uma maneira ou de outra, se foram impondo, contrariando estes princípios. Tendo em conta o século XX, constatamos como a sociedade mundial foi testemunha de várias formas de governo, como o fascismo, o nazismo, o comunismo e outros tipos de governo que se impuseram e dominaram um pouco por toda a Europa, mas não só, nas primeiras quatro décadas do século passado.

Ainda que na atualidade e no mundo ocidental se possam encontrar resquícios de algum destes tipos de governo⁹, a verdade é que, na maioria dos países, estes regimes, sobretudo após a II Grande Guerra Mundial, vieram a ser afastados ou mesmo erradicados, deixando, de vez, nestes países todos os tipos de opressão sobre os indivíduos, passando estes a ter o direito de eleger, em liberdade, os seus representantes. Mas houve exceções em

⁶ No mesmo sentido, ver BOBBIO 2009: 100

⁷ Na cidade-estado de Atenas, da Grécia Antiga, o povo era entendido como membro ativo da sociedade. Em rigor apenas os cidadãos, proprietários e livres eram dotados de direitos políticos, pelo que as mulheres, os estrangeiros, escravos e crianças não eram considerados como tal. Uma vez que o era o povo por meio de aclamação em assembleia, a *eclésia*, que elegia os seus representantes anteriormente sorteados, podemos dizer que era o povo que participava ativamente nas decisões de governo da *polis*.

⁸ « [...] *government of the people, by the people and for the people*» - Discurso do Presidente Abraham Lincoln em Gettysburg, Pennsylvania, em 19 de novembro de 1863, <http://www.argnet.pt/portal/discursos/novembro01.html> (junho 6, 2013).

⁹ No caso da Europa Ocidental apenas 4% dos países não disfrutaram de regimes democráticos, <http://www.freedomhouse.org/article/freedom-world-2012-arab-uprisings-and-their-global-repercussions> (maio 9, 2012).

Portugal e noutros locais, como a Espanha e a Grécia, países onde tal não aconteceu, mantendo-se nestes, até à primeira metade da década de 70, regimes de cariz repressivo, sem respeito pelos princípios democráticos.

Tendo em conta o que já foi dito, passaremos à história do regime político que vigorou em Portugal, sobretudo olhando para a década de 50, assim como à análise da oposição ao regime de então.

Creemos que, para podermos caracterizar o regime que vigorou durante o Estado Novo, teremos de voltar ao ano de 1926, a 28 de maio, data do levantamento militar em Braga, liderado por Marechal Gomes da Costa, que tinha, como fim, o derrube do governo parlamentar surgido após a implantação da República em 5 de outubro de 1910. Este levantamento teve como objetivo pôr fim à grave crise política, económica e social, bem como à desacreditação popular evidente, granjeada ao longo dos muitos e sucessivos governos produzidos¹⁰ durante o período que ficaria conhecido na nossa história como I República.

Deste clima de agitação social, sobressaem dois acontecimentos que provocaram grandes convulsões e bloquearam as instituições e o país: o primeiro, em 1918, o assassinio de Sidónio Pais, Presidente da República e, em 1921, o assassinato de várias personalidades políticas da época, como António Granjo, Machado Santos, Carlos da Maia e Botelho de Vasconcelos, entre outros, que sucumbiram às mãos de grupos de marinheiros sublevados, ficando tristemente conhecida como a *noite sangrenta*¹¹. Assim, em 1926, o desencadeamento do golpe militar vai derrubar definitivamente o liberalismo da I República, sob cujos princípios básicos assentou o constitucionalismo monárquico e o sistema político demoliberal republicano implantado em 1910. Estes acontecimentos, que compreendem os anos de 1926 a 1933, em que as Forças Armadas instauraram um regime autoritário, cujo governo concentrava os poderes anteriormente exercidos pelo Parlamento e pelo Ministério¹², legislando através de decretos com força de lei, dariam início ao período conhecido na história como *Ditadura Militar* (CAETANO 1968).

Este processo seria responsável, pelo início da transição da ditadura militar instaurada em 1926 para a implementação do Estado Novo nos anos de 1933-1934, o começo do regime salazarista, *que se transformaria num dos mais agitados e politicamente complexos, momentos, da nossa história do século XX* (ROSAS e MATTOSO 1998). De facto, este período

¹⁰ Em 15 anos de vigência da Constituição de 1911, sucederam-se 8 Presidentes da República e 44 governos.

¹¹ Os crimes da *noite sangrenta* de 19 de outubro de 1921 abriram uma devastadora crise moral na República e marcaram o início de uma série de conspirações militares que culminaram no 28 de Maio. Na noite de 19 para 20 de outubro de 1921 foram assassinados, em Lisboa, António Granjo, primeiro-ministro demissionário, o almirante Machado Santos, um dos homens do 5 de Outubro, o comandante Carlos da Maia, que liderou a revolta da Marinha no mesmo 5 de Outubro, o comandante Freitas da Silva, chefe de gabinete do ministro da Marinha, o coronel Botelho de Vasconcelos, antigo ministro de Sidónio, e o motorista Jorge Gentil. Estes Crimes seriam perpetrados por marinheiros, guardas-republicanos e civis armados, na sequência de um golpe chefiado pelo coronel Manuel Maria Coelho (ROSAS and ROLLO 2011: 448 e 482)

¹² Em 18 de abril de 1928, o recente Chefe do Estado, General António Óscar de Fragoso Carmona, estabeleceu como norma que o Presidente da República, na Ditadura, não governaria diretamente, - sistema presidencialista pessoal - mas sim através de um presidente do Ministério, que formaria e dirigiria o governo. Seria neste contexto que Oliveira Salazar entraria como Ministro das Finanças (CAETANO 1968).

corresponde a uma mudança de política, o fim de quase um século de políticas liberais e o início de um regime de cariz autoritário, corporativo, antiparlamentar, anticomunista e político-constitucional, para o qual, António Oliveira Salazar, seria formalmente convidado¹³, em 1928, para o lugar de Ministro da Finanças, cargo através do qual se instituiria como a principal figura política, cuja influência se prolongaria na vida dos portugueses por mais de quatro décadas. Mas, seria com a entrada em vigor da Constituição de 1933, idealizada e elaborada por Salazar, entretanto nomeado Presidente do Conselho, que são conhecidas as principais linhas de orientação do novo regime, esclarecendo Salazar:

Nós temos uma doutrina e somos uma força. Como força, compete-nos governar: temos o mandato duma revolução triunfante, sem oposições e com a consagração do país; como adeptos de uma doutrina, importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que constituem. Por isso, não há acordos nem transações, nem transigências possíveis. Aqueles que concordarem com o programa da ditadura, praticam ato patriótico colaborando; os que não concordem, podem ser dignos confessando a sua discordância, e são livres de proclamá-la; mas, no que respeita a atuação política efetiva, levá-lo-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente (NOGUEIRA 2000^a: 172, 173).

1.2. Breve caracterização do regime estado-novista

Após esta brevíssima resenha, compete-nos catalogar o regime político que vigorou durante o Estado Novo, durante a governação de Salazar, tarefa que tantas polémicas tem suscitado e, certamente, continuará a fomentar. Partindo do princípio que a concentração do Poder, da Justiça, se pode definir, em termos jurídicos, que um Estado se rege sob um regime autoritário e, que segundo o pensamento de Raymond Arond,

Um regime autoritário pode manter o diálogo dos grupos sociais e mesmo a legalidade do exercício do poder, ao mesmo tempo que se suprime a competição entre indivíduos e partidos candidatos às funções executivas ou, pelo menos, ao mesmo tempo que se despoja esta competição do seu carácter organizado e regular (1965: 141),

então, depressa encontraríamos uma classificação para o tipo de regime que Salazar impôs durante tantos anos. Mas, na verdade, não nos parece assim tão fácil. A natureza do regime autoritário português imposto por Salazar, a partir de 1932, tem sido descrito, quer por historiadores como Fernando Rosas, José Mattoso, Luís Reis Torgal, Mário Matos e Lemos, quer por politólogos como Manuel Loff, André Freire, Manuel Braga da Cruz, António Costa

¹³ Salazar ascende ao Ministério das Finanças em termos definidos por si, afirmando mesmo: *jogo tudo por tudo, e exijo as condições de máxima liberdade, de ação, de escolha, e de direção* (NOGUEIRA 2000^a: 2) (Vol. II).

Pinto e Goffredo Adinolfi, entre outros, como sendo um regime autoritário¹⁴ com tendência à concentração de poderes, por uns, e como sendo um regime fascista¹⁵, por outros, tal como o que surgiu entre os anos de 1922 - 1925, em Itália. No entender de Adinolfi, esta discussão prende-se com o processo com que Salazar interpretou, impôs e consolidou a ideologia de Benito Mussolini em Portugal, uma vez que em 1922, em Itália, e nos anos 30, em Portugal, são instaurados regimes ditatoriais, o Fascismo e o Estado Novo, na sequência de cenários idênticos de instabilidade e descontentamento popular, tendo ambos como inimigo comum o liberalismo, acusado de ser o causador da perda de autoridade do Estado, que ambos desejavam mais forte, mais intransigente e anti-individualista. Se para os fascistas italianos *tudo está no Estado e nada de humano e de espiritual existe fora do Estado* (GENTILI apud ADINOLFI apud FREIRE 2012: 128), no Estado Novo o lema era praticamente semelhante, *tudo na Nação, nada contra a Nação*. Enquanto Mussolini tinha como principal objetivo a mobilização de massas, tendo em vista o expansionismo, a junção de novos territórios, Salazar não teve essa necessidade, uma vez que Portugal era já detentor de um vasto Império Colonial, pelo que promoveu o contrário, a desmobilização das massas, promovendo, antes, um *arrumo* destas, numa sociedade política englobada em comunidades naturais: família, freguesias, locais, concelhos, profissões, e associações devidamente disciplinadas, tendo sempre em vista o interesse geral e o respeito das leis gerais (CAETANO 1968: 131,132).

Apesar de Salazar em vários momentos apoiar, seguir e copiar Hitler e Mussolini, o sistema político que adotou no Estado Novo aproximava-se mais do sistema italiano do que do alemão, uma vez que, no caso português, como no italiano, o cidadão desaparece como elemento individual e essencial, dando lugar ao coletivo, à família, passando o Estado a ser consequência da vontade das elites e não da vontade popular, promovendo, ao mesmo tempo, todo um sistema de regulação económica e autoritário, lançando, desta maneira, as sementes do sistema corporativista¹⁶, nos moldes de Mussolini, que se tornaria no principal instrumento da regulação totalitária do Estado. Mas, seriam estas as únicas semelhanças? Não! Também no que diz respeito às políticas de intimidação, de propaganda e de repressão através da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Legião Portuguesa (LP) nos moldes das Schutzstaffel (SS) e por todo um vasto sistema prisional violento¹⁷ que incluía campos de concentração suportados por uma justiça política de cariz arbitrário concedida à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)¹⁸ nos moldes da Gestapo, mas também pelo sistema de inculcação ideológica da juventude na Mocidade

¹⁴ Manuel Braga da Cruz; José Mattoso; Luís Reis Torgal e António Costa Pinto.

¹⁵ Fernando Rosas; Manuel Loff; Mário Matos e Lemos; Adinolfi e André Freire.

¹⁶ Entenda, o Corporativismo como a doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano económico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político" (BOBBIO *et al.* 1983: 287).

¹⁷ O caso luso é muito menos violento e muito menos fascista, contudo convirá lembrar, como diz Fernando Rosas, *que a violência está inscrita no código genético de todos os regimes de tipo fascista* (2012: 190).

¹⁸ Após a II Grande Guerra passou a denominar-se por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), e no período marcelista, por Direção Geral de Segurança (DGS).

Portuguesa (MP) nos moldes da juventude Hitleriana, das mulheres na Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e pela Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), esta com a preocupação de educar os espíritos sobretudo do mundo rural e piscatório. Copiou leis e costumes. Pensou mudar a bandeira nacional por uma bandeira da LP com a Cruz de Avis a imitar a cruz suástica. O próprio Salazar acenou às multidões de braço estendido à boa maneira fascista¹⁹, tendo mesmo distribuindo uma fotografia sua com a de Mussolini na sua secretária²⁰. Álvaro Cunhal, no seu *livro Rumo à Vitória*, afirmou: *Só não foi mais longe na cópia, porque lhe faltou o jeito* (1974: 115). Neste sentido, podemos dizer que o regime corporativista, como sistema disciplinador social, regulador económico e pilar dos órgãos de repressão representa a essência do fascismo, pelo que o corporativismo equivalerá ao fascismo enquanto regime (ROSAS 2012: 328-334).

Estamos certos de que o regime salazarista, desde a sua nascença e durante o Estado Novo, se encontra identificado e ligado ao fascismo italiano de Mussolini, embora, Salazar tenha expressado a necessidade de se afastar de comparações com o fascismo italiano, usando, para tal, o mentor e diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) do Estado Novo, António Ferro²¹, conforme se pode constatar numa das entrevistas deste a Salazar, em que respondendo à pergunta: *Julga o Fascismo, nas suas linhas gerais, adaptável ao nosso País?*

Salazar responderia:

A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. [...] O Fascismo é um produto típico italiano como o Bolchevismo é um produto russo. [...] Tenho o orgulho de lhe dizer que a obra da Ditadura portuguesa, guardadas as proporções do meio, não é inferior, nos seus resultados e nas suas diretrizes, à obra da Ditadura italiana. [...] O que lhe posso garantir é que a nossa experiência é a mais inteligente, a mais original que se tem feito (FERRO 2007: 49 - 63)²².

Desta maneira, e apesar de a Constituição Política da República Portuguesa de 1933, no seu Artigo 5º, instituir que o Estado, na sua forma de ser é unitário e corporativo, e uma República enquanto à sua forma de regime²³, o facto é que acreditamos estar perante um tipo de regime fascista, regime que utilizou com algumas *nuances* todo o pragmatismo encontrado no totalitarismo e carácter fascista do pensamento de Mussolini, e pelo facto de também consubstanciar uma organização política, social e económica, sendo, por isso, possível concluir que o Estado Novo foi, de facto, um Regime Fascista. Assim, e tal como Frei

¹⁹ Cf. Foto 1 em anexo I.

²⁰ Cf. Foto 2 em anexo I.

²¹ António Ferro, jornalista internacional e cosmopolita de renome no final dos anos vinte, entrevistou entre outros Primo de Rivera, Benito de Mussolini ou António Maura.

²² Excertos da 3ª Entrevista de António Ferro a Oliveira Salazar.

²³ Artigo 5º - Da nação portuguesa (Diário do Governo, nº 185, 1ª Série de 11 de agosto de 1938: 4).

Bernardo de Brito²⁴ focou nos Lusitanos, os acontecimentos importantes da história das monarquias da Península Ibérica, criando a ideia patriótica da Monarquia Lusitana, nós da mesma maneira, para diferenciarmos o fascismo português do italiano, passaremos a referirmo-nos ao Fascismo Lusitano.

Importa, agora, identificar quais os principais elementos que fundamentavam e caracterizavam o Fascismo Lusitano do Estado Novo e qual a conceção em que Salazar se apoiava para implementar o seu regime.

A primeira figura do Estado Novo era a do Presidente da República a qual Salazar sempre fez questão que fosse representada por um militar da sua confiança que, por coincidência, ou não, mostrou ter algo de rotatividade pelos três ramos das forças armadas, como os casos de Óscar Fragoso Carmona, Craveiro Lopes e, por fim, Américo Tomaz, pertencendo pela mesma ordem ao Exército, à Aviação e à Marinha.

A Constituição de 1933²⁵ dava ao Chefe do Estado poderes análogos aos que formavam o Poder moderador na Carta Constitucional, pelo que estaríamos perante um sistema presidencialista, que utilizou o sufrágio universal e direto, apenas até 1959, facto que será novamente abordado e explicado noutro capítulo. Este presidencialismo passaria, no entanto, a semipresidencialismo por força do deslocamento da chefia efetiva do governo para as mãos do Presidente do Conselho, o próprio Dr. Oliveira Salazar, passando a presidência da república a ser uma simples magistratura representativa. Como de facto se veio a constatar, quem governava era o verdadeiro *Chefe*, era o Presidente do Conselho, tendo mesmo Marcello Caetano dito que se tratava de um *presidencialismo bicéfalo ou do primeiro-ministro* (1968: 134).

A Assembleia Nacional (AN), desde 1933, até à revisão de 1945, elegia 90 deputados, passando, depois, para 120 e, em 1959²⁶, para 130. O método de sufrágio foi sempre o mesmo ao longo do Estado Novo, de tipo universal e direto, aumentando o colégio eleitoral ao longo dos anos, sobretudo com capacidade de voto dado às mulheres. Esta assembleia caracterizava-se não pela existência de partidos, mas sim por nesta se encontrar representada uma organização não partidária, porém obediente a Salazar, a União Nacional (UN)²⁷. Organização que se encarregava da elaboração das listas e de ser a proponente de todas as candidaturas previamente vencedoras, pelo que, carecia, de democraticidade, era viciada, e apenas representava um universo de votantes bastante restritos.

A principal função da assembleia, a fiscalização do Governo e votação das leis foi-se esvaziando ao longo dos sucessivos mandatos²⁸, por força dos poderes, cada vez maiores, do Presidente do Conselho.

²⁴ Frei Bernardo de Brito (1569 - 1617), foi cronista geral e religioso da ordem de S. Bernardo no Mosteiro de Alcobaça.

²⁵ Artigo 81º - Das atribuições do Presidente da República (Ibidem: 22, 23).

²⁶ Artigo 85º - Da constituição da Assembleia Nacional (Ibidem: 24).

²⁷ A União Nacional foi inspirada na organização fascista espanhola Unión Patriótica, fundada por Primo de Rivera, militar e ditador espanhol.

²⁸ De janeiro de 1935 a dezembro de 1964, a AN, votou apenas 240 leis, das quais 40 em 1935, uma média de 8 projetos lei por ano (CAETANO 1968: 135).

Um dos grandes pilares de Salazar foi o corporativismo, pelo que foi concebida uma Câmara Corporativa (CC), tendo como fim servir de órgão consultivo na feitura das leis e decretos-lei. Esta era formada por procuradores das diversas Corporações, Autarquias, Igreja Católica, Universidades e por diferentes instituições da Administração Pública. A capacidade de manter unidos estes sectores da sociedade portuguesa terá constituído um dos segredos para a longa duração do Estado Novo.

Contudo, tanto a AN, como a CP, apesar de estruturadas, depressa veem os seus poderes reduzidos, o poder legislativo e consultivo respetivamente, uma vez que a Constituição de 1933 visava a concentração do poder governativo em Salazar, pelo que estas duas instituições não serviam mais do que para manter as aparências de alguma democracia. Outra das características do regime, assentava no culto do Líder, do Chefe, pelo que a viabilidade do sistema dependia do carisma político de Salazar, tornando as eleições como que um plebiscito a um único candidato.

Também a institucionalização da censura que controlava, politicamente, todo o tipo de imprensa, publicações e mesmo manifestações de carácter cultural, apoiada por uma organização policial repressiva, a PIDE, que apesar de diminuta, em número de agentes efetivos, apenas de 300, mantinha toda uma teia de informadores, cidadãos comuns, que faziam de qualquer lugar um local de delação e terror. Desta maneira, o condicionamento da liberdade de expressão era efetiva, bem como uma forte repressão sobre qualquer tipo de ação política. Esta repressão constituía, por isso, uma punição *contra qualquer ousadia do comportamento desafiante dos limites tolerados, fosse ele político, cultural, sindical, religioso, moral ou outro. A repressão seria administrativa, política ou policial* (ROSAS 2012: 354)²⁹. Para Salazar, os valores que fundamentavam o seu pensamento eram fruto da inspiração em Deus, na Pátria e na Família.

1.3. As oposições

O termo *Oposição* pode levar a uma definição que se confunda com o que conhecemos hoje em dia, uma vez que, em democracia, este termo apresenta-se-nos como sendo uma realidade normal do dia-a-dia de uma sociedade de regime parlamentar, ou outras de vertente democrática, pelo que consideramos de vital importância tentar definir *Oposição* no contexto que nos propomos, ora, analisar.

A denominação *Oposição* resulta da atividade e do papel que diferentes grupos ou indivíduos assumem e desempenham dentro da sociedade. Assim, e de acordo com Gianfranco Pasquino, podemos, em termos algo minimalistas, definir a *Oposição como a união de pessoas ou grupos que objetivam fins constrangentes com fins identificados e visados pelo grupo ou grupos detentores do poder económico ou; a estes, institucionalmente reconhecidos como autoridades políticas, económicas e sociais, opõem os grupos de oposição sua resistência,*

²⁹ No mesmo sentido, ver Gofredo Adinolfi in FREIRE 2012: 137

servindo-se de métodos e meios constitucionais e legais, ou de métodos e meios de outros tipos, mesmo ilegais e violentos (BOBBIO *et al.* 1998: 846).

Quando falamos em *Oposição*, referimo-nos normalmente a esta em termos políticos, estando mesmo habituados ao uso de termos como: Oposição Parlamentar, Oposição Político Partidária e Oposição Fracionária entre outros. Neste caso, deparamo-nos com uma Oposição definida enquanto antissistema ou extra sistema que, embora em regimes pluralistas ou poliárquicos possam ser apelidadas de Oposições legítimas, no caso de um regime de características autoritárias, ou hegemónicas, como o de Oliveira Salazar, pode, também, ser apelidada de Oposição ilegítima. A oposição antissistema, ou ilegítima, nasce da “*contestação*” de grupos ou indivíduos, com uma liderança normalmente intelectual, tendo, como principais exigências, mais socialidade, liberdade, igualdade, etc., sendo que esta irá aumentando a forma de agir, ou de lutar, conforme os seus movimentos são afrontados por parte do *establishment* em aceitar as suas reivindicações, que visam construir um modelo completamente novo, quer seja da sociedade ou político, em relação ao que vigora (ibidem 1998: 846, 847).

Tendo em conta o que já foi dito e apesar da oposição ao regime de Salazar se ter manifestado ao longo de toda a sua vigência, foi, sobretudo, a partir do fim da II Grande Guerra Mundial, em 1945, e da conseqüente queda dos principais regimes fascistas e nazis, como o italiano e o alemão, que se iniciou uma mudança de atitude quer por parte do regime, que finalmente a reconhece ou tolera, quer por parte de vários sectores da sociedade oposicionista, que se tentam organizar, e não só. De facto, a vitória das democracias, a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)³⁰, ou o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética³¹, entre outros acontecimentos, contribuíram para um novo rumo quer a nível político, económico, quer ao nível cultural e social, assim como para o empolamento de novas consciências e anseios entre os vários sectores da sociedade, como o aumento do desejo de liberdade ou o inevitável aumento da contestação ao regime por parte de todos os oposicionistas.

Esta conjugação de acontecimentos, quer internacionais quer nacionais, tem como principal consequência o aumento das atividades das diferentes oposições, tendo mesmo em 1943 conseguido organizar-se em torno de um movimento unitário, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF). Dentro deste sobressaía o Partido Comunista Português (PCP), que acabava de se reorganizar, e era tido como o responsável por toda uma série de movimentos grevistas um por pouco por todo o país. O MUNAF, no entanto, também continha nas suas fileiras figuras da antiga oposição republicano-liberal e de novos socialistas que pretendiam ser o elo de ligação entre as fações comunistas e liberais.

³⁰ A Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN ou NATO, por vezes chamada Aliança Atlântica, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte assinado por Portugal em 4 de abril de 1949. - Cf. Diário de Lisboa (1949). *A assinatura solene do Pacto do Atlântico*, 4 de abril, p. 1, anexo II.

³¹ No XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, Nikita Krushev, revelou e denunciou os abusos, atrocidades e crimes cometidos por ordem de Estaline. Esta revelação levou muitos intelectuais a abandonarem o Partido Comunista, quer na União Soviética, quer em Portugal, como foi o caso do nosso entrevistado Edmundo Pedro.

Dentro desta plataforma, podemos encontrar dois objetivos diferentes: se, por um lado, os comunistas tinham como fim uma revolução social, através do que denominavam *levantamento nacional*, almejando com ela a desejável democracia política, por outro, os seus adversários políticos, que em termos de ódio ao regime de Salazar se equiparava ao temor de uma revolução perpetrada pelos comunistas, ansiavam por um golpe militar perpetrado por figuras deste sector, críticas ao regime, e, assim, conseguir a eliminação do poder de Salazar e, por essa via, conseguir a instauração de um regime democrático. A oposição militar, de facto, era patente em duas vertentes: os que se tinham envolvido e organizado em comités militares no MUNAF³² e os mais conservadores que se encontravam em torno do Presidente Carmona, que, tal como estes oficiais, demonstrava bastante antipatia pelo regime salazarista. Destas duas posições, resultou, por diversas ocasiões, algum afastamento, alguns equívocos e mesmo algum retraimento de última hora, o que redundou em fracasso qualquer tipo de manobra contra a ditadura fascista.

Em 1945, as leis eleitorais são modificadas. Salazar correspondia, assim, a uma certa pressão da opinião internacional, dando uma maior possibilidade à oposição de concorrer às eleições³³ legislativas, concedendo mesmo um período para que a oposição pudesse expor as suas ideias. No entanto, este período acabou por servir mais os serviços de vigilância, a PIDE, do que a própria oposição, pois era o espaço temporal em que esta polícia aproveitava para conhecer, mapear e marcar os seus opositoristas, para que depois pudessem atuar em conformidade com as instruções do ministro do Interior.

Salazar permite, no entanto, a legalização do Movimento de Unidade Nacional (MUD), da qual resulta uma enorme vaga de entusiasmo entre vários sectores da sociedade oposicionista, que se multiplica em várias campanhas de reivindicações e de denúncias contra o regime, ações que demonstravam uma grande esperança em por fim ao Salazarismo. No entanto, uma nova mudança nas políticas internacionais, das quais resultou o início da Guerra Fria³⁴, daria mais uma oportunidade a Salazar de se recompor e de ser ele próprio uma arma contra os perigosos vermelhos que proliferavam à sua volta, os comunistas. António Reis a este propósito afirma: *A guerra fria veio por outro lado, isolar da restante oposição ao regime salazarista o único sector organizado de forma duradoira e permanente da oposição, os comunistas* (1991: 176).

³² De entre estes, José Mendes Cabeçadas, oficial da Armada Portuguesa, maçom e político republicano, já tinha tido um papel decisivo na preparação dos movimentos revolucionários que conduziram à criação e à extinção da I República: a revolução de 5 de Outubro de 1910 e o golpe de 28 de Maio de 1926. Exerceu o cargo de 9.º Presidente da República Portuguesa (o 1.º da Ditadura Nacional) e de presidente do Ministério (Primeiro-ministro) no breve período entre 31 de maio de 1926 e 16 de junho, foi no entanto, afastado do poder pela estabilização do regime à direita e pelo salazarismo, transformando-se num feroz opositor ao regime de Oliveira Salazar, tendo-se envolvido em várias revoltas, subscrevendo vários manifestos políticos contra a ditadura, até à sua morte, em 1965 (MALTEZ 2004).

³³ Durante as eleições legislativas ou presidenciais era concedido apenas um mês para que candidatos da oposição, a deputados ou a chefe do Estado pudessem apresentar os diferentes programas publicamente, tempo que sempre foi escasso e insuficiente para a exposição de ideias. Em 28 anos foram apenas possíveis 11 meses dos 336 para que, “livremente”, pudessem publicamente dar a conhecer as suas posições (LE MOS 2012: 15).

³⁴ Guerra Fria é a designação dada ao período histórico entre 1947 e a extinção da União Soviética, em 1991. Tratou-se de conflito de ordem política, militar, tecnológico, económico, social e ideológica entre os dois blocos (Leste/Ocidente).

De facto estes acontecimentos e o pressentimento de Salazar de que o MUD se poderia afirmar via eleitoral depressa o levaram a tomar medidas, com o fim de neutralizar todo o entusiasmo popular e da oposição em torno do Movimento, pelo que, alegando um possível levantamento militar, manda suspender o MUD, e sua consequente ilegalização, ao mesmo tempo que decretava o início de uma autêntica *caça* às figuras mais importantes da oposição, das quais se destaca a prisão do dirigente comunista Álvaro Cunhal. Estes factos levam a que o PCP, massacrado pela repressão, e mesmo ostracizado pela restante oposição, se enclausure num ato de sectarismo político e defensivo. Alguns sectores da oposição pró-comunista procuram ainda prolongar a luta oposicionista, dando origem a um novo movimento, o Movimento Nacional Democrático (MND), agrupamento através do qual procuram prolongar a atividade do MUD continuando, entre 1949 e 1957, a desenvolver uma relevante, embora limitada, atividade política em prol da realização de eleições livres e democráticas.

Vemos, assim, como Salazar soube, desde logo, aproveitar a conjugação dos esforços dos países ocidentais na luta contra o avanço comunista pós-guerra, liderada pelos Estados Unidos da América (USA).

Por sua vez, a oposição encontrava-se, cada vez mais, dividida e empobrecida, devido não só ao clima de Guerra Fria, mas também devido ao conservadorismo demonstrado pela oposição que acreditava na possibilidade da ditadura se extinguir através do contacto com as novas democracias do pós-guerra (GOMEZ 2011: 66).

Por outro lado, a oposição demoliberal, que tentava conciliar diferentes pontos de vista políticos, quer dos republicanos, quer dos socialistas, quer dos dissidentes, ou mesmo dos membros expulsos do PCP, tinha a simpatia das classes médias profissionais e intelectuais das cidades, as mais conscientes politicamente do país, mas que, por outro lado, demonstravam uma falta de liderança partidária e de identidade, pelo que dependiam de algumas figuras, como António Sérgio, Jaime Cortesão, ou Mário de Azevedo Gomes.

Não menos importantes revelam-se os movimentos oposicionistas juvenis, sendo o MUD Juvenil, de orientação e influência comunista, fundamental na liderança dos movimentos estudantis nas universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, mas sobretudo na consciencialização dos estudantes para a realidade política portuguesa da época. Note-se igualmente que a Juventude Universitária Católica (JUC), que representavam a face católica, questionava a relação dos problemas sociais do Estado Novo. Estes movimentos levariam, em 1956-1957, à eclosão do primeiro movimento estudantil e universitário com carácter acentuadamente político a nível nacional, na luta contra o decreto-lei nº 40 900, de 12 de dezembro de 1956, de Leite Pinto, então ministro da Educação Nacional, que pretendia, entre outras medidas de carácter social, penalizadoras, controlar todo o movimento associativo académico, como eram as Associações de Estudantes Universitárias.

Não podemos, também, deixar de abordar os movimentos oposicionistas, que viriam a contribuir para o enfraquecimento e queda do regime: os anticolonialistas. Movimentos nacionalistas que surgiram um pouco por todo o território dito Ultramarino, como na Índia,

onde a ação de Nheru³⁵ viria a constituir um dos primeiros confrontos com Salazar, ou os movimentos independentistas surgidos em Goa e nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, que, em 1954, seriam mesmo ocupados por diferentes movimentos anticolonialistas.

Em 1956, surge mesmo o primeiro movimento oficial, através de Agostinho Neto, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e, em 1959, dá-se a primeira greve no porto de Bissau, na Guiné, que culmina no que seria o primeiro levantamento autóctone em terras africanas de Portugal. Na década de 60, os movimentos deste tipo viriam a afirmar-se, cada vez mais, em todos os territórios africanos, pelo que, além do problema por terras da Índia, o problema de Africa passou a ser umas das grandes preocupações de Salazar.

Mas a afronta contra Salazar não estava apenas concentrada nestas forças mais visíveis, pois também outra oposição, menos visível, mas com grande capacidade de movimentação tentava minar o regime, a Opus Dei³⁶. Esta sociedade secreta, além de defender os exemplos de uma família católica e de uma comunidade tradicional religiosa, tinha como fim o restabelecimento de uma monarquia forte e autoritária (Jesus Ynfante, apud VILELA e BRANDÃO 2011: 28).

Ao mesmo tempo que alcançava os seus objetivos em Espanha, de a infiltração no meio universitário e a influencia, por dentro, ao governo de Franco, também, em Portugal, este movimento lança as sementes do seu pensamento, através da captação e doutrinação de mentes de elevada inteligência e cultura no meio académico português, sobretudo em Coimbra, cuja Universidade era tida como sendo a melhor força de ensino em Portugal, onde achava estarem os melhores, e de ser a grande responsável pela formação de quadros políticos, mas principalmente por ser a responsável pela formação de políticos e ideólogos que sustentariam no futuro a elite política portuguesa.

A catequização da Opus Dei em Portugal, que segundo documentos da PIDE, recolhia há muito informações sobre a crescente influência, terá sido iniciada em 1946 em Coimbra, junto da população estudantil, estendendo-se, em seguida, a Lisboa, Porto e outras cidades, e meios sociais do norte ao sul do país. Mas Balaguer, pretendendo também a aproximação das elites religiosas, tenta a aproximação ao Cardeal Cerejeira, principal figura da Igreja portuguesa, pelo que várias vezes se deslocou a Portugal para se encontrar com o Cardeal na Rosa Negra, na cidade da Covilhã, local de férias do Cardeal-Patriarca. Apesar da aproximação de ideais e valores de Cerejeira com a Opus Dei, este nunca se deixou influenciar, uma vez que pretendia manter o seu estatuto de não interferência e independência em relação ao Estado e ao seu amigo Salazar.

Porém, a Opus Dei não deu por terminada as suas campanhas, em solo português, insistindo na renovação, através de uma contra ofensiva ideológica e cultural da juventude

³⁵ Jawaharlal Nehru, também conhecido como Pandita Nehru, estadista indiano, foi primeiro-ministro da Índia, desde a independência em 1947 até 1964.

³⁶ A Opus Dei é uma organização secreta ímpar, contemporânea, que pretende não se confundir com a Igreja Católica. Fundada em Madrid em 1928 pelo sacerdote José Maria Escrivá de Balaguer tinha por fim combater e derrubar o regime republicano, bem como os seus aliados, a Maçonaria, a qual considerava como sendo o grande sustentáculo da República. Esta sociedade secreta não era composta em exclusivo por Clérigos mas também por indivíduos pertencentes a grupos sócio-económicos de reconhecido valor e influência na sociedade (VILELA e BRANDÃO 2011).

universitária, que, mais cedo ou mais tarde, haveria de fazer parte das novas elites políticas portuguesas.

De facto, segundo relatos da PIDE, figuras como Francisco de Paula Pinto³⁷, Daniel Maria Vieira Barbosa³⁸ e mesmo Marcello Caetano³⁹ e Adriano Moreira⁴⁰ teriam ligações à sociedade secreta e ambos chegaram a desempenhar funções no governo de Salazar, sendo de realçar que um destes, Marcello Caetano, viria a ser o substituto de Oliveira Salazar. Os relatórios da polícia política demonstram que a questão da sucessão do presidente do Conselho começou a despertar grande atenção a partir da década de 50.

Nos relatórios da PIDE, onde a Opus Dei é denominada de *agregação político-religiosa*, esclarece-se que um dos seus principais membros seria o antigo ministro de Salazar Vieira Barbosa. Este sinal de alarme dizia ainda existir um perigo para o poder do Estado Novo, uma vez que o seu ex-ministro da economia estaria a rodear-se de importantes figuras políticas e económicas em *equipas de comandos*, sob a égide do pensamento de José Maria Escrivá de Balaguer, com o fim de poderem *agir num momento próprio*, e a procurar apoios junto de personalidade monárquicas, com o fim de lançar um jornal diário de conotação anti-salazarista. Haverá factos dos que jamais se saberá a verdade, como o que diz respeito a Caetano ou Moreira, mas cuja convicção da PIDE aponta para a existência de provas, afirmando mesmo: *Os representantes espanhóis sempre procuraram encontrar para dirigente em Portugal um homem com nome político e prestígio suficiente que o levasse um dia a fazer parte do Governo* (VILELA e BRANDÃO 2011: 22 - 186).

1.4. A situação económica e social

No pós-guerra, sobretudo na década de cinquenta, a indústria transformadora cresce a um ritmo sem precedentes; a população ativa aumentava consideravelmente, dando origem à afirmação de um novo e jovem proletariado industrial, sobretudo nas novas zonas industriais de Lisboa e nas margens Sul e Norte do Rio Tejo. Surgia também uma jovem burguesia, através da modernização dos serviços comerciais, das seguradoras e da banca, cada vez mais escolarizada e com acesso aos meios de comunicação.

Nas palavras de Fernando Rosas:

Também a sociedade salazarista se movia, o Portugal atrasado e periférico começava a experimentar, à sua maneira, as transformações que sacudiriam o mundo ocidental, a entrar na «época de ouro» que seria o trinténio de desenvolvimento e prosperidade do pós guerra (apud PACHECO et al. 1998: X).

³⁷ Ministro da Educação Nacional (1955-1961).

³⁸ Ministro da Economia (1947-1948).

³⁹ Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (1955-1958).

⁴⁰ Membro da delegação Portuguesa na ONU (1957-1959).

Assistia-se, por conseguinte, ao crescimento das cidades do litoral, sobretudo à volta de Lisboa e do Porto, contrastando com o interior que, perdia cada vez mais a sua população, fruto das migrações⁴¹ das suas gentes que fogem do mundo rural sobrepovoado e miserável para o litoral mais desenvolvido e industrializado. Estes movimentos populacionais vieram mostrar as deficiências dos centros urbanos, pois a ausência de infraestruturas, quer habitacionais, quer sanitárias, quer dos transportes que se revelavam insuficientes ou quase inexistentes, provocaram novos problemas nas zonas urbanas, mas sobretudo nas novas zonas suburbanas em crescimento, quer a nível social ou humano, como o aparecimento de bairros de barracas, da construção clandestina e conjuntamente a emergência da prostituição e da criminalidade, além do estrangulamento da rede de transportes já deficitária.

Mas a perda de população deve-se também à emigração que, pelo regresso da paz ao mundo e sobretudo à Europa, o restabelecimento das vias de comunicação internacionais e pelo facto de, na segunda metade da década de 50, a Europa se encontrar em franca recuperação económica, seduz um número elevado de portugueses em busca de uma vida melhor e condigna, para lá das fronteiras dos Pireneus, Alemanha e França, que se tornaram alternativas ao Brasil, principal país de destino até então dos que viviam no continente, uma vez que os habitantes insulares, dos Açores e da Madeira, preferiam países de destino como a África do Sul, a Venezuela, os EUA e o Canadá.

Nesta tendência, contudo, e tendo como causa o surgir dos movimentos nacionalistas e anticoloniais, Salazar tenta desviar os destinos da emigração portuguesa da Europa Central, fomentando a emigração, nos finais dos anos 50, para os territórios sob jurisdição portuguesa, aumentando, assim, a presença branca, no momento em que aconteciam as primeiras independências no continente africano⁴². Mas esta emigração, além de descapitalizar o país em termos de população, tinha outra grande desvantagem, pois além do seu carácter masculino, ela representava a melhor força de trabalho capaz de enfrentar os desafios da emigração, uma vez que era composta por indivíduos de idades compreendidas entre os 15 e os 29 (30%) e por entre os 30 e os 44 (20%)⁴³.

No início dos anos cinquenta, em Portugal, a educação de adultos, a alfabetização, entendendo-se esta à aquisição do ler, escrever e contar, a par de certas competências básicas, parecia ser uma das prioridades do regime, embora as universidades continuassem apenas acessíveis a uma certa elite (ROSAS e MATTOSO 1998: 371-377).

No entanto, e em consequência destes movimentos migratórios, sobretudo os internos, esta realidade altera-se, pois importantes e novas mudanças de cariz social, culturais e de mentalidade iriam alterar definitivamente a história deste período. A transformação da população rural em novos proletários, a expansão do sector dos serviços, a

⁴¹ Entre 1950 e 1960, à exceção dos distritos de Lisboa, Leiria, Santarém e Setúbal, todos sofreram grandes reduções da sua população.

⁴² Processo, iniciado após a II Grande Guerra Mundial, quando as velhas potências imperialistas europeias passam a sofrer grandes pressões das suas colónias por parte de movimentos independentistas em favor da emancipação. Na década de 50, no Continente Africano tornaram-se independentes de Inglaterra: o Gana, o Sudão e a Líbia, de França: a República Centro Africana, a Costa do Marfim, a Guiné e Marrocos.

⁴³ No mesmo sentido, ver CAETANO 1974: 98-101.

contínua alfabetização, um maior acesso à educação, à vida cultural e a novas formas de socialização nestas novas áreas urbanas ou suburbanas, em especial de Lisboa e das margens do rio Tejo, contribuirão para o fortalecimento social e político destes indivíduos. É neste quadro que a população aumenta os seus níveis de consciência da realidade e de si próprias, transformando, lentamente, atitudes, mentalidades e comportamentos.

Ao contrário do que acontecia na nova Europa democratizada, onde a prosperidade e distribuição da riqueza se generalizava, em Portugal acentuava-se a desigualdade da distribuição dos rendimentos, quadro que contribuirá para que cada vez mais, em surdina, se oiçam os ecos do mal-estar contra a nova realidade, cada vez mais presente nas consciências destes renovados cidadãos. *Invocava-se, cada vez mais, o direito de representação, consignado na Constituição (art.8º nº18)* (SOARES 1974: 197), mas sempre sem grande impacto uma vez que *a arma absoluta do regime foi sempre a redução dos adversários ao silêncio* (Idem 1974: 197).

1.4.1. A situação económica

Terminada a fonte de rendimentos dos anos da guerra, uma vez que, a coberto da neutralidade, foi um dos seus maiores abastecedores sobretudo pela exportação de Volfrâmio e Ferro para a Alemanha, Portugal vivia uma situação económica e financeira desafogada. Esta última resultava não só do facto de o país ter conseguido acumular grandes reservas de ouro, divisas, metais preciosos, mas também era alcançada à custa dos baixos salários da maior parte da população e da persistência do atraso económico, social e cultural do país⁴⁴. Seja como for, Portugal encontrava-se perante o falhanço da política agrícola, que nos finais da década de 40 se tornou mais evidente, com problemas de miséria, pobreza e carestia de vida a flagelar os portugueses e sem conseguir atingir o princípio básico da autarcia, ou seja, a quebra da dependência externa. Dentro do Estado Novo, surgem, contudo, novas ideologias, tendo em vista um novo rumo para a economia nacional.

Enquanto os mais tradicionalistas, os grandes proprietários agrícolas, por um lado, defendem o mantimento da política levada a cabo até agora, os neofisocratas, que defendiam uma economia agrária, identificando na terra a única fonte de riqueza, defendiam um maior investimento, um grande melhoramento na agricultura, de forma a atingir, de vez, o nível de autonomia pretendido; por outro lado, os mais radicais, os industrialistas, defensores para Portugal de uma via mais rentável, a industrial, passando a agricultura para segundo plano, sem, contudo, a desvalorizar uma vez ser sempre necessária.

Apesar de Salazar sempre ter recusado receber fundos do Plano Marshall, alegando *felizes condições internas*, numa atitude um tanto contraditória à de autonomia e de eliminação da dependência externa, Portugal assina, em 1948, o pacto da Organização

⁴⁴ *Salazar sempre atribuiu o atraso e a miséria de Portugal à «pobreza natural do país». Quem o ouvisse e acreditasse diria que nós, os portugueses, nos coubera o pior quinhão do planeta. O solo agrícola seriam pedras e calhaus. O clima desfavorável à agricultura. Minérios e fontes de energia quase inexistentes* (CUNHAL 1974: 11).

Europeia de Cooperação Económica (OECE)⁴⁵ que habilita o país a requerer e a receber ajuda económica⁴⁶ e, assim, a usufruir de maior liberdade de mercado.

A década de 50, inicia-se com o lançamento do I Plano de Fomento⁴⁷, tendo em vista a necessidade urgente da modernização e industrialização do país. Como resultado, Portugal lança uma profunda alteração das estruturas da economia, iniciando-se a eletrificação e outros serviços básicos que iriam contribuir para a aproximação dos padrões dos países em desenvolvimento, o que representará a primeira medida eficaz em termos de planeamento económico.

Com a finalidade de contribuir para melhoria do nível de vida e suavizar as pressões demográficas, aumentar a produção no trabalho e conseqüente redução do desemprego, os principais objetivos do I Plano de Fomento seriam: o fomento da agricultura, o aumento da produção de energia elétrica, a conclusão das indústrias de base em curso, a instalação de uma siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte e o incentivo ao desenvolvimento da refinação de petróleo, produção de adubos e da marinha mercante.

Apesar de se ter consumado um indiscutível crescimento da economia durante os anos 50, resultado, sobretudo, do vigor do sector secundário, o seu sucesso e alcance ficaram aquém do esperado, uma vez que o padrão de desenvolvimento desejado foi pontual e em parte artificial, não se conseguindo assim a sustentação do desenvolvimento económico (ROSAS e MATTOSO 1998: 386-413).

1.4.2. A situação social

A partir do princípio dos anos 50, Portugal e a sua população ativa iriam, finalmente, sentir uma grande mudança, em consequência da progressiva industrialização e terciarização da sociedade e das capacidades económicas. A população agrícola que significava quase metade da força laboral vê diminuir o seu número numa quase direta proporcionalidade do crescimento das forças ativas da indústria, do comércio, serviços e mesmo da função pública. Estes aumentos concentram-se, sobretudo, nas indústrias de base, químicas, metalurgia e máquinas, que se tornariam determinantes para Portugal, quer a nível económico, quer a nível social.

O desenvolvimento verificado, resultante da industrialização e da terciarização, após o início da década de 50, contribuiu, como seria de esperar, para a reformulação da composição e do equilíbrio entre os diferentes grupos e extratos sociais dos diferentes ramos

⁴⁵ Organização criada com o propósito de gerir os fundos do Plano Marshall e a reconstrução da Europa após a II Grande Guerra Mundial.

⁴⁶ Portugal acabaria por receber 54 milhões de dólares de ajuda direta e 18,3 milhões de ajuda indireta, entre 1948 e 1951.

⁴⁷ Em 1953, surge o primeiro de quatro planos de fomento. Cremos que, tiveram inspiração nos planos quinquenais soviéticos, pois Estaline tinha como objetivo estabelecer as prioridades para a produção industrial e agrícola do país para um período de cinco anos. Para Salazar os planos de fomento tinham como propósito definir sectores e projetos da economia a investir por parte do Estado.

da atividade económica. À exceção da agricultura, assistiu-se à concentração do patronato e respetivo aumento do número de assalariados, estabelecendo-se uma nova relação de tipo capitalista e, com ela, um aumento das tensões sociais.

Contudo, para assegurar a *paz social*, aplicou-se um conjunto de medidas como a implementação do salário mínimo e o subsídio de desemprego, a sustentação dos preços dos bens essenciais, a existência de cantinas nas fábricas, creches e postos médicos, construindo bairros sociais e fomentando sistemas assistenciais privados.

Pelo contrário, no meio rural, a situação apresentava duas realidades: a norte, uma característica minifundiária, em regime de autossuficiência e, por isso, bastante pobre; a sul, de características latifundiárias, onde os interesses dos senhores rurais permanecem inertes.

A ação da GNR em termos opressivos e de defesa dos interesses dos senhores detentores da terra e a igreja católica, grande responsável pela formação de mentalidades nostálgicas, do conformismo, da justificação da pobreza dos trabalhadores rurais, quase como sendo um destino predeterminado, impediam qualquer tipo de reforma, quer a nível de processos laborais, quer a nível cultural ou social, perpetuando, os processos de produção familiares, sobretudo das grandes explorações alentejanas. Assim, um pouco por todo o país, o meio rural, por falta de reestruturação e devido aos movimentos migratórios, vê perder o seu peso económico e social, levando à diminuição de parte do patronato latifundiário e consequente despromoção social (ROSAS e MATTOSO 1998: 371-386).

Por sua vez, e em consequência deste desinvestimento na política agrícola, os seus assalariados, sobretudo mulheres e idosos que ficaram para trás nos movimentos migratórios, passaram a sobreviver com o seu trabalho explorado de sol a sol, nos campos de autênticos terra-tenentes⁴⁸, onde apenas tiravam o mínimo para o seu sustento, vivendo em condições de miséria, tornando-se, por isso, alvos da influência do partido comunista na sua luta contra opressão, apoiando e orientando as lutas por melhores condições, como a das ceifeiras do Alentejo, da qual a de Catarina Eufémia nos lembramos⁴⁹.

1.5. A conjuntura internacional

Durante a maior parte dos anos 50, e como se subentende anteriormente, a conjuntura não se apresentava favorável, nem existiam condições para a implementação das forças oposicionistas e democráticas em Portugal. O entusiasmo popular vivido durante as campanhas eleitorais de 1945⁵⁰ e 1949⁵¹ tinha-se diluído, assim como o pouco espírito de

⁴⁸ Donos ou possuidores de grandes quantidades de terrenos, com grande riqueza, e de grande influência e poder sobre as autoridades eclesiásticas ou civis das localidades onde residiam. Os seus trabalhadores eram explorados de sol a sol em troca de salários que mal davam para o seu sustento.

⁴⁹ Catarina Eufémia foi assassinada durante uma greve de ceifeiras, que lutavam por um melhor salário. Foi assassinada pelas costas, com a sua filha de meses ao colo por um GNR, em proteção dos interesses de um terra-tenente, com três tiros de metralhadora. - Escutar a reportagem brilhante, realizada pela TSF: *Catarina é o meu nome*.

Hiperligação: http://www.tsf.pt/paginainicial/AudioVideo.aspx?content_id=3183765 (maio 12, 2013).

⁵⁰ A Candidatura de 1945 Data: 18 de novembro: Candidatos: 17 Círculos: 8.

⁵¹ A Candidatura de 1949 Data: 13 de novembro: Candidatos: 12 Círculos: 3.

unidade que tinha transparecido desses breves anos. Um editorial do *New York Times* diria, a propósito, referindo-se ao *totalitarismo plácido, benevolente e aparentemente assaz aceitável do antigo professor Dr. António de Oliveira Salazar, os portugueses parecem, de maneira geral, satisfeitos ou pelo menos resignados. O país é deles* (MENEZES 2010: 447).

Os ventos eram favoráveis ao regime de então. A entrada de Portugal como membro fundador da NATO, em 1949, e como membro permanente na Organização das Nações Unidas (ONU)⁵², em 1955, *foram fatores que no, plano interno e no plano internacional, vieram contribuir para a estabilidade política do Estado Novo e para um clima pouco propício à agitação social* (REIS 1991: 176), transbordando para o país uma maior aceitação por parte da comunidade internacional, sobretudo por parte dos EUA, de Inglaterra e mesmo de Espanha. No transcurso desta década, a ditadura de Salazar receberia apoios importantes, como aconteceu durante a visita do então General Dwight Eisenhower⁵³, pelo encontro de Salazar com Franco⁵⁴, ou aquando a visita da Rainha Isabel II e do Duque de Edimburgo⁵⁵ a Portugal.

Para dar a ideia que o poder repressivo abrandava, numa ação de cosmética, manda encerrar, em 26 de janeiro, de 1954, a Colónia Penal do Tarrafal⁵⁶, onde os opositores de Salazar jaziam em condições difíceis e degradantes para qualquer ser humano. O restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, tendo em vista o futuro de Macau, seria interpretado, quer para consumo interno, quer para consumo externo, como um apoio diplomático dum grande país socialista às políticas de Salazar. O contacto de figuras do regime com o exterior, inseridas numa nova política de participação nas organizações internacionais, a que Portugal aderira, viria a contribuir para uma visão diferente das realidades vividas durante a já longa vigência do Estado Novo.

O regime tenta transparecer que adere, de vez, às tecnologias usadas noutros países, avançados tecnologicamente, em termos de meios de comunicação. Assim, a 7 de março de 1957, a Radio Televisão Portuguesa (RTP) inicia as suas emissões, o que parecia ser uma abertura ao exterior. Salazar apresentava-se mais seguro que em qualquer momento, desde a explosão do poder fascista na Europa, nos anos que antecederam a II Grande Guerra Mundial. Contudo, a realidade viria a transparecer outra verdade. Quando tudo levava a acreditar no beneplácito internacional, a atenção inesperada dada ao processo eleitoral de 1958, por parte da imprensa internacional, (não descurando também as vozes que lá fora apelavam à descolonização) acabaria por levantar de novo várias questões quanto à aceitação exterior do regime de Salazar, começando este, então, a sentir o repúdio e a marginalização, cada vez maiores, por parte da comunidade internacional. *É por isso que a sociedade portuguesa das*

⁵² Portugal entra na ONU a 15 de dezembro de 1955, com mais 16 Estados, após um acordo entre a URSS e os EUA, que vetavam sistematicamente a admissão de candidatos do bloco oposto.- Cf. Diário de Lisboa (1955). *ONU: Unanimidade para Portugal*, 15 de dezembro, p. 1, anexo III.

⁵³ Cf. Diário de Lisboa (1951). *Eisenhower chega hoje*, 16 de janeiro, p. 1, anexo IV.

⁵⁴ Cf. Diário de Lisboa (1952). *A conferência Franco-Salazar*, 16 de abril, p. 1, anexo V.

⁵⁵ Cf. Diário de Lisboa (1957). *Isabel II de Inglaterra está em Portugal*, 16 de fevereiro, p. 1, anexo VI.

⁵⁶ Em abril de 1936, foi criado a Colónia Penal do Tarrafal, autêntico Campo de Concentração (o número de mortes neste campo fica, contudo muito aquém do que aconteceu nos campos nazis), na ilha cabo-verdiana de Santiago. Ficou conhecido como o *Campo da Morte Lenta* e representou mais um passo decisivo na instauração do regime fascista em Portugal, em muito semelhante aos que vigoravam na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler.

vésperas do delgadismo, por sob a «invisibilidade» reinante, por debaixo dessa ordem aparentemente inabalável, era como uma panela de pressão. Pronta a explodir, sem que ninguém parecesse dar por isso (PACHECO et al. 1998: XIII).

Capítulo II - O processo eleitoral

2. Os atores

2.1. Apresentação de candidaturas e respetivas estratégias

2.1.1. Do regime

Escolhido por Oliveira Salazar para suceder a Óscar Carmona na Presidência da República, Craveiro Lopes apenas cumprirá um mandato. Militar, como o seu antecessor, as suas relações com Salazar tornam-se difíceis ao longo do tempo. Os seus contactos com sectores do regime críticos de Salazar e com membros da oposição levam-no ao afastamento da corrida eleitoral⁵⁷.

Salazar, ciente de que os poderes do chefe do Estado lhe permitiam nomear e demitir o presidente do Conselho, e não estando disposto a aceitar a reeleição automática conforme tinha acontecido com o seu antecessor Óscar Carmona em 1934, decide não arriscar, propondo outro militar para candidato, Américo Tomás, marcando eleições para a Presidência da República, no dia 8 de junho de 1958. Estas eleições ficariam na história por terem sido as primeiras em que o Presidente do Conselho permitiu que um candidato da oposição se apresentasse e, participasse e fosse até ao nas eleições para a Presidência da República.

O secretismo da escolha de Salazar, que lhe pertencia exclusivamente, terminaria com a opção para seu candidato do seu *fiel Ministro da Marinha, Américo de Deus Tomás, suficientemente apagado e medíocre para lhe dar todas as garantias de obediência incondicional* (SOARES 1974: 217).

A União Nacional apresentaria, a 10 de maio, a candidatura do Almirante Américo Tomás no Supremo Tribunal de Justiça através o seu Secretário o Dr. Moreira Batista, que afirmaria: *a partir desta data, o Sr. Dr. Oliveira Salazar sobraçará interinamente a pasta da Marinha em consequência de o Sr. Almirante Américo Tomás ter pedido o seu afastamento das respetivas funções enquanto durar o período eleitoral*⁵⁸.

A campanha de Américo Tomás demonstrava claro apoio das personalidades afetas, assim como dos meios de comunicação, mas também das forças leais, entre as quais a PIDE, que demonstrava enorme empenho nas ações de controlo, de intimidação dos apoiantes dos

⁵⁷ Craveiro Lopes distanciar-se-ia cada vez mais do regime, envolvendo-se mais tarde na *Abrilada* de 1961, tentativa de golpe de Estado dirigida pelo general Botelho Moniz, ministro da Defesa, e a proferir inequívocas críticas à política colonial portuguesa.

⁵⁸ Cf. Diário de Lisboa (1958). *O Chefe do Governo sobraçará interinamente a pasta da Marinha*, 10 de maio, p. 1, anexo VII.

candidatos opositores, denegrindo a imagem dos candidatos, recorrendo à distribuição de panfletos⁵⁹, onde injuriavam tanto Delgado, como Arlindo Vicente.

Salazar, desde logo, se preocupou com a imagem a passar para o exterior, tentando dar uma imagem democrática das eleições. Mas não só, Salazar estrategicamente e, tirando partido da subserviente UN, da força repressiva da PIDE e da ação psicológica evidenciada nos discursos, onde sempre deram a entender, como certa a vitória, enfrentou toda a oposição unificada em torno de Delgado, conforme podemos constatar.

A União Nacional, através dos seus tentáculos nas autarquias locais, ficou logo encarregada de preparar o processo que garantisse vitória absoluta de Américo Tomás, segundo a palavra de ordem chegada a todos os titeres que ocupavam posições de relevo nos governos civis e câmaras municipais: «É preciso vencer por qualquer meio!» incluindo o roubo, puro e simples, dos votos destinados à Oposição (DIMAS 1977: 182)⁶⁰.

A campanha ofensiva desencadeada por Salazar contra o general Delgado e, em particular, a brutal intervenção da PIDE e das outras forças policiais e paramilitares contra os apoiantes, nas suas deslocações e ações de campanha eleitoral em Lisboa, Porto, Chaves, Covilhã, Coimbra, Aveiro e outras⁶¹, contribuiriam para o aumento, cada vez maior, do empenho e combatividade de todos os que o apoiavam, e se reviam na campanha de Delgado, *campanha eleitoral que agitou de tal forma o país, deixando-o, praticamente, em clima pré-insurrecional (MARCOS 2007: 32).*

Com a campanha a aproximar-se do fim, no penúltimo dia, na última sessão de campanha a 3 de junho, após a grandiosa receção a Delgado na Covilhã, o Secretário Nacional de Informação da UN, Dr. Moreira Baptista, mais em tom de aviso, do que em busca de votos, proferiu também na Covilhã um discurso que seria considerado de grande importância para o desfecho do ato eleitoral. Disse, então, nesta cidade:

Tenho pela Covilhã, pelas suas belezas e carácter, uma afeição e um entusiasmo que vem das muitas vezes que aqui tenho vindo buscar, nos largos horizontes e nas suas naturais atracões, a repousante contemplação da serra, da neve e da imponência majestosa das suas paisagens ímpares na terra lusitana. [...] No entanto sempre as boas doutrinas saem mais robustecidas da luta e dos ataques que sofrem; a experiência ensina que não é aos medíocres ou aos ambiciosos que pertencerá a vitória. A vitória essa já é nossa [...]»⁶².

⁵⁹ Cf. Panfletos em anexo VIII.

⁶⁰ Cf. Circular confidencial em anexo IX.

⁶¹ Cf. Fotos que comprovam o entusiasmo e o apoio em torno de Delgado. Anexo de ilustrações: Anexos A; B; C; D; E; F e G.

⁶² Cf. Diário de Notícias-America's Only Daily Published in Portuguese (1958). *Termina hoje em Portugal a Campanha política e a liberdade de imprensa*, 4 de junho, pp. 1-2, anexo X.

A 4 de junho, na sessão de encerramento da campanha eleitoral, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, antecipava também, no seu discurso de encerramento, qual o desfecho da campanha eleitoral. Disse, então, Salazar:

[...] Chega ao fim a campanha eleitoral, não como desejáramos mas como pôde ser. Caracterizou-se esta por manifestações, dispensáveis para a apresentação dos candidatos [...] acompanhada de atentados à ordem pública que perturbaram a tranquilidade [...] Perdemos um pouco no bom nome penosamente granjeado em muitos anos [...] uma campanha eleitoral à portuguesa ou à americana ou da preparação à sua sombra de movimento sedicioso à russa. [...] Nós temos trabalhado e continuaremos trabalhando na consolidação de um sistema de vida e de governo [...] Pois agora teremos de pacientemente varrer a sementeira de ódios com que por ato de outrem a atmosfera do País se envenenou. [...] Que dessa ou de outra forma se há-de restabelecer e rapidamente o ambiente de calma essencial à vida coletiva, quero dizer que o faremos em todas as circunstâncias e pelo emprego de todos os meios ao dispor da autoridade. [...] Há todos esses e talvez por nossa culpa. Mas nós somos todos os mais. [...] Não tenhamos receio⁶³.

2.1.2. Da oposição

Na década de 50, as forças democráticas e antissalazaristas encontravam-se divididas, o que levou à apresentação de duas candidaturas às eleições, uma por parte do PCP, apoiada pelos socialistas, e a de Humberto Delgado, apoiado pelo Partido Republicano Português, por forças democráticas liberais e independentes, de entre os quais alguns pertencentes ao Diretório Social-democrata, com grande influência na região norte, em especial no Porto⁶⁴. Seria nesta cidade que a candidatura se tornaria realidade, findas as reuniões secretas entre Delgado e algumas figuras do Diretório, das quais se destacavam, entre muitos outros, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão e Vieira de Almeida.

A 8 de maio de 1958, Delgado apresentava as razões da sua candidatura⁶⁵, assumindo, desde logo, que, no caso de vencer, se comprometia⁶⁶ a devolver não só a dignidade perdida do Povo português, mas também de colocar a nação portuguesa entre os países livres; desta forma, o general aceitava o desafio.

A candidatura seria oficialmente confirmada e anunciada como independente a 10 de maio, pelo Prof. Dr. Vieira de Almeida, em conferência de imprensa, salientando, desde logo, o seu não comprometimento com os comunistas,

⁶³ Cf. Discurso de encerramento de campanha de Oliveira Salazar, em anexo XI.

⁶⁴ Cf. Circular dos serviços de candidatura - em organização, em anexo XII.

⁶⁵ Cf. Diário de Lisboa (1958). *A proclamação do general Humberto Delgado*, 8 de maio, p. 17, anexo XIII.

⁶⁶ Cf. Pontos básicos do programa da candidatura do Senhor General Humberto Delgado, em anexo XIV.

*[...] Ele é um candidato independente porque não procura o apoio de partido algum nem o representa, antes aceita o apoio que lhe tragam todos os homens de boa vontade. [...] O apoio que pede e espera é dos homens independentes como ele, dos que reconhecendo embora - e até porque a reconhecem - a possibilidade, a contingência, dos atos humanos se recusam a absolutizar uma doutrina e muito mais ainda a abdicar do seu direito de pensar. [...] O Sr. General Humberto Delgado é candidato à Presidência da República e não é ídolo. A idolatria demonstra sempre a miséria mental do idólatra: não prova nunca uma superioridade do ídolo [...]*⁶⁷.

Por sua vez, o Partido Comunista (PC), que como estratégia eleitoral defendia uma candidatura própria, uma vez que só dessa maneira se podia apresentar como sendo o único e legítimo líder da Oposição, durante uma reunião do Comité Central, escolheria para seu candidato o Eng.º Cunha Leal, afirmando então:

*O Partido sempre defendeu a participação das massas nas lutas eleitorais e desde maio de 1956, pensa que a Oposição deve participar nos atos eleitorais e ir até às urnas, lutando continuamente por condições de honestidade do voto. A oposição democrática decidiu apresentar a candidatura do Sr. Eng.º Cunha Leal. Porque ela correspondia à atual correlação de forças, abriu o caminho para uma ampla unidade das forças antissalazaristas*⁶⁸.

Contudo, algum tempo depois, as hostes comunistas seriam abaladas, surpreendidas pela notícia de que Cunha Leal fora internado no Hospital da CUF e que a gravidade da doença o obrigaria a desistir da candidatura.

A 20 de abril de 1958, os comunistas, em Assembleia de Delegados, elegeriam, de entre um grupo de reconhecidos democratas, o Dr. Arlindo Vicente que, abnegadamente, aceitaria o encargo de enfrentar em eleições o candidato do regime Américo Tomás e o independente Humberto Delgado. Esta candidatura, contudo, representava um passo atrás nas ambições comunistas, pois Arlindo Vicente não tinha grande afinidade com o PCP, além de se tratar, ao contrário do seu antecessor, de uma personagem pouco popular entre a oposição.

Com os candidatos definidos, a campanha começaria no próprio dia em que Delgado foi apresentado na célebre conferência de imprensa no Café Chave d'Ouro, em Lisboa. Um dos jornalistas espanhóis presentes colocava a pertinente questão:

*Se V. Ex^a for eleito Presidente da República, qual será a sua atitude para com o Sr. Presidente do Conselho? – Demiti-lo! - Respondeu com energia o General*⁶⁹.

⁶⁷ Cf. Diário de Lisboa (1958). *A apresentação do candidato pelo prof. dr. Vieira de Almeida*. 10 de maio, p. 2, anexo VII.

⁶⁸ Cf. Avante (1958). *Conclusões Políticas duma Reunião do Comité Central*, 1ª Quinzena de maio, p. 1, anexo XV.

⁶⁹ Cf. Diário de Lisboa (1958). *As declarações do gen. Humberto Delgado*, 10 de maio, p. 15, anexo VII.

No dia seguinte, a 9 de maio, as palavras de Delgado encheram páginas em todos os jornais. Colunas de nomes e instituições repudiavam as palavras de Delgado. Todos se sentiam ofendidos, pois o regime que defendiam tinha sido atacado publicamente pela primeira vez e por um antigo homem do regime que, de Herói do regime, rapidamente passou a ser considerado de traidor.

A campanha, daí em diante, passou a bater a nova tecla. E os democratas portugueses compreenderam que se a frase que era preciso dizer acabara por encontrar alguém com a coragem suficiente para a pronunciar em público, e o prédio não caíra e não houvera tremor de terra, e ninguém fora preso do dia seguinte então é porque eram mais fortes do que supunham (MÚRIAS, 1980: 58).

A campanha eleitoral, a partir deste episódio, passaria a ser disputada também por Salazar e não apenas entre Delgado, Américo Tomás e Arlindo Vicente. Humberto Delgado, a 15 de maio, na sua ação de campanha na cidade do Porto, memorável pela enorme participação de dezenas de milhares de pessoas⁷⁰, voltaria ao tema no seu discurso proferido no Coliseu:

Quando eu disse aos jornalistas que se fosse eleito como confiadamente o espero, demitiria o Presidente do Conselho limitei-me a dar ao Povo português a garantia de que no exercício das prerrogativas constitucionais da mais alta magistratura da Nação, impediria a continuidade desta situação de opressão (PACHECO et al. 1998: 75).

As palavras que gritou no final do seu discurso no Coliseu do Porto e, mais tarde, no Liceu Camões em Lisboa (*CANSARAM-NOS! CANSARAM-NOS! REFORMEM-SE! REFORMEM-SE! VÃO-SE EMBORA! VÃO-SE EMBORA!*) perpetuaram, na história, Humberto Delgado como o *General sem medo*.

No regresso a Lisboa, Delgado foi aguardado por milhares de pessoas que queriam ver, de perto, o homem que ousava publicamente estar contra Salazar; que queriam constatar a maneira corajosa e impetuosa como aparecia nas ruas desfilando sendo que o:

Próprio estilo moderno da sua campanha, feita à americana, e buscando os contactos de porta a porta, contribuiu também enormemente para despertar o entusiasmo popular (SOARES 1974: 207).

Por outro lado, a campanha do PC e de Arlindo Vicente e, apesar das dificuldades que teve de enfrentar, tendo em conta tratar-se de uma candidatura marcadamente de esquerda,

⁷⁰ Segundo cálculos da época 200 000 pessoas (O Comércio do Porto (1958), 15 de maio, p.1, apud FERREIRA: 205).

com grande conotação comunista, esta rapidamente se desenvolveu, com muito entusiasmo, contando com grande apoio, sobretudo dos trabalhadores, proletários e rurais, como era espectável, em especial nos comícios realizados no sul do País.

Sucedeu, porém, que a candidatura de Delgado galvanizou de tal maneira o País inteiro que o comportamento do público e do próprio candidato surpreendeu toda a oposição, mesmo a comunista, pela sua clareza, firmeza demonstrada e frontalidade com que se dirigia e ia impondo à população, facto que não deixou insensível o PC, que não pôde deixar de reconhecer a justeza e a amplitude do movimento nacional por ele desencadeado.

No discurso de campanha proferido em Lisboa, no Liceu Camões, Delgado, abordando a dura perseguição sofrida e os métodos usados pelo regime salazarista, referiu:

[...] Vós assististes em Lisboa. Dizem-me que grupos de polícia política, desordeiros a soldo do Governo, capitaneados por um alto servidor do Estado, pretenderam realizar uma contra manifestação, até com a colaboração de elementos que tiveram o cuidado de meter na carruagem em que viajei e me barravam a porta para eu não sair do comboio. Que métodos Nazis, meus Senhores! Mas coitados não contavam com a voz do povo que não tem pão mas tem alma e coragem⁷¹.

Revoltado, indignado por tanto sufoco, Delgado dirigiu-se por carta ao então Presidente da República Craveiro Lopes.

EXCELENCIA:

Quando de forma ativa, mas legal, me resolvi a arriscar tudo que Vossa Excelência e o País conhecem, para tentar acabar pelas vias constitucionais, o regime de barbarismo em que vivemos, não supunha ter-se ido tão longe.

Na verdade, enquanto elementos responsáveis do governo me afirmavam oficialmente haver liberdade de imprensa e possibilidade de concorrer ao ato eleitoral - em condições deficientes, mas que, apesar de tudo, aceitámos - factos de revoltante maquiavelismo se estão passando, através dos quais se verifica que a Oposição não é consentida, [...]

Na verdade, o Governo cerceia-lhe despoticamente os poucos direitos que lhe prometeu, [...] Não pode continuar esta degradação insultante; Vossa Excelência pode e deve, antes de deixar o seu posto, praticar um alto ato de significado histórico que o honrará e aos seus vindouros. [...]

A Pátria lho agradecerá ao sair da tirania, e ao recuperar a liberdade porque tanto anseia, como bem tem demonstrado⁷².

⁷¹ Cf. Discurso proferido por Delgado no Liceu Camões, em anexo XVI.

⁷² Cf. O General Humberto Delgado dirige-se ao Sr. Presidente da República, em anexo XVII.

O PC, atento aos acontecimentos e ao apoio cada vez maior em torno da candidatura de Delgado, confrontando esta nova situação, resolve convocar para Beja, em 29 de maio de 1958 (onde se iria realizar um comício de Arlindo Vicente), uma reunião de urgência dos representantes nacionais e das Comissões de Apoio dos vários pontos do País, com o fim de reverem toda a estratégia para as eleições e qual a vantagem em considerarem a possibilidade de negociar com o general um acordo político que conduzisse à fusão de ambas candidaturas, e lhe permitisse representar toda a oposição nas eleições que se aproximavam.

Álvaro Cunhal, preso durante os meses cruciais da campanha, diria, mais tarde, a propósito desta contingência o seguinte:

Se há portugueses que estão de acordo em lutar para derrubar a ditadura fascista e instaurar as liberdades democráticas, esse objetivo comum, por si só, justifica a unidade. Nós comunistas estamos prontos a unir-nos na ação a todos quantos estão dispostos a lutar por ele (CUNHAL 1974: 135).

Foi com este pensamento que se conseguiu o acordo entre Arlindo Vicente e todos os delegados presentes nessa reunião, sendo, desde logo, acertado um encontro com o general, com o fim de se obter entre os dois candidatos um acordo nesse sentido, que seria anunciado publicamente no dia posterior, caso fosse alcançado.

Sobre este acordo, Arlindo Vicente diria:

[...] No entanto, pondo de lado essas possíveis e naturais discordâncias, havia, dada a situação, que tentar, mais uma vez, uma unidade, única de forma de, dando mais eficácia a uma oposição, se chegar a qualquer resultado prático. Como é natural e dadas as razões que atrás aduzi para me candidatar, o meu interesse era o derrube de um regime, esse era também o interesse dos meus belos companheiros de luta, e nessa medida, e com a sua aquiescências e participação, resolvemos unir as candidaturas para, na pessoa de um só candidato, se conseguir um resultado, senão eficaz, pois o regime continuou, conducente, pelo menos, a um abalo forte que, na altura, se verificou nas hostes do Dr. Oliveira Salazar e que, efetivamente foi pronunciando, mais profundamente do que nunca, a aproximação do fim do regime caduco.

Havia que pôr de lado todas as divergências de ordem sociopolítica e, por mim, sem interesses de comando político mas, muito mais de salvaguarda dos anseios duma nação pletórica de problemas, não foi difícil abdicar de possíveis dissidências e colocar-me com afinco ao lado da única via capaz de derrubar o regime - a via da unidade que é a via da força na altura, como hoje, tão necessária.

*Nós transformamos a candidatura da tradicional oposição democrática dum movimento nacional e único por uma libertação nacional*⁷³.

Daí em diante, a campanha eleitoral redobrou de entusiasmo. É de salientar que os apoiantes iniciais de Arlindo Vicente, e muito particularmente os membros do Partido Comunista, deram um grande contributo para a eficiência da campanha, até ao dia das eleições. Foi elaborado, então, um Manifesto ao Povo Português, assinado por Delgado, por Arlindo Vicente, e pelo professor Vieira de Almeida e por António Abreu, representantes das respetivas Comissões de Apoio, manifesto onde se apelava à participação massiva nas eleições. O Manifesto, que não chegaria a ver a luz do dia, uma vez que a tipografia onde foi impresso foi assaltada pela PIDE, ao saberem que se tratava de um apelo direto ao povo português, numa única candidatura, dizia:

Portugueses!

A Oposição Independente e a Oposição Democrática, representadas pelos seus candidatos à Presidência da República, senhor General Humberto Delgado e senhor Doutor Arlindo Vicente, em face da necessidade de estabelecer, nas urnas, uma unidade de ação contra o Governo da Ditadura, verificaram ser útil, e até decisivo, proceder imediatamente a tal unidade e, para isso, estabelecer a atuação comum nos seguintes termos que se comunicam à Nação:

As Candidaturas prosseguirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e no final, representadas nas urnas por um só Candidato, o General Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra, e salvo caso de força maior, a tornar efetivo o exercício do voto até às urnas e estabelecer, em caso de êxito, o seguinte:

- a) Condições imediatas de aplicação do Art.º 8º da Constituição;*
- b) Exercício de uma Lei Eleitoral honesta;*
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;*
- d) Liberdade dos presos políticos e sociais;*
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País.*

Viva Portugal!

Viva a Liberdade!

Lisboa, 30 de maio de 1958

*Humberto Delgado - Arlindo Vicente*⁷⁴.

⁷³Museu de S. Pedro da Palhaça - *Vida e obra de Arlindo Vicente - Um pacto firmado consolida boas relações com Humberto Delgado* - <http://www.museusaopedro.org/arlindovicente/biografia/> (maio 25, 2013).

⁷⁴ Cf. O Militante N° 236 (1998). *Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*, setembro/outubro, pp. n.d., anexo XVIII.

É claro que Salazar ficou preocupadíssimo com este acordo e, assim, com a estratégia da frente oposicionista unificada pois pressentia que iriam desencadear mais uma onda de entusiasmo, imparável, por todo o País.

Aquilino Ribeiro, em entrevista ao *Diário Ilustrado* e publicada em 4 de junho, diria a respeito deste entendimento o seguinte:

*Os dois candidatos da oposição são-me igualmente simpáticos. [...] Todavia perante os dois candidatos, não há quanto a mim, lugar para perplexidades. O general Humberto Delgado é um homem dinâmico, dotado ao mesmo tempo de uma inteligência lúcida. [...] É evidente que em boa Democracia, desde que princípios e lemas vão desaguar ao mesmo rio político, das duas candidaturas deve renunciar na outra, aquela que reúna menos probabilidade de êxito*⁷⁵.

Também a imprensa no estrangeiro fazia comentários às eleições em Portugal. A revista americana *Newsweek* escreveu:

Pela primeira vez, desde que é Primeiro Ministro, há mais de um quarto de século, o teimoso e erudito Dr. António de Oliveira Salazar, encontrou um formidável vigoroso oponente, no dinâmico General Delgado, (...) que, prometeu a milhares de pessoas que o aplaudiram no Porto, na última semana, que queria matar o medo em Portugal, pôr em liberdade prisioneiros políticos, fazer voltar as liberdades civis e demitir Salazar como obsoleto. Imediatamente houve lutas nas ruas.

*Quando ele se dirigia para Lisboa duas pessoas foram dadas por mortas e centenas de feridos, porque a polícia carregou fortemente sobre os populares que o aclamavam (...)*⁷⁶.

2.2. A origem do fenómeno Delgado: do regime à oposição

Humberto Delgado, solidário com o regime autoritário de Salazar, alinhou, desde a primeira hora, com o 28 de Maio e a Ditadura Militar, sendo, inclusivamente, quem conseguiu convencer a Escola Prática de Infantaria, de Mafra a aderir ao movimento direitista de Gomes da Costa. Autor de vários livros, entre os quais o *Manual da Legião Portuguesa* e uma peça de teatro com o nome "*28 de Maio*", da qual ofereceu um exemplar a Salazar, com uma dedicatória de seu punho e letra em que designava a título de elogio o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar como *cúpula da palpitação revolucionária e patriótica do Povo Português*⁷⁷. Delgado fez parte do Conselho Técnico da MP, inspirada na Juventude Hitleriana, esteve envolvido na fundação da LP, onde desempenhou altos cargos, tendo

⁷⁵ Cf. Apud *Diário de Notícias - America's Only Daily Published in Portuguese (1958)*. Aquilino Ribeiro e a *Campanha*, 4 de junho, p. 6 anexo, X.

⁷⁶ Cf. Texto integral, em anexo XIX.

⁷⁷ *Humberto Delgado: o general sem medo* - Texto do Prof. Dr. Eduardo Mayone Dias, <http://bandieirarossa.blogs.sapo.pt/2006/05/> (fevereiro 14, 2013).

mesmo elaborado e proferido a 15 de novembro de 1936, no quartel de Caçadores 5, a 1ª ordem de serviço da instrução inaugural deste corpo pró militar⁷⁸.

Um dos pontos altos da sua carreira, ao serviço do Estado Novo, consistiu na brilhante atuação, em 1941, durante as negociações secretas com a Inglaterra, no âmbito da cedência de terrenos nos Açores, pelo que o então Major Humberto Delgado se deslocou várias vezes entre Londres e os Açores, tendo, inclusivamente, mantido um encontro secreto com uma alta patente da Royal Air Force, numa esplanada da Avenida da Liberdade, em Lisboa, com o fim de coordenar e promover a construção de um aeródromo, que, em última análise, resultaria na Base das Lajes.

Como Adido Militar e do Ar, representaria Portugal durante cinco anos na Nato, na Embaixada de Portugal em Washington, onde recebeu enormes elogios das autoridades americanas e onde terá tomado consciência e contacto com uma nova realidade política, a Democracia, dando início à mudança de paradigma do que defendia e entendia ser melhor para Portugal.

Humberto Delgado, apesar de homem fiel ao regime, revelava um sentido de justiça elevado, não pactuando com irregularidades, ou qualquer tipo de outros abusos, tendo mesmo, em 1935, protestado energicamente e denunciado um caso de corrupção na Câmara de Aveiro ao Ministro do Interior, na época, Pais de Sousa, do qual não obteve a resposta almejada. Esta situação levaria Delgado a escrever uma carta a Salazar, onde manifestaria a sua enorme frustração e indignação. Segundo Frederico Delgado Rosa, *este episódio marcava o início do descontentamento de Humberto Delgado em relação ao Estado Novo e da sua longa relação de frontalidade com o ditador* (ROSA 2008: 177).

De qualquer forma, seria o seu espírito de reflexão e a tomada de consciência do esforço que o povo de Inglaterra demonstrou, para com a Europa durante a guerra, que levou Delgado a mudar e a alterar o seu pensamento e julgamento sobre a democracia. Esta nova tomada de consciência sairia reforçada durante a sua estadia como adido militar no Canadá e nos USA, onde se apercebeu das realidades liberais e democráticas destes dois grandes países. No entanto, é o contacto e a sua amizade com o Capitão Henrique Galvão, outro filho pródigo, mas também proscrito, do regime de Salazar, que o levaria a tomar a decisão de afrontar o regime, que até então virilmente defendera.

Delgado, sempre que regressava a Portugal, visitava o seu camarada de armas, Henrique Galvão, então no Centro de Reclusão Militar da Trafaria, para onde tinha sido transferido a 6 de junho de 1952, provocando enorme celeuma entre as hostes militares e políticas afetas a Salazar. Em julho, de 1952, indignado pela maneira como era tratado um Capitão do 28 de Maio, Delgado prontifica-se a testemunhar em seu favor, ao que Galvão prontamente recusou, pois sabia o que poderia significar na vida do seu amigo, então Coronel (MOTA 2011: 109-125).

⁷⁸ Cf. Diário de Lisboa (1936). A «Legião Portuguesa» *principliou hoje a instrução dos inscritos*, 15 de novembro, p. 5, anexo XX.

Após o regresso definitivo de Washington, a 2 de outubro de 1957, Delgado visitou novamente Galvão, desta vez no presídio de Peniche, visita que foi prontamente considerada de afronta ao regime, onde este lhe terá transmitido o seu plano de confronto a Salazar, uma proposta de candidato pela oposição nas eleições então agendadas para junho de 1958. A sua resposta positiva seria dada três dias mais tarde, por carta, mas em forma de código⁷⁹.

O General Humberto Delgado tornara-se no candidato ideal para desempenhar, de novo, o papel de herói, mas agora do lado da Oposição, ao mesmo tempo que, conscientemente, se tornava em dissidente do regime e num homem *sem medo*. Restava, contudo, uma questão: saber até que ponto se poderia confiar nele politicamente e se todos, ou que sectores da oposição o aceitariam e apoiariam. O PC, que se vinha perfilando como único e verdadeiro aglutinador e timoneiro da oposição, prontamente catalogou a candidatura de Delgado de plano divisionista, organizada a mando do regime, afirmando mesmo:

[...] *É dentro deste plano que surge a notícia da possível candidatura oposicionista do general Humberto Delgado, homem da confiança do Governo e do imperialismo americano [...]. Trata-se pois, de uma candidatura que vai aprofundar, sim, as divergências que possam existir ainda entre as forças da oposição*⁸⁰.

Mas o processo era irreversível, estava na rua como um *Furacão* e seria liderado por um militar, Humberto Delgado, *O General Sem Medo*.

2.3. As eleições como ponto de viragem: um regime intimidado

2.3.1. Breves apontamentos sobre o ato eleitoral

Como repara Mário Soares: *a campanha eleitoral do General Humberto Delgado não teve qualquer comparação com as anteriores. Tocou largas camadas da população até aí completamente à margem da política e penetrou, verdadeiramente, até ao âmago do Povo* (1974: 229).

O período antecedente às eleições de 1958 terá constituído um dos poucos do Estado Novo em que os sentimentos políticos do povo português se mostraram de forma mais efusiva, um pouco por todo o país, quer em manifestações de apoio, quer em protestos ao regime, ou mesmo através de movimentos grevistas. Tal como em 1949, as eleições de 1958, para a Presidência da República, constituíam uma das lutas primordiais da oposição, por estas representarem a única hipótese de levar à queda do regime de Salazar, uma vez que, caso a

⁷⁹ *Na sexta-feira, dia 25 de outubro de 1957, visitei Henrique Galvão e descobri que o seu método para depor Salazar consistia na minha candidatura à Presidência da República. Teria de pensar bem no assunto e combinei com ele enviar-lhe uma carta na segunda-feira. Se a minha assinatura não estivesse sublinhada, isso queria dizer que podia escrever aos seus amigos e expor-lhes a ideia. Concordei com o seu plano e assim fiz saber* (DELGADO 1974: 149, 150).

⁸⁰ Cf. O Militante N° 95 (1958). *O Momento Político Nacional e as tarefas dos comunistas*, março, pp. 5. - 6, anexo XXI.

vitória de um candidato da oposição se efetivasse, este ficaria como a capacidade de destituir o governo.

Contudo, e apesar de se terem realizado eleições com alguma assiduidade, a oposição dizia ser necessário rever todo o processo eleitoral, fazer alterações, uma vez que, no Estado Novo, tal como nos regimes totalitários e autoritários, a lei, a perseguição, a fraude e a manipulação generalizadas constituíam-se como processos e práticas comuns. Perante este cenário não é de todo descabido lembrar alguns dos problemas de que se queixavam as oposições, concretamente a falta de liberdade e de justiça, uma vez que a liberdade e o direito de voto não eram iguais para todos, fosse pelo voto ser restrito, ou pela corrupção promovida pelo caciquismo, ou pela manipulação das autoridades; factos que levam a que as eleições em Portugal sejam classificadas, no âmbito da Ciência Política, como *eleições não competitivas*⁸¹ (Cf. Quadro 2.3.1.1.- Importância e função das eleições).

2.3.1.1.- Importância e função das eleições

	Tipo de Eleições		
	Competitivas	Semi-competitivas	Não competitivas
Importância no processo político	Grande	Reduzida	Mínima
Possibilidade de eleger	Alta	Limitada	Nenhuma
Liberdade de eleger	Garantida	Limitada	Anulada
Possibilidade de mudar de governo	Sim	Não	Não
Legitimação do sistema político	Sim	Não se procura quase nunca	Quase nunca ou nunca
Tipo de sistema político	Democrático	Autoritária	Totalitária

Fonte: Nohlen a partir de André Freire (FREIRE 2011: 31).

Encontramos, assim, em Portugal, um processo eleitoral deslocado da realidade do pós guerra, que, ao contrário do que aconteceu com os países autoritários, satélites dos chamados países do eixo, a Alemanha e a Itália, que aderiram à segunda vaga de democratização (Cf. Quadro 2.3.1.2.- Vagas e contra vagas de democratização à escala mundial) tornando-se regimes democráticos, Salazar manteria as restrições capacitárias e censitárias⁸², no que diz respeito ao ato eleitoral. Esta atitude de manutenção de restrições

⁸¹ Segundo André Freire, e tendo em conta a explicação do politólogo alemão, Dieter Nohlen, as eleições podem ser tipificadas segundo a sua capacidade de competição em três categorias: as competitivas, próprias dos regimes democráticos; em semi-competitivas, próprias dos regimes autoritários e as não competitivas, próprias dos regimes totalitários. Sendo que as principais características destas são a possibilidade de poderem eleger livremente e de mudar o governo através do voto nas competitivas, enquanto nas semi-competitivas e não competitivas a capacidade de eleger ser limitada ou nenhuma e a possibilidade de mudar de governo ser limitada ou anulada (FREIRE 2011: 31-33).

⁸² Salazar, fundindo as restrições censitárias e capacitária, estabelecia apenas, como legalmente eleitores os homens maiores ou emancipados, chefes de família, alfabetizados, ou, não o sendo, contribuintes acima de 100\$00 em impostos; as mulheres maiores ou emancipadas, com nove anos de escolaridade no mínimo, ou chefes de família alfabetizados ou contribuintes acima de 100\$00, ou casadas alfabetizadas contribuintes acima de 200\$00, grandes proprietários, professoras e enfermeiras. Ao mesmo tempo que excluía os interditos e dementes; os indigentes, os que careciam de idoneidade moral: os falidos ou insolventes; os pronunciados ou condenados criminalmente e ainda os impedidos de direitos civis e políticos e os que professem contra o Estado (LOFF apud FREIRE 2011: 141).

ao direito ao voto é apontada como uma das causas do atraso da modernização política em Portugal (FREIRE 2012: 56).

2.3.1.2.- Vagas e contra vagas de democratização à escala mundial.

1ª Vaga: 1828-1926	Exemplos	Características	Democracias
Expansão sufrágio; Voto secreto; Redução voto plural; Governo responsável parlamento	Início EUA; Suíça, França, Grã-Bretanha, pequenos países norte da Europa: viragem antes do fim século XIX; outros mais tarde (Espanha Portugal, etc.)	Crítérios base: 1) Eleitorado representa 50% ou mais dos adultos masculinos; 2) Poder executivo responsável perante um parlamento, onde tem que ter apoio maioritário, ou eleito popularmente	1922: 45,3%
1ª Contra vaga: 1922-1942	Exemplos	Características	Democracias
Marcha dos Fascios sobre Roma	Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Grécia, polónia, Lituânia, Estónia, Bulgária, República Checa, Japão, etc.	Iniciada com marcha sobre Roma de Mussolini é seguida de vaga autoritária e totalitária entre guerras	1942: 19,7%
2ª Vaga: 1943-1962	Exemplos	Características	Democracias
Fim da II Grande Guerra Mundial; descolonização	Itália, Alemanha, Japão, Áustria, Coreia, Grécia, Turquia, Brasil, Argentina, Israel, Índia, etc.	Democratização das potências autoritárias vencidas na guerra; descolonização e criação de novos países muito deles com regimes democráticos (embora frágeis)	1962: 32,4%
1ª Contra vaga: 1958-1975	Exemplos	Características	Democracias
Exaustão da vaga anterior sobretudo fora da Europa e novos países (descolonizados)	Grécia: ditadura dos coronéis (1967); Perú (1962); Brasil e Bolívia (1964); Argentina (1966); Uruguai (1972); Chile (1973) etc.	Exaustão da vaga anterior, sobretudo fora da Europa e novos países (descolonizados); especial incidência de uma vaga autoritária na América Latina, mas também na Ásia (Paquistão, Indonésia, Filipinas, etc.)	1973: 24,6%
3ª Vaga: 1974-(...)	Exemplos	Características	Democracias
Iniciada com o 25 de Abril de 1974, Portugal	Europa do sul - anos 1970; países da América Latina; Europa leste: após 1989; outros	Depois do caso português seguiu- se o colapso da ditadura dos coronéis (novembro de 1974: Grécia); 20 novembro de 1975: morte de Franco e início da transição espanhola; grande difusão internacional (América Latina, Ásia, Europa de Leste), com reduzidos reflexos (mas alguns); maior difusão de sempre da democracia à escala mundial.	1990: 45,4%

Fonte: Huntington a partir de André Freire (FREIRE 2011: 37-38).

Neste sentir, Salazar tudo fez para que a alternância no poder, fosse ela de qualquer tipo, não se efetivasse, assim como evitou, através da sua polícia política e outros meios de intimidação, que as palavras *livres* e *justas* não figurassem no léxico comum.

Segundo o politólogo Schmitter, as eleições do regime português cumpriam várias funções, a saber:

Primeiro, legitimar interna e externamente o regime; segundo, influenciar a distribuição do poder no seio da elite dominante; terceiro, ajudar a controlar, a perseguir e a reprimir as oposições; quarto, apresentar a oposição tolerada como muito fraca, dividida e com apoios residuais por contraponto com o «status quo» muito, coeso e com apoios extensos (apud FREIRE 2011: 57).

A estratégia política de Salazar consistia, desta maneira, em processos de coação, desmoralização e de desmobilização das massas que se encontravam em torno dos movimentos oposicionistas, mas, sobretudo, das que nutriam qualquer tipo de simpatia pelo PCP, partido que sempre tentou fazer transparecer que não era de levar a sério, processos que o próprio Salazar chamava de *atrofiar as almas* (FREIRE 2012: 129).

O aparelho eleitoral, inalterado desde a fundação do regime salazarista, não podia, por todos estes motivos, ser mais propício a fraudes, pelo que, e conforme seria de prever, as eleições, viciadas, jamais seriam ganhas pela oposição. Contudo, a passagem do *furacão Delgado* deixaria enormes marcas, pois o regime tremeu, amedrontou-se, levando-o a tomar medidas para que, no futuro, mobilizações e afrontas deste tipo não se pudessem repetir.

Este ato eleitoral revelou-se de uma enorme importância, pelo facto de ter sido a primeira vez que um candidato oposicionista à Presidência da República cometeu a audácia de manter a sua candidatura até ao final. Assim, a 8 de junho 1958, têm lugar as eleições presidenciais, sem incidentes de maior, a não ser a dificuldade em obter os boletins de voto e a possibilidade de fiscalização negada aos apoiantes de Delgado. Contudo, e tendo em conta o levantamento exaustivo feito pela filha de Delgado, Iva Delgado, ficámos espantados, pelo facto de as eleições de 58 não terem existido oficialmente, uma vez que os resultados jamais foram publicados em *Diário do Governo* conforme a lei previa, e pelo facto de nos arquivos do Supremo Tribunal Justiça apenas existir uma ata, onde só constam os votos obtidos por cada candidato, o que em nosso entender transforma as eleições de 1958 numa autêntica cena de teatro, tendo como encenador Salazar e o Estado Novo (PACHECO *et al.* 1998)⁸³. Este estudo permite-nos, ainda, concluir que existe uma divergência entre os números apurados na tal ata e os números recolhidos posteriormente em diferentes locais por Iva Delgado.

Os resultados, tidos como oficiais, divulgados pela imprensa da altura, contrariamente ao que era esperado por toda a oposição, atribuem 758.998 votos a favor de Américo Tomás, o vencedor das eleições, e 236.528 a favor de Humberto Delgado⁸⁴, não divulgando sequer o número de votantes, o número de inscritos, etc.. Tendo em conta os dados recolhidos nos arquivos distritais, seguramente trabalhados (convém não esquecer que era prática corrente do regime fascista de Salazar contabilizar os votos em branco e os votos

⁸³ Ata da Assembleia geral de apuramento da eleição do Presidente da República (Idem 1998: 649-650).

⁸⁴ Idem.

nulos como favoráveis), os votos teriam sido distribuídos da seguinte maneira: 750.733 para Américo Tomás, 234.026 para Delgado; teriam votado 999.872 de um universo de 1 413.514 eleitores inscritos⁸⁵. Este resultado não deixaria, contudo, de ser notável, tendo em conta as condicionantes ao longo de todo o processo eleitoral. Humberto Delgado, consciente das fraudes existentes, recusou-se a aceitar os resultados como verdadeiros, afirmando que teria sido roubado, responsabilizando as forças leais ao regime de Salazar de tal ato. Para ilustrar este tipo de fraudes, Otelo Saraiva de Carvalho conta o seguinte episódio:

Lembro-me da revolta com que o meu avô me contou que, tendo ido votar, assistira atónito à cena degradante de o governador militar de Lisboa, general Valente de Carvalho, antigo comandante-geral da Legião Portuguesa, mandar abrir a urna da assembleia onde votava e nela descarregar um enorme braçado de votos favoráveis a Tomás, dizendo descaradamente: «Se for necessário vou buscar mais uns milhares» (CARVALHO 1977: 25).

No rescaldo das eleições, Delgado, inconformado com os resultados oficiais, incompatibilizou-se com quase todas as forças que o haviam apoiado, iniciando uma tempestuosa campanha de protesto. Dirigindo-se por carta⁸⁶ ao Almirante Américo Tomás, lamentando o facto de este ser capaz de aceitar um cargo obtido por uma via tão fraudulenta. Da mesma maneira se dirige ao Cardeal Cerejeira⁸⁷, pedindo a sua intervenção, na tentativa de que intercedesse pelo fim da brutalidade policial, entretanto iniciada, e de que todos os seus apoiantes estavam a ser vítimas, como foi o caso do seu chefe de candidatura, o Dr. Vieira de Almeida⁸⁸. Delgado afirmaria mais tarde, em 21 de agosto, em carta dirigida aos vários ministros de Salazar:

[...] A ordem pública é um meio, não um fim. Com ela se assegura a coexistência das liberdades e se garante aos indivíduos o livre exercício dos direitos constitucionais. A ordem defende a legalidade ao respeito pela Constituição. Impede os abusos, o arbítrio e a provocação. Precisamente o mais necessário em eleições.

Ora, ao contrário, usou-se a força contra os meus colaboradores e contra mim, na recente época eleitoral, com abuso, com arbítrio e com provocação⁸⁹.

No dia 9 de junho de 1958, no único jornal americano editado em Português, o *Diário de Notícias* de New Bedford, na sua primeira página, demonstrando alguma crítica e ironia, na coluna denominada *comentário do dia*, escrevia o seguinte:

⁸⁵ Idem ibidem: 498-501.

⁸⁶ Cf. Carta de protesto ao Almirante Américo Tomás, em anexo XXIII.

⁸⁷ Cf. Carta de apelo ao Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, em anexo XXIV.

⁸⁸ Vieira de Almeida foi preso, *acusado de incitar à «rebelião», pelo facto de num manifesto seu, incluir o conhecido verso da Portuguesa «contra os canhões marchar, marchar»*. Cf. *Diário de Notícias - America's Only Daily Published in Portuguese* (1958). *Foi Eleito Presidente o Alm. Américo Tomás*, 9 de junho, p. 2, anexo XXV.

⁸⁹ Cf. Carta de protesto dirigida a vários ministros, em anexo XXVI.

Realizaram-se ontem em Portugal as eleições presidenciais e, felizmente sem incidentes. Ganhou por vasta maioria o Sr. Almirante Américo Tomás, candidato da União Nacional.

A vitória do Sr. Almirante Américo Tomás, se constitui um justificado motivo de regozijo para a União Nacional, como Partido Político, não deixa de fazer nascer certas apreensões no espírito de todos os portugueses que, vivendo numa nação democrática como os Estados Unidos, e sem quaisquer aspirações políticas, apenas desejam o progresso e a paz para a pátria onde nasceram.

O pleito que acaba de terminar teve o condão de revelar o estado de espírito do país. E qualquer governante, por mais sábio, mais justo e mais imparcial que queira ser nunca pode polarizar ou simbolizar a vontade geral da nação. Parte daqui, a transitoriedade necessária dos regimes políticos, e pretender dar-lhe carácter permanente, é atentar contra a evolução natural do espírito humano e das próprias circunstâncias económicas, sociais e políticas.

Não negamos o que o Estado Novo tem feito em Portugal. Se outro qualquer regime teria feito mais ou menos, é pura especulação. Porém, o seu maior «handicap», em nossa modestíssima opinião, é apenas facto de viver à sombra do prestígio dum homem que não pode viver eternamente. É perigoso, julgamos, ligar o destino dum nação ao destino de um homem, quando a vida do homem é transitória e a vida da nação é perene. Construíram-se grandes obras materiais, no campo político, Portugal encontra-se agora onde estava há trinta anos. Não se preparou a transmissão ordeira do regime. E aqui reside o grande problema.

Suponhamos que o Dr. Salazar morre amanhã. Como encontrar um homem com as qualidades, os atributos, o saber, a visão, a magnanimidade, a justiça e tudo o mais com que se adornou a imagem do chefe de Estado?

Na democracia ou na monarquia, o problema da sucessão está resolvido por natureza. Mas no atual regime português, sem obediência a qualquer uma destas formas políticas estabelecidas, é de temer o dia em que desapareça o Sr. Dr. Salazar. O vácuo provocado será tão grande qua a nação sentir-se-á impotente para o encher, e o caos e a luta entre os pretendentes ao poder, não deixarão de provocar de novo dolorosos solavancos na vida do nosso pobre país. Não pomos em dúvida as boas intenções dos atuais governantes. O que pomos em dúvida é, a acuidade da sua visão de futuro, pois a história ensina-nos que os homens sábios e previdentes, são os que constroem para o futuro. Infelizmente, o futuro parece sombrio para Portugal, e a existência dum exposição latente, feita já dos próprios homens do 28 de maio, faz-nos recear a eclosão dum guerra civil, mais tarde ou mais cedo, o que será uma tragédia⁹⁰.

Ficaria demonstrado como um país, assente na ordem e na repressão, jamais estará capacitado para a realização de um ato eleitoral aberto, livre e em lealdade. Contudo,

⁹⁰ Cf. Diário de Notícias - America's Only Daily Published in Portuguese (1958). *Comentário do dia*, 9 de junho, p. 1, anexo XXV.

Humberto Delgado seria um vitorioso, uma vez que o espírito de resistência contra a ditadura de Salazar estava, de vez, instaurado na mente dos homens e em todos os lugares. Estava lançado o decisivo ponto de viragem da evolução política nacional, o início irreversível da decadência do Estado Novo. Humberto Delgado, desassombrado, audacioso, impulsivo tomou inacreditáveis atitudes na moderna política portuguesa, sacudindo de vez a solidez do Estado Novo.

Por isso, estas foram as últimas eleições presidenciais por sufrágio direto durante o resto do regime corporativo. Daí apouco, a lei era alterada e o Presidente da República passava a ser eleito por um restrito colégio eleitoral, no sentido de evitar sobressaltos e garantir a segurança do regime (ALVES 1998: 12).

Salazar sabia que saía das eleições com a sua credibilidade bastante abalada, quer a nível interno, quer a nível internacional. Por isso, recorreu ao subterfúgio da lei para evitar a inevitabilidade da mudança. A maneira corajosa como Delgado se apresentou ao país, e que lhe valeu o epíteto de *General sem medo*, terá contribuído para a consciencialização popular, apesar de, para Salazar, este não passar de *um verdadeiro génio da agitação* (SOARES, 1974: 207).

Se as circunstâncias o tivessem permitido, ter-se-ia tornado um chefe da estatura de Salazar? Conseguiria criar um sistema que compensasse as limitações do anterior? São questões que três tiros de Casimiro Monteiro, o “pide” assassino de Delgado, na quinta de Los Almerines entre Villanueva del Fresno e Olivença, nunca permitiram responder (ROMERO-ROBLEDO e NOVAIS 1974: 169).

2.3.2. A resposta do regime

Depois destas eleições, o regime decide não voltar a submeter-se a confrontos deste tipo, e, portanto ao risco de um golpe estado constitucional, recorrendo à alteração da Constituição, a partir da qual o Presidente da República deixa de ser eleito por sufrágio direto dos cidadãos eleitores, passando de forma indireta, a ser eleito, por um restrito colégio eleitoral, submisso ao ditador, dos quais, se destacam os membros da AN e da CC. Nas palavras de Adinolfi,

Mas, de 1959 em diante, após o susto com a candidatura de Humberto Delgado, a eleição presidencial passou a ser indireta, através de um colégio eleitoral, controlado pelo ditador (Adinolfi apud Cruz in FREIRE 2012: 134).

(...) a partir desse momento o processo pela eleição do Chefe de Estado foi modificado e deixou de ser direto: era preciso evitar que outras mobilizações deste género

pudessem vir a ter lugar. Após as eleições de 1958, o Chefe de Estado passou a ser "eleito organicamente (...) (Adinolfi in FREIRE 2012: 142)

Assim respondia o Regime à sua afronta. Sentiu-se intimidado e respondeu legislativamente, ação enquadrada nos seus poderes, limitando normativamente a eleição presidencial.

Esta medida⁹¹, que também se poderia chamar de *golpe de Estado*, resultaria numa maior personalização da ação e da estrutura governativa, através de uma maior concentração de poderes, abdicando mesmo do Conselho de Ministros, mas também no aumento da coação e perseguição física dos opositoristas envolvidos no processo eleitoral de 1958 (Adinolfi in FREIRE 2012: 123-148).

Mas não seria apenas ao nível das oposições políticas que o relacionamento de Salazar seria afetado, com estas eleições também a manutenção do pacto de não ingerência entre Salazar e a Igreja Católica, até então coeso e intocável, foi colocado em causa. A atuação, durante e após as eleições, revelaria inquietantes mudanças de atitude por parte do clero, como o despertar da consciência por parte de alguns responsáveis da Igreja, como o Bispo do Porto, D. António Ferreira, que decidiu escrever uma carta a Salazar onde tentou descomprometer a igreja de todo o ato eleitoral, ato que este considerou de anticristão (SOARES 1974: 246-248). Nuno Teotónio Pereira⁹², refletindo sobre estas eleições, descreveria com grande exatidão este período eleitoral:

A campanha de Delgado foi assim o detonador que fez vir ao de cima inquietações de uma consciência cristã que tinha sido anestesiada e amordaçada durante demasiado tempo. É por isso que, também neste sector da sociedade portuguesa, a viragem provocada por Humberto Delgado assume proporções de alcance histórico. A campanha eleitoral de 1958 foi um autêntico terramoto político. Mas, se em relação aos sectores tradicionais da oposição à ditadura ela teve um efeito aglutinador e revigorante, no que toca aos meios católicos foi essa campanha que efetivamente permitiu o surgimento de uma dissidência no seio das próprias forças que sustentavam o regime. E não só entre o laicado, onde as preocupações sociais de alguns sectores podiam mais naturalmente suscitar posições críticas: também ao nível do clero e até da própria hierarquia, onde nunca se suporia que tais posições pudessem algum dia chegar a ter expressão pública (apud LEMOS 2012: 229).

Dentro do próprio regime, o desconforto também se fez notar, pelo que um grupo de personalidades; *representantes de uma larga camada de fervorosos e desinteressados servidores da Revolução Nacional*, dirigem a Salazar uma carta manifestando a insatisfação sentida no seio de uma larga camada de servidores do Estado Novo e da necessidade de Salazar tentar convencer ou aparentar que o país iria mudar, através de uma *autêntica*

⁹¹ Revisão constitucional de 29 de agosto de 1959.

⁹² Arquiteto, responsável por inúmeros projetos de requalificação e construção de igrejas durante o Estado Novo, é igualmente responsável pela requalificação do Pelourinho da Covilhã em 1999.

renovação, portadora de novo espírito e de novo entusiasmo. Referem ainda, não podendo esquecer o êxito, nem ignorar ou desprezar a oposição, à renovação proposta por esta devemos contrapor com a nossa própria renovação. Contudo, terminariam sua exposição da seguinte forma: Entendemos, Senhor Presidente do Conselho, não lhe ocultar as nossas preocupações neste especto, esperançados em que Vossa Excelência não transigirá nunca, sob nenhum pretexto ou sob qualquer forma, com indesejáveis alterações aos rumos da Revolução Nacional (LEMOS 2012: 413-416)⁹³.

Apesar da desconsideração em que a oposição entrou após a derrota nas eleições de 1958, as forças derrotadas não se amedrontaram, pois através da derrota sofrida assistiu-se a um revigorar da oposição que passou, a partir daí, a tentar o derrube do governo, pelo que vários movimentos nascem: a própria oposição exilada e os movimentos, que surgiam em todas as colónias ultramarinas⁹⁴, ganham força, iniciando toda uma campanha que visava minar a credibilidade do regime de Salazar dentro das organizações internacionais⁹⁵.

No campo internacional, os anos 50 trouxeram particulares dificuldades ao imperialismo português. As guerras mundiais, uma vez terminadas, engendraram instituições que mobilizavam consciências sensíveis à guerra. Portugal já fora denunciado na liga das nações, nos anos 20, pelas suas práticas de trabalho colonial. Agora, nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas dirigiam as atenções para a questão fundamental do colonialismo (MACQUEEN 1998: 30, apud FREIXO 2007: 2).

O assalto e desvio do paquete Santa Maria por Henrique Galvão e o desvio do Avião da TAP, que regressava de Marrocos pela oposição, para despejarem panfletos de propaganda anti Salazar em Lisboa e outras cidades, chamariam a atenção internacional para o estado em que se vivia em Portugal. Também a tentativa frustrada em Beja de golpe de Estado em abril 1961, inspirada no movimento em torno de Delgado, causaria mazelas dentro do próprio governo. Mas outra grande mudança se perpetrou no rescaldo das eleições de 58. Destacamos o despertar da juventude estudantil, que passou a afrontar Salazar com greves e grandes manifestações em Lisboa, Porto e Coimbra, sendo que o que agora incomodava Salazar era o facto de esta juventude ser filha da burguesia que o tinha mantido e apoiado até então. Podemos, por isso, afirmar que o período pós eleições de 1958 iniciaria e viveria o período mais enegrecido da História do Fascismo Lusitano.

⁹³ Entre os signatários, destaca-se o Dr. José Ranito Baltazar, Presidente da Câmara da Covilhã na época em análise. Cf. Biografia em anexo XXII.

⁹⁴ O PAIGC na Guiné e Cabo Verde, MPLA e UPA em Angola e a FRELIMO em Moçambique.

⁹⁵ Com o desenrolar do processo de descolonização fruto da nova realidade democrática do pós-guerra, os movimentos emancipacionistas de carácter nacionalista que se afirmavam contra o colonialismo, o racismo e imperialismo, e com o início do processo de descolonização, os países nascidos de antigas colónias africanas e asiáticas começaram a articular-se naquilo que ficou conhecido como *Bloco do Terceiro Mundo*, cuja formação se iniciou na Conferência de Bandung em 1955 onde assumem a sua neutralidade em relação à Guerra Fria, pelo distanciamento em relação à URSS e ao Ocidente e o compromisso de ajudar a libertação dos povos ainda colonizados. Bloco, que ganhou força e voz ativa na Assembleia Geral da ONU, tornar-se-ia no principal grupo, responsável pela articulação de uma violenta condenação da Comunidade Internacional à Política Colonial Portuguesa, a partir da metade dos anos 50 (FREIXO 2007: 1, 2).

No entender de David L. Raby, *nunca desde 1945-1947, e talvez nem mesmo nessa época, o edifício dos Estado Novo tinha revelado tão profundas brechas* (RABY: 151-230).

Capítulo III - Memórias políticas

3. Entrevistas

3.1. Método de entrevista

Todas as investigações partem de uma determinada questão que se pretende investigar ou reformular, seja por desconhecimento, por ignorância ou mesmo por necessidade de aprofundamento dos nossos conhecimentos relativamente a um determinado assunto, quer seja acerca de instituições, ou sobre, processos políticos, sociais ou culturais.

Acontece, por vezes, que estas investigações resultam de enigmas, não por falta de informação, mas por lacunas do nosso entendimento. Pelo que, em vez de respondermos simplesmente e diretamente a uma questão do tipo “*Que oposição enfrentou Salazar?*”, através da investigação, tentar-se-á resolver o enigma que possa contribuir para o entendimento das razões, ou do porquê, de certos acontecimentos terem tomado determinado rumo.

Poderemos encontrar estes enigmas durante a elaboração de um trabalho que se esteja a realizar, que, com muita facilidade, nos poderá direcionar a outro projeto. Assim, tal como no nosso projeto, e através da leitura de trabalhos de outros investigadores já consagrados, publicados em revistas, livros, etc., podemos encontrar enigmas que nos transportem a outro género de labor, para novas tomadas de consciência. Com efeito, não esquecendo estas questões, e uma vez identificado o nosso enigma ou enigmas, deveremos estabelecer uma grande questão para que o material colocado à nossa disposição seja passível de ser confrontado e testado. Desta maneira, teremos, antes de mais de definir o *como* e *quais* os assuntos a recolher, tendo em conta os objetivos finais do projeto, assim como as características e assuntos a analisar e ainda os diferentes métodos existentes a utilizar (GIDDENS 2008: 643-645).

Se, em certas circunstâncias, podemos recorrer a um inquérito, ou seja, com suporte de uma série de questionários, noutras poderá ser mais vantajoso recorrer ao método de observação ou, melhor ainda, recorrermos à realização de uma entrevista, uma vez que, segundo Bogdan e Biklen (2010), *uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo* (apud PEREIRA 2011: 6). Da mesma maneira, Anderson e Kanuka (2003) *consideram a entrevista com um método único na recolha de dados, por meio do qual o investigador reúne dados, através da comunicação entre indivíduos* (apud PEREIRA 2011: 3).

Uma vez reunida a matéria de trabalho, não está finalizada a nossa intervenção, antes pelo contrário, pois a tarefa de analisar todas as informações recolhidas e de as

correlacionar com as nossas questões será empresa muito árdua. Um dos principais desafios a ter em consideração neste método de investigação será o de estabelecer uma relação de causa e efeito. Assim, *uma das principais tarefas da investigação sociológica - conjugada com o pensamento teórico - é a de identificar as causas e os efeitos* (GIDDENS 2008: 646).

Estando convictos de que o objetivo do investigador é o de reunir informação ou agregar novos dados para além da pesquisa bibliográfica, acreditamos que uma das formas de enriquecer o nosso projeto, que tenta analisar um dos períodos mais controversos da nossa história, será através da obtenção direta de testemunhos de personalidades, ainda vivas, verdadeiros sobreviventes da época que nos propusemos trabalhar. A investigação com recurso à história oral implica entrevistar indivíduos sobre factos de que foram protagonistas, ou meras testemunhas, em determinada altura das suas vidas. Embora este método de investigação, por razões óbvias, esteja delimitado no tempo a sessenta ou setenta anos, o recurso a entrevistas, constituirá uma ferramenta bastante útil para uma melhor compreensão do nosso projeto. Naturalmente, a preparação da entrevista é de vital pertinência, uma vez que deverá ter em conta vários fatores, como a definição dos objetivos a alcançar, a idade e a familiarização do tema das personagens a entrevistar, etc.

Nas Ciências Sociais, os métodos mais utilizados em entrevista variam, principalmente, entre a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta ou história de vida. Tendo em conta a problemática da nossa dissertação, decidimo-nos pelo método da semiestruturada, uma vez que é, em nosso entender, a que melhor nos permitirá obter dados comparáveis entre os diferentes entrevistados e a que nos parece transmitir maior segurança na condução do tema proposto, sendo necessário manter focalizado o tema, recorrendo, se necessário, à nossa intervenção, para que os objetivos propostos sejam alcançados. Além de que a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece o fluir da conversa, obtendo-se, assim, repostas mais espontâneas, para além de promover a possibilidade do surgimento de informações inesperadas por parte do entrevistado, que, no final, se poderão revelar de enorme importância para a nossa investigação.

3.2. Escolha dos entrevistados

Sabendo que o sucesso de uma boa investigação passa pela escolha criteriosa dos indivíduos que serão consultados, pois desta dependerá o sucesso da investigação e da matéria que venha a ser recolhida, decidimos elaborar um perfil ideal para o indivíduo, que mais contribuísse e enriquecesse o nosso trabalho. Sem nos afastarmos desta ideia, decidimos que os entrevistados teriam de corresponder às seguintes características:

- Ter vivido no período em análise;
- Ter sido elemento participante num dos cenários do Estado Novo;
- Constituir uma figura de mérito e reconhecido prestígio nacional;

- Estar disponível quer mentalmente quer fisicamente para a concessão de uma entrevista;
- Autorizar a gravação, conceder a respetiva autorização do tratamento e publicação da matéria recolhida.

Tendo em conta estas premissas, e após realizarmos o estudo do perfil de várias figuras, elegemos quatro personalidades às quais endereçámos o nosso convite. Atentemos, em seguida, numa brevíssima biografia de cada uma das figuras em destaque.

Professor Doutor Adriano José Alves Moreira:

Nascido a 6 de setembro de 1922, advogado. Na sua juventude foi simpatizante da oposição democrática, assinando mesmo uma lista do MUD, em 1945. Defendeu o General José Marques Godinho, figura oposicionista a Salazar, o que lhe valeria uma passagem pelos calabouços da PIDE no Aljube. Através de Marcello Caetano, viria a aproximar-se do regime de Salazar, chegando, em 1959, a subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e, mais tarde, a Ministro do Ultramar, onde iniciou uma série de políticas reformistas, das quais a revogação do Estatuto dos Indígenas⁹⁶ que lhe garante um lugar na nossa História. Na atualidade, é uma das figuras mais carismáticas da vida política e académica, constituindo-se como um dos maiores defensores da Democracia portuguesa⁹⁷.

Coronel na Reserva Mário António Baptista Tomé:

Nascido a 30 de setembro de 1940, ingressou na Academia Militar em 1957. Completou quatro comissões na guerra colonial (63/64, Guiné; 66/68, Moçambique; 70/72, Guiné; 72/74, Moçambique), sem nunca demonstrar simpatia pelas políticas de Salazar, e sob o comando de Spínola, pediu a demissão das Forças Armadas por "desacordo com a guerra colonial e com a política em geral do Governo". Foi o coordenador do Movimento dos Capitães de abril em Moçambique. Figura polémica no meio militar é, na atualidade, um ativista de esquerda. Ficará para sempre na História de Portugal como o *Major Tomé*⁹⁸.

Professor Doutor Sérgio José Ferreira Ribeiro:

⁹⁶ Em 1961, revogação do Estatuto dos Indígenas, permitiu que todos os portugueses, independentemente da sua cor ou raça, passassem a ser iguais perante a lei política, revogação tão importante, como a de Sá da Bandeira em 1836 e 1837, que acabou com a escravatura, e com o tráfico de seres humanos em Portugal (MOREIRA 2012: 245, 246).

⁹⁷ Caminhos da memória, <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/01/07/adriano-moreira-a-espuma-do-tempo-memorias-do-tempo-de-vesperas/> (agosto, 20, 2013).

⁹⁸ Centro de Documentação 25 de Abril, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=tome> (agosto, 20, 2013).

Nascido em 21 de dezembro de 1935, militante do Partido Comunista Português, desde 1958, foi um dos históricos do Comité Central do PCP até novembro de 2012. Doutorado em Economia, exerceu vários mandatos de Deputado da Assembleia da República e do Parlamento Europeu. Como consequência dessa intensa e empenhada luta, resultaram, ao longo das suas várias prisões, uma das quais em vésperas do 25 de Abril, testemunhada para a história pelas conhecidas imagens repetidamente passadas nas televisões, da saída dos presos políticos do Forte de Peniche um dia após o 25 de Abril. Atualmente, além de proferir palestras um pouco por todo o país sobre a obra de Karl Marx, *O Capital*, matéria em que é um especialista, desfruta da sua reforma na pacata vila de Zambujal - Ourém⁹⁹.

Edmundo Pedro:

Nascido a 8 de novembro de 1918, aos 13 anos aderiu ao Partido Comunista Português e, mais tarde, foi fundador e dirigente do Partido Socialista Português. Aos 15 anos é condenado a um ano de prisão e à perda de direitos políticos por um período de cinco anos, o que fez dele o primeiro português a perder direitos que não possuía, tal era a avidez de *castigar* os desalinhados do regime. Esteve detido duas vezes em Peniche. Esteve preso dez anos no Tarrafal, para onde foi deportado com 17 anos. Em 1958, participou na campanha presidencial do General Humberto Delgado. Fez ainda parte do movimento do quartel de Beja, em 1961. Atualmente, além de escrever as suas memórias, é militante de base do PS, onde continua a ter uma intensa participação política¹⁰⁰.

3.3. Guião da entrevista semiestruturada

Uma das ferramentas desenvolvidas para a nossa investigação foi o guião da entrevista, elaborado segundo uma perspetiva de entrevista semiestruturada, constituindo-se o eixo orientador da mesma. A finalidade deste será a de tentar obter, da parte dos entrevistados, respostas às questões que entendemos serem fulcrais para um melhor entendimento do tema em questão. Consideramos tratar-se de um instrumento de vital importância, uma vez que nos auxiliará na organização dos conceitos e temas, prevenido também qualquer tipo de esquecimento momentâneo ou circunstancial. Contudo, e uma vez que se trata de entrevistar personalidades já com idade avançada, as questões serviram de orientação, permitindo o surgimento de outras e mesmo a alteração da ordem das mesmas, pois cremos que assim é possível conseguir uma maior colaboração dos entrevistados, o que poderá resultar numa recolha de informação sem qualquer tipo de complexo ou restringimentos.

⁹⁹Partido Comunista Português, <http://www.pcp.pt/pe/pe2004/eleicoes/candidatos/candidatos.htm> (agosto, 20, 2013).

¹⁰⁰Partido Socialista, <http://www.ps.pt/accaosocialista/1373/parabens-camarada-edmundo-pedro-heroi-da-liberdade.html> (agosto, 20, 2013).

Neste sentir, e após confirmação e marcação da data das entrevistas, foram elaborados quatro guiões, que, na sua essência, contêm as mesmas questões, mas sempre de acordo como o tema inicial da investigação, uma vez que decidimos ter em conta a personalidade e o papel desempenhado por cada um dos entrevistados, na época em estudo.

Outra ferramenta utilizada na nossa investigação foi o recurso a um gravador com qualidade profissional, que nos garantisse uma gravação e posteriormente uma boa audição, com qualidade fidedigna das entrevistas, permitindo uma correta transcrição das mesmas para formato papel, bem como o seu armazenamento em suporte digital para memória futura¹⁰¹.

Elaborámos, desta maneira, quatro guiões: um guião para o Professor Doutor Adriano Moreira, a entrevistar no dia 3 de maio de 2013, na Academia das Ciências de Lisboa; um para o Coronel na reforma Mário Tomé, a entrevistar no dia 20 de março de 2013, na sede da concelhia do Bloco de Esquerda, no Largo do Rato em Lisboa; outro para o Professor Doutor Sérgio Ribeiro, a entrevistar no dia 5 de março de 2013 na sua residência em Zambujal e, finalmente, mais um guião para Edmundo Pedro, a entrevistar no dia 20 de março de 2013 na sua residência em Lisboa. Vejamos, por conseguinte, os enunciados guiões de entrevista.

Guião da entrevista a Adriano Moreira:

- Pela sua experiência pessoal e conhecimento profundo da realidade portuguesa, pretendo colocar-lhe algumas questões, de forma a compreender as causas e as consequências dos acontecimentos de 1958, ou seja, das eleições presidenciais de 8 de junho de 1958, do Humberto Delgado, muitas vezes apontadas, por alguns cientistas, como sendo um dos pontos de transformação da política de Oliveira Salazar.
Estará de acordo o Sr. Professor com esta análise?
- Como é que entendeu a emergência de Humberto Delgado, sendo ele um militar?
- Como é que achava que era a oposição ao Governo? Era de direita, de esquerda ou ambas?
- Na sua opinião, porque é que acha que a candidatura do Humberto Delgado se sobrepõe à candidatura do PCP, quando o PCP era a força que se encontrava organizada, era a que tinha mais capacidades para enfrentar uma eleição?
- Como é que classificaria o que nós conhecemos como Estado Novo? Como é que classificaria o Governo de Salazar?

Guião da entrevista a Mário Tomé:

¹⁰¹ A versão digital das entrevistas encontra-se em anexo digital no DVD entregue com esta dissertação.

- No final dos anos 50, tinha noção dos movimentos oposicionistas a Salazar? Seriam, de esquerda ou direita?
- Como é que viveu o aparecimento de Delgado?
- Segundo o livro de Otelo Saraiva de Carvalho¹⁰², as eleições de 58 foram a semente para o despertar das consciências dos militares de abril. Concorda?
- Pelas vivências que ainda tem do regime de Salazar, como é que caracterizaria hoje o regime de Salazar?

Guião da entrevista a Sérgio Ribeiro:

- Havia na década de 50 oposição a Salazar além do PCP?
- Havia um movimento organizado de intelectuais?
- Porque é que o PCP apoiou candidaturas militares? Porquê é que o PCP não se afirmou, tanto nas eleições de Norton de Matos, como nas de Delgado, acabando por apoiar candidaturas militares?
- O que é que mudou depois de 1958? Além do facto de se poder considerar como golpe constitucional, as alterações à constituição perpetradas por Salazar? Ter-se-á também tornado mais violento?
- Classificaria o regime de Salazar como fascista, ou de totalitário mais duro?
- Otelo Saraiva de Carvalho afirma, no seu livro, que o movimento do 25 abril é uma consequência do movimento gerado em torno de Delgado. Encontra algum fundo de verdade nesta afirmação?

Guião da entrevista a Edmundo Pedro:

- Havia na década de 50 oposição a Salazar além do PCP?
- O Senhor faz parte dos intelectuais que faziam, na altura, a oposição a Salazar na década de 50?
- Porque é que o PCP não consegue impor as suas candidaturas, tanto em 49 como em 58, acabando mesmo por apoiar as candidaturas militares opostas à sua?
- Como classificaria o regime de Salazar?
- O que acha que mudou depois das eleições de Delgado de 1958?
- Otelo Saraiva de Carvalho afirma no seu livro que o movimento do 25 abril é uma consequência do movimento gerado em torno de Delgado. Encontra algum fundo de verdade nesta afirmação?

¹⁰² Alvorada em Abril (1977: 26).

3.4. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo não é mais do que uma técnica, ou método utilizado nas investigações empíricas, constituindo, por isso, uma das principais ferramentas das ciências sociais. Esta consiste na análise textual de questões abertas, colocadas quer através da análise de dados qualitativos, ou questionários, mas, sobretudo, da informação recolhida por meio de entrevistas.

Tendo em conta a definição de Berelson, a análise de conteúdo representa uma *técnica de investigação para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação* (apud COUTINHO 2005), pelo que, se encontra adequada para tirar sentido das matérias recolhidas em entrevista, de modo a permitir que diferentes investigadores possam obter resultados idênticos, ou não e a sua comparação. Desta maneira, poderemos, numa análise final, colocar em evidência as diferenças, as semelhanças e a caracterização dos resultados obtidos na nossa investigação. Convém, contudo, apresentar, ainda que resumidamente, como iremos aplicar todos os nossos elementos de informação, de modo a que o resultado da nossa reflexão seja o mais credível possível.

Após a realização das entrevistas e da sua transcrição para formato papel, o investigador vê-se rodeado de uma enorme quantidade de informação produzida, a qual é necessário contextualizar, entender e tratar, visando uma melhor compreensão e subsequente utilização. Assim, iremos pegar nas perguntas e reformulá-las, visando uma fácil abordagem. De maneira a que apenas o sentido pertinente da questão se mantenha, iremos fazer sobressair o que cada entrevistado disse em relação a determinada questão, para que posteriormente possamos refletir sobre as semelhanças e diferenças encontradas na nossa investigação. Este processo ajudar-nos-á, de uma forma mais cómoda e rápida, a obter um resumo das várias entrevistas e a poderemos compará-las com relativa facilidade, uma vez que nos permite isolar do texto o que nos parece mais importante, ajudando-nos na análise crítica, das diferenças e semelhanças, permitindo-nos com uma maior rapidez elaborar diferentes hipóteses ou teses sobre as respostas dadas pelos diferentes entrevistados, tendo em conta a personalidade de cada um.

Posto isto, o objetivo desta análise de conteúdo é o de transformar as respostas, de maneira a que facilmente possam ser interpretadas, ou seja, criando categorias de análise para que, assim, possam ganhar significado. Por conseguinte, e tendo em conta o que Berelson faz questão de lembrar *Os estudos (...) serão produtivos na medida em que as categorias sejam claramente formuladas e bem adaptadas ao problema e ao conteúdo (a analisar)* (apud COUTINHO 2005), iremos proceder à codificação do material recolhido.

Com base neste processo, iremos transformar os dados em bruto do texto, através de recorte ou agregação e, segundo regras precisas, de maneira a que a sua nova apresentação seja capaz, e com simplicidade, de elucidar qualquer analista sobre o conteúdo dos textos. Desta forma, seremos capazes de analisar as várias entrevistas, verificar se são homogêneas, o que nos permitirá a elaboração de um discurso fluido e único, tendo em consideração os

traços comuns ou diferenças encontradas e organizá-las da melhor maneira possível. Uma das vantagens deste processo de codificação é a facilidade com que permite encontrar intersecções, ou os pontos comuns nas entrevistas.

Neste sentir, iremos proceder à construção de uma grelha por cada entrevistado, com três campos distintos, os quais nomearemos da seguinte forma:

- Categoria, que corresponderá às perguntas base da entrevista;
- Subcategoria, que corresponderá às perguntas consequentes da pergunta base;
- Unidades de Contexto, que corresponderão às repostas dadas por cada entrevistado;
- À grelha daremos o nome de “Grelha de Análise de Conteúdo - Redução de dados”.

3.5. Grelha de análise de conteúdos - redução de dados

3.5.1. Professor Doutor Adriano José Alves Moreira

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO - REDUÇÃO DE DADOS		
Entrevista a ADRIANO MOREIRA		
Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto
- Pela sua experiência pessoal e conhecimento profundo da realidade portuguesa, pretendo colocar-lhe algumas questões de forma a compreender as causas e as consequências dos acontecimentos de 1958, ou seja das eleições presidenciais de 8 de junho de 1958, de Humberto Delgado, muitas vezes apontadas, por alguns cientistas como sendo um dos pontos de transformação da política de Oliveira Salazar. Estará de acordo o Senhor Professor com esta análise?		- O grande suporte do Governo foi sempre, entre outros, as Forças Armadas que fizeram a revolução de 28 de Maio e mantiveram sempre esse apoio, colaborando, muito, na criação da imagem que o Dr. Salazar obteve. - É verdade! O Dr. Salazar teve mais que um aviso de que, essa lealdade intocável das Forças Armadas, estava em deterioração e ...o caso do Delgado foi o primeiro grande aviso. - Num regime de autoridade, como era aquele, é sempre um facto grave, quer dizer, o chefe militar, aliás, prestigiado que ele era... -... Que publicamente disse: obviamente demito-o, é um aviso de que essa fidelidade das Forças Armadas... - Teve, mais tarde, um segundo aviso! Esse segundo aviso, foi do General que foi Ministro da Defesa também... tinha sido Ministro do Interior e depois foi da Defesa, Botelho Moniz. - É uma conspiração de mudança feita com publicidade, porque ele escrevia cartas, distribuía a muita gente, não ia aos conselhos de ministros, tinha a adesão dos Chefes do Estado-maior todos. - Não houve ninguém castigado. Deve ter sido a primeira vez na vida dele que não castigou ninguém, veja bem... Procedimento bem diferente com o Delgado. - Portanto, ele teve estes anúncios que o apoio das forças armadas estava a enfraquecer. Depois, a guerra demorou muito tempo...13

		<p>anos!</p> <p>- Os estudantes, em geral, os que eram apurados, passavam quatro anos num serviço militar. Quando voltavam, estavam desatualizados. Os camaradas que não tinha ido, já tinham feito carreira, eles tinham que começar, quer dizer, era tudo uma coisa... que desanimava a rapaziada. Bom...eu penso que foi uma das grandes causas de o exército dizer já chega, que acabou.</p> <p>- Portanto, acho que a coisa que aconteceu foi esta, foi a degradação do apoio militar que era o seu suporte, apesar das reformas que ele consentiu, mas que abalariam a coluna de interesses em que também se baseava o regime.</p>
	<p>- Segundo sei, foi nomeado pela rádio, mas terá sido demitido pelo telefone. Verdade? Ou foi frente a frente?</p>	<p>- Não, não! Foi uma conversa... Foi uma conversa direta, e devo dizer uma conversa honesta, entre pessoas que...com pessoas.</p> <p>- A minha conversa com o Dr. Salazar, que é muito séria, teve lugar no Verão, ele estava no Forte São Julião. Quando ele me chamou e lá fui, ele disse-me o seguinte: "Olhe eu quando o chamei, e lhe disse (isso foi verdade também está lá nas memórias explicado), que conhecia tudo o que você escrevia e, que sabia das críticas que fazia à administração, eu convidei-o para fazer as coisas que o Senhor andava a dizer que era preciso fazer, eu prometi-lhe que apoiava as coisas que o Senhor queria fazer e, até hoje sempre cumpri". E eu disse: É verdade.</p> <p>- Agora acontece uma coisa, é que essas reformas têm provocado reações que me levam ao convencimento que nem eu próprio estou seguro de poder continuar a ser Presidente do Conselho. "Temos que mudar de política", e (isto é absolutamente histórico e verdadeiro, foi espontâneo), eu sentado diante dele, disse: "Acaba de mudar de Ministro". Foi assim. E ele: disse "Eu já estava à espera que me dissesse isso".</p>
	<p>- Salazar era um Presidente do Conselho ausente?</p>	<p>- Era, porque...era assim.</p> <p>- Quando se assinou o decreto do Indigenato, ele e eu, eu disse assim: "Sr. Presidente isto não precisa de ser assinado pelo Conselho de Ministros? Era bom levar isto ao Conselho de Ministros". Ele diz-me assim: "Tem toda a razão, mas como somos dois, já é Conselho... e pronto"</p> <p>- Há ministros que estiveram dois, três anos sem o ver, ele só tratava de negócios estrangeiros, defesa e colónias...portanto já vê...</p>

<p>- Como é que entendeu a emergência de Humberto Delgado, sendo ele um militar?</p>		<p>- É curioso isso, porque o General Delgado foi dos apoiantes mais entusiastas do Dr. Salazar, ele participa em 1928 na Revolução... - Eu imagino que a mudança dele se verificou com a passagem pelos Estados Unidos... Como representante da NATO, ele até se bem me recorde frequentou lá um curso de economia e ter-se-á familiarizado com a vida democrática dos Estados Unidos. - Imagino que foi isso que o fez ter uma visão do futuro diferente da que orientava a vida dele até esse momento. Mudou-lhe a perspetiva e, de facto, ...já não viveu isso, mas a movimentação da população a favor dele foi uma coisa extraordinária. - Enfim, eu acho que a mudança do Delgado foi, a América, a experiência Americana.</p>
<p>- Como é que achava que era a oposição ao Governo? Era de direita, de esquerda, ou ambas?</p>		<p>- Havia uma oposição tanto quanto eu sei... Que era consequente, estruturada, integrada num movimento internacional que era a comunista! - O Álvaro Cunhal, com quem eu não concordo em nada, como é evidente, pois acho que em matéria de projeto era um susto, mas tinha doutrina, e é preciso admitir que tinha uma força internacional extraordinária. Eu ainda me lembro de ter visto na televisão ele a chegar à reunião do Soviético Supremo lá da Rússia e as duas pessoas que foram aclamadas de pé foi ele e o Castro... - Mas essa oposição, que professava a democracia ou socialismo democrático, etc., estava sempre à espera é que os militares deitassem a coisa abaixo.</p>
<p>- Na sua opinião, por que é que acha que a candidatura do Humberto Delgado se sobrepõe à candidatura do PCP, quando o PCP era a força que se encontrava organizada, era a que tinha mais capacidades para enfrentar uma eleição?</p>		<p>- Isso eu não, não sei dar uma explicação, a não ser, uma muito abstrata, a de que que, quando chega a altura do voto, todos são bem-vindos e, portanto, quem vai a uma eleição dessas, é que fica com os votos. - É a única explicação porque eu penso que ele não tinha nada de comunista, a conversão dele foi à democracia....</p>
	<p>- O que pensa do apoio dos intelectuais à candidatura do Humberto Delgado?</p>	<p>- Eu tenho a impressão de que, por serem pessoas que tinham concepções bem estruturadas do que era a Europa, como é que ia funcionar a Europa, como no caso do Mário Soares, que tinha isso. - Sei porque conheci o Mário Soares, muito novo, na cadeia, quando também estive preso, no Aljube!</p>
<p>- Como é que classificaria o que nós conhecemos como Estado Novo? Como é que classificaria o Governo de Salazar?</p>		<p>- Eu acho que não é fascista, isso considero ser uma qualificação errada. - Agora, acho que era um regime de autoridade, de autoridade pessoal, até pela alteração do entendimento da constituição. - Salazar tinha autoridade pessoal, com certeza</p>

		<p>que obteve com o carisma que lhe foi criado a meu ver muito apoiado pela biografia do António Ferro, a entrevista dele é um elemento fundamental para a imagem pública que o Dr. Salazar teve.</p> <p>- Era um regime de poder, pessoal, com competência financeira, era Católico, mas Anticatólico à moda do Norte, no sentido de não conceber qualquer interferência da Igreja no poder político.</p>
--	--	--

3.5.2. Coronel na reserva Mário António Baptista Tomé

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO - REDUÇÃO DE DADOS		
Entrevista a MÁRIO TOMÉ		
Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto
- No final dos anos 50, tinha noção dos movimentos oposicionistas a Salazar? Seriam de esquerda ou direita?		<p>- Nessa altura, a primeira vez que eu tive consciência disso foi exatamente nas eleições do Humberto Delgado.</p> <p>- Portanto, lembro-me de estar uma vez na Estudantina e ouvir falar dum confronto que houve na Av. da República acho eu, e que depois li num jornal que o escritor Urbano Tavares Rodrigues tinha sido brutalmente agredido,...aquelas conversas do tempo da Pide.</p> <p>- Foi depois das eleições do Humberto, mas tinha muita marca do PC, nessa altura a marca do PC era muito mais ampla que é agora. O PC era uma referência de luta e programa e, portanto, tinha mais gente.</p> <p>- Nessa altura, na academia, em 57, fui para a academia em 57...57/58, a gente tinha já um grupo de jograis, nessa altura, a malta já tinha isso, já andávamos aí, até íamos à universidade ...na altura em que a academia ia para a universidade, já era uma coisa em que a universidade já olhava para a tropa assim de uma forma... os gajos da tropa caraças e tal.</p> <p>- A malta já lia umas coisas, Os Abelaira, os neorrealistas Italianos, Lenine, este gajo o Calvino, que eram todos malta da pesada do ponto de vista do pensamento</p> <p>- Eu tenho uma tese difícil de exprimir até para mim próprio... É a tropa, a nossa tropa tem uma tradição antiga de revoltas contra o regime, não vou muito longe, séc. XIX, séc. XX, teve com o Gomes da Costa, mas o Gomes da Costa foi contra o regime que estava a ficar já corrupto.</p> <p>- O próprio Gomes das Costa foi logo posto de parte e, depois, uma série de revoltinhas militares, militares metidos em revoltas civis, todas culminando na de 61 de Beja e culminando nos militares que dinamizaram o 25 de Abril. Portanto, o Henrique Galvão e mais...o Delgado, malta</p>

		<p>saída da tropa, que eram do regime.</p> <p>- Eu próprio, quando fui para a guerra, eu costumo dizer que era o meu desporto radical, não fui para lá defender a pátria nenhuma, a malta do quadro permanente ia cumprir a sua missão, era profissional, queria ter boas notas na profissão.</p> <p>- Portanto, nessa altura, o sentimento regimista não existia na malta.</p> <p>Tinha gente do meu curso já filiado no Partido Comunista, portanto, havia influência da sociedade dentro da própria Academia Militar, mas não nos quartéis pois do ponto de vista intelectual, a malta era labraduço digamos assim, vinham da parvónia e a tropa para eles e até para a família era uma coisa boa.</p>
- Como é que viveu o aparecimento de Delgado?		<p>- Quando surge o Delgado abala com tudo, e ainda por cima o gajo era General, abalou, do ponto de vista e viu-se...que havia uma ideia de mudança possível,...mas não estou só a falar da tropa...de uma maneira geral.</p> <p>- Movimentou massas como nunca ninguém movimentou e não sabemos se alguém movimentará. O PCP é obrigado a apoiar o Delgado, apesar do PC não poder com Humberto Delgado, sempre que lhe batia palmas era porque era obrigado O Delgado é de facto um fenómeno, com aquela história," Eu demito-o. Se ganhar, obviamente eu demito-o. Ganhou o Mundo, o Mundo Português, ganhou Portugal.</p> <p>- Ganhou a oposição essa que estava um bocadinho em baixo de forma do ponto de vista moral, porque a seguir a II Grande Guerra Mundial estava a contar com os aliados que ganharam a guerra ao fascismo, ao nazismo que iam pôr uma mãozinha, não puseram nada, metem Portugal na NATO.</p>
	- Tenho a impressão que o Otelo não terá pensado, quando pensava avançar que contava com o apoio popular?	- Ah isso de certeza!
		- Na minha, opinião foi o desgaste da guerra, a malta miliciana isto faz parte do campo de apreciação desta coisa, a malta miliciana que era mandada da Universidade, que era castigada e mandada para a tropa, eu costumo dizer: o regime estava a cavar a sua própria sepultura para castigar os gajos que o contestavam. A malta da universidade que contestava o regime era mandada para a guerra, tornavam-se polos de subversão...total!

		- Mas ficou claro a semente de Humberto...O Humberto tem influência.
- Pelas vivências que ainda tem do regime de Salazar, como é que caracterizaria hoje o regime de Salazar?		- Hoje, ontem e anteontem eu defino-o de fascista! - Sim, fascista. Ora, vamos lá ver, gajos parecidos com alguns ministros nazis só os encontro aqui, quer dizer os gajos eram psicopatas. A sensibilidade que os gajos mostraram em relação à vida das pessoas... são psicopatas, são insensíveis. - O quê que lhe faltava para ser um regime fascista? Ele tinha todas as características, aliás, ele inspirou-se em Mussolini...

3.5.3. Professor Doutor Sérgio José Ferreira Ribeiro

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO - REDUÇÃO DE DADOS		
Entrevista a SÉRGIO RIBEIRO		
Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto
- Havia, na década de 50 oposição a Salazar além, do PCP?		- Havia! Não havia oposição organizada. - Havia a oposição dos velhos republicanos que vinha de 1910, havia católicos progressistas, digamos assim, e havia até oposição no interior do próprio regime, que desejavam que o país seguisse os países vencedores da guerra, seguir regimes democráticos, que não eram ditatoriais. - Portanto, havia várias oposições, mas a única organizada, e a única que era de resistência ao fascismo, era a do Partido Comunista
	- O grupo de intelectuais referidos por André Freire foi preponderante também nesta época?	- Tiveram! Mas, se falamos em intelectuais, tinham quase todos, uma ligação muito forte ao Partido Comunista Português. Os intelectuais sabiam ou sentiam que existia uma resistência clandestina bem enraizada no povo e no não ao fascismo. - Havia pois uma intelectualidade contra o fascismo, antifascista.
		- Depois da II Guerra, um houve um movimento democrático em Portugal até 1948 com as eleições de Norton de Matos, Que originou o MUD, o MUD Juvenil, o MUNAF, existindo, sempre por de trás, uma resistência clandestina que afrontava Salazar.
- Havia um movimento organizado de intelectuais?		- Organizado não diria, diria que se se pode falar de organização havia um movimento neorrealista, mas o movimento neorrealista tinha, para além dele, muitos intelectuais, muitos escritores, que resistiam ao fascismo como força opressora da liberdade, mas sabiam que havia quem lutasse. - A maior parte dos neorrealistas comprometeram-se mesmo com a

<p>- Por que é que o PCP apoiou candidaturas militares? Por que é que o PCP não se afirmou, tanto nas eleições de Norton de Matos, como nas de Delgado, acabando por apoiar candidaturas militares?</p>		<p>resistência.</p> <p>- A figura de Norton de Matos é difícil colá-la apenas como militar, é um homem da maçonaria, o Norton de Matos vem de um movimento que tem a ver com o MUD.</p> <p>- Mas são dois momentos muito diferentes. No final dos anos 40, é um momento de pós guerra em o fascismo tem de demonstrar vocação para a democracia e fica, de certo modo, prejudicado por toda a força que a oposição consegue revelar um movimento unitário e o Partido Comunista, numa fase de construção de reforço, aproveitando esse momento apoiou as eleições de Norton de Matos, ganhando muita força para as eleições, com o MUD, e o MUD Juvenil, sobretudo.</p> <p>- Outro momento diferente é quando aparece uma candidatura como a de Arlindo Vicente que é uma candidatura do partido de massas, da resistência de massas, o PCP, mas também aparece a candidatura de Humberto Delgado, em relação ao qual nós tínhamos algumas reservas pelo seu passado, pela ideologia, a mobilizar as massas.</p> <p>- Humberto Delgado teve a capacidade de galvanizar massas, pelas suas características pessoais pelo que não se justificava que o partido de massas continuasse com uma candidatura ao lado de uma outra que galvanizava de forma tão entusiasta as massas.</p> <p>- Se este homem estava a liderar as massas não fazia sentido que nós mantivéssemos uma candidatura que já não era de massas, mas não deixamos cair Arlindo Vicente, não nos atrelámos a outra carroça,...foi negociado.</p>
	<p>- Não há aqui um aspeto interessante? Um homem do regime é que consegue mobilizar a população?</p>	<p>- Mas a mobilização de massas é um fenómeno sempre muito interessante, porque as massas são mobilizáveis e dão um sentido à história, mas, por vezes, de uma forma que é inesperada, se olharmos para a história vamos verificar que as massas por vezes seguem caminhos que não são aqueles que se estão à espera.</p> <p>- O PCP, embora de vanguarda de massas, ficou sem massas.</p>
		<p>- Cunhal e Humberto Delgado não teriam nada a ver um com o outro, ou teriam muito pouco, mas tiveram a capacidade de falar de conversar e de se entender.</p> <p>- A primeira vez que votei foi em 1958 e votei em Humberto Delgado já fazendo parte do Partido, com a convicção que aquele voto para mim era um ato extraordinário, mas que não era aquilo que resolveria o que quer que seja.</p>

	<p>- Mas nem todos podiam votar, é verdade?</p>	<p>- Votava quem estava recenseado. Nem todos eram recenseados, as mulheres não eram recenseadas, e muitos recenseados não eram aceites como recenseados, porque não eram afetos ao regime, até na questão do sexo, em tudo! Quem não estivesse recenseado não tinha direitos políticos.</p> <p>- Mas não só, o modo de votar era um modo que hoje nos parece perfeitamente abstruso, as listas eram levadas pelo eleitor, que tinha de ter acesso às listas antes do voto, eu sei que houve quem impedisse que as listas de Humberto Delgado fossem distribuídas, ora, se não havia acesso às listas, o eleitor mesmo que quisesse votar em Humberto Delgado não podia votar.</p> <p>- Apesar disso, tiveram que reconhecer, tal maneira foi mobilizadora a candidatura de Humberto Delgado a obtenção de 20 a 25 % de votos na metrópole e 30% em Angola e Moçambique.</p> <p>- O que já representava a ponta dum <i>iceberg</i> e alguma coisa tinha de ser feito, foi uma altura em que o fascismo tremeu, com Humberto Delgado tremeu!</p>
<p>- O que é que mudou depois de 1958? Além do facto de se poder considerar como golpe constitucional, as alterações à constituição perpetradas por Salazar? Ter-se-á também tornado mais violento?</p>		<p>- Não terá havido bem uma revisão da constituição! Mas umas alteraçõeszinhas, sim, uns ajustes! Eles controlavam as eleições não tanto pela legislação que existia, nem pela constituição, mas pelo modo como controlavam a votação, os eleitores.</p> <p>- Há uma série de prisões a seguir às eleições de 58, há quase uma caça às bruxas, foram presos alguns colegas meus, o período de 58 a 61 tem a ver com uma definição sentida da radicalização do regime, da sua fascização.</p>
	<p>- Mas a eleição para o Presidente de República deixa ser por votação direta.</p>	<p>- Pois, mas tem algum poder estrutural, mas, muito pequeno em relação aquilo que efetivamente ele controlava e pretendia controlar.</p> <p>- Eu diria que as eleições eram fundamentalmente uma oportunidade para se fazer política e isso acontecia nas presidenciais e para a Assembleia Nacional, estas eram mais que controladas e as outras deixavam de ser por votação, por estas ele não voltaria a ser ameaçado.</p>
<p>- Classificaria o regime de Salazar como fascista, ou de totalitário mais duro?</p>		<p>- Essa é uma questão semântica, vamos lá ver. Eu fui torturado pela PIDE e não foi através do músculo.</p> <p>- Segundo a minha definição de fascista, não tenho a mínima hesitação em dizer que era um regime fascista, que era um regime de ditadura, era um regime de ausência de liberdade, era um regime de violência na repressão, foi o regime que</p>

		<p>abriu o Tarrafal, foi um regime que tinha prisões políticas, que torturava, era um regime que matava!</p> <p>- Tinha instrutores vindos da Alemanha Nazi de formas repressivas, em toda a sua atuação tinha exemplos que vinham do nazi fascismo.</p> <p>- Tinha um aparelho repressivo, violento que ia até à destruição física do ser humano.</p> <p>- Um regime que, inclusive, nas estruturas nacionais de 34, na constituição de 33, são inspirados como cúpula institucional nos documentos fascistas. Não tenho qualquer hesitação em dizer que era um regime fascista.</p>
- Otelo Saraiva de Carvalho afirma no seu livro que o movimento do 25 Abril é uma consequência do movimento gerado em torno de Delgado. Encontra algum fundo de verdade nesta afirmação?		<p>- A referência não é muito agradável, porque considero que o Otelo Saraiva de Carvalho teve um papel importante na preparação do golpe militar, mas nunca revelou ter qualquer preparação para mais que isso. Mas podemos falar de um militar que eu considero que terá sido o primeiro capitão de abril, Varela Gomes, que teve um papel decisivo no golpe de Beja e nas eleições de 61.</p> <p>- Essa questão só revela que havia uma incomodidade, uma situação de resistência a esse nível. Quero dizer esses militares eram povo como nós, esses militares estavam sujeitos a um regime fascista, eles tomaram consciência, tomaram perceção do que estava a acontecer... Mais cedo ou mais tarde seriam eles a tomar conta isto.</p>
	- Em 58, na sua perspectiva, é um ano de mudança ou não?	<p>- É evidente que o acordo entre o Arlindo Vicente e Humberto Delgado, para que a candidatura de Arlindo Vicente desistisse e apoiasse a candidatura do Humberto Delgado, é uma mudança importante, no plano institucional que é a nossa dinâmica que é uma dinâmica de massas, isso é evidente que sim. Isso com certeza que sim, senão seria incoerente.</p> <p>- Mas Os regimes fascistas e as linhas políticas fascistas ou fascizantes não se mudam com uma ação ou com a mudança de pessoas...</p>
	- E como é que se sentia um militante nessa altura? A ouvir esse acordo, ou seja como é que o Dr. Sérgio Ribeiro se sentiu?	<p>- O militante do partido comunista? Eu pessoalmente?</p> <p>- Achei que...ora aqui está uma decisão excelente, nós estamos a lutar contra o fascismo e, este é um episódio de luta contra o fascismo em que nós estamos coerentemente ao lado das massas e à frente. Porque há uma coisa que eu acho que é fundamental e procuro pautar, a minha atitude como militante, é que não esteja nunca tão à frente que esteja separado dela, nem tão misturado com ela</p>

		<p>que não esteja à sua vanguarda. E vanguarda porquê? Por razões pessoais? Não! Porque tenho a base teórica, tenho uma atividade, tenho uma disposição de cidadão que me coloca nesta posição de querer estar à frente das massas.</p> <p>- Não deixar de ser aquilo que é massa mas estando na primeira linha das massas, isso é que é ser vanguarda. Vanguarda é não ir três passos à frente é ir na primeira fila!</p>
	<p>- O que é que hoje em dia o Dr. Sérgio Ribeiro, pensa que foi o homem Humberto Delgado?</p>	<p>- Penso no Humberto Delgado com muito respeito, foi um homem que fez o seu caminho, a determinada altura desse caminho entendeu que este regime não servia ao povo que ele pertencia e tomou posições corajosas, penso eu sem uma estrutura e uma base ideológica que resultasse, mas corajosa de tentar servir o seu povo.</p> <p>- Depois fez coisas em que penso que lhe faltou clareza, a vinda dele a Villa Nueva del Fresno que foi mais do que desaconselhada, o ter-se metido com provocadores e infiltrados e não ter a mínima precaução...custar-lhe-ia a vida.</p>

3.5.4. Edmundo Pedro

GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO - REDUÇÃO DE DADOS		
Entrevista a EDMUNDO PEDRO		
Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto
<p>- Havia, na década de 50, oposição a Salazar além do PCP?</p>		<p>- Houve sempre, o que é claro é que não era uma oposição verdadeiramente organizada.</p> <p>- Houve vários reviravoltos, vários <i>putsch</i>, militares sobretudo.</p> <p>- Houve, o 18 de Janeiro, em que entraram nas rixas socialistas e comunistas, (embora fossem talvez a força, a fundamental nessa altura). Foi uma tentativa revolucionária, altura em que eu fui preso pela primeira vez, em 18 de janeiro de 1934.</p> <p>- Houve sempre uma oposição a Salazar digamos, representada por uma série de figuras da oposição.</p> <p>- Mas oposição organizada com quadros profissionais, com jornais próprios regulares só o Partido Comunista, porque era uma estrutura de profissionais financiados pela União Soviética e ninguém mais tinha essa possibilidade, e consequentemente tinham meios técnicos e por outro lado eram animados por uma mística no convencimento do que a União Soviética era, o que não era.</p> <p>- O Partido Comunista nasceu verdadeiramente com a sua função "Leninista", com a estrutura que Lenine</p>

		<p>defendia no jornal "Que fazer", do Partido Comunista, onde elaborou as teses do funcionamento de um partido, de um partido tipo.</p> <p>- Sei bem do que falo, fui enganado por eles, portanto, tenho autoridade especial para me pronunciar sobre eles. Eu sacrifiquei ao Partido Comunista a minha juventude inteira, o melhor da minha vida, estive preso entre os 15 e os 27 anos.</p> <p>- Contudo, não tenho vergonha em dizer, que de boa-fé, estava convencido do que aquilo era, era o que não era, ou seja fui enganado,... e ajudei a enganar muitos também de boa-fé. E não tenho vergonha de dizer porque realmente eu fui preso e sacrifiquei-me e, estava disposto a morrer por uma coisa que não era aquilo que eu pensava.</p> <p>- Eu quero que fique claro que pelo facto de haver Partido Comunista já havia Oposição!</p>
<p>- O Senhor faz parte dos intelectuais que faziam na altura a oposição a Salazar, na década de 50?</p>		<p>- Eu não sou intelectual, todos os dias me chamam Dr. e eu sou obrigado a dizer que eu não sou Dr. Agora, o Pavel, sim, foi uma figura fundamental, ele foi um gajo intelectual apesar de também não ser Dr. Bom, eu exerci uma profissão, se quiserem sou intelectual também.</p> <p>- Eu não tenho nada a ver com a minha classe de origem, tenho uma inspiração que vem do tempo da classe operária. Contudo, analisei as posições, de classe enunciadas por Marx e Engels e elaboradas em termos de poder por Lenine.</p> <p>- Os movimentos alargados que em nome da unidade lutavam contra Salazar, no sentido de se alcançar uma democracia política, foram sistematicamente travados com reserva mental por parte do Partido Comunista, que nunca quis democracia política.</p>
<p>- Por que é que o PCP não consegue impor as suas candidaturas, tanto em 49 como em 58, acabando, mesmo, por apoiar as candidaturas militares opostas à sua?</p>		<p>- Porque sabiam que teriam um número de votos reduzidíssimos. Eles só se fortaleciam à sombra dos outros partidos ou à sombra de outras personalidades. Eles aproveitaram-se o Norton de Matos como a seguir vêm a aproveitar o Delgado.</p> <p>- Ligam-se sempre aquele que vai ter mais votos, e crescem à sombra disso, à sombra dos movimentos unitários, pois esses movimentos unitários atraem pessoas.</p> <p>- Sobretudo nos momentos em que Salazar entendeu e permitiu que mais uma vez que a oposição fosse às urnas e apresentasse candidatos próprios dar a ilusão, sobretudo depois da guerra de que a não era uma ditadura como as outras, que dava liberdade, etc., etc.,.</p> <p>- Contudo, esses momentos que serviram</p>

		<p>exatamente para motivar pessoas, foram muito importantes para toda a oposição, pois permitiu que a oposição fosse às urnas e apresentasse candidatos próprios mais que uma vez.</p>
	<p>- Crê que a implantação do partido comunista na década de 50 era grande?</p>	<p>- Não. Nunca foi grande o Partido Comunista, foi sempre um partido pequenino de quadros. Mas todos os momentos serviram para se infiltrarem, por exemplo se havia uma greve que não era promovida por eles, ocorriam e tentavam receber essa greve. Os trabalhadores aderiam, iam para a greve e eles apareciam logo a seguir por trás. - Onde viam um movimento de massas, eles apareciam, porque tinham magistratura, funcionários a tempo inteiro. Para mim era só isso por isso, tinham essa possibilidade que mais nenhuma outra oposição teve.</p>
<p>- Como classificaria o regime de Salazar?</p>		<p>- Eu diria que era um regime fascista, na sua primeira fase, pois adotou o modelo Mussoliniano, não hitleriano, imitou o figurino institucional da Itália de Mussolini, de quem era grande admirador. - Salazar convenceu-se que os governos fascistas protagonizados pelo eixo Berlim, Roma, Tóquio iria vencer, iria dominar o Mundo. Em desacordo com maioria penso, que até à II Grande Guerra Mundial e durante a primeira fase da guerra, foi fascista. Tinha todos os elementos de um regime fascista, uma melícia militarizada que era a Legião Portuguesa, uma juventude militarizada...a juventude salazarista, a Mocidade Portuguesa. Ele militarizou a sociedade e criou um estado corporativo, um parlamento corporativo como na Itália, tal e qual! - As camisas fascistas eram iguais às camisas negras, no fundo tinha armas próprias eram um pequeno gesto paralelo para servir de garantia ao novo regime. Continha todos os elementos do Fascismo! Não falta nenhum, até criaram um campo de concentração! - Foi até mais longe que Mussolini em Itália. - Em Itália mandavam os presos políticos para a ilha de "Gay", os mais importantes mas não os fechavam em nenhum campo de concentração, estavam à vontade. Nesse aspeto o nosso regime foi mais longe, embora o Italiano fosse, sem dúvida nenhuma mais rigoroso. - No início da guerra do Ultramar, penso que deixou de ser fascista, era um governo militar, um governo oportunista, de grandes interesses protegendo os grandes capitalistas, os grandes agrários. Mas já</p>

		sem ideologia, os próprios legionários tinham vergonha de vestir o fardamento. No fundo, tornou-se numa ditadora militar sem ideologia. Não foi fascista até ao fim, foi fascista até à guerra.
- O que acha que mudou depois das eleições de Delgado de 1958?		- Não mudou muito! - Mas, durante esse período todo, acentuou a repressão, houve um grande aumento da repressão. - Transformou-se em regime militar, e tomaram providências, o sistema de voto Universal, acabou por decreto, passou a ser a Assembleia Nacional a escolher o Presidente. - Tomou precauções, porque apanhou um susto naquela altura e tomou precauções. Mas no fundo continuou a ser o mesmo!
- Otelo Saraiva de Carvalho afirma no seu livro que o movimento do 25 Abril é uma consequência do movimento gerado em torno de Delgado. Encontra algum fundo de verdade nesta afirmação?		- Os capitães de Abril, os principais dizem que teve uma grande influência neles. E porque há já muitos anos que a tropa não se revoltava contra o regime. - Foram seis os oficiais, com algum significado e com algum prestígio, eles consideram que aquele exemplo os pôs a pensar e contribuiu para a sua tomada de consciência. - Eles acham que eu tenho uma grande relação com eles, acham que eu fui capitão de Abril antes de abril, porque eu entrei no quartel de Beja em 61 fardado de Capitão.
	- Digamos que a semente da consciência que os militares criaram pode ter iniciado ali em Beja.	- Sim, contribuiu muito para eles despertarem para necessidade de dar a volta.
		- Se na altura o povo esteve do lado do Delgado, deu confiança ao Delgado! - Eles estavam confiantes que depois de algumas unidades saírem à rua... o povo se levantava, juntava-se à revolução e era irreversível. Era irreversível.

3.6. Leitura da grelha de análise de conteúdo

Atendendo a que nos encontramos perante um conjunto de entrevistas efetuadas no âmbito de uma investigação, revela-se, agora, a importância de, na sua análise, se aferir a pertinência, a sua finalidade, ou a ligação com os objetivos do nosso trabalho de investigação. Os dados empíricos aqui em causa resultam, exclusivamente, da abordagem realizada através das entrevistas junto de interlocutores por nós selecionados e que, como afirmámos, estão diretamente vinculados à época e à sua participação no período por nós

analisado. Gostaríamos, por isso, de esclarecer que os tomámos apenas como dados enriquecedores e complementares, dos quais extraímos, sobretudo, sentidos para um melhor entendimento e esclarecimento da época em que focalizámos o nosso projeto. Com a humildade metodológica e teórica desta abordagem, queremos, assim, contribuir para que, no futuro, estes testemunhos possam servir de suporte a outras investigações, sobre a realidade da ditadura de Salazar, com os testemunhos de protagonistas sobreviventes, que, de um lado ou do outro, participaram e fizeram História num período tão tenebroso como foi o do Fascismo Lusitano, chefiado por Oliveira Salazar.

Feita esta nota introdutória, o que nos diz a análise?

Adriano Moreira

A opinião dada pelo iminente Professor, no âmbito da sua concordância ou discordância sobre a relação entre os acontecimentos políticos de 1958 e a mudança política operada, é, efetivamente, uma espécie de *abanão* na política de Salazar que sente necessidade de uma alteração na constituição e do aumento da repressão. Com efeito, a partir daí, não haverá mais eleições, sendo que o Presidente da República passará a ser eleito por um colégio eleitoral da confiança específica de Salazar.

Quanto à causa fundamental da emergência de Humberto Delgado, sendo este um militar do regime, Adriano Moreira, apontou para as aprendizagens adquiridas durante a sua estadia nos EUA e no Canadá.

No âmbito da caracterização da oposição feita ao governo, o entrevistado classificou-a de esquerda, de influência comunista.

Quanto à causa da sobreposição desta candidatura ao PCP, sendo este um partido com alguma organização, o Professor afirmou não poder ser demasiado assertivo, mas deu a entender que o facto de Humberto Delgado sofrer influências da Democracia, moveu maior simpatia. No entanto, a hora era de união e, por essa razão, o PCP terá apoiado esta candidatura.

No final, o entrevistado deu-nos a sua classificação do regime de Salazar: "regime de autoridade, pessoal, com competência financeira, católico, autónomo da igreja, cujo carisma foi alicerçado nas entrevistas feitas por António Ferro".

Mário Tomé

A entrevista feita a Mário Tomé pode resumir-se à análise a seguir apresentada:

Classificação dos movimentos oposicionista a Salazar, após os anos 50, Movimentos estudantis, dos intelectuais (neorrealistas), dos militares, mas atribui um destaque muito especial ao PCP, Partido que considera bastante organizado, capaz não só de intervenção, mas também de um papel de grande influência em todas as classes sociais.

Quanto à opinião pessoal do entrevistado sobre Humberto Delgado, considera-o uma figura relevante, marcante, audaz, de uma coragem única, capaz de ultrapassar o PCP, com uma visão que ia muito além das fronteiras do Portugal de então, capaz de uma outra visão sobre o modo de fazer oposição ao regime.

A opinião de Mário Tomé sobre a referência feita no livro escrito por Otelio Saraiva de Carvalho, que incide na influência de Humberto Delgado no 25 de Abril, é de que esta revolução se deve apenas aos militares. Segundo o entrevistado, o 25 de Abril tem a sua raiz na guerra do Ultramar, muito particularmente na Guiné, onde o General Spínola se apercebe da derrota eminente dos Portugueses. Contudo, alude à influência de Humberto Delgado como uma semente capaz de abrir as consciências.

A visão do entrevistado sobre o regime de Salazar aponta para um regime Fascista, dirigido por psicopatas nazis inspirados em Mussolini.

Sérgio Ribeiro

A visão do entrevistado sobre outros movimentos oposicionistas, além do PCP, aponta para velhos republicanos, católicos progressistas, se bem que a única força organizada era a do PCP, onde inclui os intelectuais.

Quanto à opinião da organização dos intelectuais, Sérgio Ribeiro remete para o movimento neorrealista como resistência ao fascismo, mas sem um carácter completamente organizado.

O entrevistador tentou identificar algumas razões subjacentes ao apoio do PCP a militares como Norton de Matos e, posteriormente, a Humberto Delgado.

O primeiro candidato, refere Sérgio Ribeiro, vem da Maçonaria e está implicado com o MUD que contém, no seu seio, uma grande força juvenil; posteriormente, aparece, ainda, Arlindo Vicente, apoiado pelo Partido Comunista, mas fruto de uma negociação dentro do referido Partido, é unânime o apoio a Humberto Delgado, como o provaram as eleições de 1958, cujas forças mobilizadoras foram não só em Portugal, como nas colónias.

Quanto às principais mudanças operadas dentro do regime, após 1958, o entrevistado apontou para uns pequenos ajustes na Constituição, menosprezando-os em prol da repressão. Refere as prisões e a fascização do regime, considerando as eleições como um *faz de conta*.

No âmbito da classificação do regime em Fascista ou Totalitário, classificou-o de Fascista, que prendia, torturava e matava, onde a PIDE pontuava, influenciada e formada à expressão do nazismo.

A opinião de Sérgio Ribeiro sobre a referência feita no livro escrito por Otelio Saraiva de Carvalho, que incide na influência de Humberto Delgado no 25 de Abril, é de que este é apenas um militar e não um pensador, pelo que esta afirmação não poderá ser feita deste modo.

Quanto à questão operada em 58, o entrevistado dá especial ênfase à liberdade e à negociação dentro do Partido Comunista, concernentes à desistência da candidatura de Arlindo Vicente em prol de Humberto Delgado.

Sérgio Ribeiro orgulha-se da coerência e do diálogo dentro do Partido Comunista na luta contra o Fascismo e orgulha-se, igualmente, de ser um homem de vanguarda de primeira fila.

A visão do entrevistado sobre Humberto Delgado aponta para um homem corajoso, mas demasiado crente, fator que lhe custou a vida.

Edmundo Pedro

A identificação feita pelo entrevistador sobre as oposições além do PCP ao regime salazarista remetem, segundo Edmundo Pedro, para oposições, mas sem estarem devidamente organizadas. A organização verdadeira era demonstrada pelo Partido Comunista, partido que ele critica, fruto da sua própria organização. O entrevistado dá-nos conta da mágoa e do engano de que foi vítima.

Quanto à posição dentro dos intelectuais que se opunham ao regime salazarista, refere a sua formação influenciada por Marx, Engels e Lenine, culpabilizando ainda o PCP por tentar atrofiar a consciência de muitos intelectuais que se opunham ao partido.

No que diz respeito à questão do apoio do PCP a outras candidaturas, Edmundo Pedro dá-nos uma visão de um Partido Comunista algo ditador, sem força, com algumas fragilidades, apoiando outras candidaturas quando lhes é oportuno, servindo-se, inclusivamente, das greves dos trabalhadores, onde o PCP, frequentemente, e apesar de não deter qualquer tipo de liderança ou influência, sempre tentou chamar a si todo o protagonismo das mesmas, aproveitando-se delas.

Edmundo Pedro classifica o regime de Salazar de Fascista, imitador de Mussolini numa primeira fase. Porém, com a guerra do Ultramar, tornou-se um governo Militar, sem ideologia, um governo oportunista, protetor do capitalismo.

Quanto às mudanças no salazarismo, depois das eleições de Delgado, o entrevistado colocou a tónica no aumento da repressão e na mudança eleitoral, cujo sistema, de voto universal, acabou por decreto, sendo a Assembleia Nacional a responsável pela escolha do Presidente da República.

Edmundo Pedro, sobre a referência feita no livro escrito por Otelo Saraiva de Carvalho, que incide na influência de Humberto Delgado no 25 de Abril, revela alguma crença nesta influência, destacando o papel de alguns oficiais. Porém, lembra o episódio do quartel de Beja em 1961, como sendo ele próprio um dos potenciadores do despertar da consciência do 25 de Abril.

Considerações finais

Chegados a este momento, cumpre-nos apresentar as principais conclusões decorrentes do estudo empreendido em torno da “Oposição nas Eleições Presidenciais Portuguesas de 1958”, apresentando protagonistas, estratégias e balanços. Assim, auxiliados por incontornáveis referências teóricas, mas também inestimáveis testemunhos vividos de relevantes personalidades, levámos a cabo uma reflexão sobre um dos períodos mais controversos, e ainda, não muito distante do nosso tempo, avaliando, do ponto de vista político, o impacto combinado de uma série de acontecimentos que terão contribuído, em ultima análise, para o início do fim do fascismo, regime amparado e sustentado por Salazar e pelo Estado Novo. Em consequência destes factos, resultaram alterações profundas da mentalidade, do pensamento de todos os que na sociedade portuguesa ansiavam e lutavam por uma vida em liberdade, além de várias mudanças que abanariam o regime.

Tendo em conta a investigação levada a cabo, verificou-se, no âmbito do Capítulo I, que o Salazarismo padecia, de facto, de uma ascendência, decisiva, do fascismo italiano de Mussolini, pelo que, no campo da definição do conceito, o termo Fascismo Lusitano pode ser utilizado para classificar o regime de natureza civil e antidemocrático, autoritário e corporativo, conhecido como Estado Novo, que vigorou, sobretudo, em Portugal entre 1933 e a posse de Marcello Caetano¹⁰³ na sucessão de Oliveira Salazar na presidência do Conselho de Ministros. As primeiras oposições ao regime fascista e ao Estado Novo principiam desde praticamente o início do governo de Salazar e são lideradas pelos principais partidos da esquerda republicana, aos quais se juntam alguns sectores operários, comunistas e muitos civis pertencentes ao sector intelectual. Mas também outra oposição, a *Opus Dei* não tão visível, teve um papel não menos importante, que obrigou inclusive Salazar a desviar alguma atenção, em seu torno.

De facto, segundo relatos da PIDE, figuras do regime, como Francisco de Paula Pinto, Daniel Maria Vieira Barbosa e mesmo Marcello Caetano e Adriano Moreira, estariam conotados com esta sociedade secreta, donde se destaca Marcello, que viria, como se sabe, a suceder a Oliveira Salazar. Aparentemente, a seguir à II Grande Guerra Mundial, parecia haver em Portugal um certo ar de liberdade, respirado após um ambiente de fome e privação. Iguamente, o facto de o comunismo se encontrar em expansão, acabou por ser proveitoso ao próprio governo de Salazar, olhado pela Europa como um governo de brandos costumes. A entrada na OTAN é prova disso mesmo. Salazar era visto como um aliado contra o comunismo.

Efetivamente, o quadro supracitado foi explorado por Salazar em seu benefício, para assegurar a sua posição no mundo do imediato pós-guerra e da qual resultou o reforço dos laços de amizade e cooperação com as principais potências ocidentais vitoriosas na II Grande Guerra

¹⁰³ Marcello José das Neves Caetano tomou posse do Governo a 27 de setembro de 1968, no qual se manteria até à sua destituição em 25 de Abril de 1974.

Mundial, passando a beneficiar da esfera internacional, democrática, liberal e anticomunista liderada pelos EUA.

Por outro lado, e uma vez fracassada a hipótese de uma vitória nas eleições legislativas em 1945, devemos realçar o papel do MUD, que era também uma consequência do quadro anterior, que viria a ser progressivamente reprimido durante este período, embora continuando a aproveitar a reduzida margem de manobra que então o regime permitia, cessando mesmo a sua atividade em 1948 às ordens de Salazar. Alguns sectores da oposição procuram, contudo, prolongar a luta oposicionista, através daquele movimento, agora na clandestinidade, mas sem qualquer efeito prático, uma vez que os desentendimentos e as lutas entre as diversas oposições eram constantes, o que não contribuiu para uma efetiva oposição ao regime fascista do Estado Novo. Por conseguinte, continuando entre 1949 e 1957, apenas a desenvolver alguma atividade, considerada, por alguns autores anteriormente citados, relevante, apesar de limitada. Findou, todavia, um importante ciclo da atividade da oposição ao Estado Novo, que apenas a campanha presidencial de 1958 voltou a conseguir reavivar.

Durante este período, a industrialização e a crise no meio agrícola contribuíram, de modo irreversível, para a modificação das estruturas sociais, que se transformaram, criando novos pólos de conflito e tomadas de consciências, que até então nem as oposições poderiam imaginar: o País urbanizou-se, modernizou-se contra a vontade Salazar. Este contudo, também demonstrou alguma capacidade de adaptação, conseguindo dosear as metodologias de repressão e censura, para poder manter a chama do seu regime, evidenciando, neste sentido, algum pragmatismo e maleabilidade.

As eleições de 1958 salientaram o momento difícil por que atravessou o Fascismo Lusitano de Salazar, confrontado com uma candidatura que, ao contrário do que tinha sucedido em 1949¹⁰⁴, conseguiria manter-se, até ao ato eleitoral, unida e forte em torno de um candidato que, também era militar e que rompera com o regime instituído, o General Humberto Delgado. Este último, pelo facto de responder a uma questão de um jornalista durante o seu início de campanha, relativa ao que faria em relação a Salazar caso ganhasse as eleições (sendo que respondeu: *obviamente demito-o*), catapultá-lo-ia para uma campanha que sacudiria Salazar e o Estado Novo, granjeando, desde logo, um novo opositor, pois a campanha eleitoral, a partir deste episódio, passaria a ser disputada também por Salazar.

De facto, e como era de esperar, no início desta campanha, o PCP, que mais uma vez tentou liderar todo o processo, dividindo toda a oposição que se pretendia forte e unida,

¹⁰⁴ A candidatura de Norton de Matos à Presidência da República contra o candidato do regime, Óscar Carmona, foi, também a vários títulos notável. Mobilizou dezenas de milhares de portugueses em manifestações públicas a favor de um candidato que afirmava publicamente, o seu prestígio de general, republicano e colonialista e oposicionista desde sempre ao regime de Salazar, e que desejava *fazê-lo desaparecer para sempre* do seu país. Constituiu a primeira tentativa real da oposição em concorrer às eleições presidenciais até então realizadas sob o Estado Novo, obrigando as hostes salazaristas a uma mobilização acrescida face à campanha de um candidato alternativo, congregador de praticamente todos os sectores da oposição. O *slogan* da campanha eleitoral era: «*Sem eleições livres, não votes*». Norton de Matos tinha assumido o compromisso de não se prestar a participar numa farsa eleitoral, que era o que pretendia o regime, para se prestigiar no estrangeiro. Assim, em 12 de fevereiro de 1949, Norton de Matos anuncia a sua desistência de concorrer às pseudo eleições, um pouco pelo recuo de vários sectores da oposição e figuras de relevo como Mário Soares e Salgado Zenha, mas justificando essa decisão com as medidas antidemocráticas impostas pela ditadura fascista (JANEIRO e PAULO, 2010).

prontamente catalogou a candidatura de Delgado de plano divisionista e organizada a mando do regime, afirmando mesmo, como já referimos anteriormente:

[...] *É dentro deste plano que surge a notícia da possível candidatura oposicionista do general Humberto Delgado, homem da confiança do Governo e do imperialismo americano [...]. Trata-se pois, de uma candidatura que vai aprofundar, sim, as divergências que possam existir ainda entre as forças da oposição.*

O PCP, que na altura passava por um período de afirmação interna, e não desejando demonstrar as suas fragilidades internas, e uma vez que tanto, o Eng.º Cunha Leal, com alegados motivos de doença, como Arlindo Vicente, por uma evidente falta de entusiasmo, por parte das massas, os levaria a desistir e conseqüentemente a apoiar a candidatura de Delgado, seria considerado por alguns como um recuo na política do PCP. Esta, atitude viria a ficar conhecida como *Desvio de Direita*.

Mais tarde, Álvaro Cunhal, como que a título de justificação, diria:

Se há portugueses que estão de acordo em lutar para derrubar a ditadura fascista e instaurar as liberdades democráticas, esse objetivo comum, por si só, justifica a unidade. Nós, comunistas estamos prontos a unir-nos na ação a todos quantos estão dispostos a lutar por ele (CUNHAL 1974: 135).

Também Arlindo Vicente corroborou esta posição de viragem, como anteriormente assinalámos no nosso trabalho, tal como Cunhal, que invocou a unidade e a união em torno da candidatura de Delgado, como uma estratégia da frente unida, tendo como fim um objetivo comum: o derrube de Salazar. Assim, a 8 de junho de 1958, tiveram lugar as eleições presidenciais, sem incidentes de maior, a não ser a dificuldade em obter os boletins de voto e a possibilidade de fiscalização negada aos apoiantes de Delgado, como também assinalámos. Contudo, e tendo em conta o levantamento exaustivo feito pela filha de Delgado, Iva Delgado, ficámos espantados, pelo facto de as eleições de 58 não terem existido oficialmente, uma vez que os resultados jamais foram publicados em *Diário do Governo* e pelo facto de nos arquivos do Supremo Tribunal Justiça apenas existir uma ata onde constam os votos obtidos por cada candidato, o que, em nosso entender, transforma as eleições de 1958 numa autêntica peça de teatro, tendo como encenadores Salazar e o Estado Novo.

Este estudo permite-nos, ainda, concluir que existe uma divergência entre os números apurados na supracitada ata e os números recolhidos posteriormente em diferentes locais por Iva Delgado. Todo o cenário aponta para que estas eleições tenham sido um teatro, que apenas se realizaram pela necessidade de Salazar provar algo internacionalmente, ou seja, mostrar ao mundo uma visão porventura mais liberal e democrática. Após estas eleições, o regime tornou-se ainda mais duro: determinado em não mais se submeter a confrontos desta ordem, concebendo um autêntico golpe de Estado, recorrendo à alteração da Constituição, a partir da

qual o Presidente da República deixou de ser eleito por sufrágio direto dos cidadãos eleitores, passando, de forma indireta, a partir daí, a ser eleito, apenas por um restrito colégio eleitoral, submetido ao ditador, dos quais se destacam os membros da AN e da CC. Por conseguinte, estas foram as últimas eleições presidenciais por sufrágio direto durante o resto do regime corporativo, como afirmou Alves (1998: 12). Nesta perspetiva, a lei alterou-se, sendo que o Presidente da República passava a ser eleito por um restrito colégio eleitoral, no sentido de evitar sobressaltos e garantir a manutenção do regime.

Como rescaldo das eleições, podemos concluir que estas constituíram um ponto de viragem na vida dos portugueses e do próprio regime, pois toda uma geração acabou por ganhar consciência dos problemas políticos e sociais. Quanto à outra conclusão, remete para o carácter irremediável do Estado Novo, cujas mazelas se prolongariam durante um dos períodos de maior repressão do regime. Contudo, este sairia, uma vez mais, como um sobrevivente moribundo de uma batalha de vida ou morte, da qual jamais se recomporia ou voltaria a ser o mesmo: a estratégia montada por Salazar na tentativa de aniquilar os seus opositores tinha falhado, foi o início do princípio do fim do regime, do que entendemos qualificar de Fascismo Lusitano.

Mas o cenário apresentado difere em algumas aspetos nas entrevistas que fizemos. Porém, antes de nos concentrarmos nas oposições às eleições presidenciais de 1958 e concomitantemente aos protagonistas e estratégias, podemos afirmar que, no que concerne ao livro de Otelo Saraiva de Carvalho, sobre as influências do movimento na Revolução de Abril, não parece haver unanimidade, ou seja, não estabelecem uma ligação direta entre um acontecimento e outro.

Vejamos agora a opinião dos entrevistados quanto à figura de Salazar e ao papel do Partido Comunista, bem como de outras oposições às eleições de 1958. Para o Professor Adriano Moreira, Salazar era um solitário, que confiava nas Forças Armadas e nos seus ministros. Um homem aberto ao diálogo e que teve com ele uma certa abertura. Adriano Moreira acredita que as convicções de Salazar eram fundamentalmente contra o Partido Comunista, concedendo-lhe assim alguma justificação para certas decisões. Era um homem católico e, por isso mesmo, não o tinha como fascista. Para o Professor, Salazar acreditava estar a prosseguir no caminho mais conveniente para o povo português. As províncias ultramarinas eram tidas como a joia da coroa, tudo fazendo para as manter. Quanto a Humberto Delgado, o Professor refere-o como alguém próximo de Salazar, que se deixou depois embevecido pela cultura democrática adquirida nos EUA. Refere a admiração que sentiu por ele, por ter evidenciado tamanho ato de coragem. Parece não revelar muita simpatia por Álvaro Cunhal, de quem discordava devido ao seu grande fundamentalismo e submissão à União Soviética. Em suma, tanto Cunhal como Delgado combatiam por modelos que não eram os nossos, ou seja, pouco próximos da realidade portuguesa. Nota-se, na opinião do Professor Adriano Moreira, que terá existido alguma abertura para com a candidatura de Humberto Delgado, isto é, houve uma conjuntura de forças alheia à própria vontade de Salazar. Salazar permitiu as eleições, mas já atravessadas por um certo disfarce, ou seja, para calar os que o rodeavam: as oposições quer internas ou externas e o próprio povo.

Quanto a Mário Tomé, este refere a importância do Partido comunista na eleição e no apoio dado a Humberto Delgado, visão diferente do entrevistado anterior. O Partido Comunista teve um papel privilegiado enquanto oposição organizada e concertada. Refere também o papel dos intelectuais. Considera Salazar um fascista, seguidor de Mussolini e dos nazis, opinião bem divergente do Professor Adriano Moreira. A verdadeira oposição ao regime de Salazar deve-se ao Partido Comunista que sustentou a eleição de 1958.

Para o Professor Sérgio Ribeiro, Salazar era fascista, ditador, torturando e matando à sombra da PIDE. Quanto às oposições, refere-se ao PCP, onde estão colados os intelectuais mas também os velhos republicanos e os católicos progressistas. Em nome da unidade contra ao regime de Salazar, o Partido Comunista apoiou Humberto Delgado, numa eleição que também considera manipuladas.

Edmundo Pedro, por sua vez, renega a organização no Partido Comunista, que considera de tal modo estruturada que é capaz de condenar todos aqueles que estão fora dela. Na sua opinião, o Partido Comunista fazia oposição a todos os que não comungavam das suas ideias. Era uma oposição controlada que tentava atrofiar os próprios intelectuais. Apoiou a candidatura de Delgado por conveniência, já que Delgado não era comunista. Apresenta-nos Salazar como um oportunista, protetor do capitalismo.

Em suma, parece-nos poder afirmar que a oposição ao Governo de Salazar, por razões várias, acabou por se unir em torno de uma figura: Humberto Delgado. Salazar é apresentado como um ditador, sustentado pela PIDE e pelas entrevistas de António Ferro, por nós mencionadas nesta investigação. São, igualmente, partes integrantes da opressão feita por Salazar aos seus adversários. O partido comunista, enquanto grande oposição que a História nos apresentou, sai algo desmistificado, que tentava apropriar-se, fruto de alguma conveniência, da liderança de todas as ações oposicionistas daquele tempo, no entanto foi, Humberto Delgado, que, à sua volta, congregou todas as oposições, iniciando, de facto, a grande oposição e a rutura do governo de Salazar¹⁰⁵.

Devemos também referir que tanto os autores estudados como as personalidades entrevistadas, que se assumem declaradamente de esquerda são coincidentes em classificar o regime de Salazar de Fascista

Os objetivos anunciados na introdução foram atingidos, porque, de facto, à luz quer das entrevistas, quer da bibliografia apresentada, caracterizámos o regime que vigorou durante o Estado Novo. Podemos afirmar que sofreu uma gradação influenciado pelo ideal de Mussolini, pelo nazismo e, posteriormente, pela defesa dos interesses capitalistas. Apresentámos o modo como foi feita a oposição nas eleições presidenciais de 1958, bem como algumas tomadas de decisão e protagonismos. Cremos ter contribuído para o entendimento da História que, quando sustentada na verdade dos factos, abre caminhos para a Democracia.

¹⁰⁵ O *New York Times*, em 10 de junho de 1958, escreveu a propósito: (...) *Quando a História destes tempos for escrita em qualquer data futura de Portugal, pode-se prever com segurança que os 25% dos votos de protesto a favor do General Humberto Delgado, pesarão mais na balança do que os 75% já previstos, que elegeram o Almirante Américo Tomás.*

Esta eleição, pode vir a ser o primeiro passo hesitante do povo português a caminho da liberdade. Cf. Texto integral, em anexo XXVII.

Bibliografia

- AGABEM, Giorgio; BADIOU, Alain; BENSAID, Daniel; BROWN, Wendy; NANCY, Jean-Luc; RANCIÉRE, Jacques; ROSS, Kristin; e ZIZEK, Slavoj (2010). *Democracy in What State*. (Columbia University Press, Ed.). Nova Iorque.
- ALMEIDA, João Miguel (2008). *A Oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*. (Edições Nelson de Matos, Ed.). Lisboa.
- ALVES, Jorge Fernandes (1998). *O Furacão " Delgado" e a Ressaca Eleitoral de 1958 no Porto*. (Centro Leonardo Coimbra da FLUP, Ed.). Coimbra.
- AMARAL, Domingos (2010). *Enquanto Salazar Dormia*. (Casa das Letras, Ed.) (17ª ed.). Alfragide.
- AMARAL, Diogo Freitas (1985). *Uma Solução para Portugal*. (Publicações Europa América Lda., Ed.) (6ª ed.). Mem Martins.
- AMARAL, Diogo Freitas (1996). *O Antigo Regime e a Revolução - Memórias Políticas (1941-1975)*. (Bertrand/Nomen, Ed.) (6ª ed.). Venda Nova.
- ARENDT, Hannah (2010). *As Origens do Totalitarismo*. (Don Quixote, Ed.) (4ª ed.). Alfragide.
- ARISTÓTELES (1998). *Política*. (AMARAL, António Campelo e GOMES, Carlos de Carvalho. Trad.), (Vega, Ed.) (Edição Bil.). Lisboa.
- ARON, Raymond (1965). *Ensaio sobre as Liberdades*. (Editorial Aster, Lda., Ed.). Lisboa.
- BOBBIO, Norberto (2009). *O Futuro da Democracia*. (Editora Paz e Terra, SA., Ed.) (11ª ed.). São Paulo.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (1998). *Dicionário de Política*. (Editora Universidade de Brasília, Ed.) (11ª ed.). Brasília.
- CAETANO, Marcello (1968). *História Breve das Constituições Portuguesas*. (Editorial Verbo, Lda., Ed.) (2ª ed.). Lisboa.
- CAETANO, Marcello (1974). *Depoimento*. (Distribuidora Record, Ed.). Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de (1977). *Alvorada em Abril*. (Livraria Bertrand, Lda. SARL., Ed.). Lisboa.

- CERQUEIRA, Henrique (1976). *Acuso*. (Editorial Intervenção Lda., Ed.). Lisboa.
- CERQUEIRA, Henrique (1977). *Acuso - O Crime*. (Editorial Intervenção Lda., Ed.) (Vol. II). Lisboa.
- COUTINHO, Clara Pereira (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática metodológica a publicações científicas (1985 - 2000)*. (Monografias em Educação. Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho, Ed.). Braga.
- CUNHAL, Álvaro (1974). *Rumo à Vitória*. (Edições "A Opinião", Ed.). Porto.
- CUNHAL, Álvaro (1985). *O Partido com Paredes de Vidro*. (Edições Avante, Ed.) (3ª ed.). Lisboa.
- DACOSTA, Fernando (2012). *Máscaras de Salazar*. (Leya SA., Ed.) (26ª ed.). Alfragide.
- DELGADO, Humberto (1974). *Memórias*. (Edições Delfos, Ed.). Lisboa.
- DIMAS, Vitor (1977). *Humberto Delgado - o homem e três épocas* (Edições Jornal Expresso, ED.) (1ª ed.). Lisboa.
- DIÁRIO do GOVERNO (1961). *Constituição Política da República Portuguesa*. (Imprensa Nacional de Lisboa, Ed.). Lisboa.
- FERNANDES, António José (2008). *Introdução à Ciência Política*. (Porto Editora Lda., Ed.). Porto.
- FERNANDES, António Teixeira (2008). *Nacionalismo e Federalismo em Portugal*. (Edições Afrontamento, Ed.). Porto.
- FERRO, António (2007). *Entrevistas a Salazar*. (Parceria A. M. Pereira e Livraria Editora, Lda., Ed.). Lisboa.
- FREIRE, André (2011). Eleições, Sistemas Eleitorais e Democratização: o caso português em perspetiva histórica e comparativa. In *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Portugêses: uma perspetiva histórica e comparativa*. (Edições Colibri, Fundação Mário Soares; Instituto de Hist. Contemporânea da FCSH da Uni. Nova de Lisboa, Ed.) (1ª ed., pp. 25-85). Lisboa.
- FREIRE, André (2012). *O Sistema Político Português, Séculos XIX-XXI: continuidades e ruturas*. (Edições Almedina, SA., Ed.) (1ª ed.). Coimbra.

- GARCIA, Manuel e MAURÍCIO, Lourdes (1977). *O Caso Delgado - autópsia da "Operação Outono."* (Edições Jornal Expresso, Ed.). Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (2008). *Sociologia*. (Fundação Calouste Gulbenkian, Ed.) (6ª ed.). Lisboa.
- GOMEZ, Hipólito de la Torre (2011). *O Estado Novo de Salazar*. (Texto Editores Lda., Ed.). Alfragide.
- HENRIQUE, Teresa e RAMALHO, Miguel Nunes (2008). *As Eleições de 1958 Humberto Delgado na Campanha do Norte*. (Prefácio, Ed.). Lisboa.
- JANEIRO, Helena Pinto e PAULO, Heloísa (2010). *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949, 60 anos depois*. (Edições Colibri, Ed.). Lisboa.
- LEMOS, Mário Matos e (2009). *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*. (Divisão de Edições da Assembleia da República e Texto Editores Lda., Ed.) (1ª ed.). Alfragide.
- LEMOS, Mário Matos e (2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. (Assembleia da República, Divisão de Edições, Ed.). Lisboa.
- LOFF, Manuel (2011). Natureza, Funções e Efeitos das Eleições em Regimes Ditatoriais: o Estado Novo em perspetiva Comparada. In *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: uma perspetiva histórica e comparativa*. (Edições Colibri, Fundação Mário Soares; Instituto de Hist. Contemporânea da FCSH da Uni. Nova de Lisboa, Ed.) (1ª ed., pp. 135-207). Lisboa.
- MALTEZ, José Adelino (2004). *Tradição e Revolução, uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*. (Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas, Lda., Ed.) (Vol. II). Lisboa.
- MEDINA, João (1990a). *História Contemporânea de Portugal - O Estado Novo*. (Editions Ferni, SA., Ed.) (Vol. I). Geneve.
- MEDINA, João (1990b). *História Contemporânea de Portugal - Ditadura: O Estado Novo do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*. (Editions Ferni, SA., Ed.) (Vol. II). Geneve.
- MENEZES, Filipe Ribeiro de (2010). *Salazar*. (Publicações D. Quixote. Ed.) (1ª ed.). Alfragide.
- MOREIRA, Adriano (2012). *A Espuma do Tempo Memórias do Tempo de Vésperas*. (Edições Almedina, SA., Ed.). Coimbra.

- MOTA, Francisco Teixeira da (2011). *Henrique Galvão - Herói Português*. (Oficina do Livro, Ed.). Alfragide.
- MÚRIAS, Manuel Beça (1980). *Obviamente demito-o*. (Regimprensa, Ed.). Amadora.
- NOGUEIRA, Franco (2000a). *Salazar - Os Tempos Áureos (1928-1936)*. (Editora Livraria Civilização, Ed.) (Vol. II) (2ª ed.). Coimbra.
- NOGUEIRA, Franco (2000b). *Salazar - O Ataque (1945-1958)*. (Editora Livraria Civilização, Ed.) (Vol. IV) (2ª ed.). Barcelos.
- NOGUEIRA, Franco (2000c). *Salazar - A Resistência (1958-1964)*. (Editora Livraria Civilização, Ed.) (Vol. V) (4ª ed.). Barcelos.
- OCHETO, Valério (1977). *Em Prol da Verdade*. (Livraria Bertrand, Lda. SARL., Ed.). Amadora.
- PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo e DELGADO, Iva (1998). *Humberto Delgado: as eleições de 58*. (Vega, Ed.). Lisboa.
- PAÇO, António Simões do (2008). *Os Anos de Salazar o que se Contava e o que se Ocultava Durante o Estado Novo*. (Centro Editor PDA, Ed.). Lisboa.
- PINTO, António Costa (2005). *Portugal Contemporâneo*. (Publicações D. Quixote, Ed.). Lisboa.
- PINTO, Maria José Vaz (1984). *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947/1968*. (Difel Difusão Editorial, Lda., Ed.). Lisboa.
- PORTA, Donatella Della (2003). *Introdução à Ciência Política*. (Editorial Estampa, Ed.) (1ª ed.). Lisboa.
- PORTUGAL, Biblioteca do Museu da República de (n.d.). *Humberto Delgado: o general sem medo*. (Câmara Municipal/Cultura, Ed.). Lisboa.
- RAMALHO, Miguel Nunes (2007). *A Opressão Salazarista e a Força da Liberdade*. (Prefácio, Ed.). Lisboa.
- ROMERO-ROBLEDO, Mariano Robles e NOVAIS, José António (1974). *Assassinato de um Herói*. (LIBER, Ed.). Lisboa.
- ROSA, Frederico Delgado (2008). *Humberto Delgado: biografia do general sem medo*. (A Esfera dos Livros, Ed.). Lisboa.

- ROSAS, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*. (Edições tinta-da-china, Lda., Ed.) (1ª ed.). Lisboa.
- ROSAS, Fernando e MATTOSO, José (1998). *História de Portugal. O Estado Novo. (1926-1974)*. (Editorial Estampa, Lda., Ed.) (Vol. VII). Lisboa.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (2011). *História da Primeira República Portuguesa*. (Edições tinta-da-china, Lda., Ed.) (2ª ed.). Lisboa.
- REIS, António (1991). *Portugal contemporâneo: (1926-1958), Ascensão e consolidação do Estado Novo. A ordem económica e social entre o desenvolvimento e a estagnação. Controlo ideológico e resistência cultural. Sob a égide dos valores conservadores*. (Publicações Alfa) (Vol. IV).
- SERTÓRIO, Manuel (1978). *Humberto Delgado 70 Cartas Inéditas*. (Praça do Livro, Ed.). Lisboa.
- SOARES, Mário (1974). *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*. (Arcádia, Ed.) (1ª ed.). Lisboa
- SPÍNOLA, António de (1974). *Portugal e o Futuro*. (Arcádia, Ed.) (3ª ed.). Lisboa.
- THOMAZ, Américo (1980). *Últimas Décadas de Portugal*. (Edições FP, Ed) (Vol. III). Lisboa.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1972). *A Democracia na América*. (Editorial Estúdios Cor, Ed.).Lisboa.
- VANOYEKE, Violaine (2001). *Péricles*. (Editora Pergaminho, Lda., Ed.). Cascais.
- VILELA, António José e BRANDÃO, Pedro Ramos (2011). *Salazar e a Conspiração do Opus Dei*. (Casa das Letras, Ed.). Alfragide.

Webgrafia

- ABREU, António (2011). Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958. *O Militante*.
<http://www.pcp.pt/publica/militant/236/p45.html> (maio 23, 2011)
- ANTÃO, Nelson Moreira e TAVARES, Célia Gonçalves Tavares (2008). Henrique Galvão e o Assalto ao Santa Maria. Percurso de uma Dissidência do Estado Novo e suas Repercussões Internacionais. *Revista Sapiens*, nº 0, (dezembro 2008), pp. 84-110.
<http://www.revistasapiens.org/biblioteca/numero0/henriquegalvao.pdf> (abril 5, 2012)
- BARREIROS, José António (1982). Criminalização Política e Defesa do Estado. *Análise Social*, XVIII, pp. 813-828. <http://www.jstor.org/stable/10.2307/41010358> (maio 25, 2012)
- BARRETO, José (1994). Comunistas, Católicos e os Sindicatos sob Salazar. *Análise Social*, XXIX, pp. 287-317.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223302029B6yHX0jf9Jc05NY8.pdf> (setembro 23, 2012)
- BARRETO, José (1999). As Nacionalizações e a Oposição ao Estado Novo. *Análise Social*, XXXIV, pp. 509-554.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218799179U2yYW2ch3Jf30QE8.pdf> (setembro 23, 2012)
- BASTOS, Daniel (2000). Para uma História das Eleições Presidenciais de 1949 e 1958 na Vila de Fafe. *Dom Fafes*, nº VII. http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/Eleicoes%20Presidenciais%20na%20Vila%20de%20Fafe_1949_58.pdf (setembro 8, 2012)
- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema (2005). Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese - Revista Eletrónica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, nº II, pp. 68-80. www.emtese.ufsc.br (junho 25, 2013)
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983). A «Segunda República» numa Perspetiva Histórica. *Análise Social*, XIX, pp. 127-142.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461963A7eXL4on1Cu85VX2.pdf> (novembro 23, 2012)
- CEREZALES, Diego Palacios, (Trad.) (2006). Técnica, Política y el Dilema del Orden Público en el Portugal Contemporáneo (1851-1974). In U. C. de Madrid (Ed.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia. Séculos XIX-XX*. Madrid.

- <http://eprints.ucm.es/8141/1/tecnicaypol%C3%ADticavAPHESvF.pdf> (setembro 30, 2012)
- CRUZ, Manuel Braga da (1982). Notas para uma caracterização política do salazarismo. *Análise Social*, XVIII, pp. 773-794. <http://www.jstor.org/stable/10.2307/41010356> (outubro 12, 2012)
- CUNHA, Luís (1996). O Herói no seu Provir : D. Afonso Henriques entre evocação e imagem. In *Congresso Histórico de Guimarães - "Actas do Congresso Histórico de Guimarães : Afonso Henriques e a sua época"*. Câmara Municipal de Guimarães. Vol. III, pp. 447-457. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6101> (setembro 12, 2012)
- DIAS, Eduardo Mayone (2005). Humberto Delgado: o general sem medo. *Mundo Português*. http://portocroft.cultarte.com/?page_id=963 (setembro 23, 2012)
- EFE (1958). El Almirante Américo Tomás, Candidato de la Union Nacional, triunfador. *La Vanguardia Española*, 10 de junio de 1958, p.13 <http://hemeroteca.lavanguardia.com/preview/1958/06/10/pagina-13/32749961/pdf.html> (setembro 23, 2011)
- FERREIRA, Ana Sofia (2006). As Eleições no Estado Novo e as Eleições Presidenciais de 1949 e 1958. *Revista da Faculdade de Letras - História*, nº VII, pp. 197-212. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf> (setembro 23, 2011)
- FREIXO, Adriano (2007). As Pressões Internacionais e a Crise do Último Império: a política colonial portuguesa nas décadas de 1950 e 1960. *Associação Nacional de História*. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0568.pdf> (setembro 10, 2013)
- GOMES, Sérgio Alexandre da Rocha (2007). As Identidades Nacionais nos Regimes Ditatoriais: o caso da romanità na Itália fascista e o reaportuguesamento salazarista. *Revista da Faculdade de Letras*, I Série Vol. V-VI, pp. 189-224. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6628.pdf> (maio 2, 2012)
- LÍDIA (1958). O Momento Político Nacional. *O Militante*, III Série, pp. 5-6. Cedido pelo Partido Comunista Português.
- MARCHI, Riccardo (2008). A Direita Radical na Universidade de Coimbra (1945-1974). *Análise Social*, XLIII, pp. 551-576. http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732008000300004&script=sci_pdf (agosto 5, 2013)

- MARCOS, Daniel da Silva Costa (2007). Salazar e De Gaulle: a França e a questão colonial portuguesa (1958-1968) (IDI - MNE, Ed.) *Coleção Biblioteca Diplomática, Série D*. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/cbdv.200490137/abstract> (Maio 5, 2013)
- MATOS, Luís Salgado de (1999). A Campanha de Imprensa Contra o Bispo do Porto como Instrumento Político do Governo Português (setembro de 1958-outubro de 1959). *Análise Social*, XXXIV, pp. 29-90. <http://www.jstor.org/stable/10.2307/41011355> (junho 23, 2012)
- PEREIRA, Aida (2011). Análise de Conteúdo de uma Entrevista Semi-estruturada. Lisboa. <http://www.slideshare.net/Deboracunha/anlise-de-contedo-de-uma-entrevista> (agosto 23, 2013)
- PINTO, Dora Marisa Gomes (2010). Ensaio sobre a Evolução Política do Estado Novo. FCHS (DCPC) - Dissertações de Mestrado Universidade Fernando Pessoa, Porto. <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1945> (setembro 23, 2012)
- RABY, David Linda (1982). O Problema da Unidade Antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958. *Análise Social*, XVIII pp. 869-883. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400499A1rNG9eq8Lo93IW1.pdf> (setembro 2, 2012)
- SOUSA, Jorge Pais de (2009). O Estado Novo de Salazar como um Fascismo de Cátedra Fundamentação Histórica de uma Categoria Política. *Storicamente - Università degli Studi di Bologna e Gedit Edizioni*, nºV, pp. 1-12 http://www.storicamente.org/05_studi_ricerche/estadonovo- (outubro 23, 2012)

Anexos

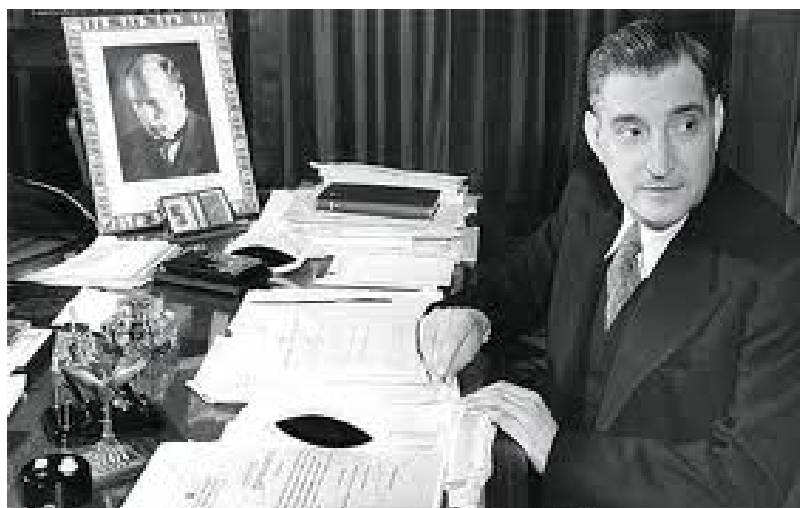
Anexo I - Fotografias de Salazar

Foto 1 - Saudação Nazi de Salazar junto ao Gen. Óscar Carmona



Fonte: <http://professornivaldo.no.comunidades.net/index.php?pagina=1357513706> (setembro 23, 2013)

Foto 2 - Fotografia de Mussolini na secretária de Salazar



Fonte: <http://www.dinheirovivo.pt/Empresas/Artigo/CIECO038174.html> (setembro 23, 2013)

Anexo II - A assinatura do pacto do Atlântico

ANO 28:

SEGUNDA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1949

N.º 9463

Diário do Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: P. B. X. 20271, 20272, 20273
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: D180A

REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 a 48 — LISBOA

PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º

EDITOR — JOÃO CRISTÓFARO DE SA
NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

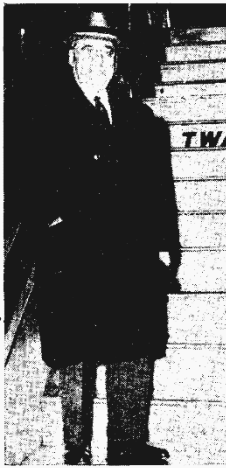
A assinatura solene do Pacto do Atlântico

efectua-se às 15 horas locais

Truman discursará na cerimonia

WASHINGTON, 4.—Doze ministros dos Negócios Estrangeiros vão apor assinaturas no Pacto do Atlântico. É um acontecimento histórico para os Estados Unidos, que se comprometem pela primeira vez numa aliança defensiva com potenciais inimigas fora do seu hemisfério. A cerimonia celebrará-se a 15 horas (hora local) desta tarde, no grande auditorio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Esta vasta sala decorada a azul e ouro foi a escolhida porque é a unica em Washington que pode receber mais de duas mil pessoas. As portas serão abertas as 13 horas para entrada aos diplomatas, parlamentares e convidados. Acheson pronunciará primeiro uma allocução. Cada um dos ministros dos Negocios Estrangeiros, apresentado pelo secretario de Estado, falará durante cinco minutos, sendo a ordem dos discursos a das iniciais em lingua inglesa dos nomes dos países representados. O presidente Truman fará as 14 e 30, a sua entrada no vasto salão do auditorio. Depois de Acheson lhe ter apresentado cada um dos ministros, o presidente pronunciará um discurso cuja duração está fixada em dez minutos. E' depois desta allocução que começará a cerimonia da assinatura. A chamada do nome de cada país, o seu representante virá apor a sua assinatura no fundo do documento colocado em cima duma grande mesa. O ceremonial esclarece que cada signa-



O dr. Coelho da Mota ao descer, em Nova York, do avião em que cruzou o Atlântico

(Continua na última pág.)

O tribunal deu satisfação a Kravchenko na sua querela contra «Lettres Françaises»

PARIS, 4.—Foram lavradas as sentenças no processo intentado por Kravchenko contra o semanário «Lettres Françaises». Com respeito á primeira acção postta em Juízo por Kravchenko contra Sim Thomas, signatário dum artigo publicado no «Lettres Françaises» cuja existência sempre foi contestada pelo quixotesco, o director daquele semanário, Claude Morgan, é condenado a 5.000 francos de multa e 50.000 francos de perdas e danos, com obrigação de inserir o texto da sentença no «Lettres Françaises».

Quanto á segunda acção, contra André Wurmser, autor dum artigo publicado no mesmo semanário e que Kravchenko considera injurioso, Claude Morgan e André Wurmser são condenados a 5.000 francos de multa cada um e a 50.000 francos de perdas e danos solidariamente, com inserção da sentença no «Lettres Françaises».

Pela terceira querela, contra Claude Morgan, simultaneamente na qualidade de director do semanário «Lettres Françaises» e autor de tres artigos contra Kravchenko, Claude Morgan é condenado a 5.000 francos de multa, 50.000 francos de perdas e danos e a publicação do texto da sentença na primeira página do semanário que dirige.

Os condenados deverão pagar as custas do processo que sobem a vários milhões de francos.—(F. P.)

O Governo de Nanquim confirma a perda de Sin-yang

NANGUIM, 4.—O Informador oficial do Ministerio da Defesa confirma que as forças nacionalistas evacuaram Sin-yang, sede do governo provincial do Ho-não, em virtude do cerco que a cidade por 100.000 comunistas. A guarnição de Sin-yang retirou para Wu-xeng-kuan, desfiladeiro nas montanhas que constituem a fronteira entre as províncias de Ho-não e Hu-péh. O general Pai-xung-hsi, comandante nacionalista da China central, anuncia que os comunistas desencadearam ataques simultaneos contra Sin-yang, Wu-xeng-kuan e Uvá-Yuan, respectivamente a 120 e 72 quilómetros ao norte de Hankau.—(F. P.)

Faz hoje 100 anos que morreu em Lisboa o estadista Mousinho da Silveira

Completaram-se hoje, cem anos, sobre a morte, em Lisboa, do estadista e grande reformador que foi Mousinho da Silveira, homem íntegro e austero que viveu de esplendor politico e jurídico a sua época.

Era natural de Castelo de Vide, onde nasceu a 12 de Julho de 1789. Formou-se em Coimbra em 1808, foi juiz em Marvão e Sevilha, e em 1820, já revogado do enorme auctoridade, foi director geral das Alfândegas, alto cargo politico e financeiro.

Amador de alheios é politica, viu-se obrigado a aceitar a pasta da Fazenda por poucos dias em 1823. Por suas ideias liberais, esteve encarcerado no Castelo de S. Jorge, e teve de exilar-se do reino no golpe do Estado maguesta de 1828.

Finalmente, em 1823, chegou a sua grande hora de estadista: a 3 de Março foi nomeado ministro das Finanças e da Justiça. Nesta gerência exerceu a sua auctoridade, os monumentos da legislação portuguesa, que até os inimigos de hoje—os de hoje—reconhecem: decretou o primeiro estatuto contra as realidades directo populares, aboliu os ditinos, creou os ditros reais, com a concordância real, organizou tribunais de justiça, sancionou a liberdade de pensamento, de reunião e de ensino, promovendo reformas financeiras e administrativas—cujos assuntos era perito—revogou monopólios e impostos, suprimiu os escandalos de situações e lugares, promoveu a ordem judicial, e foi, enfim, um reformador que não tem par na história politica portuguesa.

Em tudo houve a revolução de uma auctoridade que vinha de uma espansiva cultura e de uma sólida fundamento jurídico, além de uma dignidade própria até então desconhecida entre legisladores e pseudo-estadistas.

Pode dizer-se: criou uma sociedade nova. Em Janeiro de 1833 abandonou o poder, e no ano seguinte foi espaladamente deposto. Não quis ser par do reino. A sua presença pelos Açores permitiu a liberdade dos povos e limitação de abusos. O seu nome é até ainda respeitado.

No seu testamento de Março de 1849 declarou querer que o sepulchrassem na Ilha do Corvo, para onde o haviam de levar metido num caixão como vulgar carga de navio. Mas se isso não fosse possível, queria ser sepultado para Gavião, perto de Castelo de Vide. E assim succedeu, faz agora um século. Foram depositadas as suas restos mortais na igreja de Nossa Senhora da Margem, do concelho de Gavião.

O grande legislador apogou-se em modestia. Depois do esquecimento, já não ditamos a ingenuidade dos vindouros.

Romagem ao túmulo no Gavião

CASTELO DE VIDE, 4.—Muitas centenas de pessoas desta via evocaram hoje a memoria do grande Mousinho da Silveira, desta terra natural, a hora da repouso.

Organizou-se uma romagem de Castelo de Vide ao Gavião, que é distante 45 quilómetros, para onde, a despeito da chuva, se dirigiram em camionetas e automoveis pesadas que se moviam em respeito pela memoria do estadista que tanto pugnou pelos direitos do povo. O túmulo, no cemitério que succede ao de Nossa Senhora da Margem, próximo do Gavião, ficou coberto de flores.

Na simplicidade a romagem teve significado. Esta parquia do Alentejo não esqueceu o alentejano que bem serviu Portugal pela virtude, pela subordinação e pela justiça.

Os pescadores da Ericeira estão a ser gravemente lesados pela presença clandestina de arrastões

ERICEIRA, 4.—Esta zona de pesca tem sido verdadeiramente devastada, nos últimos tempos, pela presença de grandes arrastões, que por aqui vêm, de noite, com luzes apagadas, tirando verdadeiramente em solta as companhias das pequenas embarcações deste porto. Assim, ainda na madrugada de sexta-feira para sábado, a companhia do barco «Eduardo Manoel», de que é proprietário o sr. C. António José Cháudo, medico da Casa dos Pescadores desta vila, ao chegar ao local, perto da costa, onde haviam deixado as suas redes, não encontraram peixe dezes e outra parte, estava lamentavelmente danificada e a pesca perdid.

Reclama-se fiscalização eficaz, que ponha termo a estes desmandos.

Vai ser auxiliada pelo Plano Marshall a valorização dos territórios ultramarinos

PARIS, 4.—A Administração da Co-Operação Económica vai intensificar o auxílio aos países participantes do Plano de Ressurgimento Europeu para a valorização dos territórios de além-mar. Considera, com effeito, que a situação económica da Europa pode ser consideravelmente melhorada a longo prazo desenvolvendo os recursos naturais em matérias-primas nesses territórios. Para o effeito, estão actualmente em estudo o alargamento dos portos, o transporte de energia, o estabelecimento de linhas de comunicação, a luta contra a mosca tsé-tsé e a prospecção de muitas regiões mineiras.

A valorização dos territórios ultramarinos, declara-se na A. C. E., ajudará não só a Europa a continuar a procurar a estabilidade económica a longo prazo, mas aproveitará, também, a todos os indígenas desses territórios. Está ainda perfeitamente de acordo com o importante quarto ponto do programa do presidente Truman, assim como com a Carta das Nações Unidas. O objectivo principal deste programa, acrescenta-se, é a criação de novas correntes comerciais de produtos semi-acabados provenientes dos territórios ultramarinos e susceptíveis de trazerem receitas em dólares ou outras moedas raras.

Uma parte destas divisas poderia permitir ás nações metropolitanas comprar produtos necessários e de que têm falta para melhorar o seu nível de vida. Estas receitas diminuiriam o seu «deficite» comercial, particularmente com a região do dólar. Quando os portos, os caminhos de ferro, as vias de comunicação, as centrais eléctricas e as condições sanitárias tives-

sem sido melhoradas, os territórios ultramarinos poderão chamar capitais que procurem applicação. A realização deste programa económico básico poderá, assim, assegurar as necessidades sempre crescentes em matérias-primas das diversas indústrias do Mundo.—(France Presse).

Os alemães recusam-se a considerar a divisão do seu país um facto consumado

BERLIM, 4.—Não queremos um Estado da Alemanha Ocidental e pedimos que esta expressão seja suprida do vocabulário politico—declarou Jacob Kaiser, chefe cristão-democrata e deputado por Berlim, ao Conselho Parlamentar de Bonn, no congresso do seu partido em Berlim. E proseguiu: «Recusamo-nos a considerar a divisão da Alemanha como um facto consumado, porque transformaria o nosso país num foco de agitação perigoso para a paz. O que nós queremos, é um Estado que seja o núcleo da Alemanha e do qual seja incorporado, o que permitiria a ligação de todas as regiões do nosso país. O partido Social-Democrata e o partido Cristiano-Democrata devem criar este Estado juntos, partindo de Oeste.»—(F. P.)

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

TRANSPORTADO POR AVIÃO DOS T. A. P.

Anexo III - Portugal membro da ONU

ANO 35.^o QUINTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1955 N.º 11.864

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO
DIRECTOR-ADJUNTO — NORBERTO LOPES

TELEF.: 2071, 2072, 2073, 21154 e 21155 REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SA
ENDERECO TELEGRAFICO: DIBOA RUA LUZ SORIANO, 44 e 48 — LISBOA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

ONU: UNANIMIDADE PARA PORTUGAL



Um aspecto da reunião da Assembleia-Geral em que se debateu a admissão colectiva.

A admissão de 16 novos membros à organização das Nações Unidas criou uma atmosfera de euforia internacional

NAÇÕES UNIDAS, 15.—A Assembleia Geral reuniu-se ontem em sessão plenária. Aberta a sessão, o presidente declarou que a Assembleia estava de posse de um projecto de resolução pedindo a admissão definitiva dos 16 países, aos quais se referia uma recomendação favorável do Conselho de Segurança.

A primeira candidatura a ser posta à votação, foi a da Albânia, que foi admitida. Votaram contra, a China nacionalista, Cuba e Grécia. Abstiveram-se a Bélgica, Estados Unidos, República Dominicana, Países Baixos e Filipinas.

A seguir, foi admitida a Jordânia, com a abstenção de Israel.

Seguiram-se as candidaturas de Portugal, Irlanda, Itália, Austrália, Laos, Nepal, Cailão, Finlândia e Camboja, que foram admitidos por unanimidade.

Em seguida, foi também admitida a Hungria. Só a China nacionalista votou contra. Os Estados Unidos, Grécia, Países Baixos, Filipinas e República Dominicana, abstiveram-se.

Seguiu-se a Roménia, que foi igualmente admitida. Votaram contra, a China nacionalista e Cuba. Cinco países abstiveram-se: Estados Unidos, Grécia, Países Baixos, Filipinas e República Dominicana.

(Continua na 3.ª página)

OS TEMPORAIS

Não houve vítimas a lamentar em Coruche devido às providências tomadas na barragem de Montargil

Os violentos temporais que, desde a noite de anteontem, assolam o País tiveram as suas principais consequências na região banhada pelo Sorraia, onde se registaram grandes inundações, e onde tiveram de ser tomadas precauções rigorosas, devido a que a força das águas do rio Sor, fizesse desmoronar o dique, já construído, da barragem de Montargil, a 57 quilómetros de Coruche.

Ontem, á tarde, um empregado que presta serviço na referida barragem em construção, comunicou á Guarda Nacional Republicana, daquela vila, que o Sor trazia um grande volume, á fim de serem tomadas as providências necessárias para a segurança das pessoas, dos gados e dos haveres.

E tudo quanto foi possível fazer realizou-se, sob a direcção do comandante do respectivo posto, sr. Alfredo Moreira da Silva.

Bombeiros, praças da G. N. R., cantoneiros e populares não se pouparam a esforços, no negrume da noite, para evitar que a torrente caudalosa do Sorraia que, naquela vila, provocou muitas inundações, incluindo a do Campo da Feira, provocasse vítimas, ou grandes estragos.

Em muitos casos tiveram de ser utilizados barcos. E prestaram valiosos serviços os sjeeps da G. N. R.

A impossibilidade de se estabelecer ligação telefónica com Montargil e a falta de novas informações vindas dali aumentaram ainda o receio de que a barragem se cessasse desmoronando.

Esta manhã, dirigimo-nos a Coruche, em busca de novas informações.

A caminho de Coruche

Até Vila Franca de Xira, o aspecto dos campos é normal.

(Continua na página central)

Adlai Stevenson insiste na candidatura à Presidência da República

CHICAGO, 15 — O candidato democrático ás eleições presidenciais de 1952, Adlai Stevenson, anunciou ontem que se inscreveria, no ano próximo, nas eleições preliminares democráticas, nos Estados de Florida, Califórnia, Pennsylvania e Illinois. Já antes anunciara que figuraria nas eleições preliminares de Minnesota. Adlai Stevenson foi a única personalidade que anunciou oficialmente o seu desejo de ser designado, pelo seu partido, como candidato á presidência dos Estados Unidos. — (F. P.)

Avança, terra natal de Egas Moniz recebeu e recolheu hoje os seus despojos mortais

AVANCA, 15.—(Pelo telefone).— As 11 horas, a urna seguiu, com grande acompanhamento, para a igreja matriz onde celebrou missa de corpo presente e o reitor da freguesia rev. Amador Fidalgo. No funeral incorporaram-se, além de muito povo desta freguesia e arcebispo da sua Quinta do Marinho, onde muitas personalidades velaram o corpo durante a noite e a madrugada de hoje.

Almeida Eifina, pela Faculdade de Medicina de Lisboa; prof. dr. Correia de Oliveira, pela Faculdade de Medicina de Coimbra; prof. dr. Breda, director do Hospital Conde de Suceia; numerosas entidades oficiais de Aveiro, entre as quais o presidente da Camara Municipal, o comandante militar, o reitor do

(Continua na página seguinte)

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

Anexo IV - Eisenhower em Portugal

ANO 30. TERÇA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 1951 N.º 10.103

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: 2 0271, 2 0272 e 2 0273 REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRAFICA EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SA
ENDEREGO TELEGRÁFICO: DIBOA RUA LUZ SORIANO, 44 e 48 — LISBOA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

ECOS

O general Eisenhower faz ao mesmo tempo dois papéis — o de assessor da paz e o de guerreiro prudente. Nos vários países que tem percorrido, acentua bem a sua dupla missão — sossegar os tímidos e animar os fortes.

Aos jornalistas noruegueses que o foram cumprimentar, declarou:

— É necessária a força para conservar a liberdade e a cultura do mundo livres. Para isso, nem sempre assim é a força, quando se move, raramente se propõe ser justa e liberal, pois obedece frequentemente a instintos vejos e malficos. Felizmente, o general Eisenhower é uma figura limpa, que não serve ambições nem tocos desejos de conquista.

Que o trouxe à Europa?

Arredar o perigo que nos ameaça e fortalecer laços a que a comunidade das armas junta também a fraternidade dos corações. Caso consiga vencer sem batalhas, alcançará a maior das suas vitórias.

Com o título «Santos e gerações que não se calam» foi, agora, publicado em «O Jornal» do Rio de Janeiro o notável discurso que o dr. Assis Chateaubriand pronunciou, em julho do ano passado, quando da jornada a Mato Grosso, promovida pelos «Diários Associados», em homenagem à memória do grande governador e capitão-general de Mato Grosso e Cayaba, Luis de Albuquerque e Cáceres, fidalgo brasileiro, cuja ostead se está cuidando de trasladar para o Forte Príncipe da Beira, depois de este reconstituído, a expensas dos mesmos «Diários Associados» e do Ministério da Educação e Saude do Brasil.

Este discurso é uma página admirável de evocação histórica e de exaltação cívica que, se houera quem o pronunciasse, não honra menos a pátria do grande soldado e administrador cujo perfil Assis Chateaubriand, com a sua larga cultura, brilhante eloquência e acendrado civismo traçou em palavras de definitiva consagração, e o Brasil que ele tanto amou e tão bem serviu.

Transcrevemos a seguir um período do discurso que explicita o objetivo da chandreja em que tomaram parte altas personalidades brasileiras e portuguesas e entre estas o comandante José Correia Mattoso e o prof. Jaime Cortesão:

— (1) Obediente capital, desta excursão é conquistar a alma da juventude para os feitos dos nossos maiores, tornando-a mais inquieta para se ocupar de pontos essenciais da história pátria.

Charlie Chaplin, o célebre «Charlie», não conseguiu captar as suas graças do juiz-censor de Memphis, de 82 anos de idade, homem íntegro, irrisível e severo. Foi-lhe a representação dos filmes do artista, entre eles, «As Luzeas da Cidade», que nada tem de representável.

Considera Charlie Chaplin um homem perigoso, movimentar um aventureiro e valente, com uma moralidade suspeita. Como ele somente tem autoridade em Memphis, o mal não é grande.

A grande República dos Estados Unidos, campo aberto para todas as iniciativas e opiniões, garante a Chaplin a liberdade de ter génio e de fazer dele um relampago fulgurante de maravilhas.

A estratégia da paz

tem de ser global como foi a da guerra

WASHINGTON, 16. — O embaixador itinerante dos Estados Unidos, Philip Jessup, declarou que a estratégia da paz tinha de ser global, tal como fôra a estratégia militar da segunda guerra mundial.

Jessup afirmou num memorial do Departamento de Estado distribuído aos representantes das organizações internacionais: «Se a União Soviética insistir em lançar os povos do Mundo, inclusive o da Rússia, na guerra, o resultado da nossa estratégia global será a vitória da nossa pátria e dos outros povos livres de a União Soviética se convencer da existência da nossa força combinada e da nossa resolução unida, pode ser dissuadida de iniciar uma guerra». — (Reuter).

GENERAL EISENHOWER



A GUERRA NA COREIA

O saliente de Wonju

já foi eliminado

pela retirada da 2.ª divisão

FRENTE DA COREIA, 16. — O saliente de Wonju já não existe. O recinto levado a cabo durante todo o dia de 15, com a protecção da aviação e artilharia permitiu à 2.ª divisão libertar um após outro, os seus regimentos e tirá-los para nova linha de defesa mais ao Sul. Efecto já ontem à noite, alinhada com a ala esquerda da frente.

A retirada em algumas horas, dum divisão inteira, foi levada a cabo com precisão mecânica. As posições ao Sul de Wonju formavam uma espécie de ferradura de que os três batalhões que tinham cada dia, pela posse da colina 247, constituíam o topo. Estes três batalhões, sendo um francês e outro holandês, recuaram primeiro, seguindo-se-lhes depois ambos os lados da ferradura. Pelas estradas encharcadas pelo degelo, através de duas gargantas estreitas e limitadas de precipícios, os camións que transportavam até 40 homens cada um, resvalavam perigosamente. Ao

princípio da noite, a operação estava terminada e, toda a noite, as tropas que tinham perdido o costume do silêncio tiveram essa espécie de apreensão provinda do rompimento súbito de contacto com o inimigo.

Fatrubas parcialmente motorizadas restabeleceram já hoje o contacto. O saliente de Wonju ficou apagado do mapa da Coreia e embora o perigo de cerco desaparecesse em parte, as linhas das Nações Unidas neste sector alongaram-se em contrapartida.

A longa resistência no saliente de Wonju teve como objecto atrair forças inimigas que poderiam exercer pesada pressão na ala esquerda da frente. Mas como o fez já em outras ocasiões, o inimigo em vez de se lançar contra o obstáculo de frente contentou-se em estabelecer uma ligeira cortina de tropas para melhor o contornar.

(Continua na última página)

Eisenhower chega hoje

no seu 10.º dia de permanência na Europa

Após dez dias de viagem, mais ou menos relapago, pela Europa, chega hoje ao princípio da noite ao aeroporto de Lisboa o general Eisenhower, que, com o histórico desembarque na Normandia perfurou a Muralha Atlântica que os alemães tinham erguido na orla da Europa Ocidental, e que é agora detentor do alto cargo de comandante-chefe dos Exércitos do Pacto do Atlântico.

No dia em que Eisenhower chega a Lisboa, investido nessas funções de transcendente responsabilidade, parece-nos oportuno apresentar numa breve resenha os tópicos, as datas e as frases que assinalam esta peregrinação informativa, a sua segunda «Croisade em Europa» — título sugestivo que o generalíssimo aliado deu ao seu livro sobre a libertação do velho Mundo pelas tropas do seu comando.

Eisenhower partiu de Washington, em avião especial, no dia 6 do corrente e disse aos jornalistas, depois de receber no aeroporto os cumprimentos de Truman e dos secretários de Estado dos Estrangeiros e da Defesa, que a sua missão à Europa era ao serviço da paz, da segurança e da tranquilidade do Mundo.

O generalíssimo chegou a Paris na manhã de 7 e demorou-se dois dias na capital francesa onde foi recebido pelo presidente da República, pelo chefe do Governo e pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. Conferenciou com os generais e almirantes responsáveis pelas forças armadas e teve duas entrevistas com o marechal britânico Montgomery, presidente da Comissão da Defesa Ocidental.

No dia da chegada de Eisenhower a Paris, o presidente Truman pronunciou um discurso em que disse que estamos a preparar nos para uma

mobilização completa, capaz de enfrentar uma guerra em grande escala» e, no dia seguinte ao da sua saída de França, o ministro da Defesa, deste país afirmou: — «Foi-me a Eisenhower que teríamos antes do fim do ano

(Continuação da página central)

A aceitação

do plano de cessar fogo na Coreia é um erro trágico

— afirma Taft

NOVA YORK, 16. — O senador republicano Robert Taft declarou que o plano de cessar fogo das Nações Unidas, para a Coreia, era «a rendição mais completa com que os Estados Unidos até hoje concordaram».

Pedindo ao Congresso que reafirmasse a sua autoridade, o senador Taft afirmou: «Deja qual for o direito do presidente, parece-me claro que, nos termos da Constituição, ele não pode ir ao ponto de execução deliberada de guerra agressiva e não pode abrangê-la a decisão de quando, como e onde travaremos uma futura guerra, a não ser que estejamos dispostos a estabelecer uma ditadura nos Estados Unidos».

O senador Taft, presidente da comissão da política republicana, no Senado, repeliu a sua acusação de que Truman não tinha o direito de enviar tropas para a Coreia sem aprovação do Congresso. Disse que, em consequência da intervenção de comunistas chineses, a guerra se transformara numa «das mais desastrosas derrotas da história dos Estados Unidos. E acrescentou: «A aceitação pelo nosso Departamento de Estado, desorientado, do plano de cessar fogo das Nações Unidas é outro erro trágico da nossa política no Extremo Oriente. Nada obtemos a não ser o direito de fazer uma retirada que, aparentemente, poderíamos fazer por iniciativa própria, se assim o decidissemos. Este plano de cessar fogo é a mais completa rendição com que os Estados Unidos até hoje concordaram. E claro que isso encorajava a agressão e é apenas uma questão de tempo até os exércitos comunistas, libertados pelo cessar fogo, na Coreia, e pela liquidação do exército de Chang-Kay-Chek, marcharem contra a Indochina e o Sueste da Ásia. Parece-me lógico há muito tempo que, se desejamos evitar que o comunismo aliste, devemos libertar o exército de Chang da sua neutralidade actual e fornecer-lhe as armas que possam ser necessárias para ele criar uma diversão contra o avanço dos comunistas chineses, no Sueste da Ásia».

O senador Taft acrescentou que, se isso provocasse guerra entre os Estados Unidos e os comunistas chineses, não seria nada diferente do que se passa agora. — (Reuter).

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

TRANSPORTADO POR AVIÃO DOS T. A. P.

Fonte: http://www.fmsaeres.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06332.053.12702&bd=IMPrensa (maio 12, 2012)

Anexo V - Conferência Franco-Salazar

ANO 32.

QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1952

N.º 10.551

Diário de Lisboa

DIRECTOR — JOAQUIM MANSO

TELEFONES: 2.021, 2.022 e 2.023
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBO4

REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 e 48 — LISBOA

PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º

EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE S.
NÚMERO AVULSO: 80 CENTAVOS

A adopção de providências adequadas a uma acção defensiva comum no quadro geral da defesa do Ocidente

foi estudada na conferência de Ciudad Rodrigo
entre Franco e o dr. Oliveira Salazar

Ontem, à noite, foi distribuída à Rádio e à Imprensa, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a seguinte comunicação:

«O generalíssimo Franco e o chefe do Governo português, dr. Oliveira Salazar, encontraram-se em Ciudad Rodrigo, nos dias 14 e 15, a fim de examinar em conjunto os problemas actuais que afectam a Península Ibérica.

Nas entrevistas, que decorreram dentro da habitual compreensão e cordialidade, foi considerada como relevante facto positivo a posição comum que de há muito tomaram os dois povos e os seus Governos na constituição de uma sólida frente contra os perigos que ameaçam a civilização cristã.

O generalíssimo e o presidente do Conselho português, na sequência de anteriores conversações, verificaram a sua perfeita concordância de vistas sobre a unidade estratégica da Península, determinante dos compromissos existentes, e a consequente necessidade da adopção de providências adequadas a uma acção defensiva comum no quadro geral da defesa do Ocidente.

Tomaram parte na conferência o ministro da Presidência, interno dos Assuntos Exteriores, e tenente-general Vigón, chefe do alto-estado-maior de Espanha, assim como os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa de Portugal, com a assistência dos embaixadores de Espanha em Lisboa e de Portugal em Madrid.

A conferência Franco-Salazar em Ciudad Rodrigo terminou ontem ao princípio da tarde

MADRID, 16.—A conferência entre o presidente do Conselho português e o chefe do Estado espanhol principiou ontem, à noite, no Parador Nacional de Ciudad Rodrigo, instalado no velho castelo de Henrique II. O sr. dr. Oliveira Salazar atravessou a fronteira pouco depois das 19 horas, e meia hora depois reencontrou-se com o generalíssimo Franco. Acompanhavam o chefe do Governo de Portugal os srs. dr. Paulo Cunha, ministro dos Negócios Estrangeiros, e tenente-coronel Santos Costa, ministro da Defesa. O generalíssimo Franco era acompanhado, por sua vez, pelo subsecretário da Presidência, Luís Carrero Blanco, que ficou encarregado da pasta dos Estrangeiros, na ausência de Martin Artajo. Estavam também presentes os srs. D. Nicolau Franco e dr. Carneiro Pacheco, respectivamente, embaixadores de Espanha, em Lisboa, e de Portugal, em Madrid.

As conferências prosseguiram ontem, durante toda a manhã, já então com a assistência também do general Juan Vigón, chefe do Estado-Maior General Central de Espanha, que, para o efeito, se deslocou propositadamente de Madrid.

Eram 13 horas, quando, ontem, as conferências terminaram. Seguiu-se um almoço, em que participaram, além de Franco e Salazar, os restantes componentes das respectivas comitivas.

Após a refeição, os dois estadistas partiram de Ciudad Rodrigo. O dr. Oliveira Salazar foi o primeiro a sair. Pouco depois partiu o generalíssimo

(Continua na página central)

Este número foi visado
pela Comissão de Censura



Franco e o dr. Oliveira Salazar por ocasião do encontro de Lisboa



A entrada do «Parador» de Ciudad Rodrigo, no antigo castelo da mesma cidade, onde decorreu a conferência entre os dirigentes das duas nações

A política externa da Espanha

MADRID, 16.—O pedido da Espanha, para a restauração dos direitos que tinha na cidade internacional de Tanger antes da segunda guerra mundial, aliado à actual visita de boa vontade do ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha pelas nações árabes e muçulmanas do Médio Oriente, marca a forte tendência da política externa espanhola de procurar amigos fora da órbita europeia.

Esta decisão da Espanha do afastamento das amizades europeias e de

aproximação com os Estados Unidos, América Hispânica e as nações árabes e territórios do Médio Oriente e Norte de África, desenvolveu-se nos dias que se seguiram à segunda guerra mundial, quando a Espanha foi votada ao ostracismo, e tem ganho firme impulso desde então. Só Portugal, entre as nações europeias, está ligado por laços íntimos de amizade política com a Espanha.

Todavia, a característica primordial desta nova orientação da política externa da Espanha assenta não nas terras árabes ou na América Hispânica, mas sim nos Estados Unidos, a única nação que pode dar à Espanha o auxílio económico e militar de que esta necessita para elevar tanto o seu nível de vida como o seu estatuto de segurança e prestígio.

Durante as próximas semanas, realizar-se-ão em Madrid conferências hispano-americanas para traçar um acordo de defesa mútua. Os assuntos tratados são relativamente pequenos. As necessidades norte-americanas em Espanha, para fins de defesa, são modestas e é pouco provável que ultrapassem a garantia do direito das forças aéreas e navais norte-americanas poderem utilizar em caso de emergência certos portos e aerodromos da Espanha. Naturalmente, a preparação de tais portos ou aerodromos para ca-

(Continua na página central)

A cigana leu a sina...

BEACONSFIELD (Inglaterra), 16.—Há cinco anos, a cigana Rely Lee, que tinha então 15 anos, pôde, para a sua glória de cristal para ler a sina de John Lewis e disse-lhe: «Vocês casarão e eu serei a noiva». John, também cigano, nasceu, na Pádua, Itália, que tem agora 24 anos, conheceu-se com Rely, na igreja paroquial de Beaconsfield.—(R.)

Proporções de catástrofe assumem as grandes inundações em algumas áreas dos Estados Unidos

NOVA YORK, 16.—As cheias do Mississippi e dos seus afluentes constituem já uma grande catástrofe nacional. Estão desalojadas 90.000 pessoas pelo menos, e há 34 cidades e vilas inundadas. Estão submersos 500.000 hectares de terras férteis, uma das grandes riquezas da região. O ponto máximo de cheia ultrapassou agora a cidade de Sioux (Iowa), onde as águas parecem localizadas; espera-se que o rio atingirá a cota mais alta em Nebraska e Council Bluffs, e que continuará a subir até amanhã de manhã.

O rei negro e a dactilógrafa

LONDRES, 16.—Sereise Khama, o chefe africano a quem o Governo britânico exilou permanentemente por causa do seu casamento com uma branca, declarou ontem à noite, em Londres, que não faz absolutamente nada aqui o facto de se sentir frustrado. Ao proferir o seu primeiro discurso público, apelou para o povo britânico no sentido de que não considere que o seu Governo destruisse a 15 das africanas na justiça britânica. A reunião foi preparada por uma organização intitulada de «Unidade Racial». Na tribuna, estavam os seis membros da delegação do Botsuana, que veio a Londres requerer o regresso do seu chefe.—(R.)

(Continua na última página)

Anexo VI - Isabel II de Inglaterra em Portugal

ANO 35. SABADO, 16 DE FEVEREIRO DE 1957 N.º 12.284

Diário de Lisboa

FUNDADOR — JOAQUIM MANSO DIRECTOR — NORBERTO LOPES

TELEF.: 20271, 20272, 20273, 21154 e 21155 REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRAFICA EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SA
ENDEREÇO TELEGRAFICO: DIBOIA RUA LUZ SORIANO, 44 e 48 — LISBOA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º N.º 12.284

Isabel II de Inglaterra está em Portugal

UMA RAINHA E UM POVO

Está desde hoje em território português a rainha da Grã-Bretanha. Há meio século que um soberano inglês não visitava Portugal. Isabel II pagu, assim, a visita que o Presidente Craveiro Lopes fez, há menos de dois anos, a Inglaterra. Uma e outra são o resultado de uma política de boa vontade, de franco e leal entendimento que liga os dois países, na paz como na guerra. Povos de índole diversa, de usos e costumes próprios, e que se regem por instintivos políticos diferentes, estimam-se contido e respeitam-se, mantendo-se feitos a compromissos livremente assumidos e que nos obrigam mutuamente.

A recepção cordial e afectuosa, para além dos limites rígidos do protocolo, que o Chefe do Estado português teve em Londres, vai ser agradecida pelo povo de Lisboa na próxima segunda-feira, quando a Rainha e o duque de Edimburgo iniciarem oficialmente a sua visita de três dias a Portugal. O povo de Lisboa será, deste modo, o intérprete do País inteiro e terá não só ocasião de testemunhar o seu alto apreço pelos régios visitantes, como de manifestar ao povo de

- Partida de Buckingham:** às 10 e 36, com atraso de 6 minutos.
- Largada do aeroporto:** às 11 e 26, com avanço de 4 minutos.
- Entrada em Portugal:** às 15 e 5, sobre a fronteira de Vilar Formoso.
- Chegada ao Montijo:** às 15 e 20, à hora estabelecida.

(Continua na página central)

HORA ALTA DE VIBRAÇÃO

Foi em terra portuguesa que a rainha de Inglaterra e seu marido voltaram a encontrar-se após quatro meses de separação

Está um tempo especificamente inglês. Vento moderado. Sol entre nuvens. Aguaceiros. O Tejo deixou de ser, neste desabrido Inverno, aquele rio Tral que os poetas silenciosamente cantam e as noceiras mitologicamente habitam em grutas de jade e de safira.

A base aérea do Montijo olha

Lisboa com orgulho. Desde hoje fresche vinculado um marco de história contemporânea.

Um dia, mais tarde, na fachada acedimática do edifício do comando, há-de brilhar numa lapida branca, encimada por um leão e um leucorne, oscarado da Grã-Bretanha, com um legende alusiva à régia visita.

A viagem da rainha desde Londres ao Montijo

LONDRES, 16.— Pouco depois de o duque de Edimburgo ter entrado no porto de Setúbal, a bordo do fete real «Britannia», para se encontrar com a rainha, dois dias antes de começar a visita oficial a Portugal, Isabel II principiava os seus preparativos finais para partir ao encontro de seu marido, de quem está separada há 125 dias. Os últimos momentos da soberana no Palácio de Buckingham foram especialmente dedicados a seus filhos, que se mostram particularmente interessados pela viagem de sua augusta mãe. Foram-lhes mostradas fotografias de todos os portos que seus pais vão visitar, de agramadamente aspectos do porto de Setúbal, de Lisboa, Queluz, Nazaré

Logo pela manhã, a pequena península do Tejo, convertida num dos maiores campos de aterragem do Mundo, se animou. E que nem todos os dias desce ali uma princesa. Elizabeth de Inglaterra é a primeira.

É claro que, durante dois dias, o seu incógnito será rigoroso. Ninguém sabe, oficialmente, mas todos, oficialmente, têm conhecimento da sua chegada. Oficiais e marinheiros trabalham, discretamente, naquele enorme convés, verdadeiro porta-aviões varado em terra.

O ar, capitão-de-mar-e-guerra Cardoso de Oliveira, comandante da Base Aérea, e o segundo comandante Ceiro multiplicam-se.

O mais difícil é fazer estacionar os jornalistas, os fotógrafos, os operadores do cinema, os «TV Men», que chegaram, aos carvumes, de todos os recantos do Globo. São os maiores títulos das revistas dos periódicos, das empresas de coluioide de todo o Mundo.

Uma verdadeira torre de Babel, onde se falam todas as línguas e onde se tomam posições estratégicas, mesmo de assalto, para as primeiras imagens dos documentários ou impressões da crónica telegráfica.

Qualquer descuido, qualquer rabanada de vento e aquela densa

(Continua na 6.ª pág.)

(Continua na página central)



Um gesto largo de agradecimento e saudação

Até com o nome do seu castelo Setúbal quis ser amável comigo — declarou o duque de Edimburgo ao deparar esta manhã com a fortaleza de S. Filipe que domina o estuário do Sado

(Do nosso enviado especial)

SETUBAL, 16. (Pelo telefone). — A Rainha do Sado, que esteve ontem envolvida na névoa e encharcada pela chuva, acordou hoje, com um belo dia de Sol, disposta a vir para a rua, fosse como fosse, a fim de ver e saudar a Rainha de Inglaterra.

A visita a Setúbal, que se faz em rigoroso incógnito, nem por isso impede que a população manifeste o seu agrado e a subida honra pela circunstância da soberana passar primeiro pela sua cidade antes de fazer a sua entrada solene em Lisboa.

Mas, nem só a população se manifestou vivamente interessada. Vieram muitos automóveis de Lisboa, centenas de forasteiros de vários pontos do distrito, vieram jornalistas, operadores de cinema, da Rádio, e da Televisão, nacionais e estrangeiros, a ponto de se esgotar a capacidade hoteleira, aliás restrita, da

pacata e trabalhadora cidade do Sado. As montas das lojas, tem retratos da Rainha e do duque e também do Presidente Craveiro Lopes, emoldurados pelas cores das duas nações. Não haverá, como se sabe, honras militares; mas, a população de Setúbal fará por sua própria iniciativa as honras desta hospitaleira cidade. Simples cordões de Polícia estabelecem os limites da aglomeração popular.

Logo à tarde, a soberana atravessará cerca de dois quilómetros e cem metros de artérias de Setúbal.

(Continua na 7.ª página)

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

Anexo VII - Diário de Lisboa de 10 de maio de 1958

ANO 38.

SABADO, 10 DE MAIO DE 1958

N.º 12.723

Diário de Lisboa

FUNDADOR — JOAQUIM MANSO

DIRECTOR — NORBERTO LOPES

TELEF.: 20271, 20272, 20273, 21154 e 21155
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: DIBOA

REDACÇÃO, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
RUA LUZ SORIANO, 44 e 46 — LISBOA

PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRÁFICA
ADMINISTRAÇÃO — RUA DA ROSA, 57, 2.º

EDITOR — J. CHRISOSTOMO DE SA
NÚMERO AVULSO: UM ESCUDO

A candidatura do almirante Américo Tomás foi hoje proposta por 258 eleitores no Supremo Tribunal O candidato interrompe as suas funções de ministro da Marinha em que é interinamente substituído pelo Presidente do Conselho

O processo da candidatura do sr. de Justiça, onde estiveram, pelas 11 horas, para se desempenhar dessa função da República foi entregue esta manhã no Supremo Tribunal des: dr. Moreira Baptista, secretário

rio nacional da Informação e voga da comissão executiva da União Nacional; prof. André Navarro, director do Instituto Superior de Agronomia e presidente da Junta Central da Legião Portuguesa; prof. dr. Almeida Garrett, catedrático da Faculdade de Medicina do Porto e presidente da comissão da U. N. daquele distrito; coronel Cortez Leão, presidente da comissão distrital de Lisboa da U. N.; dr. Sócrates da Costa, deputado e comissário-adjunto da Mocidade Portuguesa; comodoro Duarte Silva, presidente

da Corporação da Pesca e Conservas; Virgílio de Fonseca, presidente da União de Grémios dos Leijistas de Lisboa e vice-presidente da comissão concelhia de Lisboa da U. N.; e dr. Rodrigues de Matos, secretário da comissão central da U. N.
Procedeu à entrega do processo que, incluindo as necessárias certidões, é constituído por 228 folhas, o sr. dr. Rodrigues de Matos, e recebeu-o o sr. dr. Marias de Freitas.



Alm. Américo Tomás

(Continua na 15.ª página)



A entrega da documentação no Supremo Tribunal

O general Humberto Delgado afirma o propósito de promover a formação de um Governo forte que assegure a ordem e permita uma consulta livre à Nação

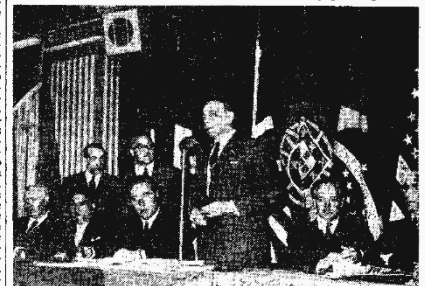
O sr. general Humberto Delgado teve hoje o seu primeiro contacto com os representantes da opinião pública nacional e estrangeira, como candidato à Presidência da República, numa conferência de imprensa, em que estiveram presentes muitos jornalistas, não só da metrópole e do Ultramar, como correspondentes de agências e jornais de outros países.

A reunião efectuou-se no salão de chá do Chave de Ouro e, como primeiro acto em que o candidato compareceu, após a abertura do período eleitoral, despertou o maior interesse nos circuitos políticos dos saefectos à actual situação, revestindo-se de especial significado pela presença de numerosas figuras conhecidas e representativas das mais diversas correntes da opinião oposicionista, tais como os srs. almirantes Mendes Cabeçadas e Quintão Moraes, brigadeiros António Maia e Aires de Abreu, coronel Sobral Ribeiro, comandante José Moreira Campos, capitães Mário Pessoa e Cesar de Almeida, dr. Ramon de la Peña, Dias Amado, Augusto da Fonseca, Oliveira Braga, Alexandre Banha, Abranches Ferrão, Nuno Rodrigo dos Santos, Homem de Piquredo, Carlos Castanheira Leão, Teófilo Carvalho Santos, Veloso Pinto, Armando Bacelar, Beiza de Andrade, António Ramos de Almeida, Adão e Silva, José de Magalhães Godinho, Gustavo Soromenho, Sérgio Junior, Herminio Paçolinha, Manuel da Costa e Melo, Manuel Mendes, Ferreira Marques, Hélio

Sucena, Castro Soromenho, Cassiano Branco, João da Silva, etc. Além da esposa e do filho do candidato, assistiram também à conferência muitas outras pessoas das relações do candidato, entre as quais algumas senhoras, que se encontravam dispostas em diversas mesas atrás das reservadas aos representantes da Imprensa.

Constituiu-se uma mesa presidida pelo sr. general Humberto Delgado, junto do qual se sentaram individualidades conhecidas pelas

(Continua na página seguinte)



O general Humberto Delgado durante as suas declarações

Nota do dia

Chá e simpatia

O sr. general Humberto Delgado realizou a sua primeira conferência de imprensa como candidato à Presidência da República numa casa de chá que não é propriamente a do Luar de Agosto. Recordam-se, por certo, do filme em que um sargento americano enviado para uma localidade japonesa como conquistador e portador de uma civilização nova em folha, acabou por ser conquistado pela atmosfera exótica e pelos costumes amáveis e sorridentes de uma população que vivia feliz no seu conformismo tradicional, tendo de renunciar à missão que lhe fora confiada. Recordam-se, também, de um filme americano que também fez furor em Lisboa — Chá e simpatia. Mas quem sabe se os homens a quem o sr. general Humberto Delgado promete uma vida digna e próspera, dentro dos princípios basilares que regem os países livres e enformam as sociedades modernas, não acabarão por preferir ao paraíso prometido pelo candidato independente a Casa de Chá do Luar de Agosto — ou a Cabana do Psi Tomás?

Boletim político

Somos um anacronismo?

Entre o curto comunicado com que a União Nacional apresenta ao País o seu candidato e a realidade que conhecemos há um abismo. Nesse documento fazem-se duas afirmações que nos não deixam perplexos — pelo hábito criado — mas justificam a nossa consternação. Aquelle organismo julga-se desobrigado de abrir, a respeito do acto que vai realizar-se no próximo dia 8 de Junho, um debate cinematográfico e desprovido de sentido. A razão desta atitude aparece exposta noutra sentença, desconcertante como a anterior, a qual pode resumir-se assim: o programa do candidato da U. N. resume-se em cumprir a Constituição nas obrigações que derivam da sua letra e do seu espírito.

O debate, mesmo limitado, e con-

bera instruções e dinheiro para construir uma escola, erguer um templo, fundar um «edrotores», promover enfim entre os nativos uma felicidade do tipo ocidental. Por mais esforços que fizesse, não logrou, porém, convencer os nipónicos das virtudes atribuídas à civilização americana e acabou por anuir aos desejos manifestados pela aldeia em peso, que resumia os seus anseios de felicidade à construção de uma casa de chá. Não pretendemos, bem entendido, extrair da história uma moral diferente da que ela comporta — ou qualquer lição que se possa aplicar no caso sujeito. Tanto mais que a primeira conferência de imprensa do sr. general Humberto Delgado faz pensar no título de outro filme americano que também fez furor em Lisboa — Chá e simpatia. Mas quem sabe se os homens a quem o sr. general Humberto Delgado promete uma vida digna e próspera, dentro dos princípios basilares que regem os países livres e enformam as sociedades modernas, não acabarão por preferir ao paraíso prometido pelo candidato independente a Casa de Chá do Luar de Agosto — ou a Cabana do Psi Tomás?

(Continua na página central)

O Chefe do Governo sobrará interinamente a pasta da Marinha

O sr. dr. Oliveira Salazar sobrará, interinamente, a pasta da Marinha em consequência do sr. almirante Américo Tomás ter perdido o seu afastamento das respectivas funções enquanto durar o período eleitoral. O diploma de nomeação do sr. dr. Oliveira Salazar deve ser ainda hoje enviado pela Presidência da República para a Imprensa Nacional, a fim de ser publicado no «Diário do Governo» com a data de 10 de corrente, dia da entrega da candidatura do sr. almirante Américo Tomás no Supremo Tribunal de Justiça.

A União Nacional comenta o «manifesto» do dr. Arlindo Vicente e a «proclamação» do general Humberto Delgado

Das Serviços de Imprensa da União Nacional recebemos o seguinte comunicado:

«Oferece-se como novidade, na campanha eleitoral que se abre, a presença de dois candidatos da oposição, ou antes, de duas oposições.

As ideias de um e outro exprimem-se em documentos que vieram a lume e cuja análise permitirá definir as respectivas posições.

O sr. dr. Arlindo Vicente, que se candidata em nome da Oposição Democrática, dirigiu-se ao País

através de um «manifesto». O sr. general Humberto Delgado, que se afirma representante de uma «Coligação dos Independentes», preferiu o termo «proclamação», de sabor mais autoritário, para designar a exposição dos seus pontos de vista.

A diferença de terminologia não será certamente acidental e irrelevante. Poderão os dicionaristas registar os dois termos como sinónimos, por afanosa precipitação do

(Continuação da 1.ª página)

TRANSPORTADO PARA O PORTO NOS AVIÕES DA T. A. P.

As declarações do general Humberto Delgado na reunião com os jornalistas

(Continuação da página anterior)

suas opiniões políticas muito diversas, o que foi particularmente registado como nota significativa da diversidade dos sectores que apoiam a candidatura. Assim, ocuparam ali lugar os sr. professores Vieira de Almeida e Mário de Azevedo Gomes, brigadeiro António Maia, Aquilino Ribeiro, António Sérgio e Artur Andrade, drs. Luís de Almeida Braga, Rolão Preto, António de Macedo, Costa e Melo, Vasco da Gama Fernandes e Olívio, França e o dr. D. Alcinda de Sousa.

A apresentação do candidato pelo prof. dr. Vieira de Almeida

Depois de o sr. general Humberto Delgado abrir a sessão, usou da palavra o sr. prof. dr. Vieira de Almeida, que começou por explicar a sua presença, dizendo que nenhuma surpresa pode ser igual à que teve quando o investiram no cargo que ocupa junto do candidato — o de presidente da respectiva Comissão Nacional. Acrescentou que a explicação é, afinal, a mesma que significava a presença, ou seja, a sala de tantas pessoas que representam tão diversas correntes de opinião.

Fazendo, a seguir, a apresentação do sr. general Humberto Delgado, começou por salientar que ele é um candidato independente, que definiu com as seguintes declarações:

— Independente porque não procura o apoio de partido algum nem o representa, antes aceita o apoio que lhe trazem todos os homens de boa vontade.

— Independente, porque se apresenta sem compromissos partidários, armado apenas com o seu direito de cidadão elector e elegível como candidato à Presidência da República.

— Independente, porque desassombradamente se declara:

Uma interpretação do novo conflito entre a Rússia e a Jugoslávia

VIENA, 10. — «O conflito entre Moscovo e Belgrado» prende a atenção dos jornais diários, os quais anunciam, com grande relevância, os novos ataques desferidos contra Tito.

Um artigo de fundo, o «Das Kleine Volksblatt» (populista) vê na situação actual um sintoma de trabalho de sapa dos velhos estaunistas, escópicos, contra os quais Kruchev tem de lutar. Não devemos dar importância exagerada ao ditado acerbo entre Moscovo e Belgrado, pois não está em causa a «existência (ou o desaparecimento)» do marxismo, nem a vinda de um mundo melhor, nem o bem-estar dos trabalhadores. O que está em causa, apenas, é o poderio de algumas pessoas que pretendem impor-se aos povos. — (F. P.)

SINTRA ESPERA-O NO DOMINGO

Para a sua deslocação utilize os COMBÓIOS ELÉCTRICOS

HOTEL EMBAIXADOR
apresenta em estreia, amanhã (domingo) na «matinée» e à noite a Orquestra Napolitana de Vincent Corvasce

Todos os domingos: Das 17 e 15 às 19 e 15, «matinée» dançante com Vincent Corvasce. Preço, Esc. 2500, incluindo chá completo.
Para lanches de casamento, banquetes e «cocktail parties», consulte o Hotel Embaixador, estando de um excelente serviço num ambiente de deslumbrante beleza.

bradamente (e não sem risco, segundo o que se tem observado) expõe um programa que não vale a pena repetir porque o Imprensa e o seu espulho pelo País.

Aludindo ainda ao carácter independente da candidatura, o orador entendeu dever acrescentar: — O apoio que pede e espera é dos homens independentes como ele; dos que reconhecendo embora — até porque a reconhecem — a possibilidade, a contingência, dos actos humanos, se recusam a absolutizar uma doutrina e muito mais ainda a abdicar do seu direito de pensar.

«Quando se afirma, com toda a verdade, que ele não é representante de qualquer partido nem de qualquer interesse, não quer isso dizer que os partidos sejam hostilizados em si mesmos ou que não haja interesses credores de respeito. Apenas significa ser muito pior mascarar a existência de um partido por meio de qualquer crise, criando-lhe a possibilidade de hostilizar e manter todos os outros do que aceitar a realidade partidária procurando evitar-lhe os desvios perigosos. Desvios que aliás

Foi descoberta na Itália uma vasta rede de espionagem

ROMA, 10. — «Descobriu-se uma vasta rede de espionagem em Itália — anunciam vários institutos que relatam a prisão do alemão Hans Kaeding, de 48 anos, natural de Stolp, na Pomerânia, autor de um roubo de máquinas fotográficas. Este caso pôs a Polícia na pista de uma organização que trabalhava por conta de uma potência estrangeira. Kaeding seria portador de várias passaportes falsas.

Escreve o «Giorno» que o preso estaria em contacto com A. Solovov, funcionário da embaixada da U. R. S. S. o qual, detentor de documentos que interessam à defesa nacional, foi, recentemente, obrigado a sair de Itália. Por sua vez, o «Secolo» declara que o procurador da República de Génova, afirmou tratar-se de um caso de «carácter confidencial, em que poderia estar implicado o representante de um Governo estrangeiro». — (F. P.)

O salário do marido ou o divórcio

LONDRES, 10. — Alberto Andrews entregava, todas as semanas, nove libras (equivalente a 720 escudos) ou seja o salário completo, a sua esposa Betty. Esta, por sua vez, dava-lhe o correspondente a dois escudos por dia, para uma chaveira de chá e vinte cigarros por semana. Segundo parece, Betty desejava liquidar, e mais depressa possível, a hipoteca sobre a sua casa. Quando, há quatro anos, Andrews decidiu que tal assistência era demasiada e começou a destinar o orçamento doméstico, a mulher abandonou-o e pediu o divórcio, alegando crueldade mental.

O seu requerimento, julgado ontem num tribunal de Londres, foi indeferido. — (A. N. I.)



O candidato respondendo às perguntas dos jornalistas

acompanham como sintoma, fases de decadência generalizada pelo menos a alguns aspectos.

«Surtir actividades alheias que nos desagradam é fácil em certos momentos, mas não prova superioridade do partido, antes mostra desalento e fraqueza dos atingidos pelo tratamento. Pode um cirurgião cortar uma perna a um doente e dizer que o salvou por essa forma; entretanto, seria, clinicamente, declarar que depois da operação o doente ficou mais doente e que esse era o seu estado normal e ideal».

«O sr. general Humberto Delgado é candidato à Presidência da República e não é ídolo. Creio mesmo que até o já quase tradicional «everando» assenta mal no seu dinamismo e na sua energia. Ele pretende exercer, se for eleito, todos os direitos que a Constituição lhe atribui, respeitando todos os limites que ela impõe.

«A idolatria demonstra sempre a miséria mental do idólatra, não prova nunca uma superioridade do ídolo. Não foi em vão que se pronunciou a palavra «pacificação» ao falar desta candidatura. É só no plano da tolerância mútua que a paz pode estabelecer-se».

Finalmente, o presidente da comissão nacional da candidatura achou oportuno esclarecer, ainda: — A decisão de apresentar esta candidatura é tanto mais meritória quanto mais escassa a maioria dos desfavoráveis. Não há subterfúgios que inutilizem esta verdade singular: só com cartas de eleitor e fiscalização plena, uma eleição pode considerar-se moralmente válida. De contrário, não é e não. É um intervalo mesquinho de... generosa autorização para pronunciar política, que faz lembrar impressionantemente a autorização dada aos presos para um passeio nocturno, despojado de forma, ao ar livre, do péto da clausura».

O orador, que foi frequentemente interrompido com calorosas palmas das pessoas que quiseram também assistir à conferência da Imprensa e que enchem a sala, parou antes dos lugares reservados aos jornalistas, foi, no final dos seus comentários, muito aplaudido.

Usa da palavra o general Humberto Delgado

Perante a expectativa geral, ergueuse então o sr. general Humberto Delgado, que foi recebido com uma prolongada salva de palmas das pessoas que apoiam a sua candidatura e que assistiam à conferência.

Começou por agradecer as palavras com que se lhe referiu o sr. prof. dr. Vieira de Almeida e saudou os representantes da Imprensa nacional e estrangeira, bem como as outras pessoas — entre as quais, disse, alguns dos expoentes da intelectualidade portuguesa — que quiseram assistir a este acto.

O candidato referiu-se, depois, à natureza particular da candidatura, bem expressa na proclamação que publicou e disse que, antes de se colocar à disposição dos jornalistas presentes, para responder às perguntas que antecessamente dever formulá-lhe — pedia que fossem ditas por cada um — desejava fazer algumas observações. Falando com vivacidade, disse então querer fo-

O dr. Ramada Curto diz que o passado do general Humberto Delgado responde pelo seu futuro

O sr. dr. Ramada Curto, que, durante muitos anos, militou e dirige socialista, não pôde ir hoje, como era sua intenção, a reunião convocada pelo sr. general Humberto Delgado, no salão Chave de Ouro, em virtude de se encontrar ligeiramente doente.

Declarou-nos porém: — Estou fora de todos os partidos existentes, mas sou republicano, liberal e democrata. A personalidade do sr. general Humberto Delgado impõe-me a minha consciência de cidadão, de liberal e de republicano. Deu-lhe o meu inteiro apoio. O passado do general Humberto Delgado responde pelo seu futuro.

car, em primeiro lugar, o seguinte ponto: — A União Nacional nunca fez a «mais pequena questão por não conhecer os «cadernos eleitorais, condição fundamental para a garantia de umas eleições. A oposição, pelo contrário, tem sempre feito questão disso. Ora, nestas circunstâncias, qualquer pessoa, estúpida ou inteligente que seja, não pode deixar de concluir que a União Nacional possui os cadernos eleitorais!

O orador, referindo-se, a seguir, às condições em que foi permitida a consulta dos cadernos eleitorais, acrescentou:

— Todas as ditaduras têm uma tendência para a crueldade. Ora, eu pergunto se não é mais uma manifestação dessa tendência obrigar a copiar-lhe a mão. Porque se impede que sejam fotografados, unico processo que se atreva agora viver? Só se se teme que não possam depois ser criminalizados...».

Afirmou que o Governo não abrandara as suas tradicionais perscrutações à oposição.

Depois de aludir às dificuldades com que têm lutado os serviços da sua candidatura para obterem autorização para se instalar e para utilizar uma sala para reuniões, o sr. general Humberto Delgado disse que queria focar um último ponto: o facto de determinado jornal se ter referido à sua candidatura como sendo apoiada por determinada potência estrangeira.

Falando com particular vivacidade, acentuou o carácter indiscutivelmente nacionalista da sua posição, desde sempre.

— Não creio que se possam encontrar dúvidas a este respeito. Aliás, não sou do 29 de Maio — sou do 28 de Maio!

E acrescentou, com vivacidade:

(Continuação na 15.ª página)

PNEUS

Temos sempre em grande stock. Vendemos nas melhores condições, facilitando trocas por usados. Montagens gráficas. Equilíbrio de rodas.

SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Temos o maior stock do País; pneus em bom estado, de todas as medidas e marcas, a preços acessíveis.

PARA PNEUS: CONSULTE SEMPRE A MAIOR ORGANIZAÇÃO ESPECIALIZADA DO PAÍS

JOAQUIM JOSÉ BARBOSA J. OR & C.ª

PORTO LISBOA
R. Clemente Meneses, 14 R. Camilo Cast. Branco, 27
Tel. 26191 Tel. 52166

30 ANOS

BRADY VELHO
DE FRASQUEIRA

30 BORGES & BORGES Lda
R. DE CAM. PORTUGA, 11

Os preparativos da próxima eleição presidencial

(Continuação da 1.ª página)

seu labor metódico, mas já se disse e com razão — que não há simónios e que cada palavra tem o seu valor próprio, o seu peso e o seu timbre inconfundível.

«Manifesto» tem aquele ar cívico e democrático que convém à declaração das opiniões de quem se submete à opinião alheia e presta um depoimento sem pretensões de maior.

«Froclamação» implica uma ideia diferente, não só vincando a solenidade do escrito como a sua autoridade, resultante da posse de infalíveis certezas, pelo que abertamente preferem o vocabulário dos chefes das revoluções triunfantes, os ditadores e os candidatos a ditador.

Mas seria ir longe de mais aduzir este simples reparo para sustentar que as palavras, quando não são suficientemente vigentes, atraem o pensamento secreto de cada um, em prejuízo daquilo que lhe interessa expor.

O que é certo, em qualquer hipótese, é que os dois documentos correspondem a posições ideológicas inassimiláveis, sendo excessos e mínimos os encontros de pontos de vista.

Temos, pois, duas oposições em vez de uma, o que facilita aos adversários da Situação uma liberdade de escolha de que farão certamente um uso muito judicioso, em harmonia com as suas inclinações pessoais. É essa uma liberdade que concedem a si próprios e vem aumentar o número daquelas que as têm expressamente garantidas e que a uns parecem bastar e outros julgam insuficientes.

O sr. dr. Arlindo Vicente representa a Oposição Democrática e este rótulo permite, ainda mais inofensivamente do que o programa que articula, fixar a sua posição no que toca à essencialidade e aos princípios. Situa-se no terreno conhecido e explorado em sucessivas campanhas eleitorais, em cujo decurso foram postas em causa as ideias mestras das instituições vigentes. Representa aquela corrente de pensamento, considerada ortodoxa, em que se integra a «República», a qual, fiel a si própria, na abertura do debate eleitoral restitua a sua incompatibilidade com a actual situação política, «estruturada numa Constituição reaccionária».

É oposta a esta a oposição do sr. general Humberto Delgado. Ao contrário do sr. dr. Arlindo Vicente, a Constituição que foi promulgada em

1933 mereceu a sua inconstitucionalidade, adeso, como afirma de maneira expressa e que não consente margem ao equívoco, quando promete sem sofismas, reservas ou amputações, respeitar e fazer respeitar a Constituição vigente.

Temos efectivamente duas oposições, em aberta conflito uma com a outra e tão distanciadadas que, se quiséssem exprimir-se claramente, bastaria a discussão entre elas para esclarecer o eleitorado acerca da sua contradição.

Entre uma Oposição Democrática, lididamente democrática na acepção que entre nós se atribui ao adjectivo, e uma Oposição que defende os princípios de uma «Constituição reaccionária» não pode, apesar de todo o sentido das conveniências, deixar de travar-se um diálogo profundamente edificante.

Só se tem o direito de exigir que, na sua propaganda, um e outro candidato o denuncie e o reaccioneário, respetem a lógica das suas posições e o mínimo de coerência que impõem. O propósito do programa da Constituição e o de defender intransigentemente não podem deixar de se reflectir nas soluções que se preconizam para a intervenção na vida pública do País.

Só se verão embaraçados aqueles que, em meio de uma tal floreação de tendências doutrinárias, não perderam a esperança de nuclearem uma Oposição capaz de um combate sério à Situação. É essa ideia que sugere dificuldades factas de um excepcional grau de delicadeza que porão à prova a habilidade dos elementos conciliatórios, isto é, meios de se conta a presença dos comunistas, que provavelmente hesitam, sem poderem decidir-se por um ou por outro candidato, o que re-

putaria a Constituição ou pelo que a aceita e exalta.

A complicação é agravada pelo facto de a Campanha eleitoral se desenvolver sob o signo da firmeza. As duas candidaturas são firmes e definitivas; nem uma nem outra concluirá pela desistência. E, pelo menos, o que se garante no Manifesto e no Froclamação.

Trajesse de uma atitude incerta nas eleições presidenciais e que parecia mais crucial haver-se ensaiado, a título meramente experimental, quando havia unidade de Oposição. Por a ideia em prática, na altura em que se difrontam duas Oposições ao mesmo tempo que atacam a Situação implica desvantagens que saltam aos olhos.

É possível que as não veja o sr. dr. Arlindo Vicente corajosa e saudavelmente apegado à tradição de partidos e da sua competição, disposto a restituir-lhe o clima da luta de factos e de guerra civil a que pôs cobro o Movimento do 25 de Maio. Ele o diz, sem precauções de estilo, quando inscreve entre as tarefas futuras as livres constituições de partidos políticos, como a expressão e garantia da liberdade, que só na diversidade pode manifestar-se.

Mas não será esse, com toda a certeza, o que o sr. general Humberto Delgado que, também ele, não rejeita o seu passado e relinquia as suas responsabilidades no Movimento do 25 de Maio. Porque, se é certo que em 1926 se não encontrava suficientemente definido, em seu aspecto positivo, o pensamento de reconstrução política, também é certo que se sabia muito bem o que se negava e pretendia destruir: o regime da luta de partidos em que se abocorara a dignidade da nossa vida pública e se compro-

metera a consciência cívica do nosso povo.

Ainda neste ponto — e que não é de por menor — se não encontrarmos de acordo as duas candidaturas.

Se uma delas fala a linguagem habitual e exibe a sua genealogia política, reconhecendo simplesmente o regresso ao victioso parlamentarismo que o País definitivamente condenou, a outra invoca o espírito do 28 de Maio, para se apresentar e se legitimar.

Não se vê de facto, possibilidade de entendimento das duas tendências e não há senão que reconhecem, sejam quais forem os riscos de dispersão que a pluralidade comporta para o combate à Situação.

Os dois candidatos tem posições doutrinares irreconciliáveis. É de prever que a explanação das ideias de um e de outro ao longo da campanha eleitoral mais acuse a divergência. O sr. dr. Ar-

lindo Vicente não deixará de responder à obrigação de sustentar a tese do regresso à concórdia, partidária e de impugnar a teoria «reaccionária» do sr. general Humberto Delgado. E há todo o direito de esperar que este briosamente a defenda.

Seria o espectáculo apenas gracioso se, no meio da confusão, não corresse perigo de desorientar-se a apreciação de um ou outro português e até porque é possível, apesar de tudo, que se não pratiquem correctamente as regras do Jogo Democrático, responsabilizando os candidatos pela coerência das suas atitudes ideológicas e rectificando a mais uma vez se desentredada contra a Situação.

Se o direito, que é obrigação, não pode a divergência. O sr. dr. Ar-

Colaborar, sim! Trair, nunca!

O nosso prezado colega «O Século» comenla hoje, em artigo de fundo, com perfeita lucidez e um sentido exacto das realidades condicionadas pelos superiores interesses nacionais, o notável discurso que o prof. Marcelo Caetano proferiu, há dias, no acto da inauguração de uma estátua do sr. Presidente do Conselho no Palácio Estoril.

paravel para a Nação. Colaborar em condições leais do interesse geral do País é, portanto, manter o erro de que alguns homens julgam suas ambições e interesses, espartilhados ou materiais, superiores bem comum; é, é, acima de tudo, desconhecer que na chefia de Governo continua o mesmo homem austero, sério, digno, que a Nação consagrou a sua vida.

Um telegrama do coronel Helder Ribeiro ao general Humberto Delgado

«Os serviços de propaganda da Candidatura do sr. general Humberto Delgado comunicam-lhe a cópia do seguinte telegrama que o antigo ministro coronel Helder Ribeiro dirigiu a esse candidato: «Efusivas saudações vossas de assombrosas e nobilíssimas afirmações pro-dignas do povo português e instituições republicanas. Ardentemente vosso triunfo causa que tão viril e gallandamente personificais. Cumprimentos de velho simpático.»

Reunião em Évora de elementos republicanos

EVORA, 10. (Pelo telefone). — Antigos elementos do Partido Republicano Português, que em Évora não está organizado, vão reunir-se esta noite para discutir as condições do próximo acto eleitoral. Segundo se prevê, será organizada em Évora uma secretaria para a candidatura a presidência do República dos sr. general Humberto Delgado e sr. Arlindo Vicente.

Um comunicado da União Nacional sobre a carta do Dr. Arlindo Vicente ao Almirante Américo Tomás

Das Serviços de Imprensa da União Nacional recebemos a seguinte informação:

«O sr. dr. Arlindo Vicente, candidato oposicionista às próximas eleições presidenciais, enviou à Imprensa uma carta que diz ter dirigido ao sr. contra-almirante Américo Tomás, candidato da União Nacional às mesmas eleições, uma carta que parece pretender esclarecer acerca das dimensões que deveria ter as listas a utilizar no sufrágio e quais as características do papel em que se imprimam.

O certo, porém, é que a referida carta não chegou ao seu destino até hoje, dia 10 de Maio.

Todavia, segundo o que foi publicado na Imprensa, o sr. dr. Arlindo Vicente afirma que existem «muitas dezenas e até centenas de variações de tons de cor branca, em grande parte perfeitamente distinguíveis, com um simples golpe de vista e por qualquer pessoa». É o que o sr. contra-almirante Américo Tomás se digna, em homenagem à sua própria dignidade, obter a que seja possível (entendemos) usar de tão grosseiro artifício para comprometer o «sigillo de voto», que é (esclarece ainda) condição importante de umas eleições particularmente nas circunstâncias em que vivemos desde há 22 anos.

Não se vê que fosse necessário usar de tão próximos circunlóquios e variações, ainda para mais evadidos de tão manifesta impropriedade terminológica, para reclamar simplesmente que as listas de todos os candidatos fossem impressas no mesmo papel. E ainda menos se descortina a necessidade de invocar a própria dignidade do sr. contra-almirante Américo Tomás para apresentar um ponto meramente técnico.

Mas vem muito gostosamente a União Nacional informar o eleitorado de que abriu concurso entre várias firmas para o fornecimento do papel destinado às listas, ponto como condição que ela possa fornecer papel idêntico aos outros candidatos na quantidade que eles julguem suficiente.

Logo que chegou à conclusão de qual a firma apta a garantir esse fornecimento, comunicou-a publicamente, indicando o tipo exacto do papel escolhido, de que nos poderá fornecer amostras de amostras das candidaturas de oposição.

Parece, assim, que os recibos do sr. dr. Arlindo Vicente ficam desde já sem razão de ser, e que a «cor branca» a adoptar em todas as listas está de uma e só uma variedade de tons, isto é, com a mínima intervenção de qualquer outro pigmento, etc., como diria qualquer pintor mesmo que não se candidatasse à Presidência da República.

Mais tarde recebemos, da mesma origem, a seguinte informação complementar:

«Em aditamento a anterior informação declarou-se que a carta do sr. dr. Arlindo Vicente, dirigida ao sr. contra-almirante Américo Tomás e ao cuidado da Comissão Central da União Nacional, apenas chegou à sede deste organismo político às 11 e 35 horas de hoje, dia 10 de Maio.»

adoro a minha esferográfica Reynolds porque escrevo melhor!

Todos os modelos são equipados com famoso tinta "DRY SEC" única no Mundo! (em preto, azul e encarnado).

Reynolds é melhor!

Representante exclusivos: C. LOUSADA, L. DA ALMIRANTE TOMÁS, 55 TELERS. 4 29 88-73 09 69 — LISBOA

«SUPERSUIÇO» para a AMÉRICA DO SUL em DC-7C «SEVEN SEAS» equipados com radar

2 voos semanais com Primeira classe Gama Turística

ALTA QUALIDADE SUÍÇA EM TODO O MUNDO

SWISSAIR

Consulte o seu agente habitual ou os nossos serviços na Av. da Liberdade, 156-A — Tel. 397492-93

10-5-958

Diário

De ontem para hoje

A LAVOURA E A TÉCNICA

SOMOS metade lavradores, outra metade comerciantes e viajadores do sono e da aventura. Mas esses cinquenta por cento da população portuguesa ficaram esquecidos na sua terra, entregues a uma carência económica tão ingrata como o destino dos homens que se lhe voltam. Lavradores como há milénios. E o ingresso no tempo será lento, porque ao homem falta cultura para entender a sua integração. Para que esta se faça, porém, o Governo tem o dever de agir. E agiu, da forma que julgou conveniente, para intensificar a assistência técnica à lavoura. Foram nomeados os directores dos serviços (eng. Aurelio Marques Pereira e João Fessas Lopes) e o vice-presidente (Honore Marques da Cunha) da Junta de Investigações Agrícolas.

APRENDIZ DE FEITICEIRO

FORA fazer o tratamento (sofrega há dias decastré) e de passagem entrara na taberna, para falar aos amigos. A certa altura perguntou se não havia música e o dono da casa (Manuel Esteves, na Rua Presidência Arraga) respondeu que o aparelho estava avariado. «Pois, eu o arranjarrei!», subindo a um banco, ligou o aparelho à corrente. Nesse momento, alguma coisa de patético se passou. O Róspido dos Santos para consertar telefonias, caiu prostrado para nunca mais se erguer. Deixa vivaz a uma menina de 8 anos.

JOGOS DE AZAR E FORTUNA

A lei permite que se jogue (jogo de azar ou fortuna) no Estoril, Funchal, Espinho, Figueira da Foz e Póvoa de Varzim. O priso para a entrega de propostas, respeitantes à adjudicação da concessão, terminou ontem e a Póvoa ficou sem quem por ela quisesse interessar-se. Os interesses materiais da terra poderiam quietar-se. A moral dos homens talvez não esteja em coincidência. Assim pudessem eliminar-se por vontade própria ou alheia todos os outros espalhados por esta boa nocturna, onde se perdem muitos jogando os jogos do azar ou da fortuna, mesmo fora da lei e da liceuça.

NO SEU LUGAR

QUANDO da sua visita ao país vizinho, a Frente de Juventudes de Espanha ofereceu ao sr. general Craveiro Lopes um bronze representando um jovem da organização. A oferta, pelo seu simbolismo, tinha algo de muito pertinente e oportuno que o sr. Presidente da República se apressou a traduzir. Por sua decisão de agora, a oferta foi entregue à Mocidade Portuguesa. Ficará pertença do seu museu e, por certo, assinada como um gesto digno de ser lembrado.

MALÉFICOS DO VOUGA

O Vouga está assoreado e sofre os prejuízos das descargas químicas das fábricas que lhe tiram a montaria. Fumalhões mais não podem deixar, portanto, de prejudicar as gentes das suas margens. Queixam-se os homens da perda dos pastos, da doença e morte de peixes e animais domésticos, perguntando-se com ar reclamante, quando será que outros homens se dignam acolher o seu protesto. Todos os anos em face da onda recrudescer o efeito. E se é certo que a indústria carrega protecção, não será justo que lhe seja estranhos os sofrimentos a peso das suas conveniências.

JORNAL PEQUENO

NO livro de cumprimentos ao Chefe do Estado, inscreveram-se o dr. Joaquim Romão Duarte, Julio Barão da Cunha e José Luis da Silva Martins. * O Presidente do Conselho trabalhou com o ministro da Marinha. * O ministro do Ultramar que está em visita particular a Paris, chegou àquela capital, donde regressará depois de amanhã. * Estiver em visita a algumas dependências do Ministério da Economia em Lamego, o subsecretário da Agricultura, eng. Vitoria Feres. * O antigo embaixador de Portugal no Rio, prof. Martinho Nobre de Melo, partiu para aquela capital em viagem profissional. * Está em Lisboa o general Rojas Pinilla, ex-presidente da República da Colombia. * Voltou a reunir-se a comissão de reforma fiscal que tratou, especialmente da constituição legal e do imposto sobre a aplicação de capitais. * Passou por Lisboa, em missão militar, o marechal do ar britânico Richard Achebery, comandante-chefe do Comando de Treino da R. A. F. que apresentou cumprimentos ao director-geral da Aeronáutica Civil, general Humberto Delgado. * Tomaram posse as duas novas assistências dos Serviços Farmacéuticos dos H. C. L. * O cardeal-arcebispo de Sidney, que está em Lisboa, visitou o presidente do Conselho e o cardeal-patriarca de Lisboa.

Boletim político

(Continuação da 1.ª página)

dicionado, pensam os Portugueses que é não apenas oportuno mas que o impõe a mais elementar ética política. Este debate não pode ter, como no resto do mundo ocidental, o significado de um confronto de opiniões numa fase da vida nacional em que a divergência está equiparada à heresia. Mas ninguém, certamente, negará que só há vantagem em lhe dar, pelo menos, o conteúdo consistente de um balanço periódico que permita ao País avaliar do valor real da sua caminhada nos últimos sete anos.

Decretar com antecipação que ele não tem sentido para oito milhões de indivíduos, habitualmente privados de direitos civicos,

este, são entendidos nas sociedades orientais, é ignorar as suas aspirações legítimas e prolongar, em nome do oportunismo claudicante, um equívoco de lamentáveis consequências. Nos termos constitucionais, o Chefe do Estado — Presidente da República — tem uma alta missão, a qual se não confina no cumprimento automático de um ritual supérfluo. Se é esse a tarefa exclusiva que a U. N. lhe atribui exclusivamente, insiste numa indisculpável contradição.

Mal, ao menos, o candidato da União Nacional cumprir a Constituição nas obrigações que derivam da sua letra e do seu espírito? Se o fizesse, o País encontraria-se numa situação completamente diferente daquela em que viveu nos últimos trinta anos, para os quais, ao mesmo tempo, o comunicado promete uma continuidade inabalável. E não é isto, por certo, que a União Nacional deseja, pois essa continuidade constitui nos seus olhos o unico título de recomendação para solicitar os sufragios do eleitorado. Cumprir a Constituição — na sua letra e no seu espírito — seria pôr em execução as disposições desse estatuto político, sem exclusão do seu artigo 8.º. Sofismar esse cumprimento é prosseguir num imobilismo que faz das nossas instituições, tal como na prática se cumprem os preceitos constitucionais, não um exemplo mas um anacronismo.

EVITE
O ESGOTAMENTO
CONSULTE O SEU MÉDICO
RECORDA
Fosforo Ferrero
A VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS

Visitou Viseu o ministro das Obras Públicas

VISEU, 10. (Pelo telefone). — O sr. eng. Arantes e Oliveira veio hoje a esta cidade, acompanhado do subsecretário do Comércio e Indústria e dos directores-gerais de Urbanização e dos Monumentos Nacionais. No limite do distrito, apresentaram-lhe cumprimentos o governador civil, presidente do Município e outras individualidades locais.

Aqueles membros do Governo visitaram um trecho da estrada de circunvalação o extremo oriental da Avenida Infante D. Henrique e Hospital da Misericórdia local, onde os srs. engs. Henrique Carrilho e Santos Beirão, respectivamente provedor e vice-reitor lhe deram todos os esclarecimentos acerca das obras ali em curso. Seguidamente, o bispo de Viseu, D. José da Cruz, e o bispo-auxiliar, D. João Cristóvão, receberam os visitantes no edifício do velho Seminário, que está agora a ser restaurado e ampliado, com a participação do Estado.

Os membros do Governo almoçaram na nova estalagem desta cidade e, depois de visitarem o novo parque, o edifício da Caixa-Geral de Depósitos, e da chamada Casa Amarela, onde ficará instalada a biblioteca pública, o arquivo distrital e a Escola Comercial, seguiram para Lamego, de onde, amanhã, o sr. ministro das Obras Públicas virá a S. Pedro do Sul, onde presidirá à inauguração de importantes melhoramentos na companhia do subsecretário da Assistência.



Assim, tão simples e graciosa, nunca fora vista a princesa Margarida, já está de regresso a Londres, depois da sua viagem de três semanas à Federação das Índias Ocidentais e à Honduras. Esta imagem engraçada foi colhida, precisamente, quando a irmã da rainha de Inglaterra, acompanhada de alguns amigos, passava em Belis (capital das Honduras Britânicas) e o seu sorriso bonito e o seu charme de mulher

A bordo os rotários de criar uma Fundação e da pen

A bordo do paquete «Mogambique», da Companhia Nacional de Navegação, atracado ao cais da Estação Marítima de Alcantara, pre seguiram hoje de manhã e de tarde, os trabalhos da décima Conferência do Distrito Rotário Português (n.º 179), ontem inaugurada com a assistência de cerca de 35 sócios dos 17 clubes nacionais de senhoras das suas famílias, de rotários brasileiros, italianos, franceses, ingleses e americanos cujas bandeiras nacionais, com portuguesa, estavam içadas na piaça escurada da fronteira à entrada da gare, tendo à frente este dia co: «Rotários, sede bemvidos!». Presidiu o governador do distrito, conde de Carla, que dava a a reita aos srs. professor Marino L. penira, delegado do presidente do Rotary Internacional, H. Diffi governador do distrito francês, João Fauto Ribeiro, de Matosinhos, e a esquerda aos srs. Augusto Serras, presidente da comissão executiva da Conferência, e eng.heiro Amaro Vieira, presidente do Comissão Distrital de Juventude.

A criação duma Fundação Rotária

Esta Conferência «flutuante» já bateu hoje três problemas imps

CANSADO.... ?

Uma chávena de LIPTON dá-lhe

Uma chávena de CHA LIPTON tem qual-quer coisa de especial. Qualquer coisa no seu aroma, paladar e poder reconfortante, que o fazem sentir-se bem disposto. Sempre que estiver cansado, descanse tomando uma chávena de CHA LIPTON e verifique por si próprio o resultado.

VIDA NOVA!

cha' Lipton

Um prazer até à ultima gota!

FACOTE DE 100 GR. 12\$00 * 50 GR. 6\$00 * 20 GR. 2\$40
Guarde os pacotes vazios.

10-5-958

Diário de Lisboa

15

Esclarecimento da P.I.D.E. sobre a número de presos políticos

Do gabinete do ministro do Interior receberam, com o pedido de publicação, cópia do seguinte officio que foi remetido pelo Director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado e que responde ao officio dirigido pela Comissão Central de Candidaturas do sr. Arlindo Vicente, ao sr. ministro do Interior.

«Ex.º Senhor Chefe do Gabinete de Sua Excelência o ministro do Interior.

Em referência ao officio n.º 370, de 2 de corrente dirigido a Sua Excelência o ministro do Interior pela Comissão Central de Candidaturas do sr. dr. Arlindo Vicente, publicando nos jornais de ontem, cumprir-se e tinha a honra de informar o seguinte: É menos verdade que esteja sem curso, por vários pontos do País, uma vaga de presos e que tal facto possa ser interpretado como pretendendo fomentar o esclarecimento do electorado pela livre escolha do Supremo Magistrado da Nação.

As prisões a que no officio se allude, effectuaram-se antes da apresentação da candidatura do sr. Arlindo Vicente, sendo os detidos accusados da prática de crimes previstos e punidos, nada devendo ter com a referida candidatura. Admitte-se, no entanto, que a existência de greves, tumultos e outros actos de subversão social constitua um clima propício a pronunciação do candidato em referência, pois só assim se explica a circunstancia dos signatários considerarem os detidos como fazendo parte das «vítimas» da sua candidatura e afirmarem a solidariedade dada ao partido comunista quando faz sua a primeira das reivindicações deste: «a libertação imediata de todos os presos politico-sociaes». (Referências de ordem pública e de segurança que se vem proclamando em portafolios comunistas).

A mensagem do sr. dr. Arlindo Vicente diz que se a repressão em avassaladoras vagas atingiu todas as camadas da população e que operários, camponeses e intelectuaes compõem as prisões.

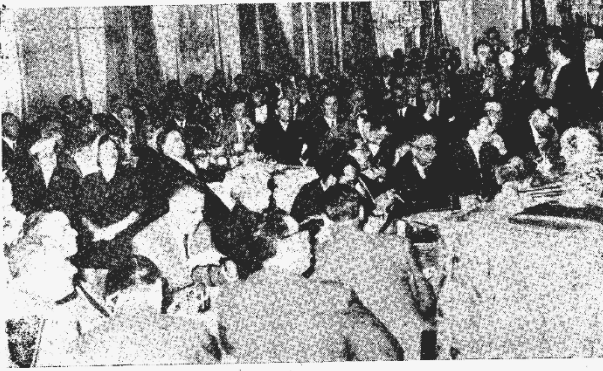
A verdade, porém, é que, não obstante as avassaladoras vagas a numero de «vassallos» do «Estado», detidos, accusados ou condemnados pelos chamados crimes politico-sociaes e em relação a qual o referido candidato considera como «vítimas», é inferior a centena, pois são precisamente 37 neste numero se contarmos o que está cumprido pena, aguardando julgamento, ou presos preventivamente (é o caso dos referidos no «carta»), por estarem na fase de instrução preparatoria os seus processos.

Quando o devido respeito, affiguras-se nos que os excessos não ficam bem a ninguém e, muito menos, aos candidatos a chefia do Estado, magistratura que existe, na sentença das propostas, amor e verdade e espirito de justiça. Mas isso é matéria que respeita mais aos candidatos e aos electores, a cujo suffragio se submetem, do que a Polícia.

Felizmente, como é óbvio, a detenção ou soltura dos infractores faz-se de harmonia com as disposições legais applicáveis a cada caso, pelo que parece não deve ter em consideração o que reclamam os signatários da carta.—Lisboa, 10 de Maio de 1958.—O Director da P. I. D. E. (s) A. Neves Graça.

Travou-se luta aero-naval entre forças chinesas

TAIPEI, 10. — Uma patrulha naval nacionalista causou graves avarias num barco de guerra da China continental, num combate travado no Noroeste da ilha de Matsu. Outro navio comunista foi também atingido e retirou com fogo a bordo. O combate travou-se quando os bombardeiros nacionalistas atacavam barcos armados comunistas, ao largo de Amoy. Os aviadores nacionalistas informaram terem sido afundados dois barcos comunistas chineses e que outro ficou em chamas. (N. 1).



Um aspecto do encontro dos jornalistas com o general Humberto Delgado

As declarações do gen. Humberto Delgado

(Continuação da 2.ª página)

—Sou realmente amigo das nações que são amigas do meu País.

Perguntas dos jornalistas e respostas do candidato

Terminadas entre palmas vibrantes, as declarações introduzidas do sr. general Humberto Delgado, este dispôs-se a responder ás perguntas dos jornalistas, aproveitando a occasião para dizer:

«É de lamentar que alguns jornais ou organizações de imprensa estrangeiras se representassem por indivíduos residentes em Portugal, pois é do dominio publico que estes temem os poderes publicos, tomando assim cuidado no que eneviam para o estrangeiro a nosso respeito. Declaro, por fim, que esperava,

no entanto, que todos compreendessem o momento histórico que passa, e bem viessem no entusiasmo publico à volta da Oposição».

O primeiro jornalista que se dirigiu ao candidato perguntou: —Se V. Ex.ª for eleito Presidente da República, qual será a sua attitude para com o sr. Presidente do Conselho?

—Demitto! — respondeu com energia o general.

Segunda pergunta: —Tem opinião formada sobre a escolha do candidato da União Nacional?

Respondendo, o candidato mostrou o seu desinteresse pelo assunto neste, dizendo entender que a eleição do candidato da União Nacional seria apenas o prolongamento da situação.

Alguem quis saber, depois, qual a politica externa que seguiria se fosse eleito e o candidato respondeu que, sem duvida, Portugal manteria a sua tradicional politica de amizade para com todos os países amigos, desde a velha aliada Inglaterra à França, ao Brasil e aos Estados Unidos. Esta politica, aliás, bem definida — disse — no accordo da N. A. T. O., quando se estabelecer a adesão, os mesmos princípios de Democracia.

Outro jornalista perguntou qual a attitude do candidato se os comunistas, a exemplo do que fizeram os socialistas, declarassem apoio a esta candidatura e o sr. general Humberto Delgado respondeu sem hesitação:

—Não sei se realmente existe em Portugal um partido comunista organizado. Esclareceu, a propósito, que os comunistas não manifestam simpatia pela sua pessoa, como tentam fazer acreditar por três panfletos que o atacam.

Como outro jornalista insistisse em saber qual seria a attitude politica do candidato se fosse eleito, o sr. general Humberto Delgado afirmou:

«A minha primeira preocupação será preparar uma consulta livre, para conhecer todos os dados do problema politico portuguez. Mas é evidente que, depois de 32 anos de mordaça, não vai ser fácil a consulta ao País. Para poder chegar a uma consulta, que devesse ser feita o mais depressa possível, haverá que preparar o terreno, com um Governo forte, de apoio militar, que garanta a ordem. E acrescentou:

—Uma vez obtida essa garantia indispensavel, para o regresso a normalidade, restabelecidas as garantias que a própria Constituição concede, haverá que promover quanto antes a publicação de uma nova lei de imprensa, a revogação de todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

Respondendo ainda a novas perguntas sobre qual seria o seu programa de Governo, quanto à Metrópole e ao Ultramar, o sr. general Humberto Delgado insistiu em que a sua primeira preocupação seria a constituição do Governo provisório, de apoio militar e ao País, para assegurar a ordem no País e acrescentou:

—Mas é um erro pensar que governar é obra de um só homem. Alis, o Presidente da República não governa, não legisla — isso são funções cujo exercicio lhe compete apenas assegurar em perfectas condições de liberdade e de accordo com a vontade do povo. Interrompido, com frequencia pelas palmas das pessoas que assistiam a todos os decretos de excepção e restabelecer o direito de reunião. Houve ainda outra pergunta sobre o que pensava da acção do sr. Presidente do Conselho, respondendo o candidato que, na sua opinião, estava desactualizada, em relação aos problemas da nossa terra.

A atitude da opposição de Braga perante a existência das duas candidaturas

Temos presente um documento no qual se torna conhecido que a Comissão Democrática do Distrito de Braga se reuniu sob a presidência do sr. major Miguel Pereira e deliberou:

1) Dar todo o seu apoio a candidatura a Presidência da República do ex.º sr. dr. Arlindo Vicente, por a considerar aquella que corresponde aos objectivos que determinaram a sua intervenção nas ultimas eleições para deputados à Assembleia Nacional.

2) E, porque a seriedade do acto eleitoral e a aspiração comum de todos os opposicionistas, mais devida fomentar a colaboração, prestando o assessorio, com todos os opposicionistas que porventura venham a apoiar a candidatura do ex.º sr. general Humberto Delgado.

Analisando o sentido desta deliberação, o documento acrescenta: «Estamos agora em vésperas dum novo acto eleitoral e na presença de dois candidatos que se propõem combater a situação politica vigente: um, democrata, outro, antigo adepto do Estado Novo, mas hoje dissidente dele.

«A primeira candidatura — a do dr. Arlindo Vicente — que mergulha as suas raizes na tradição de luta politica que a Oposição conhece desde sempre e especialmente desde os grandes movimentos processados a partir de 1916, é a que, portanto corporiza os princípios que têm animado a nossa luta, garantindo a individualidade propria da Oposição e a projecta para além das proprias eleições.

A segunda — a do general Humberto Delgado —, resultando do descontentamento crescente do País, que atingiu já os proprios membros da Situação, encontra a sua principal razão de ser numa oportunidade eleitoral.

«Perante a existência destas candidaturas, qual a posição que devem tomar os democraticos? «Os democraticos não accorram a ninguém a um passado politico quando os seus propósitos se identificam com os nossos naquilo que é fundamental e a todos nos unem: restituir ao País as suas liberdades. Portanto, não atacamos nenhum candidato que se proponha neste objectivo.

Mas, por outro lado, os democraticos não podem esquecer o passado da sua propria luta, nem devem perder de vista que os seus objectivos se não confundem com os do acto eleitoral. A Oposição não pode iludir por detrás da luta temporaria concluida por um candidato, mesmo quando este é um homem sério animado dos melhores propósitos.

«E por tais razões que esta comissão — não sendo a comissão de reunião dos candidatos e continuará a existir para além das eleições — dá o seu apoio a candidatura do dr. Arlindo Vicente.

Queremos, no entanto, afirmar a todos os nossos correligionários que a existência, neste momento, de duas candidaturas, não pode nem deve constituir motivo de divisão de esforços, muito menos de luta entre adeptos de uma ou outra candidatura.

O documento é assinado pelos srs.: major Miguel Pereira, dr. Francisco Pinto Rodrigues, dr. Guilherme Branco, dr. Joaquim Borges, António Araújo Vieira, ex-g. Justino Amorim, Álvaro Piqueiro Andrade, dr. Vitor de Sá, Artur da Cunha Coelho, dr. Manuel Bento da Rocha, Pezoso, Manuel Gonçalves de Castro, dr. Eduardo Salgado Lobo, dr. António Cleto Malvar, dr. José Pereira Santos, António Oliveira, Eugénio Feio Vale, dr. Lino Lima, ex-g. António Pinheiro Branco, Artur Silva, António Saldanha, Albano Leite Ferreira, Manuel Dias dos Santos e António Martins Torres.

AS TEMPERATURAS DE HOJE

Temperaturas extremas registadas hoje em Lisboa, até ás 16 horas: máxima, 17,5; minima, 12,6. No mesmo dia do ano passado: máxima, 17,9; minima, 14,2.

Temperaturas verificadas na Costa do Sol, ás 10 horas: na atmosfera, 16,2; na água do mar, 17,7 e estrangeiros.

Anexo VIII - Panfletos de propaganda do regime



O candidato da União Nacional, Contra-Almirante Américo Tomás, disse:

— UM CHEFE DE ESTADO, QUALQUER QUE SEJA O SISTEMA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS, TEM DE SER, POR DEFINIÇÃO E NA REALIDADE, O SÍMBOLO DA UNIDADE NACIONAL. NÃO É O CHEFE DE UNS TANTOS, MAS DE TODOS, MESMO DAQUELES QUE O NÃO HAJAM DESIGNADO.

— É MEU FIRME PROPÓSITO ASSEGURAR A CONTINUIDADE DA ORIENTAÇÃO DA REVOLUÇÃO NACIONAL E A INTENSIFICAÇÃO DA SUA OBRA.

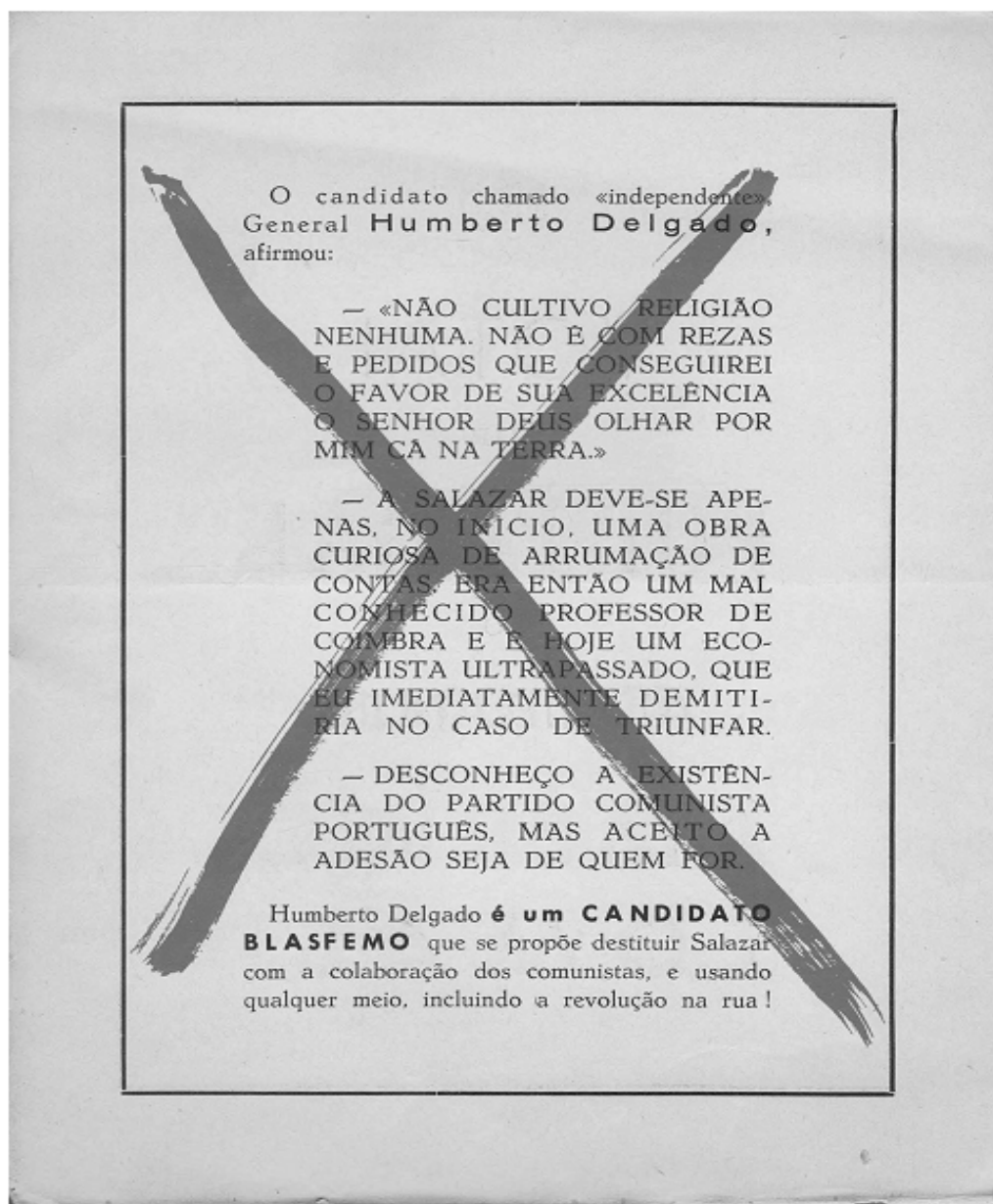
— CONFIO NO FUTURO DE PORTUGAL E ESPERO QUE DEUS ME ILUMINARA, SE O PAÍS VIER A ESCOLHER-ME PARA SEU PRESIDENTE.

O Contra-Almirante Américo Tomás é, verdadeiramente, o **CANDIDATO NACIONAL**.

É o candidato cristão.

É o candidato de **SALAZAR**.

Votai no Contra-Almirante Américo Tomás!







Fonte:

https://docs.google.com/a/pinho.org.pt/file/d/0B8qf4EMOIMBkZWFhYWNhODMtYWM1Mi00YmZmLWFhMjMtNzk5NTEyODJkZWJj/edit?usp=drive_web&urp=https://docs.google.com/fileview?id%3D0B8qf4EMOIMBkZ&pli=1&hl=pt_PT#

(maio 15, 2013)

Anexo IX - Circular confidencial

O Que são as ELEIÇÕES do ESTADO NOVO!...

CIRCULAR CONFIDENCIAL, DIRIGIDA PELOS GOVERNADORES CIVIS AOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, OBEDECENDO A MESMA A INSTRUÇÕES RECEBIDAS DO MINISTRO DO INTERIOR

(Transcrição Integral de um Comunicado publicado no Jornal «O Comércio do Porto», em 13 de Maio de 1958)

Dois Serviços de Candidatura do sr. general Humberto Delgado recebemos com o pedido de publicação um extenso documento copiógrafado, sob o título geral: «O que são as eleições do Estado Novo».

O referido documento começa por recordar o despacho lavrado pelo sr. dr. Oliveira Salazar num ofício dirigido à Presidência do Conselho pelo Directório Democrato-Social a propósito das garantias dadas sobre o acto eleitoral, fazendo-lhe a seguir vários comentários críticos, entre os quais se transcreve a seguinte circular confidencial, dirigida pelos governadores civis aos presidentes das Câmaras Municipais, aliás, obedecendo a ordens do Ministro do Interior, lê-se:

N.º 185, de 16 de Dezembro de 1948: «Deve a Comissão da União Nacional desse Concelho, ter recebido recentemente, uma circular do Ex.º Sr. Presidente da Comissão Distrital daquele prestimoso organismo, no sentido de, em íntima colaboração e completo entendimento com a Câmara Municipal, pessoas dedicadas e vultos nacionalistas de valor político, escolherem os locais e procurar desde já ir preparando as sessões de propagação eleitoral que a partir de 10 de Janeiro até 11 de Fevereiro, se hão-de realizar em todas as sedes de Concelhos e outras núcleos populacionais onde V. Ex.ª as julguem necessárias, oportunas e eficientes.

Com estas sessões de propagação tem-se unicamente em vista chamarmos ao cumprimento do dever todos os eleitores portugueses para em estrondosa vitória que represente a consagração do Estado Novo, elegermos para a Suprema Magistratura da Nação, o Homem que continuará a garantir a marcha ascensional de Portugal pelo caminho do progresso, da honra e da paz que só o Governo do Estado Novo lhe soube proporcionar em contraposição à vida ignominiosa que Portugal suportou a época de chamado liberalismo.

Além da preparação destas sessões deverão ser já chamados, ou procurar com todo o interesse avisar os influentes eleitorais de cada localidade, comprometendo-se e pedindo-lhes para apalavrarem todos os eleitores do meio, de que se lhe dará conhecimento na presença dos cadernos eleitorais, fazendo-se, assim, um primeiro balanço que servirá de base à futura acção, se a hostilidade ou apatia do meio a justificar.

Outro sim, deve ser desde já estabelecida a localização das assembleias eleitorais escolhendo-se estas no maior número de freguesias por forma que aqueles eleitores que nos mereçam confiança sejam dadas todas as facilidades, isto é, tenham pouco que se deslocar para votarem, contrariamente aqueles de que suspeitamos ou temos a certeza de nos serem adversos, que terão de calcular quilómetros e quilómetros para o poder fazer.

Deve recair a escolha dos Presidentes das mesas em pessoas de capacidade reconhecida, serenas mas intransigentes e decididas; iguais caracte-

terísticas devem ter os restantes elementos da mesa.

Aguarda-se que por V. Ex.ª nos seja remetida relação das assembleias de voto a constituir, localidades que englobem a composição de cada mesa, para, posteriormente, mais breve, nos avisarmos e transmitir-lh- as convenientes instruções.

Tudo isto é extremamente confidencial e se fará sem alarde.

Para cada assembleia de voto, devem ser também preparados alguns homens da nossa inteira confiança— legionários e dedicados nacionalistas— que julguemos capazes de, em grupo ou individualmente, intervir, em qualquer processo para acabarem repetidamente com qualquer oposição organizada ou atitude hostil que possa surgir.

Lembremo, Ex.ª Sr. Presidente, que temos de ganhar, por grande maioria, custe o que custar...

Para isto, a capacidade de resolutive de V. Ex.ª, já posta à prova em outras emergências, e o auxílio dos nossos devotados amigos, são garantia suficiente.

Com o Governador Civil, conta V. Ex.ª para tudo. Lembremo-nos que os nossos adversários receberam instruções neste sentido, dos praticos que têm sido instruídos por agentes da Rússia, e que têm por lema: para alcançar o fim todos os processos são legais, pois que o que é preciso fazer ver ao mundo é que ganhámos, não se discutindo os meios empregados.

O que sucedeu na Checoslováquia, na Roménia e esteve prestes na Itália são avisos que temos que considerar.

Não suponhamos que os adversários nos deixarão em paz e as eleições correrão no ambiente de confiança em que decorreram as anteriores.

Não. O momento é outro e os processos que vão usar porque a Central Comunista lhes ensinou e está preparando, são usados e fora da nossa concepção. Todas as precauções são, pois, necessárias, apresentando-nos em e da Concelho para o pior que possa surgir.

A palavra de ordem será, pois:

Ganhar por maioria esmagadora, custe o que custar. Esta circular é extremamente confidencial pelo que rogo a V. Ex.ª o maior cuidado na sua divulgação.

Como deixo dito, aguardo com o maior interesse e urgência:

- 1.º) Indicação das localidades, além da sede do Concelho onde se reputa indispensável fazer sessões de propagação e quais os dias (de preferência nos domingos) em que convirá realizá-las.
- 2.º) Localizações da assembleia de voto e quais as povoações que devem concorrer a cada uma.
- 3.º) Indicar o Presidente e substituto para cada mesa, bem como os restantes membros.

Em matéria de traição a boa-fé de um Povo dócil, forçadamente submisso iludido por uma propaganda dolosa e vencido pelo medo, nada, em qualquer parte do mundo, se terá escrito que revele maior desprezo e escárnio pelos governados. Aqui não se trata do velho e desprezível cacique, que pede o marco fontenário, que reclama do Governo a quem é afecto, melhoramentos que constituam propagação política eleitoral.

Trata-se, sim, de correspondência entre dignas autoridades, depois de terem solenemente reunido, sob a presidência do Sr. Ministro do Interior, e com a presença do «S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas», para resolverem zombar e justificar a seu prazer do incauto vilão, ou do atrevido camponês que, na escravidão da sua vida penosa, é a primeira vítima destes trinta anos de violência, mentira, maldade e desprezo.

E o referido documento dos Serviços de Candidatura do sr. general Humberto Delgado, depois de fazer várias considerações sobre as fraudes que se cometeram nos actos eleitorais anteriores, exemplificando-os, conclui desta forma:

Decerto, ao lavrar o seu despacho, o Sr. Presidente do Conselho nem suspensaria que tivéssemos conhecimento das circulares confidenciais que se publicam, nem ele, com efeito, e em boa verdade, as poderia ter redigido. O estilo não é o seu. Mas ao lavrar o citado despacho, afirmando a convicção ou a esperança de serem dadas instruções no sentido do respeito da lei e da facilidade no exercício dos distritos dos votantes, S. Ex.ª põe em causa o prestígio e a autoridade do seu ferreo poder pessoal. Este parece ter sido ultrapassado pela fadiga do respeito severo que lhe devem os seus colaboradores, porventura amolecidos, indiferentes ao temor da lei, na impudência já tradicional dos seus actos arbitrários; ultrapassando o vencido pela cruel monotonia do tempo, que tudo envelhece, até o Poder, desvanecendo esperanças e atemorizando, contra o Futuro, aqueles que sempre agiram cobertos pelo chefe pela sua autoridade e pelo seu prestígio, e que talvez tenham ver-se forçados a assumir qualquer responsabilidade pessoal, que legalmente lhe venha a ser pedida.

A lei responsabiliza tanto o autor como o executor de fraudes. Em todo o regime de responsabilidade, as instruções da autoridade têm de ser cumpridas. O «mecanismo-legal» tem efectivamente de se impor. Deixar sem castigo actos dolosos, ainda mais quando atinjam a dignidade e a honra de um Povo, é procedimento que não dignifica o Poder, antes o corrompe e avilta.

Cuidamos que a publicação destes documentos constituirá acto de imprudência e salutar acção política, pois reclama o respeito da lei, apela para um regime de confiança e garantias, reclama que as Eleições sejam dignas, honestas, verdadeiras—expressão insofismável da vontade nacional, das aspirações de um Povo que quer ser livre, e não das manobras ilegítimas de um caciquismo que se arvora, pela violência e pela mentira em vontade discricionária, em poder arbitrário.

Ao denunciar as fraudes e os maneios do Governo e do seu partido, cumpre-se do dever que nos é imposto. O acto eleitoral a que vamos concorrer queremos-lo digno, liso e claro. Os métodos que denunciamos têm de ser banidos da vida portuguesa.

Anexo XI - Discurso de encerramento de Salazar



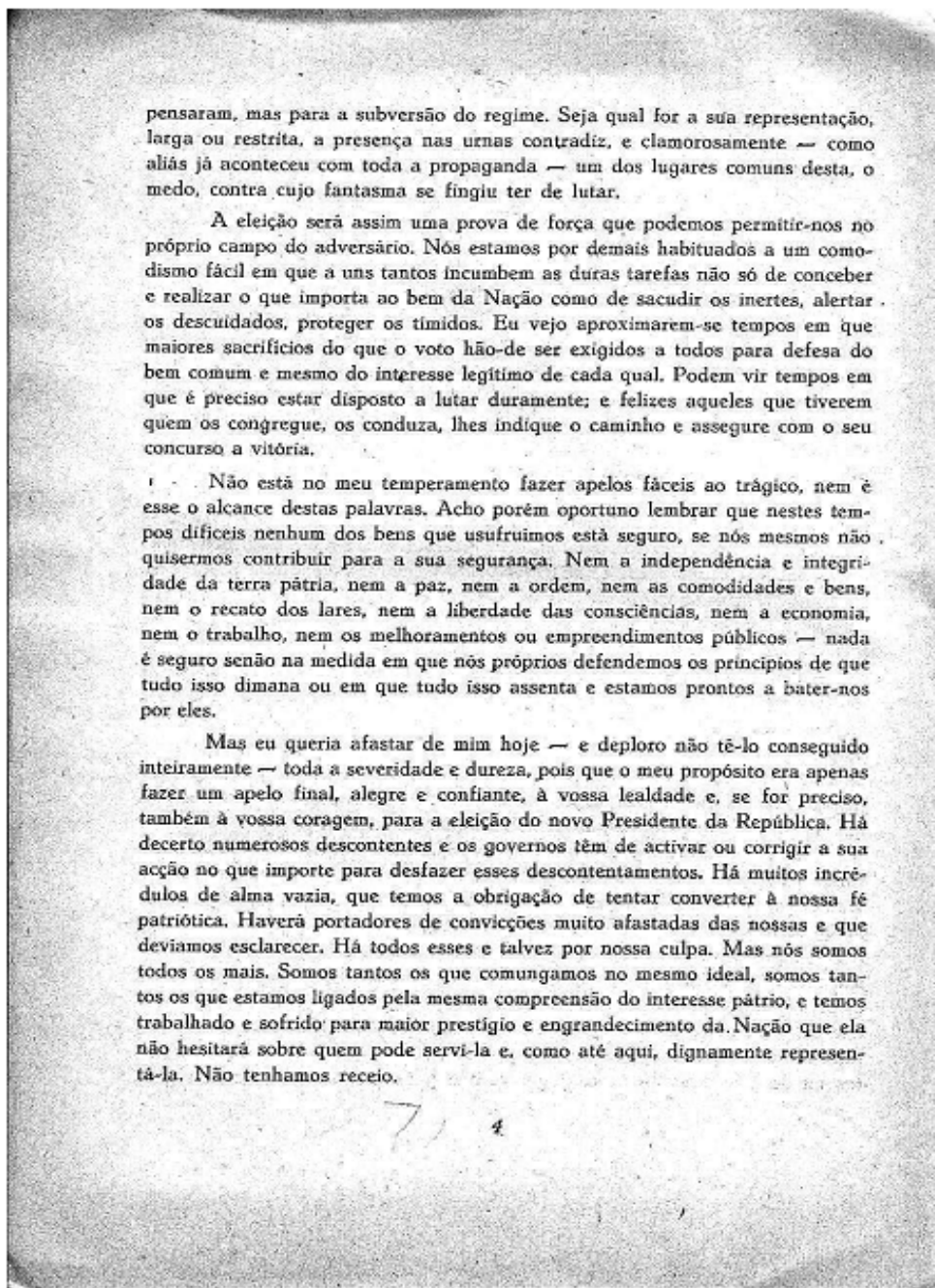
Cinco minutos bastam para o que devo dizer.

Chega ao fim a campanha eleitoral, não como desejáramos mas como pôde ser. Caracterizou-se esta por manifestações, dispensáveis para a apresentação dos candidatos e confronto dos seus méritos ou mesmo para a comparação de ideologias e programas, se tem de sofrer-se em cada eleição presidencial uma sorte de plebiscito sobre a estrutura do Estado e todos os problemas da Nação. Esta revisão enciclopédica a que tão liberalmente nos temos submetido foi desta vez acompanhada de atentados à ordem pública que perturbaram a tranquilidade habitual do nosso viver e podem ter deixado nalguns espíritos uma sombra de dúvida ou de receio. Perdemos um pouco no bom nome penosamente grangeado em muitos anos; ganhámos em podermos interrogar-nos à luz dos factos, sobre se se tratou duma campanha eleitoral à portuguesa ou à americana ou da preparação à sua sombra de movimento sedicioso à russa. O espirito de subversão que surdiu aqui e além está seguramente em todos os países civilizados fora das regras do jogo eleitoral.

Nós temos trabalhado e continuaremos trabalhando na consolidação de um sistema de vida e de governo em que a ordem resulta sobretudo da disciplina espontânea de cada um e do respeito pelos outros, e por isso nos abstermos de agitar paixões malsãs que entre os portugueses espalhem a divisão. Não fazemos apelo à violência, não diminuímos ninguém e a todos queremos prestar justiça. Pois agora teremos de pacientemente varrer a sementeira de ódios com que por acto de outrém a atmosfera do País se envenenou.

Mas quero afirmar com a fria serenidade habitual que dessa ou de outra forma se há-de restabelecer e rapidamente o ambiente de calma essencial à vida colectiva, quero dizer que o faremos em todas as circunstâncias e pelo emprego de todos os meios ao dispôr da autoridade.

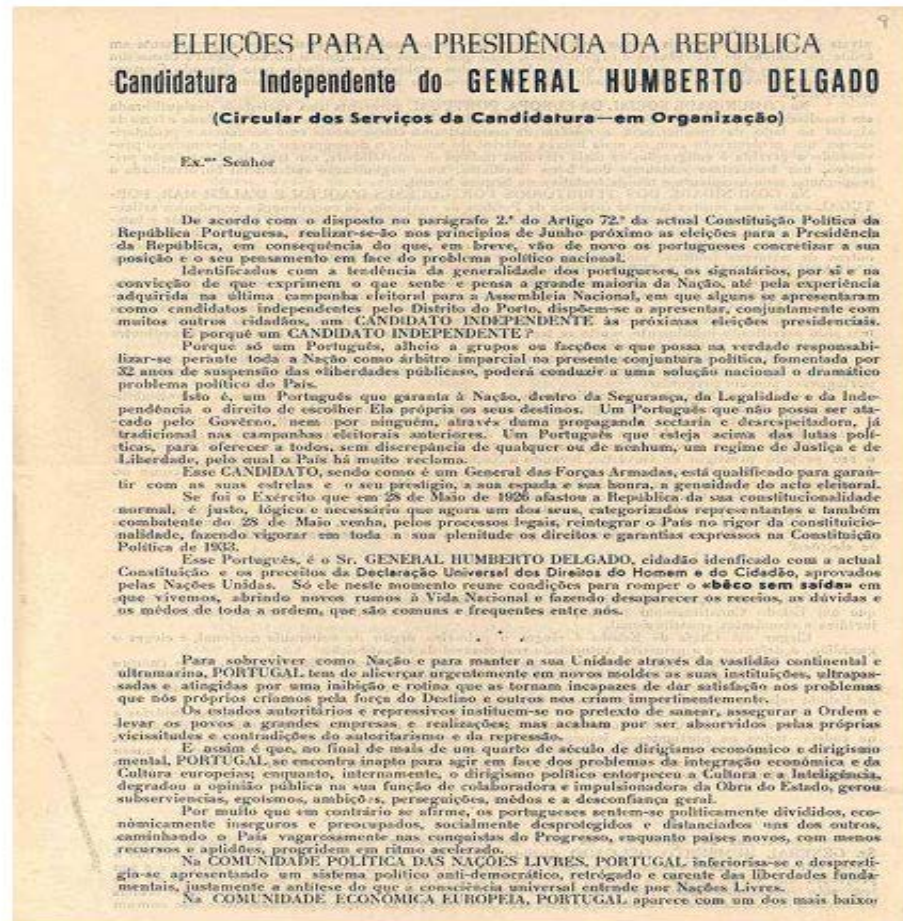
Apesar de tudo, regosijamo-nos com o facto de as oposições se terem disposto a concorrer à eleição presidencial, e o Governo tem feito os máximos esforços e lutado com as maiores dificuldades para possibilitar-lhes a actividade e levá-las até às urnas. Pela primeira vez, suponho, temos de enfrentar em cerrada coligação todos os que por qualquer motivo — de doutrina, de sentimentos ou de interesses — se conjugaram não para a renovação, como alguns



Fonte:

https://docs.google.com/a/pinho.org.pt/file/d/0B8qf4EMOIMBkNDUwZDU1NTctYjc1YS00MmY2LTg0ZWQtMWViODIjMjGVkM2E2/edit?hl=pt_PT (junho 23, 2012)

Anexo XII - Circular dos serviços de candidatura de Delgado



níveis de vida, um dos mais baixos índices de rendimento nacional, uma posição geral humilhante em todos os índices de actividades e organizações, pelo que somos classificados no estrangeiro como um dos países mais atrasados e subdesenvolvidos. Em face dos problemas suscitados pelo Mercado Comum é o próprio Governo o mais alarmado pelo reconhecimento a que chegou do nosso geral atraso e impreparação.

Na COMUNIDADE SOCIAL DA EUROPA, PORTUGAL apresenta uma sociedade desequilibrada em resultado da má distribuição da Riqueza e do Produto Nacional; exagerada prodigalidade e luxo de alguns ao lado da insuficiência e miséria da maioria; uma classe média com tendência a proletariar-se; um proletariado com os mais baixos salários do mundo; o desemprego e o sub-emprego provocando a corrida à emigração; os mais elevados índices de mortalidade, um teor de alimentação primitivo, um baixíssimo consumo dos bens imediatos, uma organização assistencial burocratizada e inoperante, uma incipiente e frívola tentativa de Seguro Social.

Na COMUNIDADE DOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES D'AQUÉM E D'ALÉM MAR, PORTUGAL exhibe uma impressionante carência de Política de conjunto, de coordenação económica articulada e em conformidade com a real contribuição que cada Província pode dar à prosperidade e integração nacional, a ausência de um Plano para Fomento e Autonomia do Todo baseado nas potencialidades energéticas, técnicas, demográficas e económicas das Partes — fundamenteis sales e outros de natureza política, moral e espiritual sem os quais não é possível estruturar solidamente a UNIDADE NACIONAL DOS TERRITÓRIOS PORTUGUESES.

Atribuir à exclusiva responsabilidade do Governo todas as culpas e todos os males seria, porém, despropósito e injustiça. Sabemos que muito provém de velhos tempos, muito resulta da perturbante problemática internacional e muito se tem, efectivamente, procurado solucionar. Mas sabemos também que, na obstinação de ser Poder e na louca pretensão de estar de posse da Verdade, muito tem sido sacrificado inutilmente, muito se tem gasto em proveito único da Política e seus expedientes e muito mais podia já ter sido realizado.

É portanto legítimo que, ao cabo de 32 anos de autoritarismo e sacrificios de toda a ordem e em face da posição pouco dignificante que PORTUGAL ocupa na Europa Livre e Democrática, os portugueses possam perguntar:

—Acha-se a Situação com o direito de pretender continuar a assumir sózinha a responsabilidade pelos destinos da Pátria e a exigir dos cidadãos silêncio e humildade?

—Não será antes seu dever admitir, aberta e publicamente, a crítica útil e construtiva, a apresentação de programas e ideais, a livre discussão dos problemas do País e dos actos da governação?

—Não sente o Governo Português que está comprometendo os interesses de PORTUGAL e o seu próprio prestígio de Governo, levando a Nação, na sua actual fisionomia política, a participar duma organização internacional de «países com governos livremente eleitos» — A NATO — como no comunicado da recente conferência de Paris se dizia a todo o Mundo?

—E não está o Governo Português comprometendo a própria NATO?

—Como foi possível que os representantes portugueses naquela Conferência subcrevessem em nome de PORTUGAL uma tal passagem de comunicado, quando sabem, melhor do que ninguém, que no nosso País há 32 anos Um Partido Único governa e só a ele se concedem garantias para concorrer às eleições?

É a Constituição a lei básica do Estado. Todas as outras a devem manter e seguir afim de que um Estado Constitucional possua, efectivamente e na realidade, uma estrutura política, social, jurídica e económica constitucional.

Eleger um Chefe de Estado é eleger o primeiro órgão da soberania nacional, é eleger o guardião, o defensor e a primeira Autoridade responsável da Constituição.

Ao Chefe do Estado não cumpre governar; essa é a função do Governo. Nem cumpre legislar; essa é a função da Assembleia Legislativa. Mas cumpre proteger os cidadãos nos seus direitos e garantias, sem discriminações e com imparcialidade, como cumpre exigir que todos os negócios do Estado sejam conduzidos nos termos da Constituição.

Ora, quando um cidadão, como o Capitão Henrique Galvão, é condenado, por injúrias a personalidades da Situação, a 16 anos de prisão maior celular — o que na sua idade significa ter de morrer na cadeia — todos os portugueses, impressionados e comovidos, interrogam a sua consciência acerca da validade dos preceitos constitucionais; e interrogam em espírito as altas personalidades a quem está confiada a integridade da Constituição e a quem se impõe em tudo levar em conta o espírito generoso e cristão do Povo Português.

Conhecidas as opiniões e os actos de independência, moderação e pacificação do Ex.^{ma} Sr. GENERAL HUMBERTO DELGADO, distinto oficial das Forças Aéreas Portuguesas; conhecida a actual atitude de Sua Excelência em face da conjuntura política nacional, o seu prestígio e a sua projecção em vários países da Europa e da América, em virtude de elevadas missões oficiais de que tem sido incumbido como representante da Nação, os signatários, depois de consultadas muitas conhecidas individualidades, escolhem-no para seu CANDIDATO às eleições presidenciais e, em comum

com todos os cidadãos independentes e os serviços da Candidatura presentemente em organização pelo País, vão disputar até às urnas a luta legal e honesta pela Eleição, com base num programa estruturalmente equacionado de harmonia com as prerrogativas constitucionais seguintes:

- 1.º—**Pacificação da Família Portuguesa** pela execução de medidas concretas, como a reintegração de oficiais do Exército, professores e outros funcionários afastados, anistia a todos os presos políticos ou indivíduos abrangidos pelas «medidas de segurança»;
- 2.º—**Revogação dos decretos que suspendem o Art.º 8.º da Constituição**, designadamente no que se refere aos N.ºs 4, 8, 11 e 14—liberdade de expressão sob qualquer forma, direito de associação e reunião, garantias de não ser preso sem culpa formada, inviolabilidade de domicílio, etc.;
- 3.º—**Promulgação de nova lei eleitoral e organização de novo recenseamento**, afim de serem realizadas a curto prazo eleições gerais;
- 4.º—**Moralização dos costumes políticos e da Administração Pública.**

A atmosfera de simpatia e bom acolhimento que, em sectores não influenciados pela politica, já rodeia esta candidatura, encoraja presentemente os promotores a imprimir-lhe maior amplitude até a tornar verdadeiramente nacional.

Nessa conformidade e confiados que V. Ex.ª, concordando com a feição evolutiva e os objectivos altamente patrióticos desta candidatura, deseje associar-se ao movimento de pacificação e moralização que ela representa, vêm rogar a adesão de V. Excelência, que se tornará pública ou não, conforme o desejar, e a assinará como proponente do processo que há-de ser apresentado no Supremo Tribunal de Justiça, agradecendo a fineza de, nesse sentido, informar qualquer dos signatários, para que lhe seja enviado o requerimento a tal fim destinado.

Pela Pátria e Pela República

Abril de 1958

Amadeu Morais—Advogado—P. G. Gomes Fernandes-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Artur de Oliveira Valença—Jornalista—R. Formosa, 189-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Artur dos Santos Silva—Advogado—R. Sá da Bandeira, 260-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Artur Vieira de Andrade—Arquitecto—R. Latino Coelho, 43-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Jaime Vilhena de Andrade—Advogado—P. Filipa de Lencastre, 22-1.º-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Manuel Coelho dos Santos—Advogado—P. do Município, 287-2.º-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Rodrigo de Abreu—Licenciado em Históricas e Filosóficas—R. Ciriaco Cardoso, 381-Porto.

(Candidato Independente às últimas eleições para a Assembleia Nacional).

Adriano Alves Barbosa—Comerciante—Rua Serpa Pinto, 134-Porto.

Alberto Belres Duarte—Industrial—R. Egas Moniz, 115-1.º-Porto.

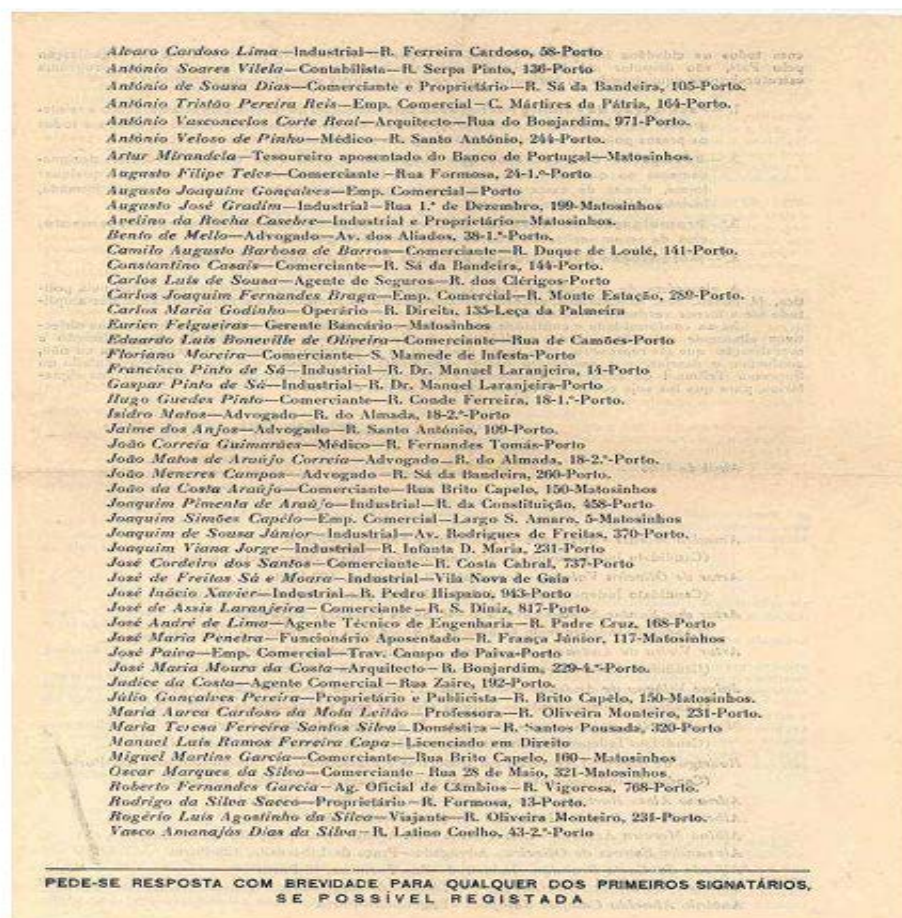
Albino Moreira Azevedo—Comerciante—Av. Afonso Henriques, 873-Matosinhos.

Alexandre Esteves de Oliveira—Advogado—Praça da Liberdade, 128-Porto.

Alfredo da Costa Brandão—Industrial—Rua Formosa, 13-Porto.

Américo Morais de Oliveira—Agente Técnico de Engenharia—R. Faria Guimarães—Porto.

António Almeida Campos Sampaio—Engenheiro—Porto.



O manifesto do dr. Arlindo Vicente

(Continuação da 17.ª página)

tugal, não satisfazem mais que uma magra parcela das reivindicações e precários populacionais. Os trabalhadores rurais já nem são apenas miseráveis. A fome que padecem ganhou mais duro e premente significado filosófico.

— Que se tem, entretanto, feito? — É qual o significado profundo da obra realizada?

Todos nós, desgraçadamente, por demasia o sabemos. Aumentaram-se as cidades de tamanho. Mas é esse um fenómeno consequente, primeiro, do crescimento populacional, e, depois, do influxo enorme dos camponeses, furtivos à miséria que uma catastrófica política agrícola acenou.

Construíram-se de facto casas. Paradoxalmente, contudo, mais difícil se torna o alojamento, por virtude de subirem as rendas a tal ponto, que são, em regra, incompatíveis com os salários e ordenados médios. Assim, as soluções são um recurso obrigatório, com ele levando, por vezes, à promiscuidade mais sórdida.

Requisem-se escolas. Mas ainda aqui o que importa saber é se ensinam, ou não, à população escolar. A resposta está dada nas turmas escolares abarrotadas, muito para além do mais complacente critério pedagógico, nos desdobramentos emergentes das lições, no analfabetismo que teima em não desaparecer. De uma pretensiosa campanha de alfabetização dos adultos quem entrevê aí os frutos? E como haveria tal campanha de os dar, escrita no tempo, a um ano ou dois e, nos propósitos, as chamadas primeiras letras?

Edificam-se hospitais. Mas como não edificá-los, se o necessário populacional a isso obriga, mais ainda que de escolas. E que, neste caso, há, ademais, o agravamento das doenças por desajustamento orgânico e falta de séria prevenção médica.

Levantam-se barragens. Mas continuam, no entanto, os consumidores de energia eléctrica, pelo escasso ou nulo barateamento do seu preço, que deveria ser principal corolário, e até pela insuflante produção, no mais baixo dos países civilizados. Não se cuida, pois, de beneficiar a grande massa do Povo Português, que se avolumam fabulosamente, mesmo assim, os rendas das companhias. Põem-se a crescer e o preço sobe de preço. Multiplicase a frota bascoaleira e o preço do bacal-

lhau não desce. Sob a tunelagem da Marinha Mercante e baixa o numero de fretes.

— É pretensão tal Governo permanecer e subsistir?

Val entrar-se no brevíssimo período eleitoral que se nos conspiciu. Pelo exercício do voto, que tantos anos se abandonou e ignorou, vai o Povo Português com a intervenção de uma Oposição Democrática consciente, escolher o seu Chefe de Estado. Tudo são obstáculos no nosso caminho, desde até às dificuldades de consulta aos

cadernos eleitorais e o próprio modo como esses estão elaborados.

— Mas temos por nós a vontade de uma multidão innumera, que conseguiu sobreviver a estes 32 anos de negrume nacional, em perfeito esclarecimento intelectual e limpo moralmente à corrupção. Temos por nós quantos, nascidos depois de 1926, o regime não venceu nem convenceu, por isso mesmo que a nenhuma sua necessidade essencial soube prover, de trabalho e de cultura. Temos a juventude.

Temos, mais, os que foram defensores honrados e iludidos do regime, mas o próprio regime, pe-

las suas prepotências, a sua inacidade fiscal e injustiça económica, feriu na legitimidade dos seus interesses e na sua inteligência despertada.

— É da tradição que o Movimento de Unidade Democrática iniciou em 1945 as campanhas de 1949 e 1951 continuaram, e se consolidou em 1957 com o movimento cívico intervencionista resultante da assembleia democrática de 20 de Julho, pois os propugnadores de idéntica unidade, nos orgulhamos de ser o legítimo representante.

Porque enorme é, por isso, a nossa, que não morrerá mais e há de crescer sempre, em nós, e noutras como nos zeladores dos seus direitos cívicos apaixonados da Pátria que para todos queremos, de pessoas, sévidos de um País mais rico, mais justo e mais honesto, sem fome e sem medo, sem subserviência, nem omnipotentes chefes, em que sejam as ideias que conduzam os homens e a razão e a equidade que estabeleçam as ideias, moderno, digno, pacífico, e numa ultima palavra, verdadeiramente civilizado.

— A que vimos, pois?

Com a nossa candidatura, pretendemos apenas ser o porta-voz de um povo que anseia a Liberdade, a Paz, a Independência e o Progresso. E temos a consciência perfeita de que só poderemos vencer nesse propósito, se as vastas camadas da população portuguesa participarem, consciente e abnegadamente nesta campanha. Alis, o que isto implica de unidade política aberta a todos os nossos compatriotas, sem doutrina de ideologia ou credo particulares, dentro de uma linha democrática, foi o nosso guia de sempre, e continua a sê-lo.

— Votando no candidato da Oposição Democrática os Portugueses tornaram possível a formação de um Governo que abriu caminho à efectivação dos seus anseios.

Quais as tarefas fundamentais que se impõem a esse Governo? — A afirmação inamovível da unidade de todos os Portugueses, acima da diversidade da sua condição social, da sua ideologia ou dos seus creios, e, para tanto, a garantia efectiva de que ninguém poderá ser perseguido pela defesa dos seus ideais.

— A restauração de todas as liberdades democráticas, e, designadamente:

— A abolição da censura; — A concessão de uma ampla, imediata e incondicional amnistia a todos os presos, detidos, acusados ou condenados pelos chamados crimes politico-sociais;

— A renovação das emendas de segurança, em todas as suas formas, para delictos políticos;

— A extinção dos tribunais plenários de Lisboa e Porto;

— A reintegração e indemnização de todos aqueles que foram afastados dos seus lugares pela repressão politica;

— A livre constituição de partidos políticos, como expressão e garantia da liberdade, que só na diversidade pode manter-se;

— A organização de um amplo e honroso reconhecimento e de demeritização dos processos eleitorais;

(II) — Elevação do nível geral de vida e o desenvolvimento da economia nacional; e, para isso, o combate ao super-capitalismo, ao domínio das monopolios, e ao desvio e favoritismo politico-económico;

— A defesa dos interesses da classe média, do pequeno e médio comércio, da industria e da lavoura, através de uma adequada politica económica e fiscal;

— A dignificação dos trabalhadores portugueses, da industria e do campo, mediante a elevação dos salários, da garantia das liberdades sindicais, do encorajamento da previdência e da assistência sem os soffismas, com que presentemente se aliam;

— A preservação e defesa das riquezas nacionais, com vista ao seu aproveitamento racional, para beneficio directo de toda a população;

— A realização de uma politica agrária de limitação à propriedade latifundiária e de protecção e apoio a todos os que trabalham a terra;

(VI) — A protecção offensa a todos as manifestações culturais e artísticas da Nação e a efectivação de uma politica de educação e cultura, em bases largas e audazes, e, para tanto,

— A garantia de acesso a todos os graus de ensino, independentemente da condição social e económica de cada um;

(V) — A modificação de actual politica ultramarina, pela organização do seu trabalho e pela coordenação dos sectores economicos de metrópole e das diversas parcelas do território ultramarino, em bases igualitárias, com vista a reforçar os laços de amizade e cooperação;

(VII) — A estruturação de uma politica externa que, respeitando as obrigações históricas e geográficas do País, tenha por lema primeiro: — O entendimento e a cooperação, no base de livres relações de todos os povos e de todos os Governos, independentemente das suas diversidades geograficas, raciais ou politicas, de acordo com a Carta das Nações Unidas e como meio efectivo de salvaguardar superiores interesses nacionais, designadamente de natureza económica, o da própria Humanidade.

— A's urnas portuguesas! — Chegada a hora de exercerdes os vossos direitos de cidadania, e para isso deixamos nas vossas mãos a tarefa preciosa do resurgimento da nossa Pátria.

Unidos e organizados á volta da candidatura que somente quer ser a alma do Povo, seccis-vos a confiar o seu programa, tradução fiel das vossas aspirações.

— Viva Portugal! — Viva a Liberdade! — Viva a República! — Lisboa, Maio de 1958.

ARLINDO VICENTE

CLASSE ECONÓMICA

Canadian Pacific
ÚNICO SERVIÇO AÉREO DIRECTO PARA MONTREAL e TORONTO
Ligações imediatas para Estados Unidos e América Central

Voo às terças e sextas feiras

Canadian Pacific
A MAIOR ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE VIAGENS

Classes de Luxo, Turística e Económica
Frete aéreo em todos os voos

Consulte o seu Agente de Viagens ou a CPA - Av. Fontes Pereira de Almeida, 5-B
Telefones 5 61 92/3 - Lisboa

Entre Lisboa e	CLASSE ECONÓMICA			CLASSE TURÍSTICA			CLASSE DE LUJO		
	Ida	Ida/Volta	Ida 30 Dias	Ida	Ida/Volta	Embarca	Ida	Ida/Volta	Ida/Volta
MONTREAL	7.477900	13.494320	5.423320	9.573560	17.088550	3.794810	14.701820	26.270820	
EDMONTON	8.142370	14.819450	5.897910	10.047940	18.027990	4.272610	15.411190	27.424470	
OTAWA	7.185300	13.073590	5.429200	9.779460	17.491310	4.202400	14.022510	26.497490	
HAIFA	7.477900	13.494320	5.423320	9.573560	17.088550	3.794810	14.701820	26.270820	
WINNIPEG	9.542370	19.391330	7.267800	11.417300	20.770270	7.448110	17.291310	31.290640	
VANCOUVER	10.299900	19.862940	8.481800	13.231900	23.243800	8.851600	19.676370	35.220400	
SEATTLE	12.014470	22.069560	9.707300	13.949500	25.509500	10.076100	20.912110	37.925190	
BOSTON	7.477900	13.494320	5.423320	9.573560	17.088550	3.794810	14.701820	26.270820	
NEW YORK	7.477900	13.494320	5.423320	9.573560	17.088550	3.794810	14.701820	26.270820	
CHICAGO	8.248460	15.144000	6.144970	10.315300	18.181200	5.824500	16.122600	28.971900	
DETROIT	8.406480	15.144000	6.144970	10.315300	18.181200	5.824500	16.122600	28.971900	
CALIFORNIA	10.789100	19.361540	8.547840	12.713470	23.243800	8.914800	19.494270	35.720410	
MEXICO	11.087270	20.498800		11.952300	21.371150		17.822110	31.886800	

* Preço de Montreal - Incluído taxes

CASINO ESTORIL
HOJE no "WONDER-BAR"
Serviço de Restaurante
Jantares e Ceiás

Conjuntos:
HELDER REIS e OLIVER
(17 anos)

PIANOS
Verticais e de Cauda
ALUGAM-SE

Est. Valentin de Carvalho, Lda.
85, Rua Nova do Almada, 19
LISBOA

A posição do Directório Democrático e endereços por aquele organismo à Presidência

(Continuação da 17.ª página)

tor. Sua Excelência resignou o mandato que lhe havia sido atribuído, declarando manifestamente a renúncia que, tanto as condições precárias em que vinha decorrendo a sua propaganda como a insuficiência de garantias, mais que certa, a quando da próxima eleição, o determinavam de modo procedimental, por ser o único competível com a dignidade.

Isto quer naturalmente dizer que nos encontramos, Sua Ex. e nós, Directório, no mesmo campo e sob as mesmas exigências.

Nem o sr. almirante aceita ser candidato para acto eleitoral que seja apenas um arremedo de eleições livres, nem tão pouco o Directório apresentará candidato seu em tais circunstâncias porque observa princípios de moral política que o afectam sobremaneira e aos quais entende subordinar-se.

De saúde, pela experiência anterior, que o Governo se julga autorizado a declarar que não existe tal carência de condições quanto as liberdades fundamentais, no âmbito restrito da consulta da urna.

Quer em 1951, quer em 1953, quer nas recentes eleições de 1957, sempre que a Oposição reclamou, o sr. respondeu, sumariamente, que o fazia sem motivo justificado. Porém, senhor presidente do Conselho, são os factos que dão razão aos que reclamam.

Aparentes alguns: quando terminam as operações eleitorais de 1953 a Comissão Promotora do Voto, da presidência do António Sérgio, elaborou um relatório devidamente documentado que entregou ao Governo (e também por cópia, a Sua Excelência o senhor presidente da República) e que se dá conta de imperfeições e de numerosas irregularidades, cometidas estas desde o reconhecimento do acto da votação, à fiscalização e ao apuramento. Certo conhece V. Ex. este relatório.

Com tais antecedentes é que a mesma Comissão, para a eleição de 1957, sentiu a obrigação moral de maior insistência, fazendo a tempo e horas estudos e diligências com vista a impedir-se a renovação do quadro detestável. Para manter a autoridade perante os cidadãos que interessar a opinião numa causa justa que é a de todos, começou-se por tentar a publicação do referido relatório; o propósito desta publicação foi mesmo anunciado num comunicado à imprensa que fica referido no começo deste documento. Simplesmente, a Censura proibiu que tivesse curso livre tal relatório; e daqui se extrai uma conclusão imediata: a de não aceitar o Governo a proclamação de irregularidades que são por ele sistematicamente ignoradas e que constituem, sem embargo, uma triste realidade.

Ficaram-se, depois, em quatro distritos do País, Lisboa, Porto, Braga e Aveiro, trabalhos vários e por fim Jornadas de propaganda eleitoral; surgiram, a propósito, novas reclamações sensivelmente do mesmo teor e com igual significado; de umas vezes o Ministério do Interior desculpou-se com a má interpretação dada por funcionários das instruções recebidas; de outras — como nos casos do Porto — foi-nos hora a que faltavam, contudo, as condições práticas de exequibilidade.

Não, senhor presidente. Infelizmente não: as garantias continuam faltando e a verdade é que não pode este Directório iludir-se por mais tempo com promessas vagas e dilatórias que são os factos a desmentir depressa e por forma mais ou menos espectacular.

A verdade é, também, que os portugueses que reclamam, como nós, eleições livres, estão no seu plenos direitos: a cobertura das prescrições da Constituição, primeiro, e particularmente do seu artigo 8.º, e a cobertura, depois, do estatuto histórico dos Direitos do Homem a que foi dado aval em nome do País, desde que Portugal ingressou na Organização das Nações Unidas.

A determinação curta dirigida ao Governo pelo sr. almirante Quinto de Meireles em 12 de Julho de 1951, respondeu a uma nota oficiosa da Presidência do Conselho sobre este tanto concreto de compromissos internacionais. Nestes termos: «Que o sr. almirante trar... da citação de alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovados no O. N. U., de que não

fazemos parte... Ora, hoje que a situação mudou e Portugal pertence à instituição, já todos sabem concretizar onde queremos chegar com citações daquele teor; queremos chegar à conclusão de ser ilegítimo manter em País como o nosso, um regime de eleições que não assegure tanto pelo processo e pelos hábitos dolosos como pelo instrumento legal, os direitos sagrados do eleitorado e tão pouca dos cidadãos cujos nomes hajam de ser apresentados ao sufrágio.

A necessidade inadiável de reclamar garantias está, pois, de pé e a isso vem, o Directório, com o presente documento; nos termos seguintes mas bem claros que vão seguir-se.

Reclamamos:

1.º — Inteira liberdade para as actividades pre-electorais que se destinem a preparar candidaturas à Presidência da República e, portanto, cessada a inércia da vigilância policial sobre as entidades responsáveis pelas mesmas actividades. Entende-se que esta implicam a estruturação de uma organisação que não pode improvisar-se de uma hora para outra.

2.º — Facultamento de cópias dos cadernos eleitorais aos candidatos ou seus delegados autênticos, feitas as cópias nos termos propostos pela Comissão Promotora do Voto em sua exposição ao Governo de 15 de Fevereiro de 1957, isto é: as cópias serão autenticadas pelo chefe da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca apenas com o pagamento de uma taxa única por cada freguesia, de preço não superior a 50\$000 se o número de inscrições não exceder mil e de 10\$000 se lhe for superior (alínea c) da citada exposição).

3.º — Estabelecimento de uma cédula de eleitor, a entregar a cada cidadão inscrito, nos termos da alínea f) da mesma exposição e para que se evite a fraude de votações indevidas que por não inscrição, quer por repetição do acto de votar.

4.º — Regulamentação da actividade do período eleitoral para que decorra com dignidade a eleição pública, estabelecendo-se regras invariáveis os direitos dos candidatos, e seus representantes ao exercício da sua campanha eleitoral livre o que implica:

- a) abolição total da censura ao livro e à imprensa e à Rádio durante o período da campanha;
- b) Acesso em pé de igualdade à radiodifusão e à televisão por todos os candidatos e seus propagandistas;
- c) liberdade do direito de reunião, facultando-se o uso dos edifícios públicos em igual número e em igualdade de condições a todos os candidatos (n.º 11 da 2.ª exposição ao Governo do Conselho Promotora do Voto de 13 de Maio de 1957).

5.º — Reconhecimento expresso da existência de delegados eleitorais que exercam em nome dos candidatos, e tantas como estes, a fiscalização das operações desde a votação ao apuramento. A eficiência da acção destes delegados dos candidatos deve ficar assegurada, nos termos da antiga lei eleitoral de 1953, pela reposição em vigor das disposições que se recordam nas alíneas de a) a i) no numero 2.º da 2.ª exposição acima citada. Trata-se de garantir aos delegados completa imunidade no exercício das suas atribuições e posição nas assembleias de voto que lhes consista em fiscalização eficaz.

6.º — Inclusão de uma disposição regulamentar que scautele a genuinidade do acto eleitoral para a hipótese de ser impossível terminar, em qualquer assembleia, no dia designado para a eleição e apuramento das votações (n.º 6 da exposição citada).

7.º — Transferência dos tribunais administrativos para os tribunais da Relação, e para o tribunal da maior categoria em cada provincia ultramarina, das reclamações e recursos a que a lei eleitoral vigente alude (n.º 10 da mesma exposição).

- 8.º — Defesa criteriosa e segura do segredo do voto e da seriedade do acto de votar mesmo:
- a) impressão de listas, para os vários candidatos, em papel perfettamenteamente igual com recurso à imprensa Nacional;
- b) estereotipagem das urnas;
- c) obrigatoriedade da respectiva inspecção pelos delegados eleitorais antes que se inicie a votação;
- d) posição das mesas por forma a permitir a livre circulação dos eleitores em sua volta;
- e) proibição rigorosa da presen-

ça nas assembleias de voto de qualquer agente secreto da autoridade.

9.º — Função severa de todos os interventores oficiais, nos actos da votação e apuramento, que lidam as garantias expressas na lei, seus regulamentos ou simples instruções. Rápido julgamento pelos tribunais, fides a propaganda, de quaisquer ataques insultuosos e de baixo nível civico ocorrido durante a mesmora formula. Nelas nenhuma novidade encontrará V. Ex.; constam, de facto, de documentos anteriores, e alguns, até, são já antigas. Sinal de que vem de longe esta campanha moralizadora dos nossos costumes políticos e sinal — que é lamentável — de que não se tem verificado até hoje, o predomínio governativo no círculo a uma situação que não deve, todavia, continuar para decorra de todos nós. Repare-se em mais do que evidencia para decora de todos nós, não fizeram mais do que evidenciar que não se tem verificado oficialmente os magros apuramentos conseguidos.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

do Lopes, dr. Adelino Mesquita, dr. Olivio Franca, dr. António Macedo e João Peirão dos Santos.

A resposta da Presidência do Conselho

Em resposta a este documento, foi endereçada pela Presidência do Conselho, em 28 de Abril, ao sr. dr. Jaime Cortesão, na qualidade de seu primeiro signatário, a seguinte resposta:

«Ex.º sr. dr. Jaime Cortesão — Sua Excelência o Presidente do Conselho enviou ao Ministério do Interior a Exposição de V. Ex., recebida em 19 do corrente. Transcrevo a seguir, em harmonia com o despacho de hoje, as considerações daquele Ministério acerca da matéria da mesma exposição:

1.º — Os signatários propõem pugnar, em primeiro lugar, por eleições livres». Ora, neste aspecto, o seu empenho é idêntico ao que evidencia para decora de todos nós, não fizeram mais do que evidenciar que não se tem verificado oficialmente os magros apuramentos conseguidos.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

O Directório ao dirigir-se a V. Ex., quer ser correcto como sempre e de nenhum modo quer ferir as prerrogativas do Governo da Nação. Contudo, para mais, entre os signatários alguns antigos ministros que não foram bem servidos o chamado prestígio do Poder.

ses, a lei dá ao Presidente da Mesa a faculdade de escolher os que o irão conduzir, que ser deste ou daquele grupo, visto ser ele o primeiro responsável pela regularidade e cumprimento das disposições legais pertinentes ao acto eleitoral. Isto não impede, evidentemente, que os candidatos deleguem em eleitores da sua confiança a função de fiscalizar a forma como decorrem as operações do acto eleitoral, função cujo exercício é assegurado pelos directores que a lei lhes confere na qualidade de eleitores pois podem assistir a todas aquelas operações, apresentando protestos contra qualquer irregularidade, requerer certidões do numero de votantes e do numero de votos obtidos por cada lista, etc.

Ainda nas ultimas eleições para a fiscalização efectiva e eficiente do acto eleitoral, sem reclamações ou protestos fundamentados, como se pode constatar das peticivas actas.

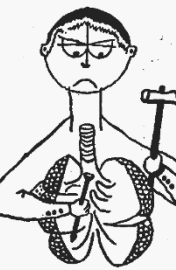
6.º — A nossa lei não prevê a interrupção do acto eleitoral por motivo de não ser possível terminar o apuramento e a votação que o aprecede no próprio dia designado para a eleição. A continuidade do acto eleitoral até a sua conclusão é a melhor garantia da sua autenticidade.

7.º — Os tribunais administrativos funcionam com inteira independência e não pode dizer-se que exercam com imparcialidade a competência que a lei lhes atribui. A passagem desta competência para fora (uma reorganização geral dos tribunais, mostraria perigosa o governo uma desconfinção que os factos não justificam.

8.º — Os delitos que ofendem as disposições legais em matéria eleitoral ou prejudicam o exercício do direito de voto são punidos nos termos do decreto-lei n.º 37.970. Os processos são julgados nos tribunais comuns e o Governo, embora o eleger vivamente, não pode impor a celeridade nos julgamentos, salvo estabelecendo por lei a prioridade sobre todos os outros serviços judiciais, o que parece não se justificar.

9.º — A exposição refere-se ainda a pontos que o Governo pode considerar e atender até ao limite demarcado pelo respectivo texto das disposições fundamentais da Constituição e à necessidade de manter a ordem pública.

Neste particular, a primeira reivindicação respeita à inteira liberdade para as actividades pre-electorais que se destinem a preparar candidaturas à Presidência da República. Ora, como já foi esclarecido no officio da Direcção-Geral de Administração Política e Civil de 16 de Fevereiro findo, ditado ao segundo dos signatários a exposição, não está no animo e



**NAO MALTRATEI
RESPIRANDO**

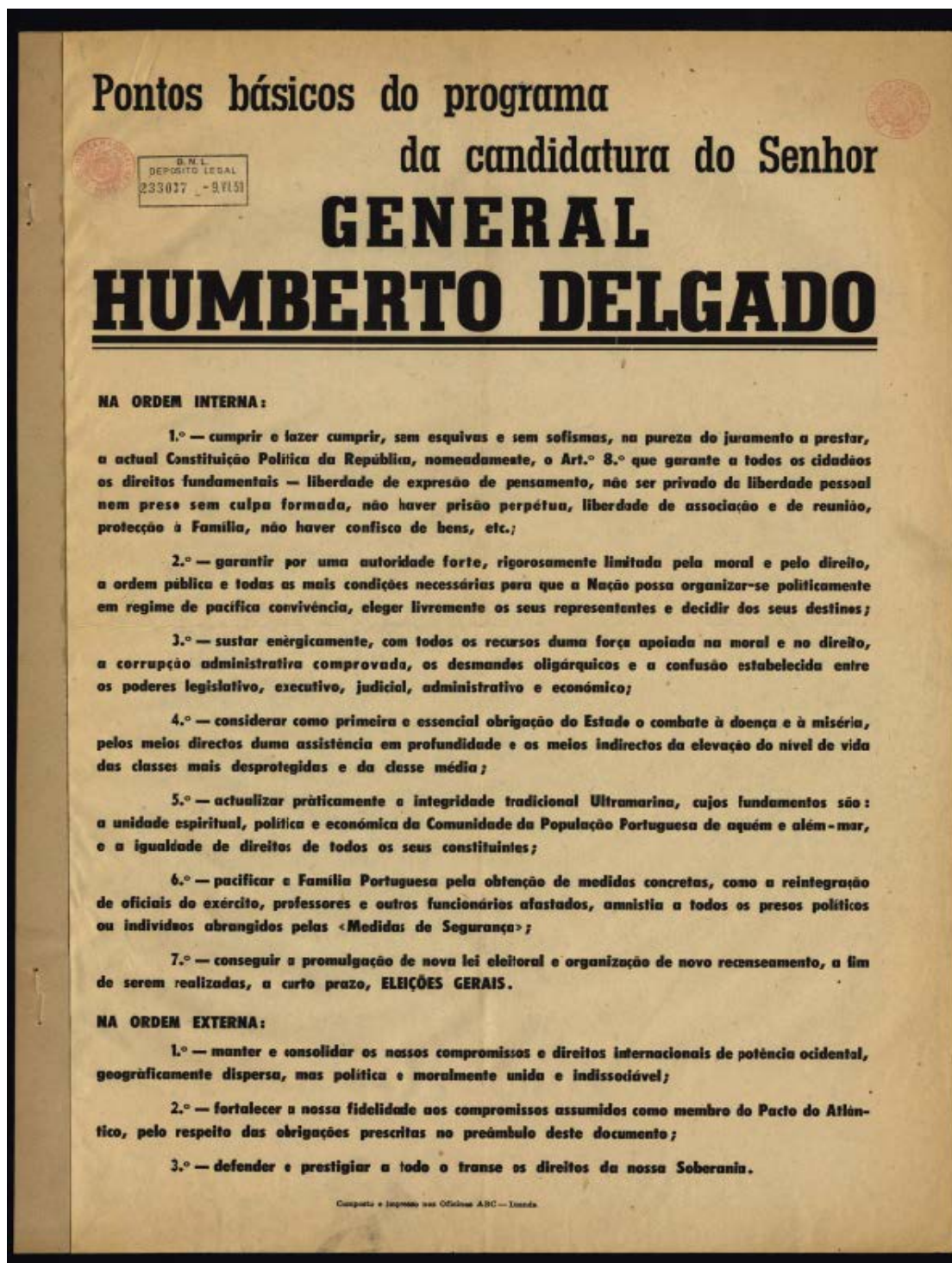
**OS RENOVA
ARIELFLUX**

Poderão re

**Representantes e Distr
Casa Palissy G**

17-A, R. Serpa Pinto, 17-D
LISBOA — Telef.: 2 0706

Anexo XIV - Pontos básicos da candidatura de Delgado



Fonte: Cedido pela Biblioteca Nacional, pedido de reprodução nº5422011

Anexo XVI - Discurso de Delgado no Liceu Camões

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. GENERAL HUMBERTO DELGADO, CANDIDATO NACIONAL
INDEPENDENTE À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NO GINÁSIO DO LICEU DE CAMÕES

Minhas Senhoras e meus Senhores

Amigos, Correligionários, Camaradas:

Na apoteótica jornada do Norte, a Emoção que o frio Dr. Oliveira Salazar detesta, fez-me quase perder as cordas vocais. Peço-vos, pois, maior atenção do que o habitual dada estas momentaceas mas aborrecidas deficiências.

Desculpem-se.

A quando da memorável e comovepta sessão do Coliseu do Porto, o nosso amigo Rolão Preto afirmou que, monárquicos, republicanos, e socialistas, Liberais e progressistas, são alcunhas que nos põem. O nosso verdadeiro nome de família é só um: PORTUGUESES! Dirijo-me a todos vós como um Português que se honra da vossa confiança e do vosso estrondoso e estimulante apoio. A vós me dirijo, independentemente de partidários, compromissos e crenças; a todos vós, também como vos homem livre e sem medo, se dirigem estas palavras simples e comovidas.

Portuguesas, Portugueses:

Após estas oito dias que ficarão na História da Libertação do Povo Português, e entusiasmo popular, a consciência política de um Povo escravizado há trinta anos, excedeu em força e beleza, em espontaneidade e valentia, tudo quanto seria legítimo esperar. Estamos perante um pronunciamento da Vontade Nacional. No Porto e Lisboa, o Povo já disse que queria mudar de Governo, que queria viver livre e dignamente como os Povos civilizados do mundo.

Não há eleição falsificada que possa iludir ou deter esta verdade! Após trinta e dois anos de manifestações políticas, forjadas neste regime de poder pessoal, o povo das duas maiores cidades do País, correu a rua, ordeiramente, numa admirável manifestação de civismo, a proclamar que queria ser senhor dos seus destinos, na consciência de que um Povo como o Português não pode eternamente ficar hipotecado a vontade de um homem.

Depois das jornadas triunfais no Norte do País, Lisboa esperava-nos numa recepção apoteótica. Milhares e milhares dezenas de milhares de cidadãos da Capital, cerca de um terço da sua população de quasi um milhão de habitantes, homens e mulheres, estudantes e jovens operários, empregados de escritório e funcionários públicos, burgueses honrados e oficiais do Exército e paisanos, gente de todas as condições e classes sociais e credos políticos, ocuparam a cidade, de Santa Apolónia ao Rossio, para saudarem o cidadão que se apresenta como seu Candidato, o militar desta terra ao qual a confiança do Povo impõe que seja um homem como estes que me cercam e volta desta mesa e como os que estão na sala, isto é um homem sem medo.

Enquanto a população que me esperava se entregava ordeiramente às mais entusiásticas demonstrações de Civismo e fé nos princípios liberais - pedindo liberdade e justiça - o meu Candidato era obrigado, pelas forças repressivas a não poder receber as entusiásticas saudações do Povo de Lisboa, e era obrigado a regressar a casa pela parte deserta da cidade. Que miséria e que métodos.

Quero dizer: Nem no deserto onde não havia gente a esperar-me, nem tráfego, podíamos ir devesgar, para agradecer as homenagens da gente que queria seguir-me em numero forçosamente reduzido dada a cilada montada pelo Governo no povo de Lisboa, desviando-me da Baixa.

Citados: habituados às homenagens preparadas com camionetas e dispensa de trabalho dos manifestantes, tudo apoiado, bem guardado pelos polícias, tudo pago pelo nosso bolso, até do pouco que nos resta tem inveja.

página 2

E sabeis porque? Porque a alma, entusiasmo, fé e valentia, sem as costas cobertas por milhões, são coisas que se não compram. Nem tudo se compra com dinheiro, nem mesmo reforçando os gastos confidenciais do Ministério do Interior como acabam de fazer.

Têm dinheiro, o posso, mas não têm sossego. A sua consciência, embora já submersa para níveis muito lógicos e subconsciente, certamente muita vez os não deixa dormir. Nós, ao contrário, embora escrivãos, com a nossa vida, o nosso pão dependentes do sorriso ou boa vontade de meia dúzia de senhores, temos alegria, temos fé. Tanta fé que nem o aparato bélico que o governo historicamente amadrinado criou contra uma população inerme e indefesa, nos mete medo. Bem se viu pela valentia de, que vos destes provas. Sim, meus senhores, nos precisamos saber porque é que em épocas de propaganda se bate em algum por que grite "Humberto" e não se bate porque grite "Salazar", ou uma vez ou outra porque pita um "Tomaz".

Vós assististes em Lisboa. Dizeu-me que grupos de polícia política, desordeiros a soldo do Governo, capitaneados por um alto servidor do Estado, pretendiam realizar uma contra-manifestação, até com a colaboração de elementos que tiveram o cuidado de meter na carruagem em que viajei e me barravam a porta para eu não sair de combalo. Que métodos meus Senhores! Mas esitados não contavam com a voz do povo que não tem pão mas que tem alma e coragem. Depois, forças armadas dependentes do Ministério do Interior, obrigaram-me a seguir um trajeto de modo a evitar ao candidato independente a Presidência da Republica atravessasse as ruas do centro da cidade, onde na véspera, a convite das varias direcções do Ministério da Educação Nacional e perante a indiferença da população se organizaram com certezas e autocalantes uma das tais manifestações espontaneas de "desagravo" ao Dr. Oliveira Salazar. Depois de varios incidentes, e de Lisboa ter assistido a cargas de cavalaria e tiro de ríquel detido pela PIDE e por forças policiais na minha residência. Ao querer dirigir-me para a Sede dos serviços da minha Candidatura, elementos que deviam ser da PIDE e sem qualquer respeito pelas minhas prerrogativas de oficial general, resistiram a minha tentativa para sair de casa.

Enquanto eu estava prisioneiro do Governo, na presença do Ministro da Presidencia e do Ministro do Interior, o Secretario da Informação entregava aos jornalistas uma nota officiosa em que se atribuía ao povo as desordens provocadas pelas forças da policia. Caríssimos! Como na Russia. São estas as motodes usadas pelos nossos adversarios. Mas senhores que somos noi um rebanho ou nove milhões de portugueses?

Já na minha viagem ao Norte a cogitiva que me acompanhava, se viu reduzida de dezenas de automoveis a tres ou va lá quatro, porque a Guarda Republicana barrando as estradas, não deixava passar mais! Depois em Lisboa, sob a ameaça do fogo de metralhadoras das forças repressivas do vosso entusiasmo, este numero foi limitado a um só carro, ao carro onde seguia o candidato a Presidencia da Republica.

Não foi reduzido a zero o numero de carros, acabando com o meu, não porque lhes faltasse vontade, mas porque se menos por agora seria eu candidato demais liquidarem-me. Mais: Os jornais receberam ordens para não publicarem fotografias de aspectos da multidão do Porto! Onde se desceu meus senhores não sabe a Nação. A censura não deixa.

Sim, eu convidei o Sr. Presidente do Conselho, Ministro da Presidencia e o Ministro do Interior, a negarem em nota official que a imprensa foi proibida de apresentar fotografias referentes a multidão que me apoiou! Sim, se mintu que se diga.

E então só deixaram publicar aquelas em que parece que estou só. Já é medo, senhores!

O copo transbordou, sedento de justiça, mas o Governo não quer ver. Continua a pontificar como professor para meninos!!

A nota officiosa, altamente, mistificadora, no estilo "stalinista" pretende explicar em termos de desordem a impopularidade de um

página 3

governo e a falência de um chefe, discípulo obsoleto de Hitler e Mussolini. Mas já não iludem ninguém e não sei a União Nacional e os sugadores do Povo, do tipo daquele que pode receber ao fim do ano 3.000 contos pelo seu trabalho e dirigir os belos diamantes, ao mesmo tempo que desgraçados chefes de família vivem com os seus em regime de sub-alimentação, bem como os seus filhos, com menos por mês do que eles gastam em chaufotes por dia.

Escolhido o caminho da Liberdade, da justiça e da conciliação nacional, nem as balas do Rossio já vos ameaçam e, portanto, o governo está perdido. Nos tempos a Paz como se viu há dias na Povoas do Varzim, quando a Polícia em duas palavras, passando depois no maior silêncio para por a coroa no monumento aos mortos da Grande Guerra. Cincoenta policiais e um capitão do Exército que nem se queria mostrar a cara, fizeram menos do que um homem pacífico.

Homem do Povo e ao serviço do Povo, do Povo nada tenho a temer. Por isso posso andar no meio dele, apesar dos esbirros pagos para fazermos de provocadores. Por isso posso fazer o que não pode aquele que se esconde e esculha, aquele que há 30 anos, sombrio e taciturno, sempre mal disposto, nos oprime. Sim, esse tem medo, esse que nunca conheceu o prazer, a alegria de viver e de comunicar com o povo. Entre ele e a Nação uma muralha policial - o silêncio, a censura, a propaganda paga. Tudo tenebroso desde as torturas aos presos que também a censura eliminou na entrevista que dei. A falta de pudor vai ao ponto de os jornais de ontem terem completamente dilacerado a notícia referente a conferência de imprensa.

Blog que usam alto-falantes pagos por nós, para as suas manifestações espontâneas, ganharam apreender o pequeno alto-falante de mão, que um voluntário usava a frente do meu carro, nos arredores do Porto. Pois isto, meus senhores, não pode dizer-se nos jornais, apesar de eu ter aqui comigo o recibo que exige ao tenente da Guarda Republicana, que, pareceu-me até com certa vergonha, cumprir esta ordem, como era de seu dever. Quere dizer: o Governo apesar da falta de pudor, às vezes avergonha-se tanto do que faz, que não quere que se saiba...

Onde se desceu.

E agora já não admira que em época de eleições, um Ministro da Defesa, um capitão que se promoveu até coronel sem um dia de quartel - venha por a Força Armada ao serviço do partido do Governo ao afirmar publicamente que "a Força Armada, toda a Força Armada de Portugal, esta, estara, e ficará sempre ao lado do Senhor Almirante Americo Tomas."

No meu entender o no dos milhares dos meus adeptos isto constitui um insulto aos oficiais das forças armadas, pois estes tem direito ao voto e podem querer votar noutro que não seja o Sr. Almirante Americo Tomas. Esta afirmação, vindo de quem vem, implica uma ameaça militar a Nação inerte, ofende a Constituição, diminui o candidato da União Nacional, pois parece que ele se apoia em balas em vez de votos, além de criar um ambiente de alarme colectivo, especie de preludio de guerra civil, que me cumpre denunciar, como cidadão pacífico.

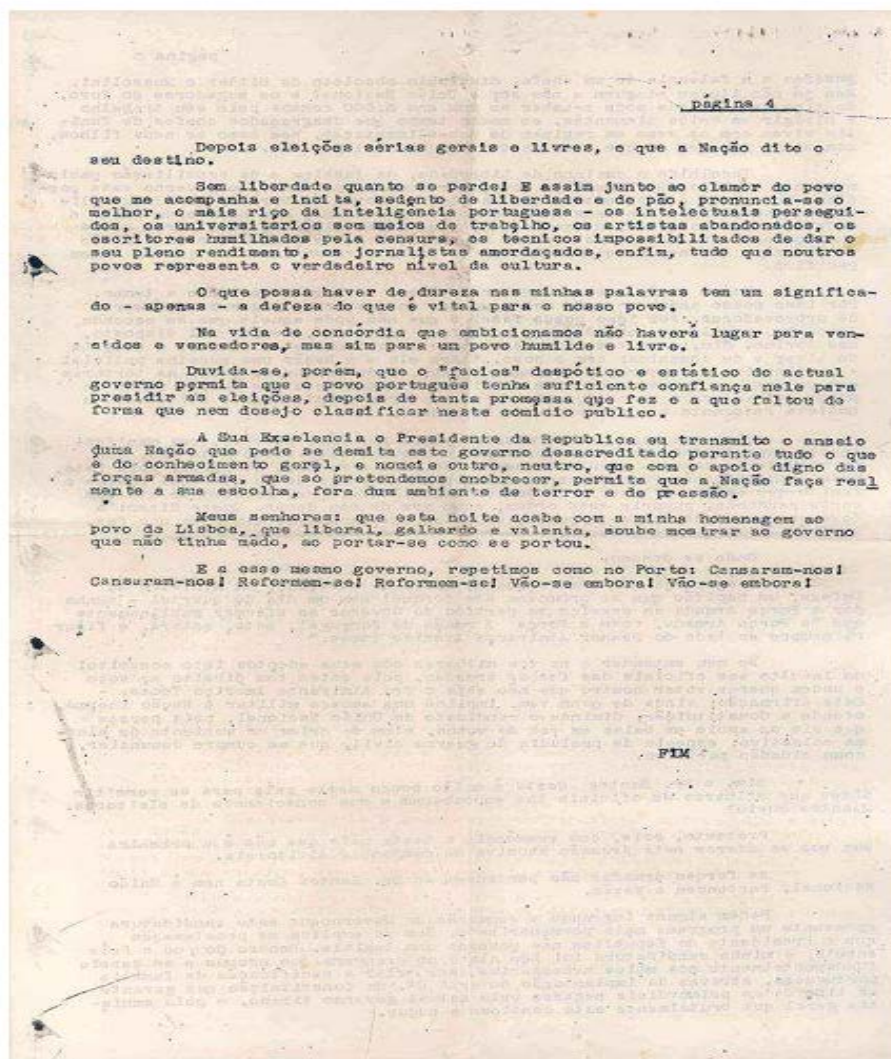
Sr., o Sr. Santos Costa é muito pouco neste país para se permittir dizer que milhares de oficiais lhe empenharem a sua consciencia de eleitores. Quantos ouvir?

Protesto, pois, com veemência e tanto mais que não é a primeira vez que se exerce esta pressão abusiva em campanhas eleitorais.

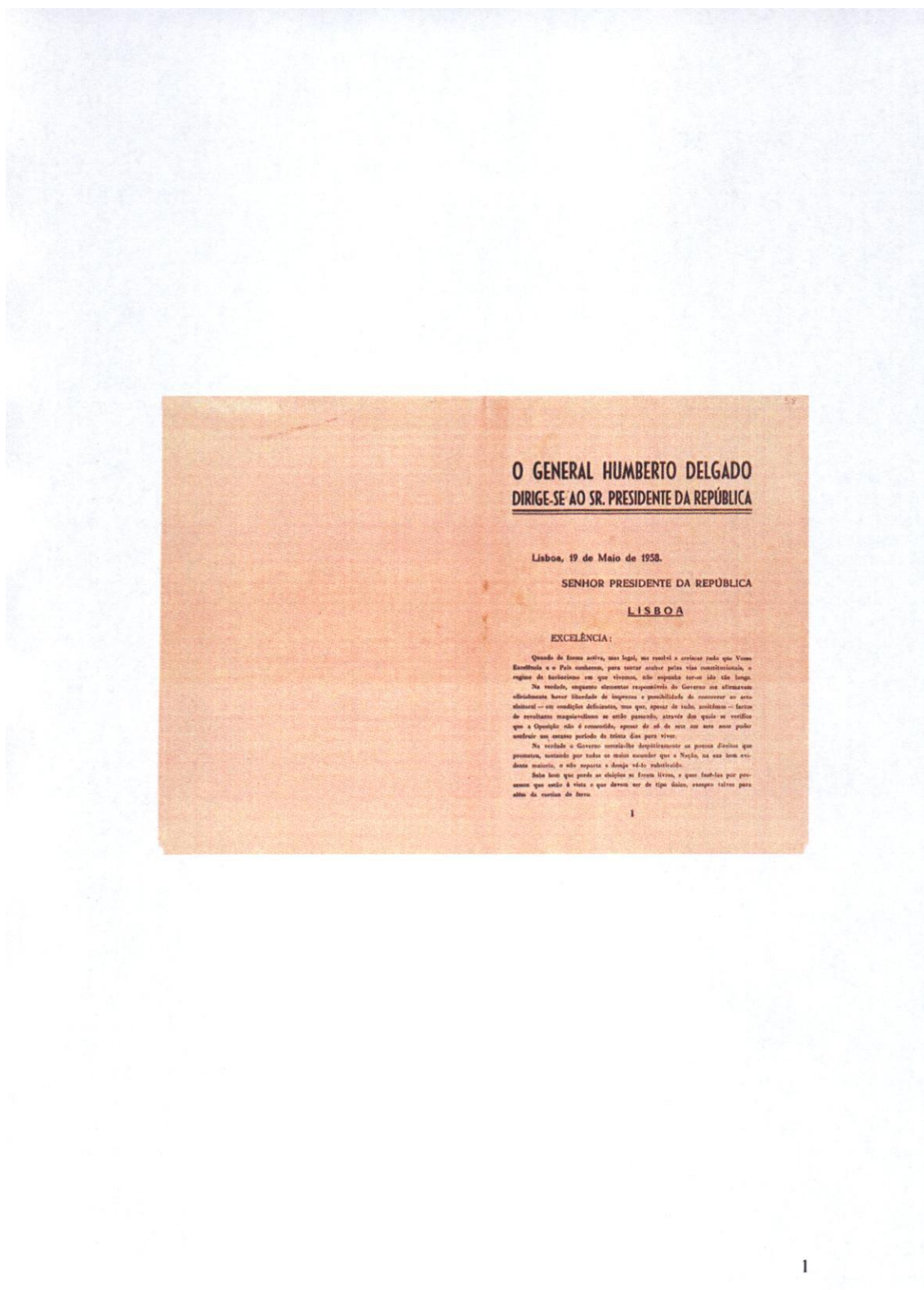
As forças armadas não pertencem ao Sr. Santos Costa nem á União Nacional; Pertencem á Nação.

Pedem alguns ingenuos e sequazes do Governo que esta candidatura apresente um programa mais pormenorizado. Bem se explica na proclamação que o Presidente da Republica não governa nem legisla. Dentro do que o País ansia, a minha candidatura foi bem clara no programa que propoz e se passais fundamentalmente por meios necessarios para criar a pacificação da família portuguesa, através da implementação do art.º 82. da Constituição que garante as liberdades primordiais negadas pelo actual governo tirano, e pela amnistia geral que brutalmente este continua a negar.

./.



Anexo XVII - Carta de Delgado a Craveiro Lopes



Assim, a seguir dou conta de extraordinárias irregularidades, outras violências e actos de má-fé, da Censura, que tem cortado, suspenso, ou atrasado a publicação de notícias, tais como:

— A notícia do meu regresso de Madrid!

— A minha referência na *República* às torturas do tipo *gestápio* feitas aos presos e que — conforme um observador estrangeiro, vindo a Portugal, relata no n.º 31 do Boletim de l'Association des Juristes Démocrates — consistiram, além de mortes suspeitas, em quebra de maxilares, dias seguidos de «estátua» (obrigar o preso a manter-se de pé sem quaisquer movimentos), torção das partes genitais prolongada até ao desmaio, etc.

— As referências ao vexame feito pelo Ministro da Defesa ao Chefe do Estado Maior do Exército, na presença de inferiores!

— Referência às pressões exercidas sobre oficiais do Governo Militar de Lisboa para irem apresentar cumprimentos ao Presidente do Conselho, na porta da policia de Sua Excelência — de onde o próprio Governador Militar também não passou. (Consta-me que correu inquérito pelo Governo Militar de Lisboa acerca dos que não foram. Pode Vossa Excelência facilmente saber da verdade do caso).

— Eliminação nos jornais de todas as fotografias que mostravam a multidão que, no Porto, com frenético entusiasmo aplaudia, ao ponto de pessoas, já muito velhas, dizerem não ter visto manifestação igual.

— Suspensão, até à data em que escrevo, da totalidade do meu discurso do dia 18 em Lisboa.

Sim, Excelência, dão-nos menos de trinta dias para propoganda, quando o Poder dispôs de trinta anos, e ainda assim usam contra mim de métodos notavelmente desleais, bem contrários ao conceito de ética em que Vossa Excelência e eu, que usamos uniforme e estrelas, fomos educados.

Procura-se aniquilar o pouco que o Governo julga dar-me, como se de esmola se tratasse, e eu não fosse, pelo menos, tão português como o Governo que assim procede! Que tristeza, Senhor Presidente, um português sentir-se como se por estrangeiros o nosso território estivesse ocupado.

Tudo o que representava passos mais importantes do meu discurso no Porto, desapareceu dos grandes jornais. Exemplos: a referência ao acto político dos Comandantes do Região, mandando telegramas políticos a Sua Exce-

lência o Presidente do Conselho, consequentemente tomando partido, demais em época de eleições, e falando em nome dos seus oficiais.

Ora, ou esses generais não ouviram os seus oficiais, que são eleitores, e então fizeram acto condenável em falar em nome deles, ou ouviram-nos, e então exerceram uma ilegítima e inconcebível pressão militar, num país civilizado: este é o dilema de que se não pode fugir. De qualquer forma — acto político, anti-disciplinar e de pressão sobre oficiais que são *eleitores*.

— A referência às eleições de Napoleão III de França, quando de Presidente quis passar a Imperador, e durante as quais um coronel, comandante de regimento, dizia aos soldados alinhados: «Os que votam pelo Imperador vão dar um passo em frente e, mudando de tom: «mas quem não der o passo em frente vai para o calabouço».

(Por que se eliminou esta referência histórica? Seria porque as eleições actuais em Portugal se assemelham àquelas?)

Outra referência que não vi nos grandes jornais foi a de a Força Armada ser dirigida há vinte e dois anos por quem de capitão subiu a coronel sem fazer um dia à unidade ou outro serviço militar, apesar de estar em cargo que nos grandes países militares é exercido por um civil. Na verdade, até nos Estados Unidos da América, detentor da maior força militar da NATO, o ministro da defesa, é um civil, até há pouco um industrial de automóveis.

— Publica-se um telegrama do major Baltazar contra o candidato mas a Censura corta outro do eterno tenente Moreira Lopes, a rebater aquele !!

Dou ainda conta a Vossa Excelência de outros actos que num militar como Vossa Excelência, exerceram a impressão desgostosa que a mim causaram.

Assim, eu vi a polícia praticar espancamentos em frente da janela do meu hotel no Porto. Vi mesmo cair no passeio um homem ao primeiro golpe de «casse-tête», como vi dar coronhadas com uma brutalidade sem nome num homem que me queria abraçar !!

E tais cenas se repetiram na Póvoa de Varzim sobre os que me aclamaram.

Não irá dizer a polícia que foi para me defender, pois eu sei, e Vossa Excelência sabe, como se faz a defesa de um automóvel. Tal não preocupa a polícia mas sim, claramente, criar o terror nos meus adeptos.

Passei por dezenas de milhares de pessoas, que freneticamente se penduravam no meu carro, cujo motor fumegava, tal era o peso dos que se colavam à viatura para me apertar a mão, até beijá-la em lágrimas, apesar de eu, naturalmente, tentar evitá-lo. Tal é a ansia de libertação!

Continua a espantosa resistência dos que não deixam copiar os cadernos eleitorais, conforme delegado nosso de Sabrosa acaba de, pessoalmente, me declarar. Mas até onde o permitem, proibem o uso de métodos rápidos como a fotocópia ou dictafone sob pretexto que afronta a inteligência até de uma criança!

Porquê, Excelência? Só por crueldade? Ou porque convém que a União Nacional — ou o Governo ao qual afinal o Partido Único pertence — possa introduzir emendas adequadas, posteriormente? Que miséria de métodos, Excelência, garantidos afinal pela Força Armada, da qual Vossa Excelência e eu somos membros!

Se não quer eleições que o Governo o diga. Se as faz, que as faça com dignidade. E porque a U. N. nunca teve de copiar os cadernos?!

Numa pequena volta pelos arredores do Porto fui vexado pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia que continuamente me obrigavam a parar e, pela força, limitavam a quatro o número de carros que podiam acompanhar-me.

No Coliseu do Porto, o povo, com o seu entusiasmo, rebentou as portas já que, cruelmente, despoticamente, se sabe que nos não deixam reunir em recintos ao ar livre! Porquê? ... Até fui forçado a reduzir o meu discurso, e a eliminar oradores da sessão, porque recebemos ordem de evacuação da sala! Pode alguém, que da Verdade faça ponto de honra, chamar a isto eleições livres?

A Emissora Nacional — com finalidade óbvia — anunciou diversas vezes antes de eu partir para o Porto que eu já lá estava!

Assinado «António Eça de Queirós» nome igual ao do director daquela Emissora, receberei eu antes um telegrama verberando as minhas declarações à imprensa a respeito do actual Presidente do Conselho, se eu fosse eleito.

No caminho para Penafiel, um oficial da Guarda Nacional Republicana, por ordem de seu comandante de batalhão, apreendeu o pequeno alto-falante de mão que na minha comitiva se levava! Pedi recibo (documento anexo) que ficará na história das chamadas «eleições livres».

E isto dá-se quando nas manifestações de desagravo ao Excelentíssimo Doutor Oliveira Salazar, manifestações que se dizem espontâneas, figuram

Passi por dezenas de milhares de pessoas, que freneticamente se penduravam no meu carro, cujo motor fumegava, tal era o peso dos que se colavam à viatura para me apertar a mão, até beijá-la em lágrimas, apesar de eu, naturalmente, tentar evitá-lo. Tal é a ânsia de libertação!

Continua a espantosa resistência dos que não deixam copiar os cadernos eleitorais, conforme delegado nosso de Sabrosa acaba de, pessoalmente, me declarar. Mas até onde o permitem, proibem o uso de métodos rápidos como a fotocópia ou dictafone sob pretexto que afronta a inteligência até de uma criança!

Porquê, Excelência? Só por crueldade? Ou porque convém que a União Nacional — ou o Governo ao qual afinal o Partido Único pertence — possa introduzir emendas adequadas, posteriormente? Que miséria de métodos, Excelência, garantidos afinal pela Força Armada, da qual Vossa Excelência e eu somos membros!

Se não quer eleições que o Governo o diga. Se as faz, que as faça com dignidade. E porque a U. N. nunca teve de copiar os cadernos?!

Numa pequena volta pelos arredores do Porto fui vexado pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia que continuamente me obrigavam a parar e, pela força, limitavam a quatro o número de carros que podiam acompanhar-me.

No Coliseu do Porto, o povo, com o seu entusiasmo, rebentou as portas já que, cruelmente, despoticamente, se sabe que nos não deixam reunir em recintos ao ar livre! Porquê? ... Até fui forçado a reduzir o meu discurso, e a eliminar oradores da sessão, porque recebemos ordem de evacuação da sala! Pode alguém, que da Verdade faça ponto de honra, chamar a isto eleições livres?

A Emissora Nacional — com finalidade óbvia — anunciou diversas vezes antes de eu partir para o Porto que eu já lá estava!

Assinado «António Eça de Queirós» nome igual ao do director daquela Emissora, recebeu eu antes um telegrama verberando as minhas declarações à imprensa a respeito do actual Presidente do Conselho, se eu fosse eleito.

No caminho para Penafiel, um oficial da Guarda Nacional Republicana, por ordem do seu comandante de batalhão, apreendeu o pequeno alto-falante de mão que na minha comitiva se levava! Pedi recibo (documento anexo) que ficará na história das chamadas «eleições livres».

E isto dá-se quando nas manifestações de desagravo ao Excelentíssimo Doutor Oliveira Salazar, manifestações que se dizem espontâneas, figuram

39

alto-falantes potentes! Curiosa parcialidade em época de eleições em que a honestidade e elegância de métodos deviam primar.

Bem assim antes da minha chegada do Porto, no dia 16 do corrente, a Emissora Nacional avisou frequentemente que estavam proibidas manifestações à minha pessoa. Apesar disso Vossa Excelência sabe o que era a massa de gente a querer esperar-me.

A polícia (PIDE) desviou-me violentamente do itinerário normal fazendo-me seguir na direcção oposta, pela avenida marginal e aeroporto!

Ainda assim pessoas que me reconheceram criaram logo pequeno cortejo automóvel escapando-se como puderam.

Neste intervalo a G. N. R. e com um oficial de pistola em punho, metendo-lhe na minha presença, uma bala na câmara, fez separar de mim todos os carros, forçando-me a entrar em casa 1611

Que aviltamento e parcialidade, Excelência!

Constitui isto eleições livres, se eu não posso escrever, se não posso receber aclamações públicas, se sou forçado a usar itinerários desertos, e a não dispor de comitiva para entrar em Lisboa?

Mais Excelência: nesse mesmo dia 16 ao sair da minha casa, já cercada de grande aparato bélico, três indivíduos à paisana, que deviam ser da PIDE, barraram-me a passagem pela violência. Fiquei assim prisioneiro do Governo essa noite de 16/17. São isto eleições livres? De que liberdade disponho?

No comício de 18, do Liceu Cambes, sobre a PIDE me obrigar a sair no fim de todos, apesar de insistir por que queria voltar a casa em carro meu ou táxi, fui praticamente forçado a voltar a casa num carro da PIDE, não sem antes perguntar se iria na situação de preso, pois então resistiria.

Informado por um inspector da PIDE que não, constrangido me meti nesse carro, evitando assim inúteis conflitos. Claro que não era para me protegerem pois ando pela cidade a pé e de carro sozinho, com frequência, sem que a PIDE se preocupe comigo.

Mas, Excelência, em que liberdade estou vivendo? Que sou neste país? Um candidato a sucessor de Vossa Excelência ou um possível criminoso? Sou eu um general digno, escolhido e aclamado para candidato por parte da Nação, ou um malfeitor?

A fechar: Vossa Excelência sabe as condições em que se bateu e fez fogo sobre a multidão que me aclamava em Lisboa, ferindo-se dezenas de pessoas que nada fizeram para alterar a ordem pública.

Finalmente, Vossa Excelência saberá que circunou nas ruas de Lisboa um automóvel que exibia um honroso vestido de general com um braço ao pescoço! Alguns interpretaram o caso como referido a Vossa Excelência que estaria enforcado por não poderem propor a sua reeleição.

Em alguns países o caso seria de pouca monta. Em Portugal, com a nossa ética, é interpretado como uma afronta à Força Armada.

Eu não disponho de meios para defender a afronta, mas Vossa Excelência deles dispõe.

Excelência: Estas pressões de tipo selvático sobre civis e militares, estão criando no País uma onda de revolta, que me preocupa como candidato que pretendia ser o pacificador da família portuguesa, por evolução.

Quem anda, como eu, no meio de tantas classes, e já viveu cinquenta e dois anos, uns de paz, outros de agitação ou «guerra civil», confessa que começa a sentir um ambiente, inevitável prelúdio de possibilidades de acções violentas.

A minha candidatura é contra elas, mas as nações, ou os povos, estão acima dos desejos das candidaturas, como tanta vez a História Universal e Nacional tem demonstrado.

Vossa Excelência, como comandante-chefe das Forças Armadas, e como Presidente da República, tem duplo poder: sobre a Força Armada para a tornar apolítica e sobre o Governo para o demitir.

Tem, pois Vossa Excelência na mão meios Constitucionais que ainda a tempo lhe permitem resolver por forma pacífica, o momento histórico que passa e que o Governo julga poder jugular, como até aqui, pela violência.

A Força Armada pode e deve ser, um árbitro neutro, destas eleições que exigem liberdade e a obtenção dos cadernos eleitorais, dos quais a União Nacional sempre dispôs, e sempre foram artificialmente negados à Oposição.

A nomeação de um governo neutro para proceder às eleições, com força para manter a ordem pública — o que a Oposição tanto deseja — seria o natural complemento de uma acção que abrisse a era de pacificação da Família Portuguesa.

Para o mais alto magistrado da Nação, que tem os braços ornados pelas estrelas de generalato, eu, em nome da candidatura que chefo, apelo com a maior emoção e respeito.

Excelência: Não pode continuar esta degradação insultante; Vossa Exce-

lência pode e deve, antes de deixar o seu posto, praticar um alto acto de significado histórico que o honrará e aos seus vindouros.

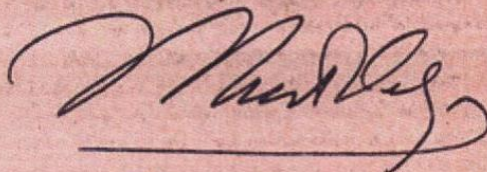
A minha candidatura pede-o, e espera-o da sua galhardia de militar.

Vossa Excelência pode e naturalmente vai querer tomar uma decisão positiva: eu forneci os elementos que habilitam Vossa Excelência a tomá-la.

Não ficarei na história do País como um General que não avisou outro General elevado à Presidência da República do estado de espírito da Nação e das violências do Governo. Vossa Excelência com acção firme e decisiva poderá enternar um daqueles tantos varões de Píatenco que souberam adquirir a ciência política necessária aos que têm de governar.

A Pátria lho agradecerá ao sair da tirania, e ao recuperar a liberdade por que tanto anseia, como bem tem mostrado.

Apresento a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, os meus respeitosos cumprimentos.



(Humberto Delgado)

Anexo XVIII - Declaração da união de candidaturas

9/9/13

«O Militante» Nº 236 - Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958António AbreuEngenheiro1.

assassinato do general Delgado e da sua secretária, na emboscada que lhe montaram em Badajoz em 1965. Não tivesse ele tomado a errada decisão de se exilar e pessoalmente estou convencido que o 25 de Abril teria sido antecipado de alguns anos.

(*) Meses mais tarde, ao recebermos no escritório de Arlindo Vicente um agente da PSP, agora colocado em serviço de Tribunais, este confidenciou-nos que fizera parte da força da PSP que esteve em serviço naquela estação, que tinha notado a nossa presença mas que fingira não nos ter visto...

Portugueses!

A Oposição Independente e a Oposição Democrática, representadas pelos seus candidatos à Presidência da República, senhor General Humberto Delgado e senhor Doutor Arlindo Vicente, em face da necessidade de estabelecer, nas umas, uma unidade de acção contra o Governo da Ditadura, verificaram ser útil, e até decisivo, proceder imediatamente a tal unidade e, para isso, estabelecer a actuação comum nos seguintes termos que se comunicam à Nação:

As Candidaturas prosseguirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e no final, representadas nas umas por um só Candidato, o General Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra, e salvo caso de força maior, a tornar efectivo o exercício do voto até às umas e estabelecer, em caso de êxito, o seguinte:

- a) Condições imediatas de aplicação do Artº 8º da Constituição;
- b) Exercício de uma Lei Eleitoral honesta;
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;
- d) Liberdade dos presos políticos e sociais;
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País.

Viva Portugal!
Viva a Liberdade!

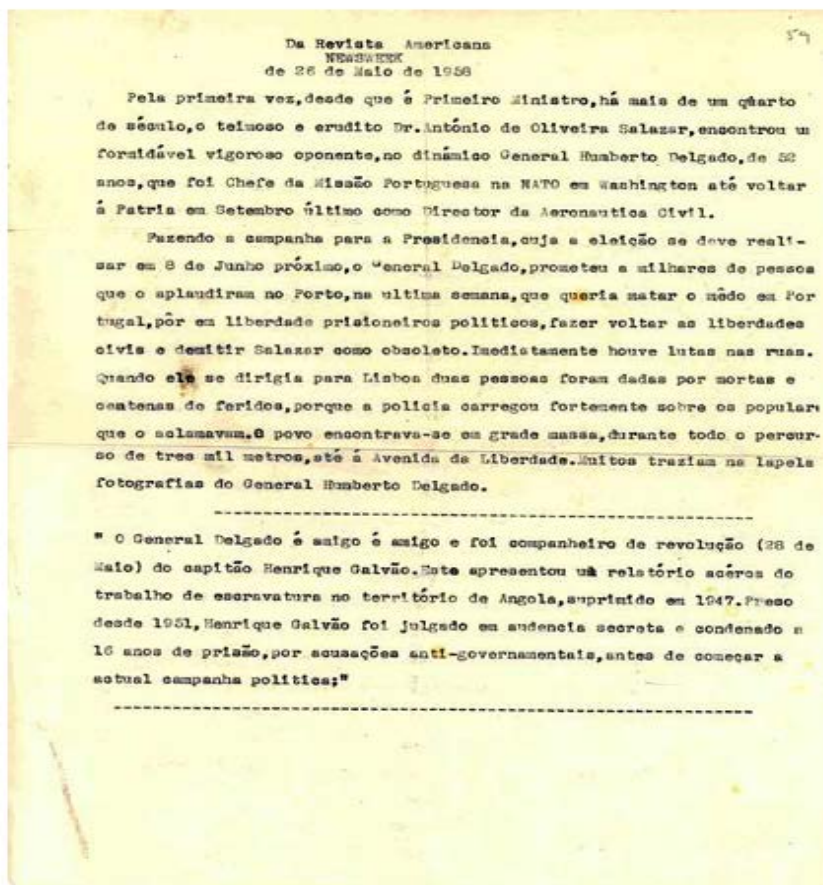
Lisboa, 30 de Maio de 1958

aa. **Humberto Delgado**
Arlindo Vicente ■

«O Militante» Nº 236 - Setembro / Outubro - 1998

Fonte: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/294/Historia/223/As-%C2%ABelei%C3%A7%C3%B5es%C2%BB-presidenciais-de-1958---A-grande-campanha-do-%C2%ABgeneral-sem-medo%C2%BB.htm> (maio 25, 2013)

Anexo XIX - Texto publicado na Newsweek



Fonte: http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1211746628imagem_8.pdf (junho 24, 2012)

Anexo XX - O início da Legião Portuguesa

e Lisboa

15-11-936

VITAL ESPANHOLA

O MOMENTO INTERNACIONAL

seu Quartel General no de Cuatro Vientos jes continuaram hoje a bombardear Madrid

pela comitiva do general Varela, está cheio de tropa que chega a todo o momento, espalhando-se pelas numerosas casernas do vasto casarão. São grandes concentrações de guardas civis, de soldados, de falangistas e de requetés que se preparam para a ocupação da capital quando as tropas que combatem ao longo do Manzanares derem o golpe definitivo.

Uma visita a Cuatro Vientos

O interesse todo da reportagem estava hoje, porém, em Cuatro Vientos. Cuatro Vientos é já Madrid. A cidade espreguiça-se a pouca distancia de nos, tão perto que, vista por um binóculo, quasi lhe tocamos com as mãos. Pairam colinas de fumo sobre o casario. Seria facil localizar os incendios, se tivéssemos tempo para isso.

Damos uma vista de olhos rapida pelo aerodromo. Os hangares estão completamente destruidos. Vêem-se ainda alguns aparelhos mutilados, motores separados das carcaças, carlingas tristes e vazias, trens de aterragem rolando ingloriamente pelos cantos.

Ha só um aparelho inteiro, mas tão danificado, tão privado de balas, que não poderá voltar a desferir as suas asas cor-de-chocolate sob o céu de Espanha...

Todos os edificios estão camuflados, pintados aqui e acolá de negro, angulos neutralizados por uma mancha de fumo.

No largo, os vermelhos cavaram abrigos formidaveis contra bombardeamentos aereos, donde saíram toneladas de terra que se erguem agora em montículos barrentos, num sistema orografico em miniatura.

Chegam a todo o momento generais e officiaes superiores que vêm conferenciar com Varela e informar-se da marcha das operações.

O perfil sancion-régimen de Saliquet, com os seus fartos bigodes, é seguido pouco depois pela figura imponente de Mola—que anda encostado a uma bengala, com um ar de general da Grande Guerra, menos corpulento que Gomes da Costa, mais alto que Tansagnini de Albea.

Entre o grupo, destaca-se a figura simpatica do coronel Rada, o bravo comandante de requetés que veio de Somosierra, que, abrindo o caminho ate aqui, atravessou, de Navarría, Navarría e Peguerinos, que ele conquistou com a fina flor da gente de Navarra, defrontando-se com a famosa colina de Mangada. Como trouxa de guerra, guarda um sumptuoso autobus «Pulmann» que tem ainda escritas a branco as palavras: «Coluna Mangadas».

O comandante Barrón—que vai partir para as primeiras linhas, onde tem estado sempre—atravessava o largo, em grandes paços, envolvido num grande capote marroquino.

Deixámos Cuatro Vientos em plena vibração guerreira, ouvindo-se de todos os lados o bombardeamento incessante e formidavel que se está a fazer sobre Madrid.

A saída, embora sem confirmação, dizem-nos que os soldados de Tella já combatem na margem interior do Manzanares.

Madrid tem os seus dias contados!

ROBERTO LOPES e ARTUR PORTELA

O ministro da Marinha entrega a Gran-Cruz de Santiago ao Club Militar Naval

O Club Militar Naval, coexistência que ha 70 anos associa o official da Armada, realizando uma admiravel obra científica, cultural e pratica, recebe esta noite, das mãos do ministro da Marinha, a Gran-Cruz da Ordem de Santiago da Espada.

Para esse effeito, realizou-se á uma sessão solene, na sua sede, o prapa Marquez de Pombal, pelas 21 e 30.

D. MANUEL II

Passando hoje o aniversario do nascimento do sr. D. Manuel II, rezam-se amanhã, no Panteão Real de São Vicente, ás 10 e ás 11 horas, duas missas, mandadas dizer, respectivamente, pela comissão cultural e pelo sr. conselheiro João de Azevedo Coutinho.

Conspiração no Mexico

MEXICO, 15.—Em Guadalaxara foram presos 5 notáveis catholicos, entre os quais figura uma senhora, accusados de serem indagaadores duma conspiração chefiada pelo reitor da Universidade de Jalisco, que desapareceu. —(Havas)

**dá saúde,
força e vigor**

São Luiz: Um espectáculo de gargalhada!

UM PAR DE CIGANOS

com LAUREL & HARDY

A Alemanha arrancou ontem o ultimo pedago do Tratado de Versalhes dizem os jornais de Paris

PARIS, 15.—Em grandes titulos os jornais noticiam a denuncia da Alemanha, e frizam a sua gravidade. O «Petit Parisien» acha o «gesto gratuito e referindo-se á intenção da Alemanha de negociar pactos bilaterais com respeito aos rios declara: «Esta politica perida quadra bem com os projectos de pactos de não-agressão tambem bilaterais, que seriam, nas mãos do Reich, instrumentos de disjunção e dominação».

O «Echo de Paris» diz que «pela primeira vez a França havia aceite conversações directas com o Reich, mas que «foi mal recompensado». «Estimataromos—conclui—que a lição aproveite aqueles que estariam dispostos a consentir o rompimento com os nossos associados pelo unico prazer dum «ête-à-tête» com Hitler».

Para a «Ouvre» a resolução do Reich destina-se a satisfazer o amor proprio do povo alemão «obrigado a sofrer privações economicas» e mostra que «Hitler está persuadido de que a França e seus aliados aceitam tudo».

O «Excelsior» atribui tambem a denuncia e considerações de prestigio e o «Jour» nota: «E' um muro na mesa pelo simples prazer de dar um murro».

O «Journal» diz que os alemães não tinham necessidade de «esmurrar a mesa para serem ouvidos» e verifica que ha uma coincidência impressionante entre o gesto e a Conferencia de Viena que acaba de proclamar a justiça da igualdade de armamentos para a Hungria e Bulgaria, mas convida-os a terem paciência. «Esta forma segundo o «Journal», a Alemanha parece dizer áqueles dois países: «Porque esperam para nos limitarem?».

O «Matin» entende que a denuncia é incompreensivel e o «Petit Journal» acha a questão pouco animadora para as conversações directas.

Finalmente, todos os jornais estão de accordo em que o ultimo pedago de Versalhes acaba de ser arrancado. —(Havas).

«Farrapos de papel»

LONDRES, 15.—«Farrapos de Papel»—tal é o titulo que encimra os comentarios breves do «Sunday Times» á atitude do Reich. «Devemos lembrar-nos—diz—que o repudio unilateral dos Tratados com incidencia na propria fonte da confiança internacional, é uma pratica sempre

de «Farrapos de papel»

LONDRES, 15.—«Farrapos de Papel»—tal é o titulo que encimra os comentarios breves do «Sunday Times» á atitude do Reich. «Devemos lembrar-nos—diz—que o repudio unilateral dos Tratados com incidencia na propria fonte da confiança internacional, é uma pratica sempre

A «Legião Portuguesa»

Principlou hoje a instrução militar dos hercitos

Começou hoje a instrução militar ministrada aos graduados inscritos na «Legião Portuguesa», com uma concorrencia superior á que se esperava.

As 10 horas, compareceram no quartel de Cascaes 5. os sarguetos da Legião Portuguesa, com uma concorrencia superior á que se esperava.

Foram todos recebidos pelos srs. major Alberto de Oliveira e capitão Cabaco, respectivamente 1.º e 2.º comandantes do Batalhão e pela officialidade.

Terminados os exercicios o sr. capitão Humberto Delgado, leu a ordem n.º 1 do comando da Legião Portuguesa.

Os officiaes instrutores receberam os agradecimentos do sr. dr. João Pinto da Costa Leite (Lumbarda) e depois na presença das entidades officiaes, fez-se uma demonstra-

pior porque o seu exito anima á sua repetição». —(Havas).

A atitude do Reich provoca receios na Hungria

BUDAPESTE, 15.—A denuncia das clausulas do Tratado de Versalhes, sobre a internacionalização dos rios pela Alemanha, causou, aqui, certo mal-estar. Os círculos politicos reconhecerem o bom fundamento da atitude alemã á luz dos interesses germanicos mas não esquecem que a Hungria utiliza o Danubio para bom numero das suas exportações que pelo Mar Negro atingem o Oriente e o Occidente. Recia-se que o novo estatuto de navegação danubiana, coque o comercio húngaro na dependencia de estados que, martirizando o rio no seu curso inferior, não são considerados aqui precisamente como países amigos. —(Havas).

O rei Carol da Romania confia na paz baseada na S. D. N.

BUCARESTE, 15.—O rei Carol abriu hoje a sessão ordinaria do Parlamento e o discurso da Coroa. Neste documento o soberano fala de diversos projectos de lei que serão submetidos á apreciação dos parlamentares, sobretudo, os referentes á Lei de Imprensa e Estatuto do Funcionalismo, e ainda os que se destinam a reforçar o Exército.

O discurso, no que respeita á politica externa, assinala: «No meio das perturbações da vida internacional, a Romania, com a maior calma, continuará no caminho da consecução da sua suprema finalidade: manutenção da paz e integridade das fronteiras romenas. Estamos persuadidos de que essa finalidade se atingirá com a amigavel colaboração de todos os povos dentro do ambito da S. D. N. e com o reforço das nossas alianças. A Romania tem contactos permanentes com os Estados aliados. Entre esses contactos figuram as repetidas reuniões da Pequena «Entente» e da «Entente» da Balcânica. A Romania quer igualmente ter relações amigaveis com todos os países e sobretudo com vinhos, em servico dos interesses e manutenção da paz».

A mensagem conclui com um apelo vibrante á união de todas as forças do país «para além de dissensões pessoais, em defesa do patrimonio e direitos legados, com grandes sacrificios, pelos nossos predecessores. —(Havas).

A mensagem conclui com um apelo vibrante á união de todas as forças do país «para além de dissensões pessoais, em defesa do patrimonio e direitos legados, com grandes sacrificios, pelos nossos predecessores. —(Havas).

A «Legião Portuguesa»

Principlou hoje a instrução militar dos hercitos

ção com noveleiros e carros de assalto. No quartel de metalhadoras 1 em Campolide, receberam instrução de arma os officiaes inscritos que estão em situações identicas ás dos primeiros.

Reuniram-se cerca de 15 legionarios que se espalharam por duas salas, onde sobre mesas se viam espingardas e metralhadoras ligeiras.

O sr. capitão Teófilo Duarte, em nome da Junta Central, manifestou a opinião de que é necessario que todo o legionario saiba manejar uma espingarda e uma metralhadora.

Compareceram os representantes da Junta Central da «Legião Portuguesa». Em Cavalaria 2, em Belem, compareceram cerca de 180 licenciados das Universidades Technica e Classica, que foram recebidos pelos srs. coronel Artur José de Almeida, comandante da unidade, major Francisco José Fonseca, instrutor e representante officialidade.

O coronel Artur José de Almeida no seu gabineito salientou a attitude dos legionarios, dizendo que era da maior necessidade estabelecer uma barreira contra o comunismo, e que essa barreira era feita pelo Exército e pela Legião.

Foi aqui ministrada instrução de espingarda na parte da do quartel, tendo o chefe instrutor, major Francisco José Fonseca, feito um discurso sobre o significado e a importancia da «Legião Portuguesa».

Fonte:

http://www.fmssoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=05762.026.06332&numero_da_pagina=5 (maio 12, 2012)

Anexo XXI - A candidatura de Delgado vista pelo PCP



O MOMENTO POLITICO NACIONAL e as tarefas dos comunistas

Por LIDIA

Para melhor compreendermos a orientação política do Partido traçada pelo seu V Congresso teremos necessariamente que procurar conhecer o processo político que se desdobra na sociedade portuguesa presentemente. O processo político desenrola-se no nosso País no meio das mais variadas e diferentes contradições. Interessa-nos pois saber quais são estas contradições e como as eliminar.

Para maior facilidade de compreensão vamos reduzi-las a 3:

1. — *Contradição entre o imperialismo estrangeiro e o povo português;*
2. — *Contradição entre a burguesia e o proletariado;*
3. — *Contradição entre as forças salazaristas.*

Começamos pela primeira — *contradição entre o imperialismo estrangeiro e o povo português* — que é a contradição principal, donde derivam os maiores prejuízos e danos para o nosso povo.

Com as principais fontes da riqueza nas mãos dos imperialistas estrangeiros ou dos monopólios nacionais e seus ligadros, Portugal é presentemente um país semi-colonial, com o capitalismo nacional enfraquecido, com a economia nacional atirada, com um balanço comercial deficitário em milhões de contos, sem indústria pesada e com uma agricultura atrasada de séculos.

Sujeito à dupla opressão e exploração do imperialismo estrangeiro e da grande burguesia monopolista a ele vendida, o povo português é cada vez mais pobre, cada vez menos livre, privado de todos os direitos políticos e sociais.

É toda esta situação que determina um agravamento brutal da contradição que opõe de um lado, o imperialismo estrangeiro e seus agentes no nosso País — os governos salazaristas — e de outro lado, a maioria esmagadora da população desejosa de liberdade e justiça. Esta contradição principal que mina a sociedade portuguesa contemporânea só se resolve através da luta enérgica contra as forças que a mantêm e agravam no nosso País — o governo de Salazar.

É isto só e possível, como o Partido o tem repetidas vezes sublinhado, não através de acção isolada desta ou daquela classe, deste ou daquele partido ou agrupamento político, mas sim pela acção de todo o povo unido num amplo movimento nacional anti-salazarista.

Quanto à segunda contradição acima enunciada — *entre a burguesia e o proletariado no seio da nossa sociedade* — ela agudiza-se sobretudo entre a grande burguesia que se ligou ao imperialismo estrangeiro e o proletariado, a vitima número um desta aliança e que marcha na vanguarda da luta anti-imperialista. No que se refere à pequena e média burguesia da cidade e do campo, a despeito de os seus interesses se chocarem com os do proletariado, a verdade é que sempre e cada vez maiores desta burguesia se chocam numa forma cada vez mais aberta com os interesses de oligarquia governante.

Por isso, camadas cada vez maiores de pequena e média burguesia de cidade e do campo se colocam numa forma cada vez mais aberta contra o fascismo e o seu governo e a favor da Liberdade e da Paz. É esta a uma condição para o alargamento do movimento anti-salazarista que cresce em todo o País.

A classe operária intensifica a sua luta patriótica e de classe contra a grande burguesia monopolista que trai os interesses do povo vendendo-se ao estrangeiro. No que

respeita à burguesia nacional se bem que os seus interesses de classe e de classe operária se opõem claramente eles têm neste momento como objectivo comum de luta o reconquista das liberdades democráticas, o que implica necessariamente o combate de ambas as mesmas frentes de luta contra monopólios, o imperialismo e os seus agentes no nosso País — o governo de Salazar.

As contradições entre as próprias forças salazaristas, que têm até certo ponto o reflexo das contradições entre os próprios imperialistas na sua luta pelo domínio de certas esferas de influência, agravam-se não só na medida em que estas se agravam e em que a situação internacional se desenvolve a favor da Paz e da Democracia, como principalmente na medida em que o nosso povo intensifica a sua luta libertadora. O agravamento de tal contradição traduz-se na vinda até as fileiras do movimento popular anti-salazarista de pessoas que até há pouco defendiam o Estado Novo e sua organica, traduz-se no descontentamento crescente dentro das organizações e instituições governamentais, como o constatou o V Congresso do nosso Partido.

É forte de dúvida, pois, que interessa ao nosso povo o agravamento de tal contradição, que se verificará quando as forças salazaristas estiverem no poder.

O PERÍODO ELEITORAL

No período eleitoral que vamos viver, tal como em todos os momentos, estas realidades políticas devam estar bem presentes em cada um de nós para estarmos em condições de compreender todas as facetas da situação.

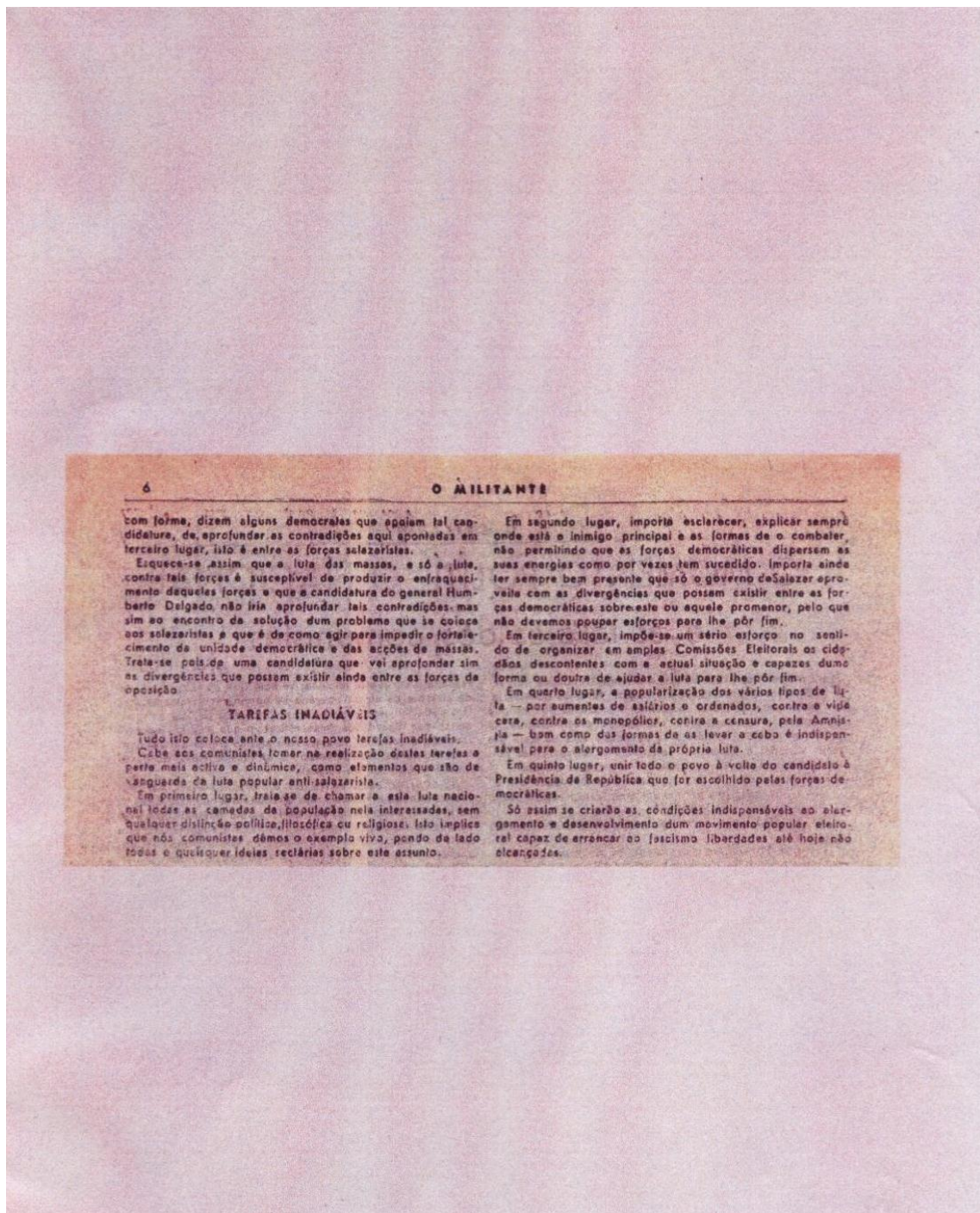
Vimos já que para a solução de qualquer das 3 contradições apontadas é indispensável intensificar a luta contra o imperialismo estrangeiro, a luta contra os seus agentes no nosso País — o governo de Salazar — e que só a substituição desta com uma modificação de actual situação política poderá trazer a independência, a liberdade e a democracia por que o nosso povo anseia.

A este desejo corresponde certamente a decisão das forças democráticas de apresentarem à próximas eleições para a Presidência da República um candidato democrata que esteja disposto a ir até à boca das urnas, e não admitir qualquer discriminação política entre as forças de oposição e a apresentar um programa mínimo, onde os portugueses vejam inscritos os seus mais prementes desejos e aspirações.

Foi neste ordem de ideias ainda que deveria surgir o nome do engenheiro Cunha Leal, como candidato à Presidência da República, visto tratar-se de um cidadão democrata, disposto a lutar e combater o governo de Salazar, como eles o tem previsto, e ainda disposto a combater os monopólios que como se sabe têm estreitas ligações com o imperialismo estrangeiro.

Aparentemente se de parigo que podiam vir a gerar as suas posições económicas no caso do povo conseguir impôr a candidatura do engenheiro Cunha Leal, o imperialismo, através dos seus agentes no nosso País, actuou rapidamente no sentido de aproveitar algumas divergências de opiniões que existiam e existem entre as forças democráticas sobre a escolha do candidato e sobre o carácter do próprio movimento eleitoral.

É dentro deste plano que surge a notícia da possível candidatura especulativa do general Humberto Delgado, homem de confiança do governo e do imperialismo americano, ao qual tem prestado e presta relevantes serviços,



Fonte: Cedido pelo Partido Comunista Português (abril 24, 2011)

Anexo XXII - O presidente da Câmara da Covilhã

JOSÉ RANITO BALTAZAR **Legislaturas: III.**

Data de nascimento

- 1903-07-08

Localidade

- Covilhã / Castelo Branco.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Medicina pela Universidade de Coimbra.

Profissão

- Médico e Industrial.

Perfil político-ideológico

- Monárquico e "grande nacionalista";
- Ainda aluno do 3.º ano de medicina, aderiu ao movimento de Gomes da Costa (1926);
- Esteve presente quando Salazar tomou posse como chefe do Governo (1932).

Carreira político-administrativa

- Presidente da União Nacional da Covilhã;
- Presidente da Câmara Municipal da Covilhã (1957);
- Pede insistentemente a Salazar um emprego público, o que acaba por lhe ser dado em 1968, como delegado do Estado na SONEFE.

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
III	Não existiam círculos nem Comissões permanentes.	

Intervenções parlamentares

III Legislatura (1942-1945)

1.ª Sessão Legislativa (1942-1943)

- Refere-se ao Sanatório dos Ferroviários, na Covilhã, cuja história faz, e à necessidade de ser aberto.

2.ª Sessão Legislativa (1943-1944)

- Fala no agravamento do custo de vida e na situação da indústria dos tecidos.

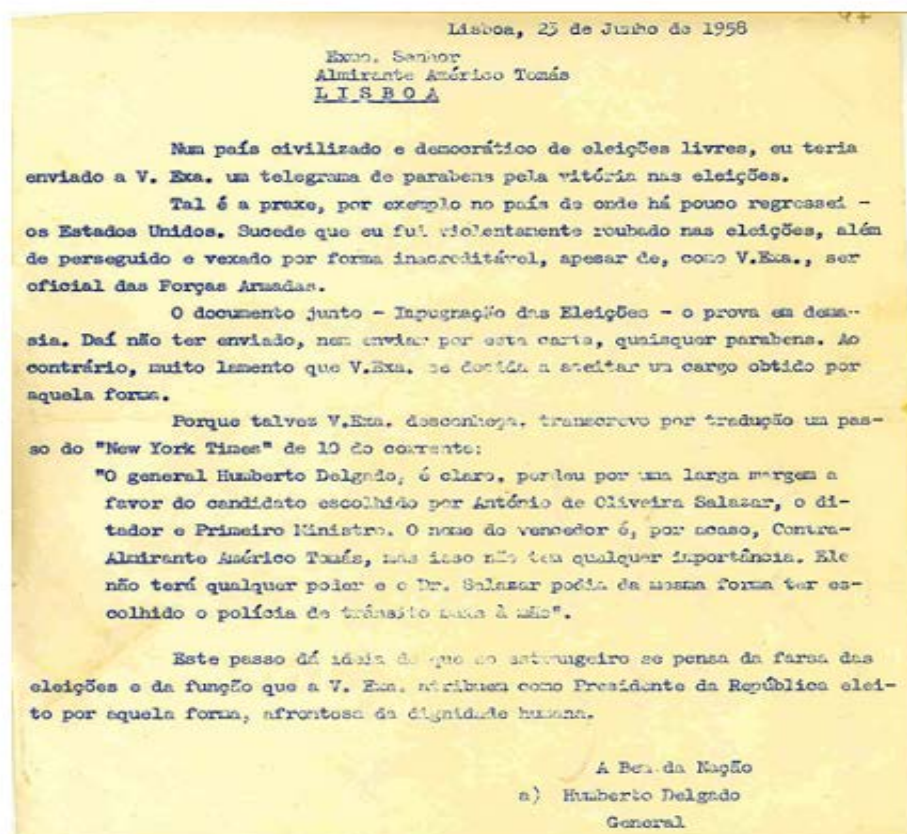
3.ª Sessão Legislativa (1944-1945)

- Fala sobre a proposta de lei de assistência psiquiátrica.



Fonte: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/baltazar_jose_ranito.pdf
(setembro 14, 2013)

Anexo XXIII - Carta a Américo Tomás



Fonte: http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/qca/121174690imagem_13.pdf (junho 24, 2012)

Anexo XXIV - Carta ao Cardeal Cerejeira

22

14 de Julho de 1958

Exm^o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa

Eminência:

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) continua exercendo as suas tradicionais brutalidades e torturas sobre presos políticos, com requintes que, para vergonha do povo português, já foram descritos em publicações estrangeiras.

Pela cópia junta da carta enviada ao ministro do Interior, Vossa Eminência verificará que já tratei da matéria junto do Governo.

Sucede que por causas desconhecidas, e sem explicações, a PIDE continua abarrotando as prisões com indivíduos de todas as classes, mormente pouco antes, durante e depois das eleições de 8 de Junho.

Por outro lado, Vossa Eminência bem conhecerá a forma como Henrique Galvão há longo tempo anda pelas prisões, acabando por ver-lhe aplicada uma pena maior de 15 anos - dupla da que nos tribunais comunistas da Jugoslávia se atribuiu a um inimigo de Tito por crime semelhante, se é que de crime se trata.

Será ainda do conhecimento de Vossa Eminência o estado de sentimentos negabivos que invade o povo português com base nos factos acima expostos e outros de natureza política.

A avaliar pelo que está correndo e pelas promessas dos discursos dos membros do Governo, o povo em vez de conciliação só esperará mais violência.

Algumas pessoas me lembram se proceda a um apelo para Sua Santidade o Papa, no sentido de, dado que Portugal é um país fundamentalmente católico, se obter um pedido de clemência que interfira neste estado de espirito e sentimento a diminuir ou fundar com as brutalidades da policia e outras violências de ordem espiritual. Entendi porém que deveria dirigir tal apelo a Vossa Eminência, como mais alta figura que é da Igreja em Portugal, apelo que se estende ao pedido de uma amnistia geral para presos políticos.

Apresento a Vossa Eminência os protestos da minha
mais alta consideração e respeito

Humberto Delgado
General

Fonte: http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1211747050imagem_15.pdf (junho 24, 2012)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, NEW BEDFORD, MASS., SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1958

"DIÁRIO DE NOTÍCIAS"

The Portuguese Daily News
FOUNDED IN 1918
The Daily News Publishing Co., Inc.
85 State Street, P. O. Box 111
New Bedford, Mass.
Telephone WYMAN 2-1210

REDAÇÃO: Rua da República, 100
MANTO: Rua da República, 100
DIRETOR: ANTONIO CAPELLA
VIZIÃO: Rua da República, 100
DISTRIBUIÇÃO: Rua da República, 100

FALCIMENTO

(Este noticiário não tem nada de caráter científico)

MARCEL LAURENÇO MOURÃO
Aqui houve o falecimento de Marcel Mourão, filho do Sr. Manuel Laurêncio Mourão e da Sra. Maria do Carmo Mourão. O Sr. Mourão nasceu em 1918 em Vila Rica, Estado de Minas Gerais, Brasil. Foi casado com a Sra. Maria do Carmo Mourão, com quem teve dois filhos: o Sr. João Mourão e a Sra. Maria do Carmo Mourão. O Sr. Mourão faleceu em Vila Rica, Estado de Minas Gerais, em 8 de junho de 1958, aos 40 anos de idade. Foi sepultado no Cemitério de Vila Rica, Estado de Minas Gerais.

Faleceu em Portugal Alberto Farinha, Agente de Viagens em Rio de Janeiro

(Continuação de la página)

Alfredo Farinha, conhecido por todos os brasileiros como o "rei das viagens", faleceu em Vila Rica, Estado de Minas Gerais, em 8 de junho de 1958, aos 65 anos de idade. Foi sepultado no Cemitério de Vila Rica, Estado de Minas Gerais.

Secção do Boudoir

Phong Calls

FOR CHINESE RESTAURANT
115 FIVE STAR HOTEL
NEW BEDFORD, MASS.

CONHECIDA POR PRÁTICA
Para servir de jantar, almoço e jantar, com preços especiais para famílias. Conhecido por servir de jantar, almoço e jantar, com preços especiais para famílias.

Um psiquiatra pediu um exame médico Dar de Comer a para os condutores de automóveis Quem Tem Fome

NOVA YORK — Faltava uma frase de efeito para o artigo de um psiquiatra sobre a fome e a fome, e ele decidiu pedir um exame médico Dar de Comer a para os condutores de automóveis Quem Tem Fome.

D BRASIL DIA A DIA

(Continuação de la página)

O Brasil vive um momento de grande importância política e social. A oposição tem se fortalecido e a população está cada vez mais consciente de seus direitos e deveres.

Nomizado Pelo Governador Foster Furcolo

ROSTON — Anúncio de nomeação pelo governador Foster Furcolo de um comitê para investigar a situação financeira do Estado.

Sensa Cardoso Veio para Lisboa Em Estado Grave

MADRID — A senhora Sena Cardoso, esposa do governador de Lisboa, veio para Lisboa em estado grave.

Continua em Atividade o Voto do Faial

REUNIÃO DA ILHA
O voto do Faial continua a ser uma questão importante para a ilha.

Legatização de Documentos no Brasil

(Procurações - Certidões - Escrituras)
Compre e venda de propriedades em Portugal
Tratar por carta com:
FREDERICO ROSA
Rua Soutador Dantas, 118 - Apartamento 711
Edifício do Liceu Literário Português
Rio de Janeiro, D. F. - Brasil

CULINARIA Foi Eleito Presidente o Alm. Américo Tomás

(Continuação de la página)

Américo Tomás foi eleito presidente da Associação de Almofarizantes em Vila Rica, Estado de Minas Gerais.

Meu Bilete Nem Batalas Fritas no Rio das Amazonas

Um bilhete de viagem para o Rio das Amazonas, com descrições das paisagens e da vida local.

Aching Muscles

Remédio para dores musculares e articulares.

Musicas Portuguesas para Piano

Um livro de músicas portuguesas para piano, com arranjos para teclado.

Previsão do Tempo

BOLETIM METEOROLÓGICO
Mantendo-se o tempo bom, com algumas nuvens e ventos moderados.

Maria B. F. Alves

Notária Pública
Cantão de Weymouth
115 DAVIS STREET
NEW BEDFORD, MASS.

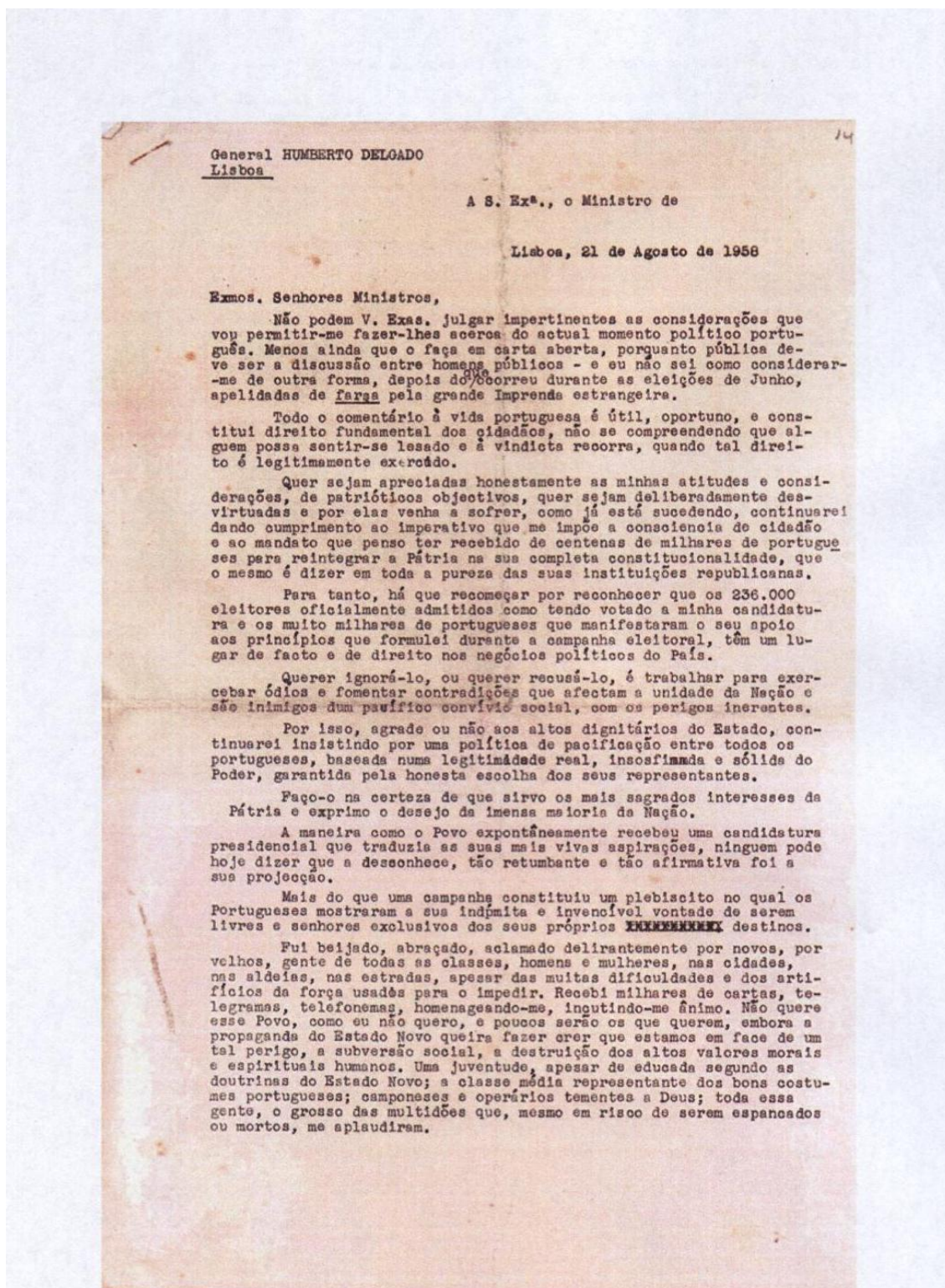
AGENCIA FUNERARIA

Albertine Funeral Home
Tel. WYMAN 2-2957
125 ALICE ST. NEW BEDFORD

Fitas para as Festas

ESPIRITO SANTO
Livraria no comércio do Diário de Notícias
193 River Street
New Bedford, Mass.
Franquia por 15 centos

Anexo XXVI - Carta aos Ministros de Salazar



- 2 -

E porquê o Povo se manifesta?

Porquê tantos choraram ao abraçar-me e outros me agarravam, me tateavam com místico fervor?

Porquê tanto alvoroço e ansiedade?

Porque tinham fome e miséria, me diziam muitos deles.

"Salve-nos, Senhor General!" eis o grito vibrante da sua ansia.

Por toda a parte, agarrados ao meu carro, esse grito impressionante - "Salve-nos, Senhor General!" - escava numa manifestação de fé que velhos disseram nunca haverem visto. E porquê?

Porque tiveram os seus maridos, os seus filhos, os seus parentes ou a migos, presos, deportados, maltratados, "por não serem da situação", porque perderam os seus empregos, porque estiveram doentes e não puderam tratar-se... - diziam. Por outras tantas causas, meu Deus!

Quantos clamores, quantas lágrimas!

Milhares, milhares, milhares, Senhores Ministros!

E não era a mim, modesto e ignorado candidato que as manifestações se dirigiam. Era às ideias e esperanças que no momento encarnava, como escolhido para cúpula do movimento de conciliação da Família Nacional. Quando fui recebido no Porto de modo triunfal por uma multidão avaliada por estrangeiros em 150 ou 200 mil pessoas, o meu nome mal era conhecido dos portugueses. Pouco tinha ainda exposto do meu pensamento, estava a ser atacado violentamente por elementos tendenciosos da Oposição.

Eu próprio, ~~atxaxxaxxix~~ alheado por muito tempo da política e, em parte, habituado a ter das realidades o conceito oficial, ficava espantado ante os factos a que os meus olhos assistiam.

Tudo, porque, dias antes, eu proferira a palavra mágica que a maioria ambicionava ouvir e que jamais alguém, num país sufocado pelo medo, se atrevera tão claramente a pronunciar: Demissão! Demissão!

Qualquer outro homem honesto na minha posição que o tivesse feito obteria, provavelmente, o mesmo êxito e, portanto, refiro-o sem vaidade - aliás aqui descabida.

Só então, verdadeiramente, compreendi o que faz um regime de força 32 anos no Poder, a o que conduz um estado político que amordaça a livre discussão dos problemas nacionais e para que serve a subserviência, a adulação, o elogio mútuo.

Só então avalei, em todas as suas enormes dimensões, quão divorciado do Povo está o Governo e quão profundo é o abismo que os separa.

É que estar em Lisboa, de cátedra, como grandes senhores, - magister dixit - a ditar ordens e leis para o País, querer conduzir um Povo segundo uma opinião pessoal; desejar impor um figurino e tudo pretender submeter à sua imagem e semelhança, por muitos que tenham sido os melhoramentos, as reformas e as "benesses", não é o mesmo que deixar a cada um a liberdade de tomar posição independente em face da Administração pública, nem é o mesmo que viver a Nação na certeza de que é Ela própria que dirige os Seus destinos.

Tomei contacto com o Povo, ouvi-o e estive no seu lugar. Como Ele sofreu, fui objecto de brutalidades, repressão e tropelias, a despeito de usar as estrelas de general e acabar de chegar da mais alta representação militar no estrangeiro.

Só agora, verdadeiramente, sinto até onde chega a sua razão.

Posso, portanto, em nome de centenas de milhares de portugueses, das suas esperanças, dos seus anseios, e dos seus legítimos direitos, tornar-me intérprete, neste momento, junto de Vossas Excelências do meos que um Povo oprimido está em condições de pedir: conciliação, bom senso, atenção às lições de História!

- 3 -

Ao menos isto, meus Senhores, para não falar do que seria de esperar de um Governo que apregoa basear-se na Moral e na Religião, em Benefícios dos presos submetidos a torturas medievais e das suas famílias que, passando negra miséria, me procuram para lhes conseguir pôr os maridos em liberdade e obter-lhes pão.

Todos somos portugueses. Todos temos direitos - um deles o não estar preso, indefinidamente, sem causa palpável.

Senhores Ministros:

Vão Vossas Excoelências iniciar um novo Governo e já os órgãos informativos officiosos, na ansia de salvaguardar um falso conceito de prestígio, se apressam a destacar, numa conflagradora cegueira, que a política será a mesma e nada substancialmente se modificará.

A quem tenha presenciado serenamente e com espírito observador os acontecimentos da recente campanha, a quem tenha em mente servir leal e dignamente os elevados interesses da Nação - e só a Nação - há-de, por certo, parecer que a política não pode de modo algum continuar a ser a mesma e muito de substancial há que modificar.

A Nação está débil, subdesenvolvida, atingida pelo desemprego, e é nesse estado que vai enfrentar as consequências que até nós chegaram da nova organização europeia do mercado comum e integração económica - a despeito do que se vai dizendo em sentido contrário.

A Nação está socialmente distanciada de quase todos os países civilizados, os índices gerais de vida são os mais baixos do mundo, e é nesse estado que se propõe manter e aumentar as suas despesas com organismos e uma burocracia que países de complexas e enormes actividades, de imensa população, não têm. Até a grande Imprensa, bem ligada ao Governo, como é notório, ao caso se referiu, tão clara é a exploração do pobre Povo português.

A Nação foi arrastada para profundos diferendos políticos, não possui uma verdadeira Representação Nacional, não disfruta as garantias e liberdades essenciais e é nesse estado que faz parte da comunidade livre ocidental, a fim de, paradoxalmente, ajudar a levantar uma barreira aos inimigos externos da liberdade.

O descontentamento político arrastou às nossas mais importantes províncias e ultramarinas, onde o eco da minha candidatura repercutiu triunfalmente, e é nesse estado que a Nação enfrenta o novo nacionalismo afro-asiático e os ataques da Comissão de Curadorias da ONU.

A Nação, de formação moral estruturalmente católica, está perfeitamente apta a possuir um Governo Livremente Eleito, de uma feição provavelmente Cristã-Democrática, como na Alemanha, na França, na Itália e tantas outras Nações, garantindo assim a inteira inviolabilidade dos mais altos valores da Pátria. Ora é em estado de escravidão que se mantém a Pátria, para vergonha dum Governo imposto há 32 anos, com o inerente ~~XXXXXXXX~~ desprestígio de Portugal.

Confundir estes e outros problemas, que devem ser resolvidos de harmonia com o consenso geral e por quem a Nação livremente eleja, com questões de ordem pública, como sucedeu nas últimas eleições, é uma mistificação e um maquiavelismo que a grande maioria dos portugueses reprovam. É bem o mostrou.

Também sou defensor da ordem e da segurança nacional. Mostrei-o, mais de uma vez, ao ponto de ser ferido a tiro, em condições que ultrapassaram o meu dever.

Mas a ordem pública é um meio, não um fim. Com ela se assegura a coexistência das liberdades e se garante aos indivíduos o livre exercício dos direitos constitucionais. A ordem defende a Legalidade ao respeito pela Constituição. Impede os abusos, o arbitrio e a provocação. Precisamente o mais necessário em eleições.

Ora, ao contrário, usou-se a força contra os meus colaboradores e contra mim, na recente época eleitoral, com abuso, com arbitrio e com provocação.

- 4 -

Vão Vossas Excelencias iniciar o novo período governamental.

As responsabilidades que recaem sobre Vossas Excelencias são agora maiores, porquanto é lícito julgar que este Governo constitui o último do regime, inexoravelmente entregue às leis naturais da fadiga e da auto-destruição.

Por tal razão, neste momento grave para os Portugueses, ou, ao contrário do que se anuncia, formulo os votos de que seja outro o rumo político da Nação; que muito de profundo seja remodelado, e que o País reencontre na Concórdia, no Progresso e na Liberdade os seus históricos destinos.

Como Vossas Excelencias, os meus colaboradores e eu não desejamos que se reiniciem nos erros dum passado longínquo de que os homens da Situação tanto falam, apesar de tantos anos passados. Mas também não queremos que se reiniciem nos erros e desmandos da actual situação.

De novo em nome de quantos apoiaram a minha candidatura eu repleto a publicação urgente de medidas tendentes à pacificação nacional; à restituição da confiança entre compatriotas; ao combate do medo; ao rigoroso cumprimento do Artigo 8.º da Constituição, à elevação do nível geral de vida do Povo Português; à moralização dos costumes políticos e económicos; a uma ampla amnistia a todos os presos e exilados por delitos chamados políticos.

Premito-me ilustrar a minha carta apenas com três imagens da minha chegada ao Porto no dia 14 de Maio.

Em duas delas, para vergonha dos nossos costumes políticos, eliminadas pela Comissão de Censura à Imprensa, verão Vossas Excelencias a parte da multidão que na estação de S. Bento esperava um candidato que nada mais prometia ao Povo do que os votos a cima descritos e já formulados na minha proclamação ao País.

E este êxito obtem-se sem fundos do Estado, sem circulares a recomendar as célebres "manifestações espontâneas" (destas dá bem ideia a circular cujas cópias se junta), sem arrebanhar indivíduos em camionetas a 200 quilómetros de distancia, sem elementos da Legião a deslocarem-se com salários, transportes e a alimentação pagos pelo contribuinte.

Noutra, referente à aglomeração na praça de Carlos Alberto, poderão Vossas Excelencias ver para que tem servido nas escolas a propaganda e a educação do Estado Novo durante 32 anos, e por quem a verdadeira mocidade portuguesa se inclina a simpatizar, como o próprio "Diário da Manhã" ainda há pouco, alarmado, reconheceu.

Senhores Ministros:

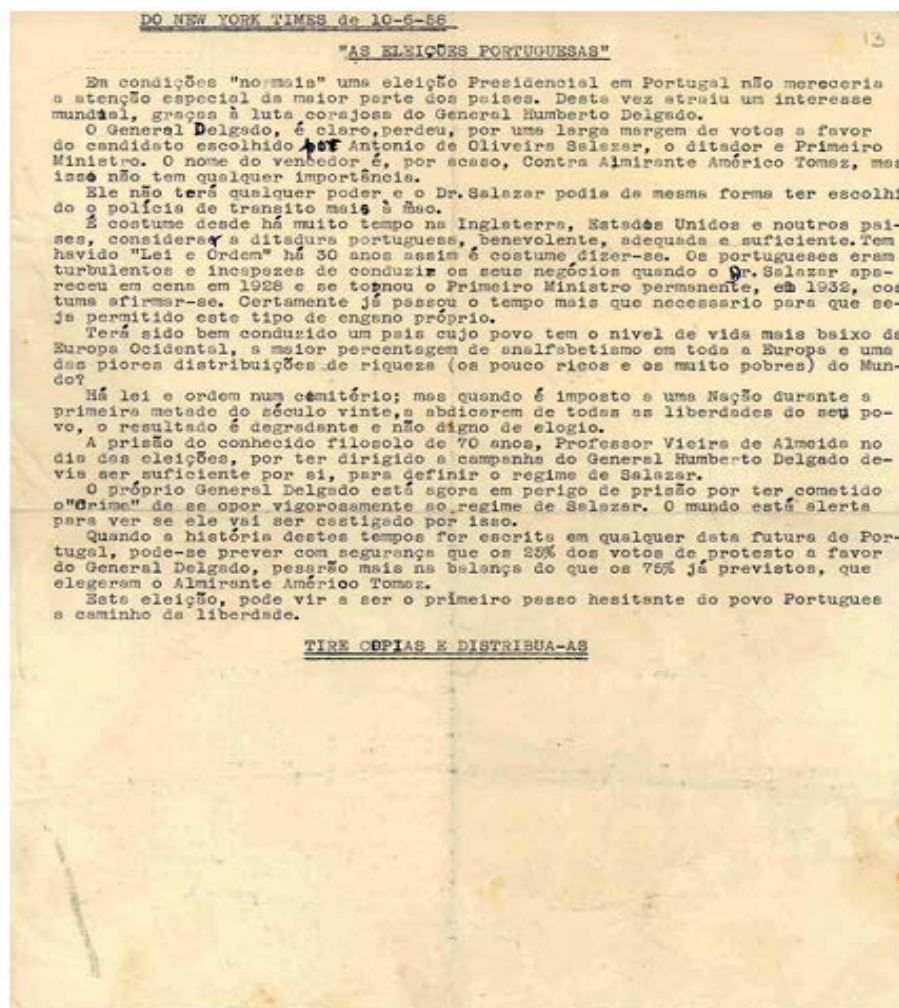
As lições da História clamam inexoravelmente ao recitarem o que sucede a quem pretende governar contra a vontade de de um Povo!

Que Vossas Excelencias as recordem nesta hora séria da Nacionalidade, facilmente transformável, por Vossas Excelencias, na Hora Redentora da Conciliação, são os votos que a Vossas Excelencias apresento.

A bem da Nação

a) Humberto Delgado
General

Anexo XXVII - Texto publicado no New York Times



Fonte: http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/qca/1211746785imagem_11.pdf (junho 24, 2012)

Anexo de ilustrações

Anexo A

Foto 1 - Lisboa - Rossio



Fonte: http://t0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQluSXo-uqerQSw-XZ7HoyssjbxvF8w7J_WBmzEkbPO0FNAI9JX
(novembro 12, 2011)

Foto 2 - Lisboa - Sta. Apolónia



Fonte: <http://t3.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcSWtjYQnhwaadm4o-gjxELOdAgqIRgfvUqjBTOesMYim0bZiG221w>
(novembro 12, 2011)

Anexo B

Foto 3 - Porto



Fonte: http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQzAW8x4o_a8mMzCdwE6R5cMrsO1Z_HCE4kGvmcrv4a56fdTe7YqA
(novembro 12, 2011)

Foto 4 - Porto



Fonte: <http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRwHOtBTbpbqRoM9BGnPCSL5qifPtmltyztgOz6OSNmxUO3dY5HQ>
(novembro 12, 2011)

Anexo C

Foto 5 - Humberto Delgado com Henrique Galvão



Fonte: http://t0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcT3x2hgKhRtbkXqsilKuDJlJu-woAk237mRIH_YN7YuYvRB8LyuWQ
(novembro 12, 2011)

Foto 6 - Humberto Delgado com Álvaro Cunhal



Fonte: http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcOE3w8ABMCgSfL_simOz3ciqVFIBljZO8vRGV3Rh4kFCMRRoxuWFq
(novembro 12, 2011)

Anexo D

Foto 7 - Humberto Delgado com Mário Soares



Fonte: http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRFFkUODQJOdaBOAKsGqvPdI1_zvOXOJrIaRqs6E_h-SaGfxUfqaw
(novembro 12, 2011)

Foto 8 - Humberto Delgado com Arlindo Vicente



Fonte: <http://t1.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQncjoBB5LBck247TcK12hFfJ1jFJkTMCgi3tVqzfC-twHkyRTY>
(novembro 12, 2011)

Anexo E

Foto 9 - Covilhã, Pelourinho em 30 de maio 1958



Foto cedida gentilmente por João Boléo

Foto 10 - Covilhã, Teatro Cine em 30 de maio 1958



Foto cedida gentilmente por João Boléo

Anexo F

Foto 11 - Covilhã, junto ao Hotel Solneve



Fonte:

http://lh3.ggpht.com/_46LiRwocmxE/ScI8QBAYg_I/AAAAAAAAABrc/SiExUE5A1pk/SWScan00005.bmp_thumb%5B16%5D.jpg?imgmax=800 (novembro 12, 2011)

Foto 12 - Coimbra



Fonte:

http://2.bp.blogspot.com/_r8u6aA34D7M/TNySYBWXdiI/AAAAAAAAABSM/8Ub_k3Im4M8/s1600/Humberto_Delgado_2.jpg (novembro 12, 2011)

Anexo G

Foto 13 - Chaves



Fonte: <http://lh6.ggpht.com/oflaviense/SDlqfaYDB8I/AAAAAAAAABjs/rMDr3OyxAn8/Cine%20Parque.jpg> (novembro 12, 2011)

Foto 14 - Aveiro



Fonte: http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcT0e38ZzJWOL98z99762Hlx_hd_5k7v832J8FX_Asubltftnb20Pg (novembro 12, 2011)